

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A PRESENÇA PORTUGUESA NA ARQUITETURA
DA ILHA DE SANTA CATARINA
- SÉCULOS XVIII E XIX -

SARA REGINA SILVEIRA DE SOUZA

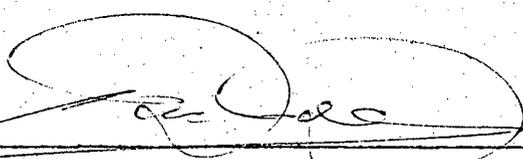
FLORIANÓPOLIS - 1980

A PRESENÇA PORTUGUESA NA ARQUITETURA
DA ILHA DE SANTA CATARINA
- SÉCULOS XVIII E XIX -

Dissertação apresentada
por

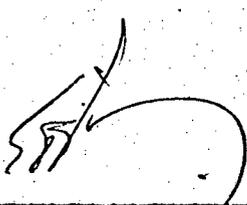
SARA REGINA SILVEIRA DE SOUZA

Esta dissertação foi considerada adequada
à obtenção do Título de Mestre pelo Pro-
fessor Orientador e pelo Professor Coor-
denador do Curso de Pós-Graduação em His-
tória da UFSC.



PROFESSOR DOUTOR NEREU DO VALE PEREIRA

Orientador



PROFESSOR DOUTOR WALTER FERNANDO PIAZZA

Coordenador

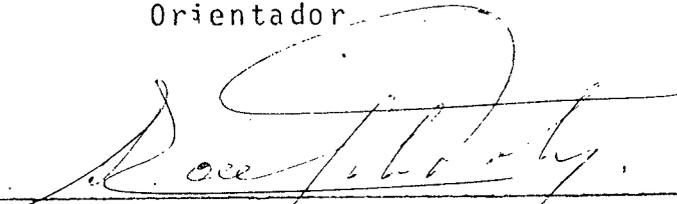
A PRESENÇA PORTUGUESA NA ARQUITETURA
DA ILHA DE SANTA CATARINA
- SÉCULOS XVIII E XIX -

Dissertação apresentada
por

SARA REGINA SILVEIRA DE SOUZA

Esta dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pelo Orientador e
Membros da Banca Examinadora, composta
pelos Professores:

PROFESSOR DOUTOR NEREU DO VALE PEREIRA
Orientador



PROFESSOR DOUTOR AUGUSTO C. DA SILVA TELLES
Membro da Banca Examinadora



PROFESSOR DOUTOR ANIBAL ABADIE-AICARDI
Membro da Banca Examinadora

A PRESENÇA PORTUGUESA NA ARQUITETURA
DA ILHA DE SANTA CATARINA
- SÉCULOS XVIII E XIX -

SARA REGINA SILVEIRA DE SOUZA

Dissertação apresentada para obtenção
do Título de Mestre em História

Florianópolis

UFSC

Curso de Pós-Graduação em História

1980

OFERECIMENTO

Este trabalho é, na sua totalidade, dedicado à memória de OSWALDO RODRIGUES CABRAL.

Com ele aprendi a amar a história do meu Estado; dele ouvi as primeiras lições e colhi os primeiros dados; com ele discuti os inícios dessa pesquisa.

Hoje ele não está mais presente para ver completo esse trabalho que viu nascer.

PATEI, embora tua ausência, cada palavra que aqui está é inteiramente tua.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Nereu do Vale Pereira, Orientador.

Ao Professor Walter Fernando Piazza, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História.

Aos Professores Membros da Banca Examinadora.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao Norberto, meu marido, e ao Alexandre, meu filho, que souberam me desculpar pelos momentos que não lhes dediquei.

À Odette, minha mãe, e Olívia, minha tia, pelo carinho, dedicação e incentivo.

À Marlene Torrinelli, pela dedicação com que datilografou e auxiliou na montagem desse trabalho.

Aos amigos Ana Maria e Mauro Aquiles de Oliveira Dias, por toda a atenção dispensada quando de minhas pesquisas no Rio de Janeiro.

Ao Dr. Moacyr Cleantho d'Albuquerque, amigo solícito no Rio de Janeiro.

Aos amigos Wilson e Esther do Rio Apa, por tudo que eles sabem ser nas horas difíceis.

Aos grandes amigos em Lisboa, Leopoldo e Maria do Carmo Souza Geraldes, pelo auxílio que me proporcionaram quando de minhas pesquisas em Portugal.

A João Vaz Sepetiba, pela revisão desse trabalho.

À Stella Vieira Oliveira, pela revisão bibliográfica.

Ao Sr. Ayrton Silva, da Xerox, pelo valioso auxílio prestado à parte ilustrativa desse trabalho.

Estendo meus agradecimentos as seguintes pessoas e instituições:

Coronel José Eduardo de Castro Portela Soares, Diretor do Arquivo do Exército;

Coronel Carlos Banho, do Arquivo do Exército;

Tenente-Coronel Marco Aurélio Fernandes de Farias, do Serviço de Microfilmagem do Arquivo do Exército;

Dr. Raul Lima, Diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro;

Prof. Lawrence James Nielsen (abstract);

Prof. Nelson Félix dos Santos (dados).

Milthe dos Santos (datilografia inicial).

Márcia Ramalho (auxiliar na montagem da bibliografia).

Hélio Lange (montagem de plantas).

Osmar Coelho (desenhos).

José Roberto M. d'Albuquerque (fotografia).

Gastão Luiz Mendes Júnior (fotografia).

Pedro Antonio de Melo (fotografia).

Instituto Histórico de Angra do Heroísmo, Açores, Portugal.

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Açores, através de seu Presidente.

A todos que, de formas as mais diversas contribuíram para a execução desse trabalho, o meu mais sincero agradecimento.

SUMÁRIO

	PAG.
RESUMO.	iv
ABSTRACT	vi
LISTA DE FIGURAS	viii
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I	
1. A ILHA DE SANTA CATARINA E OS PRIMEIROS NÚCLEOS AÇORIANOS - as primeiras iniciativas, públicas visando o desenvolvimento urbano e a contribuição para a formação de uma arquitetura.	13
CAPÍTULO II	
2. ARQUITETURA MILITAR DA ILHA DE SANTA CATARINA - a política das fortificações na época das lutas pela Colônia do Sacramento.	28
2.1 - O Governo de José da Silva Paes e a criação de um sistema de defesa da Ilha, durante a quarta década do século XVIII. As quatro grandes fortalezas da Ilha de Santa Catarina: Santa Cruz, São José, <u>Santo Antonio</u> e Nossa Senhora da Conceição.	28
2.1.1 - Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim.	31
2.1.2 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa.	47
2.1.3 - Fortaleza de Santo Antonio.	53
2.1.4 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.	58
2.1.5 - As Fortificações Menores.	64

2.2 - O Quartel da Tropa da Guarnição da Ilha de Santa Catarina	85
---	----

CAPÍTULO III

3. ARQUITETURA RELIGIOSA - os modelos arquitetônicos, que se desenvolveram nas construções religiosas da Ilha de Santa Catarina.	95
3.1 - A Cidade e a Igreja	95
3.2 - A Igreja na Vila e depois Cidade de Nossa Senhora do Desterro	98
3.3 - A Matriz de Nossa Senhora do Desterro e as Igrejas da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão	100
3.3.1 - Igreja Matriz	100
3.3.2 - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	115
3.3.3 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão	120
3.4 - As Igrejas menores da Ilha de Santa Catarina	126
3.4.1 - A Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	126
3.4.2 - Igreja de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio	145
3.4.3 - Igreja de São Francisco de Paula de Canasvieiras	151
3.4.4 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	154

3.5 - As Capelas da Ilha de Santa Catarina	159
3.5.1 - Capela da Santíssima Trindade	160
3.5.2 - Capela de São João Batista do Rio Vermelho	163
3.5.3 - Capela dos Ingleses	167
CAPÍTULO IV	
4. ARQUITETURA OFICIAL E DOMÉSTICA DA ILHA DE SANTA CATARINA	169
4.1 - Alguns aspectos fundamentais para uma análise do desenvolvimento arquitetônico, desde a colonização até meados do século XIX.	169
4.2 - Os principais edifícios civis da antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro.	172
4.3 - Arquitetura doméstica da Ilha de Santa Catarina - as casas térreas, os sobrados da zona urbana e as residências das antigas freguesias	205
CONCLUSÃO	249
GLOSSÁRIO	254
FONTES MANUSCRITAS	261
FONTES IMPRESSAS	266
FONTES ICONOGRÁFICAS	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271
ANEXOS	279

RESUMO

Ao se estudar a arquitetura tradicional da Ilha de Santa Catarina, Brasil, a primeira coisa que se nota é a influência preponderante dos povoadores portugueses.

A história do litoral catarinense tem seu início com a chegada dos açorianos.

Assim, a Ilha de Santa Catarina mostra, desde meados do século XVIII, uma arquitetura que, embora não possua total semelhança com aquela das Ilhas do Arquipélago, tem sua base e inspiração nas Ilhas portuguesas.

Acredita-se que os açorianos foram simplesmente os construtores e idealizadores de um estilo arquitetônico que, apesar de algumas características regionais, está estreitamente ligado à arte portuguesa continental. Assim, torna-se quase impossível separar a arquitetura da Ilha de Santa Catarina, daquela de Portugal Peninsular.

Quando se estuda a arquitetura militar da Ilha de Santa Catarina, nota-se as semelhanças que a mesma possui em relação a toda a arquitetura militar brasileira.

Igrejas e edifícios públicos e residenciais, também possuem estreita relação com o resto do Brasil.

Esse trabalho objetivou, através de estudo do acervo documental e iconográfico, um levantamento da herança arquitetônica portuguesa em terras da Ilha de Santa Catarina.

Previendo a futura perda dessas construções que formam o nosso patrimônio histórico e artístico, realizou-se, es-

v

se trabalho, com o objetivo definido de resguardar e preservar a memória histórica da arquitetura portuguesa peninsular e açoriana desenvolvida e adaptada na Ilha de Santa Catarina.

ABSTRACT

When one studies the traditional architecture of Santa Catarina, Brazil, the first item that one notes is the preponderant influence of the Portuguese colonizers. Although there were small centers of human occupation along the Santa Catarina coastlands prior to the arrival of the Azorians after 1748, the history of this region begins, for all intents and purposes with these peoples. Thus, the Island of Santa Catarina (not to be confused with the State of the same name) from the mid-eighteenth century onward, has an architectural tradition that, while not similar to the architecture of the Azorian Archipelago in many aspects, was inspired and modeled after Azorian experience.

It is believed that while the Azorians were the builders and "realizers", of the architectural monuments of the area which show definite regional characteristics, the builders followed strictly the architectural styles of the Portuguese portion of the Iberian Peninsula. Therefore, it is almost impossible to separate the Island's architecture from that of Continental Portugal.

The military architecture of the Island is notably similar to that of other military structures and fortifications found in other areas of Brazil. In the same manner, the Churches public buildings and Residences of Island Santa Catarina are also quite similar to their counterparts from the same historical periods in other Brazilian towns and villages.

It is the purpose of this study, to examine the architectural past and heritage of the Island of Santa Catarina. To realize this objective, a careful comparative study was made of the documents, photographs, iconography, and other elements of the architectural past of the Island. In part, this study was made to avoid the loss of the architectural memory and the historical and artistic patrimony which is daily threatened with extinction by the "progress" that has come to Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

	PAG.
MAPA da Ilha de Santa Catarina	4
1 - Casa açoriana típica	25
2 - Plano da Ilha de Anhatomirim	32
3 - Desenho de fachada e plantas baixas da Casa do Comando e Armazém da Pólvora - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	33
4 - Planta da Ilha de Anhatomirim e Fortaleza de Santa Cruz	34
5 - Plano da Fortaleza e Ilha de Anhatomirim	35
6 - Plano da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	36
7 - Desenho da fachada do prédio dos Quartéis da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	37
8 - Desenho da planta baixa do prédio dos Quartéis da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	38
9 - Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim - Quartel	42
10 - Fortaleza de Santa Cruz - Portal	42
11 - Fortaleza de Santa Cruz - vista geral	43
12 - Plano da Fortaleza de São José da Ponta Grossa	48
13 - Planta e Perfis da Fortaleza de São José da Ponta Grossa	49

14 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa - vista geral	50
15 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa - capela	50
16 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa - Portal de acesso	51
17 - Planta da Fortaleza de Santo Antonio - Ilha dos Ratores	54
18 - Plano da Fortaleza de Santo Antonio - Ilha dos Ratores	55
19 - Planta da Fortaleza de Santo Antonio - Ilha dos Ratores	56
20 - Fortaleza de Santo Antonio - Ilha dos Ratores. Portal de acesso	57
21 - Fortaleza de Santo Antonio - Ilha dos Ratores. muros internos	57
22 - Plano da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - Barra Sul	60
23 - Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - Barra Sul	61
24 - Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - Barra Sul	62
25 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - Barra Sul - Portal	63
26 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - Barra Sul - Paioi de farinha	63
27 - Planta do Forte de São Francisco	65

28 - Planta do Forte de Santana	68
29 - Forte de Santana	69
30 - Forte de Santana - vista geral	70
31 - Forte de Santana - entrada	70
32 - Planta e nivelamento do local do Forte de São João	73
33 - Projeto de restauração do Forte de São João	74
34 - Forte de São João	75
35 - Forte de Santa Bárbara	78
36 - Forte de Santa Bárbara	78
37 - Desenho do antigo Quartel da Guarnição da Ilha de Santa Catarina	86
38 - Antigo prédio do Quartel	92
39 - Antigo prédio do Quartel	92
40 - Planta da Igreja Matriz	105
41 - Planta da Igreja Matriz	106
42 - Planta da Igreja Matriz	107
43 - Planta da Igreja Matriz	108
44 - Planta da Igreja Matriz	109
45 - Planta da Igreja Matriz	110
46 - Igreja Matriz - século passado	114
47 - Igreja Matriz - hoje Catedral	114
48 - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	119

49 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa, do Ribeirão	119
50 - Planta da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa	142
51 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa - fachada	143
52 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa - Lateral	143
53 - Planta baixa da atual Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa	144
54 - Igreja de Nossa Senhora das Necessidades - Santo Antonio de Lisboa	150
55 - Igreja de São Francisco de Paula - Canasvieiras	150
56 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	158
57 - Capela da Santíssima Trindade	161
58 - Capela de São João Batista do Rio Vermelho	165
59 - Casa da Câmara e Cadeia do Desterro	177
60 - Casa da Câmara e Cadeia do Desterro	177
61 - Casa da Câmara e Cadeia do Desterro, hoje Prefeitura Municipal	178
62 - As antigas Casas de Governo da Cidade do Desterro	181
63 - Gravura da expedição de La Pérouse	182

64 - Casa do Governo de Santa Catarina - Quadro de Victor Meirelles	182
65 - Planta da Casa do Governo de Santa Catarina	185
66 - Planta da Casa do Governo de Santa Catarina	186
67 - Planta da Casa do Governo de Santa Catarina	187
68 - Planta da Casa do Governo de Santa Catarina	188
69 - Palácio do Governo de Santa Catarina - vista geral	191
70 - Palácio do Governo de Santa Catarina - saguão de entrada	191
71 - Antigo Palácio de Vendas Novas, Portugal, hoje Escola Prática de Artilharia	192
72 - Monumento a Silva Paes na cidade do Rio Grande	193
73 - Casa de moradia - Florianópolis	218
74 - Casa de moradia - Florianópolis	218
75 - Casa de moradia - Florianópolis	219
76 - Casa de moradia - Ribeirão	221
77 - Casa de moradia - Florianópolis	221
78 - Casa de moradia - Alto Ribeirão	222
79 - Casa de moradia - Alto Ribeirão	222
80 - Casa de moradia - Lagoa	223
81 - Casa de moradia - Ribeirão	224
82 - Casa de moradia - Ribeirão	224

83 - Conjunto arquitetônico - Ribeirão	225
84 - Casa de moradia - Ribeirão	225
85 - Casa de moradia - Tapera do Ribeirão	226
86 - Casa de moradia - Costeira do Ribeirão	226
87 - Casa de moradia - Santo Antonio de Lisboa	227
88 - Casa de moradia - Santo Antonio de Lisboa	227
89 - Sobrado - Florianópolis	229
90 - Sobrado - Florianópolis	229
91 - Sobrado - Florianópolis	230
92 - Conjunto de sobrados - Florianópolis	230
93 - Sobrado - Florianópolis	231
94 - Sobrado - Florianópolis	231
95 - Sobrado - Florianópolis	232
96 - Sobrado - Lagoa	232
97 - Sobrado - Florianópolis	233
98 - Desenho de sobrado e planta baixa - Florianópolis	233
99 - Casa de Chácara - Florianópolis (figs. A e B)	235
100 - Casa de Chácara - Florianópolis (figs. A e B)	236
101 - Antiga casa de chácara - Florianópolis	237
102 - Beira-seveira	237
103 - Casa de moradia - Ribeirão	240
104 - Igreja açoriana	242

105 - Igreja açoriana	242
106 - Capela açoriana	243
107 - Casa açoriana	244
108 - Casa açoriana	244
109 - Casa açoriana	245
110 - Tipos de janelas - Açores	248

INTRODUÇÃO

Nosso primeiro contato com a arquitetura antiga da Ilha de Santa Catarina deu-se ainda na infância, quando fizemos nossos primeiros passeios pelo seu *hinterland*, descobrindo, aos poucos, as capelinhas caiadas ou as pedras caídas e as paredes desmoronadas de nossas fortalezas em ruínas.

Ainda cursando História, na Universidade, nosso interesse se voltou para a arquitetura antiga de nossa ilha, que víamos, pouco a pouco, ser relegada ao esquecimento, sem qualquer intuito de registro, estudos ou preservação.

Em 1974, com a criação da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis, passamos a integrar tal Comissão.

Foi labutando junto a esse grupo, cuja meta é a defesa de nossos bens históricos, artísticos e naturais, que tivemos uma maior oportunidade de conhecer, ainda mais de perto, o problema do nosso esquecido acervo cultural e natural.

Na História da Arte, disciplina que lecionamos desde 1969 para os Cursos de História e, posteriormente, para o Curso de Arquitetura e Urbanismo, o que sempre nos chamou mais a atenção foi a Arquitetura, talvez por ser o mais completo dos ramos das artes plásticas, além de refletir todo o contexto social e econômico de uma determinada área cultural.

Assim nos lançamos, há mais ou menos seis anos, ao estudo da arquitetura antiga da Ilha de Santa Catarina, num trabalho iniciado em 1974, com total apoio do então Reitor da

Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Roberto Mündell de Lacerda.

Nossa pesquisa buscou, primeiramente, fazer o levantamento do legado arquitetônico português à Ilha de Santa Catarina, que, desde a capital do Estado, Florianópolis, até seu distrito mais longínquo, apresenta monumentos históricos e arquitetônicos de imenso valor e ingênua beleza.

As pövoas da Ilha começaram com pouca gente, primeiro os brancos, depois o negro, este último também responsável pela mão-de-obra empregada na produção arquitetônica dos núcleos coloniais. (Inch...?)

Quanto aos nomes das localidades, vemos a preferência pelos nomes dos santos, o que, segundo Nelson Omeña, "era a forma de cristianizar a paisagem".¹

A primitiva arquitetura de nossas igrejas, fortalezas e casas, esteve, em grande parte, nas mãos de trabalhadores sem técnica e de escravos. Em alguns casos temos o nome de um engenheiro militar responsável por riscos de fortalezas, igrejas ou prédios civis.

Assim, com a falta de operários especializados, o nível tecnológico da nossa arquitetura vai ser dos mais simples. Vamos ter abundância de mão-de-obra determinada pela existência do braço escravo, mas ausência de aperfeiçoamento.

A metodologia usada foi a mais simples possível,

¹ OMEÑA, Nelson. A Cidade Colonial. p.12.

uma vez que o tempo era exíguo para um trabalho mais minucioso.

Nossa pesquisa iniciou com o levantamento da arquitetura antiga da ilha. Esse levantamento foi realizado mediante um formulário (anexo VI) no qual foram anotados todos os detalhes da construção, desde a planta e divisão interna até o tipo de beiral, cobertura, piso, tipo de vergas, etc., perfazendo um total de 28 itens.

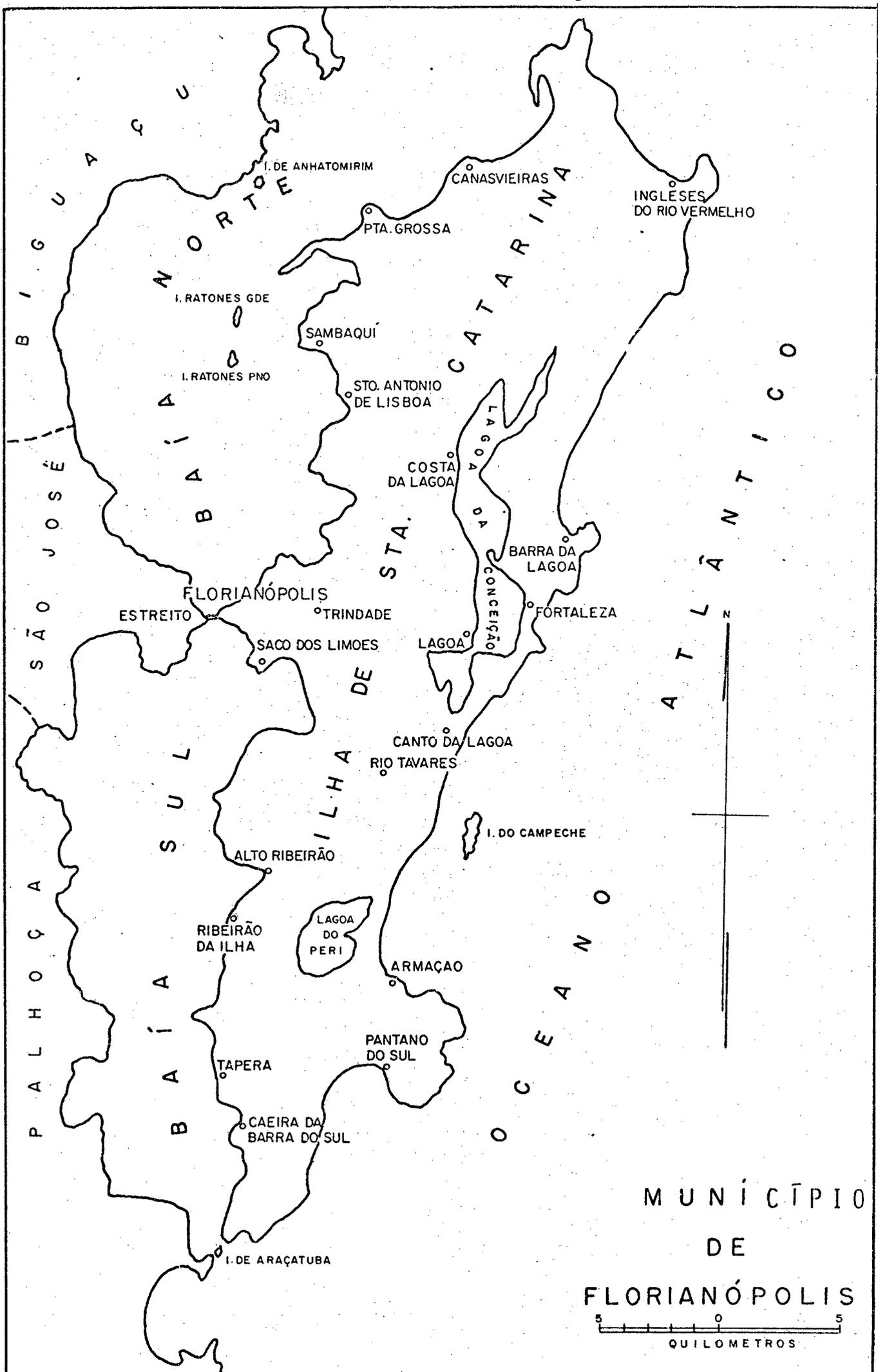
Todo esse levantamento foi realizado por localidade, abrangendo construções dos distritos de Ribeirão da Ilha e adjacências, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Rationes, Lagoa e outros, além da Cidade de Florianópolis (v. mapa).

Após o preenchimento do formulário, os principais dados sobre cada construção foram passados para uma ficha individual, constando da mesma a foto do edifício (modelo da ficha em anexo VI).

Ficou assim, organizado um fichário das principais e mais típicas construções da Ilha de Santa Catarina.

Finda essa primeira parte da pesquisa, partimos para um segundo estágio: a pesquisa documental em arquivos brasileiros e portugueses.

Constou, essa pesquisa, de levantamentos realizados em arquivos de Florianópolis e Rio de Janeiro e, posteriormente, de Portugal. Foi uma fase de pesquisa que nos trouxe maior satisfação, não só pelo vislumbrar de fatos inéditos, mas pela própria dificuldade da coleta de dados, esparsos numa in-



MUNICÍPIO
DE
FLORIANÓPOLIS

5 0 5
QUILOMETROS

finidade de livros e pastas os mais diversos.

Em Florianópolis realizamos levantamento de fontes primárias nos seguintes arquivos:

- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Nesse arquivo pesquisamos os "Livros dos Engenheiros", que continham os documentos sobre reformas de edifícios religiosos, militares e em prédios do Governo, além de excelentes relatórios dos engenheiros, encarregados das Obras Públicas, aos Presidentes da Província.

No mesmo arquivo foram pesquisados os "Livro de Arciprestes e Vigários", onde encontramos cartas de Vigários solicitando, ao governo, auxílio para reformas e consertos em suas Igrejas.

Pesquisamos também os "Livros de Obras Públicas".

- Arquivo da Casa Paroquial da Trindade.

Dados coletados em Livros de Tombo e Atas de visitas pastorais.

- Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Pesquisa realizada em Livros de Tombo e Atas de reuniões.

- Arquivo Histórico-Eclesiástico da Arquidiocese.

Nesse arquivo foram verificados os "Livros de Tombo" das igrejas e livros de registro de batizados.

- Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

Na Seção de Santa Catarina, pesquisamos as "Falas

de Presidentes da Província" e "Falas de Presidentes da Câmara", além dos "Códigos de Posturas Municipais".

- Arquivo e biblioteca particulares do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral.

Reunindo farta documentação, inclusive fotogrãfica, sobre a antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro, esse arquivo nos permitiu coletar muitos dados para o trabalho. Além disso, quase toda a bibliografia consultada saiu da biblioteca do historiador Oswaldo Cabral.

Quanto ao estado de conservação desses arquivos citados, pudemos verificar que, apesar de não terem os mesmos os devidos cuidados, não se encontram em mau estado, sendo possível um bom manuseio e leitura dos documentos.

No Rio de Janeiro realizamos pesquisas nos arquivos seguintes:

- Arquivo Nacional.

Aqui pesquisamos correspondências de antigos Governadores e Presidentes da Província. Nessa correspondência detectamos algumas datas de reformas ocorridas em igrejas e fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

- Biblioteca Nacional.

Coletamos na Biblioteca Nacional uma série de riscos de fortalezas, além de plantas da antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro.

- Centro de Operações Cartogrãficas do Exército - C.O.C.

Pesquisamos a mapoteca, de onde trouxemos um vasto material microfilmado por gentileza do Arquivo do Exército.

- Mapoteca do Palácio Itamaraty.

No Itamaraty solicitamos cinco microfilmes, mas infelizmente, depois de dois anos de solicitações, nada recebemos. Foi esse o único ponto negativo em nossa pesquisa.

- Arquivo do Exército.

Além de relatórios de Comandantes de fortalezas e biografias de engenheiros militares, trouxemos do Arquivo do Exército uma excelente impressão, não só pela organização do mesmo, mas também pela atenção dispensada à nossa pessoa quando solicitamos fosse realizada, pelo serviço de microfilmagem do Exército, a cópia, em microfilme, das plantas coletadas no C.O.C. (Centro de Operações Cartográficas), uma vez que esse órgão não possui tal serviço.

Em Lisboa, realizamos pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desses arquivos trouxemos microfilmes de plantas de edifícios e de correspondências de Governadores.

Nas ilhas açorianas de São Miguel e Terceira passamos uma semana coletando dados sobre as construções tradicionais dos Açores. No Instituto Histórico da cidade de Angra do Heroísmo, fomos presenteados com uma excelente coleção de obras sobre os Açores, que nos forneceu muitos dados sobre a história e cultura das ilhas do Arquipélago Açoriano.

Com relação à pesquisa bibliográfica, acreditamos

ter sido regular. Reconhecemos nossa falha ao deixar de consultar maior número de trabalhos, mas, infelizmente, o tempo escasso não nos permitiu levar avante a pretensão de melhor complementar esse trabalho.

Partimos de uma bibliografia geral sobre o assunto até a específica, bem mais rara.

Na bibliografia geral, iniciamos pelas Ordenações Filipinas, para chegar a entender as posturas impostas, no Brasil e, em particular, na Ilha de Santa Catarina.

Entre as obras consultadas para esse trabalho podemos citar: Quadro da Arquitetura no Brasil e Evolução Urbana do Brasil, de Nestor Goulart Reis Filho; A Cidade Colonial, de Nelson Omega; Sobrados e Mucambos, de Gilberto Freyre; Noções de Evolução Urbana nas Américas, de João Boltshauser; Sistemas Construtivos, de Sylvio Vasconcellos; Vassouras - um estudo de evolução urbana, de Augusto Silva Telles; e muitas outras que estão citadas na bibliografia.

Acreditamos ter usado trabalhos de alguns dos melhores pesquisadores brasileiros do assunto por nós abordado.

Sobre a bibliografia específica, ou seja, os trabalhos cuja abordagem seja específica sobre a Ilha de Santa Catarina, lamentamos a raridade da mesma, embora tenhamos conseguido excelentes subsídios na rara bibliografia regional.

Citamos, dentre as obras consultadas, aquelas que mais serviram ao nosso trabalho sobre arquitetura desenvolvida na Ilha de Santa Catarina: A Irmandade de Nossa Senhora do Ro-

sário e São Benedito, A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, Nossa Senhora do Desterro (4 vols.), Nossa Senhora do Desterro - casas, sobrados e chácaras, As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia, todas de Oswaldo Rodrigues Cabral; A Arquitetura da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, de Ciro Corrêa de Oliveira Lyra; Em torno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, de Cláudio Moreira Bento, além de outras.

Como objetivo principal do trabalho, temos o levantamento histórico e artístico dos principais monumentos arquitetônicos portugueses da Ilha de Santa Catarina.

Desse levantamento tiramos os exemplos mais expressivos para um estudo mais detalhado.

Através da documentação existente, estudamos o processo evolutivo da arquitetura antiga da Ilha, desde o século XVIII até o século XIX, ou seja, desde o início da colonização até as transformações que eclodiram no ecletismo dos finais do século XIX.

Sob o ponto de vista da atualidade, analisaremos o estado atual desses monumentos e a posição do Governo na preservação de nossa arquitetura antiga.

Pretendemos, também, verificar, através dos relatórios oficiais, a preocupação do Governo Provincial em conservar os monumentos antigos.

De forma geral, pretendemos, com esse trabalho, deixar documentada uma época da nossa História, que nos legou um

grande acervo arquitetônico, um dos mais importantes do sul do Brasil.

Quanto às hipóteses, salientamos algumas para as quais buscaremos comprovação:

- a arquitetura militar da Ilha de Santa Catarina não difere daquela existente em outras regiões brasileiras;

- a Ilha de Santa Catarina não possui uma arquitetura essencialmente ligada aos moldes portugueses. Sofreu adaptações locais em virtude do problema de mão-de-obra e de material;

- não podemos comprovar, salvo raras exceções se as plantas originais dos prédios antigos corresponderiam à construção atual;

- raros são os prédios que conservam suas linhas originais, sem alterações;

- os Governadores da Província, na sua maioria, se preocuparam em conservar os edifícios públicos, igrejas e fortalezas;

- as casas rurais da Ilha de Santa Catarina possuem semelhanças com as casas rurais dos Açores;

- a Ilha de Santa Catarina está perdendo seu patrimônio histórico-arquitetônico por falta de conscientização e total descaso.

Os órgãos responsáveis pelo nosso patrimônio histórico e artístico deveriam, antes de uma total destruição,

escolher os mais notáveis monumentos arquitetônicos da Ilha para serem restaurados, a fim de que possamos deixar, para as gerações futuras, alguns exemplos mais vivificantes da nossa herança artística.

Para isso é necessário definir o que preservar, o porquê e o como dessa preservação. A confecção de um projeto nesse sentido seria de grande valia.

Nosso trabalho foi realizado com o objetivo de deixar documentada essa herança que consideramos de grande e singular valor para o estudo do nosso passado artístico, histórico e, porque não dizer, extremamente esquecido.

Esperamos, assim, dar uma contribuição científica para a relação daquilo que deve ser preservado e tudo aquilo que deve ser registrado documentalmente.

Queremos ressaltar o cunho histórico desse trabalho. Muito mais do que um estudo de arquitetura ou de História da Arte, essa pesquisa foi realizada com um objetivo totalmente voltado para a História de Santa Catarina e seu estudo e para a análise e divulgação de documentos inéditos.

Material iconográfico

O material iconográfico foi coletado nos seguintes arquivos:

- Arquivo Histórico-Ultramarino de Lisboa — plantas de fortificações, da antiga Casa do Governo, da Igreja da Lagoa, Igreja Matriz e Quartel da Tropa;

- Centro de Operações Cartográficas do Exército,

Rio de Janeiro — plantas de fortificações;

- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro — plantas de fortificações;

As fotos que constam desse trabalho foram realizadas por Gastão Luiz Mendes de Lima Filho, estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Lourival dos Santos e Pedro Antonio de Melo, da UFSC, Eugênio Müller, Professor Nereu do Vale Pereira, Norberto Silveira de Souza e pela autora desse trabalho.

Os desenhos são de Osmar Coelho, da UFSC, e Aldo Beck (arquivo Oswaldo Cabral).

CAPÍTULO I

A ILHA DE SANTA CATARINA E OS PRIMEIROS NÚCLEOS AÇORIANOS — as primeiras iniciativas públicas visando o desenvolvimento urbano e a contribuição para a formação de uma arquitetura.

Nella até agora não podemos saber se haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro, nem lho vimos; porém a terra em si é de mui bons ares, assim frios e temperados como os dentre Douro e Minho, porque n'este tempo de agora assim os achamos como os de lá: as águas são muitas, infindas; em tal maneira é graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem.²

As palavras de Caminha bem poderiam estar descrevendo as terras da Ilha de Santa Catarina, vistas sob esse prisma pela maioria dos estrangeiros que aqui aportaram nos três últimos séculos.

Pero Vaz de Caminha viu na terra brasileira, naquele 19 de maio de 1500, muito além de riquezas, o poder do solo e da natureza.

A terra expressivamente grande, foi, aos poucos, palmilhada pelo colonizador.

O imenso continente tinha que ser explorado e nessa exploração progressiva, despontava a sede de grandeza do português, característica evidente da formação nacional que, aos poucos, germinava.

² Carta de Pero Vaz de Caminha, edição S.D. Rio, 1939, p.12.

O homem luso, no início, buscou, apenas, o litoral. O mar atraía o colonizador, mesmo depois da expansão bandeirantista.

Assim, temos o meio físico como fator importante na colonização do Brasil.

Desde o século XVI que portugueses e espanhóis vão voltar seus olhos para o sul, mais precisamente para a Baía do Prata.

O povoamento do sul vai se caracterizar pela fixação do colonizador junto à faixa litorânea.

Hernandarias de Saavedra, conquistador espanhol, fez, a 12 de maio de 1609, uma solicitação no sentido de requerer para o Rei da Espanha, a posse da Ilha de Santa Catarina, "*puerto muy alto y hondo que se pueda fortificar con facultad y cerrar la salida y entrada por ser angosta*".³

Alguns anos mais tarde, em 1628, Manoel Preto, depois de uma expedição que destruíra as Missões de Guayra, anunciava sua pretensão de povoar a Ilha de Santa Catarina "*com numerosos brancos, mamelucos e tupis*".⁴

Espanhóis e portugueses disputaram, durante muitos anos, a posse da Ilha.

Em 1657, o português Salvador Correa de Sá e Be-

³ TAUNAY, Afonso d'Escragnole. Em Santa Catarina Colonial. p.17.

⁴ *Ibidem*, p.17.

nevides solicitava ao Rei de Portugal a doação de cem léguas de costa. Nessas terras a serem doadas incluía-se a Ilha de Santa Catarina. Várias foram as autoridades consultadas para opinar sobre tal pedido, sendo, no final, favoráveis à concessão.

Frei Manoel da Santa Maria, que havia sido missionário no sul, opinando sobre a solicitação de Salvador Correa, disse sobre o povoamento da Ilha de Santa Catarina: "*Como ha tantas terras no Brasil e estas estão tão longe, não hã quem as queira hir povoar. Serã muito conveniente ao serviço de Deus e de S. Magestade dar a Ilha a quem as queira fazer*".⁵

Marcos Corrêa de Mesquita, ex-ouvidor do Rio de Janeiro, e provedor da Fazenda e Coroa, nomeado para a Índia, disse sobre a Ilha: "*Abrindo-se e cultivando-se dariam toda a novidade de mandioca, legumes, tabaco, algodão e cana de asucar, se lh'as plantassem*".⁶

Portugal intencionava, não sô defender a região sul das investidas estrangeiras, mas também obter facilidades para trazer prata da Região de Buenos Aires. Daí o grande interesse que nossas terras despertavam no Reino Luso.

Decidiu-se, Portugal, a conceder suas terras a quem as quisesse povoar. Em outubro de 1663, foi promulgada uma Resolução Régia que dava a posse da Ilha de Santa Catarina a Agostinho Barbalho Bezerra, que jamais chegou a tomar posse das

⁵ TAUNAY, *op. cit.* p. 20.

⁶ *Ibidem*, p.21.

ditas terras.

Por essa mesma época (a data ainda hoje é discutida), fixou-se na Ilha de Santa Catarina o paulista Francisco Dias Velho, a quem foram concedidas algumas sesmarias. Dias Velho vai ser o fundador da pōvoa, depois Vila e Cidade de Nossa Senhora do Desterro.

No local onde hoje se ergue a Catedral Metropolitana de Florianópolis, Dias Velho ergueu a primeira Capela da Ilha de Santa Catarina, dentro da qual, em 1689, veio a ser assassinado por corsários de nacionalidade ainda hoje incerta.

Com a morte de Dias Velho, a pōvoa permaneceu vários anos quase no abandono, tendo seu filho, José Pires Monteiro, se transferido para Laguna.

Em 1711, o Sargento-Mor Manoel Gonçalves de Aguiar explorador português, esteve na Ilha, fazendo sobre ela algumas observações:

Esta dita ilha de Santa Catarina pela observância que fiz, com curiosidade, achei ter vinte leguas de circuito, todas com ricas enseadas, praias de areias e rios e achei, pelo que vi, della serem as melhores terras de toda a America do Brasil, por nella se darem todos os generos de frutas assim deste como de Portugal, e poder accomodar muitos mil moradores, assim na dita ilha como na terra firme que fica distante um tiro de mosquete e onde chamam Villa.⁷

E também de Aguiar, uma observação sobre os mora-

⁷ TAUNAY, *op. cit.* p.35.

dores da p \ddot{o} voa, que, diz ele, se agrupavam junto \grave{a} Ermida.

A 23 de mar \c{c} o de 1726, Nossa Senhora do Desterro tornou-se Vila, desmembrando-se de Laguna.

A Vila de Nossa Senhora do Desterro tinha sua frente principal (porto) voltada para o sudoeste, em torno de uma pra \c{c} a situada junto ao mar.

As ruas, em volta dessa pra \c{c} a, s \tilde{a} o ortogonais, obedecendo \grave{a} dire \c{c} o litoral.

A pra \c{c} a, de forma trapezoidal, tem na face Norte, a igreja; na face Oeste o pal \acute{a} cio dos Governadores, na face Este a C \acute{a} mara. Essa pra \c{c} a n \tilde{a} o ocupa posi \c{c} o central, mas se acha mais deslocada para Este, de modo que a parte Oeste da cidade era a mais extensa.

Tem-se discutido a respeito do motivo que teria influ \ddot{e} do na escolha da forma trapezoidal da pra \c{c} a, em vez de retangular. \acute{E} certo que, na parte oeste as ruas s \tilde{a} o paralelas ao litoral ou normais a ele, enquanto que na leste a posi \c{c} o \acute{e} ligeiramente for \c{c} ada a fim de que n \tilde{a} o haja paralelismo nos dois lados maiores da pra \c{c} a.

Observa-se tamb \acute{e} m que a igreja n \tilde{a} o ocupa o eixo da pra \c{c} a, mas se acha localizada como se a id \acute{e} ia inicial fosse fazer-se um ret \acute{a} ngulo. \acute{E} verdade, quanto a isto, que se procurou para a igreja a situa \c{c} o dominante, e que no eixo da pra \c{c} a ela iria ficar em conta mais baixa.⁸

Com o in \acute{i} cio da Vila, come \c{c} aram as preocupa \c{c} oes no sentido de se manter a apar \tilde{e} ncia das constru \c{c} oes que, anteriormente cobertas com simples folhas de palmeira, deveriam ter es-

⁸ BOLTSHAUSER, Jo \tilde{a} o. No \c{c} oes de Evolu \c{c} o Urbana nas Am \acute{e} ricas. (V.II). p.87.

sa cobertura substituída por telhas. Essa foi uma tentativa de mudar as feições da antiga póvoa de Dias Velho que, passando à categoria de Vila, deveria ter uma aparência mais de acordo com seu escasso desenvolvimento.

Até essa época, Desterro possuía apenas casas térreas, pequenas, do tipo *porta e janela*. A Vila era formada, apenas, por pequenos e espaçados grupos de casas, além da antiga capelinha construída por Dias Velho.

Quase todos os estrangeiros que visitaram a Ilha de Santa Catarina no início do século XVIII, citaram em seus diários de viagem, a pobreza da população e o número restrito de habitantes e de construções.⁹

No início do século XVIII, na Ilha de Santa Catarina já havia se estabelecido o Sargento-Mor Manuel Manso de Avelar, vindo de São Paulo. Anos mais tarde o encontramos localizado na região onde surgiu a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio.

Quase em meados do século, chegando ao auge o desentendimento entre Portugal e Espanha, motivado pela Colônia do Sacramento, cobiçada por ambos os Reinos, foi encarregado da defesa do sul, o Brigadeiro José da Silva Paes. Militar, homem de Estado e engenheiro, desembarcou Silva Paes no Rio Grande a 19 de fevereiro de 1737.

⁹ Ilha de Santa Catarina ; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX ; 1979. FRÉZIER, p. 20/21 ; SHELVOCKE, p. 47 ; DOM PERNETTY, p. 85, 88, 89 e 91 ; LA PÉROUSE, p. 122.

No ano seguinte o militar viajou para o Rio de Janeiro, onde foi substituir, no governo, o General Gomes Freire de Andrade, que passara à Capitania de Minas e São Paulo.

Por Provisão de 11 de agosto de 1738, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro são separados do governo de São Paulo e subordinados, diretamente, ao Rio de Janeiro. A sugestão de tal desmembramento foi do próprio Silva Paes, que via, na região sul, o ponto de apoio para a defesa da região próxima do Prata.

O mesmo Brigadeiro foi nomeado Governador da Nova Capitania subalterna, desembarcando no Desterro e tomando posse do governo a 7 de março de 1739, substituindo o Capitão Antonio de Oliveira Bastos, Comandante do pequeno destacamento militar da Ilha de Santa Catarina.

Aqui chegando, encontrou Silva Paes uma terra quase no abandono, com poucos habitantes cuja atividade consistia em resguardar suas terras dos castelhanos e corsários que por aqui passavam em tempos regulares, geralmente para se abastecer de água e víveres.

O governo de José da Silva Paes é marcado por dois acontecimentos de extrema importância: a fortificação da Ilha com a construção de quatro grandes fortalezas (que serão analisadas no capítulo seguinte) e o início da colonização e emigração açoriana.

Em Edital de 31 de agosto de 1746,¹⁰ D. João V abriu,

¹⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os Açorianos. p.14.

nas Ilhas Açorianas, as inscrições para aqueles que desejassem se transferir para o Brasil.

Esse não foi o início da vinda de açorianos para o Brasil. Desde o século XVII que temos notícias de casais açorianos emigrados para o Brasil, numa decisão espontânea de se estabelecerem em novas terras.

Vamos, então, nos deparar, de um lado, com a figura do *emigrante*, ou seja, aquele que, por motivos pessoais, independente de solicitações superiores, deixa seu país de origem e vai para uma nova terra que lhe parece mais propícia a seus interesses. De outro lado, surge o *colonizador*, isto é, aquele que abandona a terra natal devido a uma iniciativa do Estado, que, dentro de um programa de colonização, torna-se responsável pela manutenção daqueles que, por seu intermédio, deixaram seu país de origem, para assegurar, através do colonizador, a posse de terras estranhas.

O problema da colonização açoriana no Brasil ainda não foi suficientemente estudado. Em Santa Catarina alguns trabalhos foram escritos e a grande maioria dos historiadores regionais que debateram o tema, analisaram os fatos mais sob o ponto de vista local.

Somente em trabalhos escritos por historiadores lusos é que se verifica o muito de revolta e amargura que gerou, nos homens que presenciaram o êxodo açoriano para o Brasil, a política de colonização.

Na obra "Corographia Açoriana...",¹¹ o autor assim se expressa sobre o problema:

A inércia e tyrania de governo faz que o pays, apesar de sua extraordinária fertilidade, corra com seus filhos para terras extranhas! O Maranhão em 1550 recebeu 300 casaes, Sancta Catharina e Rio Grande do Sul em 1760 e tantos, 800. O Rio de Janeiro em 1812 mais de 1000, que forão para allí por as grandes vantagens que lhes prometteo o governo, mas nada se lhes effectuou; ainda hoje se encontram muitas Familias desgraçadas e mendicantes pela falta d'este atraído governo. Nem o frete se lhes pagou! Muitos se escravisaram por esta paga...

Verifica-se que divergem os pontos de vista com relação à política da colonização.

A situação econômica e política do Arquipélago, acrescida do problema das erupções vulcânicas, propiciou o êxodo de emigrantes e colonizadores.

Desde o início do povoamento que as ilhas açorianas tiveram uma economia orientada para a agricultura, não só de subsistência mas também para servir à navegação portuguesa que passava pelo arquipélago para se reabastecer.

O açoriano foi agricultor, não somente em causa própria, mas também para servir aos interesses do governo português. Esse foi um dos motivos que o fez desinteressar-se de sua terra e ansiar por liberdade.

O mar lhe mostrava essa liberdade e lhe fascinava;

¹¹ J.S. d'A. de S. Corographia Açoriana ou Descrição Phizica, Política e Histórica dos Açores, por um cidadão açorense. p.21/22.

o mar lhe abria horizontes desconhecidos e lhe orientava na busca de novos continentes. Assim como o mar isolou os açorianos, também lhes incentivou a atravessá-lo em busca de outros mundos distantes. Por ser ilhéu e pelos fatores decorrentes desse isolacionismo, o açoriano foi emigrante e foi colonizador.

A maioria da população do Arquipélago que veio para o Brasil, era ligada à agricultura, embora uma parte dela se dedicasse, também, à pesca.

A vinda de açorianos para o Brasil não se deu apenas durante os séculos XVII e XVIII. Temos um grande número de emigrados açorianos durante o século XIX. Entre os anos de 1855 e 1856, vamos ter cerca de 7.309 emigrantes vindos para o Brasil (3.371 de São Miguel e 3.938 da Terceira).¹²

Vemos que *"ainda hoje, os habitantes dos Açores são um povo à procura dum futuro, presos às suas ilhas ou deambulando pelo mundo em feitorias estrangeiras sem conseguir a sua identificação."*¹³

Nosso trabalho vai abordar o problema da fixação do açoriano na Ilha de Santa Catarina e as consequências dessa colonização em termos de arquitetura.

Não poderemos esquecer, entretanto, que açorianos

¹² SERPA, Caetano Valadão. *A Gente Açoriana, Emigração e Religiosidade - séculos XVI - XX. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. V. XXXIV. 1976, p. 28.*

¹³ *Ibidem*; p. 65.

se dirigiam, também, para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e outras regiões.

Assim, o que o açoriano trouxe de sua cultura para o Brasil, não deixou apenas no sul do país. Não é sem razão que as cidades de Ouro Preto, Mariana ou Olinda, lembram, sob muitos aspectos, a cidade de Angra do Heroísmo, capital da Ilha Terceira.

Chega-se, assim, a uma conclusão óbvia, analisando essas semelhanças: a arte portuguesa foi uma só, tanto no Continente como no Arquipélago, ambas chegando ao Brasil sem que se pudesse desassociar as influências, ligadas sempre pelo fato de serem natas sob uma mesma visão artística, peculiar ao espírito português.

Esse espírito luso-açoriano que veio para a Ilha de Santa Catarina deve ser estudado, primeiramente, sob o ponto de vista continental. Assim, a arquitetura que vamos ver surgir na Ilha, é, antes de mais nada, uma arquitetura portuguesa, com ligeiros nuances regionais das Ilhas Açorianas.

Está também sujeito a estudo, o fato das Ilhas dos Açores terem sofrido, antes do total domínio português, uma grande influência flamenga, uma vez que os holandeses foram os primeiros que ocuparam as ilhas como o intuito de colonizá-las. A cultura flamenga ainda hoje é visível no Arquipélago embora esteja, há muito, suplantada pela portuguesa.

A própria cultura luso-açoriana, guarda, ainda hoje, evidentes vestígios da influência flamenga. Isso é notado nas chaminés das casas rurais açorianas e nos moinhos de vento, tão

característicos daquele arquipélago e também usados no continente português.

Na Ilha de São Miguel, a arquitetura considerada a mais antiga e tradicional, é a da casa inteiramente construída de pedra. Sendo a Ilha de origem vulcânica, as pedras, de cor cinza escuro, foram usadas, com frequência, nas construções rurais, bem como na decoração externa das igrejas.

Essas casas, de pedras superpostas, apresentam pórtico alto que vai servir, geralmente, como depósito, e possuem apenas uma janela de frente com a entrada alpendrada voltada na maioria das vezes para o sol nascente (fig. 1).

A vinda de casais açorianos para a Ilha de Santa Catarina deu-se em 1748. Através da Provisão Real de 9 de agosto de 1747, o Rei D. João V estipula as normas a serem seguidas com relação à acomodação dos povoadores, bem como a forma como deveriam se desenvolver as povoações. Aqui temos o primeiro vislumbre de uma iniciativa pública visando o desenvolvimento urbanístico. O Rei de Portugal, já tentava iniciar a organização dos núcleos açorianos dentro de um modelo específico:

O dito Brigadeiro porã todo o cuidado em que estes novos colonos sejam bem tratados e agasalhados, e assim na mesma Ilha como nas terras adjacentes desde o Rio de S. Francisco do Sul até o Serro de S. Miguel, e no Sertão correspondente a este distrito com atenção, porém, a que se não dê a justa razão de queixa dos espanhóis confinantes, os sítios mais próprios para fundar lugares em cada um dos quais se estabeleçam pouco mais ou menos sessenta casais dos que forem chegando, e no contorno de cada lugar e nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmaria assinalará um quarto de légua

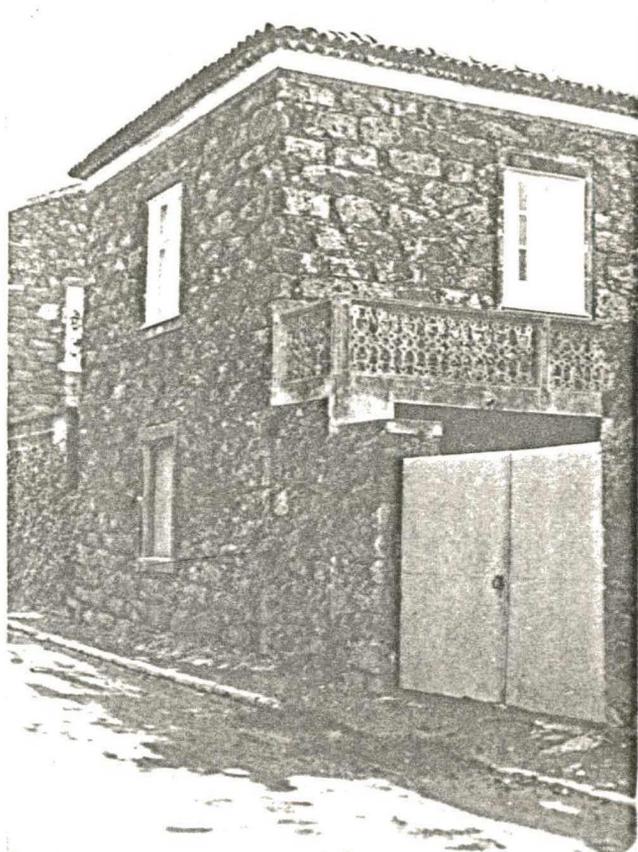


Fig.1 - Casa de pedra - construção típica dos Açores.

em quadro a cada uma das cabeças de casal do mesmo lugar, na forma declarada no dito edital. Para o acento e logradouro públicos de cada lugar se destinará meia légua em quadro, e às demarcações destas porções de terras se fará por onde melhor o mostrar e permitir a comodidade do terreno não importando que fiquem em quadradinhos, contanto que a quantidade de terra seja a que fica dita.

No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras e para trás lugar suficiente e repartido para quintais atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro.¹⁴

Pelo estudo do que restou nos antigos locais de fixação açoriana, notamos a preocupação dos responsáveis pelo governo, em seguir as normas urbanísticas impostas pelas Ordenações.¹⁵ A igreja sempre no local mais privilegiado, com sua praça fronteira e as ruas ou caminhos sendo cortados em função desse núcleo central.

A cidade de Nossa Senhora do Desterro que, pela sua função de capital teve um melhor desenvolvimento urbanístico, põe em evidência, ainda hoje, o traçado tradicional da Vila Portuguesa, onde, na praça central, a melhor localização foi concedida à Igreja, estando, nas laterais da mesma praça, o Palácio do Governo e a Prefeitura (Casa do Governo e Casa da Câmara e Cadeia anteriormente a República).

¹⁴ CABRAL, *op. cit.* p. 92.

¹⁵ "Ordenação - coleção de leis emanadas do Rei. São três Ordenações, compiladas em três períodos, a saber: O. Afonsinas (Affonso V - 1438 -

Os açorianos que vieram para a Ilha de Santa Catarina, vão se estabelecer mais para o interior, sendo poucos aqueles que se fixaram na capital. Temos açorianos povoando as antigas freguesias (hoje distritos) de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, São João Batista do Rio Vermelho, São Francisco de Paula de Canasvieiras e Trindade (v. mapa). Esses os primeiros e mais importantes núcleos de fixação e colonização açoriana. Nesses locais vamos encontrar as melhores e mais características construções de origem portuguesa. Como não possuímos mais, atualmente, as primitivas construções do século XVIII, não poderemos constatar, no que restou de nossa arquitetura antiga, as possíveis semelhanças com a original.

Hoje em dia, apenas as construções religiosas são da época da colonização.

A arquitetura doméstica que ainda se conserva nesses antigos núcleos açorianos é toda do século XIX.

Torna-se impossível detectar o modelo primitivo, uma vez que não temos documentação, da época, sobre o assunto, a não ser poucos, mas insignificantes para o nosso estudo, relatos de viajantes.

1488); O. Manuelinas (D. Manuel - 1495-1521); O. Filipinas (Felipe I - 1580-1598). Essas últimas de Felipe I de Espanha, vigoraram até o Código Civil de 1867 e, no Brasil, acrescidas da Consolidação de Teixeira de Freitas (1858), foram mantidas até o Código Civil de 1916.

CAPÍTULO II

ARQUITETURA MILITAR DA ILHA DE SANTA CATARINA - a política das fortificações na época das lutas pela Colônia do Sacramento.

2.1 - O Governo de José da Silva Paes e a criação de um sistema de defesa da Ilha, durante a quarta década do século XVIII - As quatro grandes fortalezas da Ilha de Santa Catarina: Santa Cruz, São José, Santo Antonio e Nossa Senhora da Conceição.

Por volta do ano de 1735, os espanhóis atacaram a Colônia do Sacramento, iniciando uma luta, que iria durar alguns anos, entre Espanha e Portugal.

Esses dois reinos ibéricos partiram, então, para a luta em defesa daquela região do Prata.

Portugal confiou, em 1736, ao Brigadeiro José da Silva Paes, o comando de uma expedição ao sul.

Partiu do General Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, a iniciativa de se fortificar a Ilha de Santa Catarina. Numa carta ao Rei D. João V, datada de 14 de novembro de 1737, o então Governador do Rio de Janeiro mostrou as vantagens que a Ilha de Santa Catarina oferecia como ponto de apoio às tropas portuguesas, tendo em vista sua proximidade com as regiões sob domínio espanhol.

A importância da Ilha, estrategicamente colocada entre o Rio de Janeiro e a fronteira portenha, chamou a aten-

ção do rei de Portugal, que, no ano seguinte, 1738, expediu uma Carta Régia, na qual comunicava a vinda do Brigadeiro José da Silva Paes para Santa Catarina, dando-lhe a incumbência de fortificar os pontos estratégicos da Ilha.

Em 1738, a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande passaram para a jurisdição do Governo do Rio de Janeiro, sendo Silva Paes transferido para o Desterro, onde, a 7 de março de 1739, assumiu o comando militar e o governo, tendo ordens para iniciar a construção de fortes para a defesa, não só na Ilha, mas de parte da costa sul brasileira, caminho normal para o Prata.

Chegando Silva Paes a Santa Catarina, tratou logo de dar cumprimento às ordens reais. Sob sua orientação e seguindo seus próprios planos, já que era também engenheiro militar, Silva Paes começou a construção das primeiras fortalezas da Ilha de Santa Catarina.

Silva Paes planejou um sistema de fortificações permanentes ¹⁶ que, apesar dos bons objetivos e da monumentalidade das construções, não teve o utilitarismo que seria necessário para uma boa defesa das entradas das Barras do Norte e Sul da Ilha.

Foi usado, para a entrada da Barra Norte, um sistema de triangulação, formado por três fortalezas situadas, duas,

¹⁶ Fortificação é a denominação genérica que se dá a qualquer obra de defesa militar. São "permanentes" quando visam satisfazer as necessidades estratégicas ou a defesa do país contra invasões inimigas.

nas ilhotas de Anhatomirim e Raton Grande, e a terceira na Ponta Grossa, na Ilha de Santa Catarina.

Apesar da excelente situação estratégica dessas fortalezas, bem como da fortaleza da Barra Sul, também com plano de Silva Paes, o material bélico existente em cada uma delas estava aquém das necessidades daquele momento histórico.

Em resumo: apesar do grande número de fortalezas estrategicamente colocadas, a Ilha de Santa Catarina se viu ocupada, a 23 de fevereiro de 1777, pelos espanhóis.

D. Pedro de Zaballos desembarcou na praia de Canasvieiras, não tendo as fortalezas disparado senão poucos tiros.

A tomada da Ilha foi tranqüila e o Almirante Mac Douall, comandante da esquadra lusitana, preferiu salvar seus navios e deixar a Ilha de Santa Catarina nas mãos dos espanhóis.

Em poucas linhas, seria essa a vivência histórica das fortalezas de Silva Paes durante a tomada da Ilha pelos espanhóis de Zaballos.

José da Silva Paes, o projetista de nossas maiores fortalezas, foi também o autor dos riscos arquitetônicos da casa do Governo de Santa Catarina e da Igreja Matriz (ambos, hoje, inteiramente desfigurados), além da Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.

As grandes fortalezas da Ilha de Santa Catarina começaram a ser construídas a partir de 1739, formando, juntamente com outras construídas posteriormente, o maior conjunto arquitetônico militar do Sul do Brasil.

2.1.1 - Fortaleza de Santa Cruz - na Ilha de Anhatomirim

Situada na entrada da Barra Norte da Ilha de Santa Catarina, a pequena ilha de Anhatomirim guarda hoje os restos da maior fortaleza construída por Silva Paes no Sul.

Essa construção, iniciada em 1739, é formada por um conjunto de edificações, no momento em lento trabalho de restauração.

A fortaleza de Santa Cruz (v. figs. 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) considerada a mais majestosa de quantas foram aqui edificadas, possui belíssimo portal de acesso com linhas arquitetônicas de ligeira influência oriental (v. fig. 10). O conjunto é formado por escadaria, muralhas e pōrtico. O material usado, além do tijolo e da pedra, foi o lioz português, pedra semelhante ao mármore.

A entrada da fortaleza compreende um corredor coberto por uma abōbada de berço de arco abatido. Sobre essa construção encontramos duas pequenas rampas que vão dar acesso a uma guarita localizada sobre o vão da entrada. (v. fig. 11).

Levando-se em conta o fato de que Silva Paes esteve ausente do governo entre os anos de 1742 e 1745, temos uma justificativa para as diferentes soluções arquitetônicas que são visíveis no conjunto.

Em 1780, o Governador da Província de Santa Catarina, Francisco da Veiga Cabral da Câmara, solicitou ao Vice-Rei, D. Luiz de Vasconcellos, permissão para realizar reparos na fortaleza.

Fig.2 - Plano da Ilha de Anhatomirim e Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis, Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. S/d. Cópia do arquivo particular da autora.

0.264.039-4

Biblioteca Universitária
UFSC

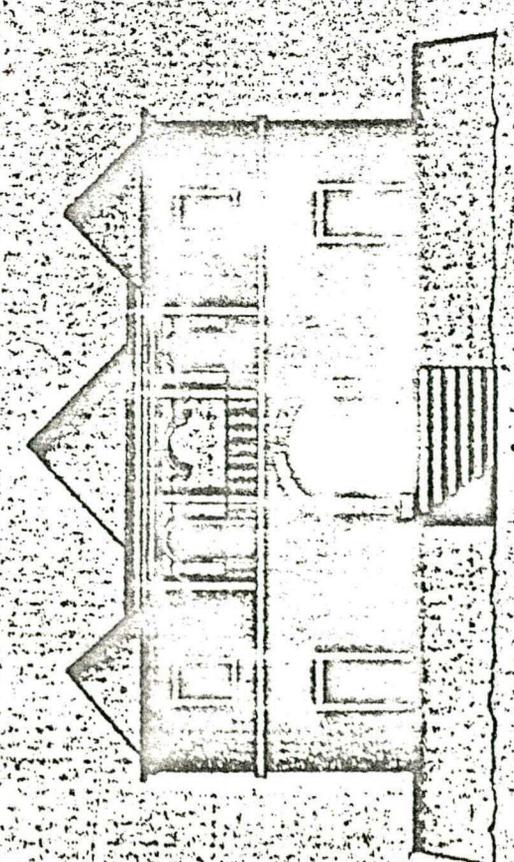
- A Casa do Saneamento
- B Administração Geral
- C Laboratório de Física
- D Administração de Serviços
- E Serviços Gerais
- F Laboratório de Química
- G Laboratório de Biologia
- H Laboratório de Matemática
- I Laboratório de Física
- LPO Laboratório de Física
- NMO Laboratório de Matemática
- R Laboratório de Física
- S Laboratório de Física

Faculdade de Física
Cidade de Joinville
Biblioteca UFSC

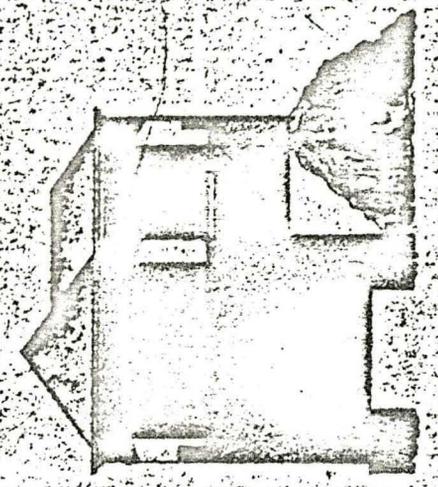


0.264.039-4
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
UFSC

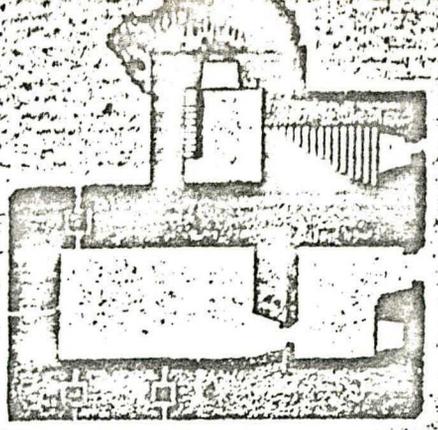
Fig. 3 - Desenhos de fachada e plantas baixas da Casa do Comando e Armazém da Pólvora da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Florianópolis, Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. S/d. Cópia do arquivo particular da autora.



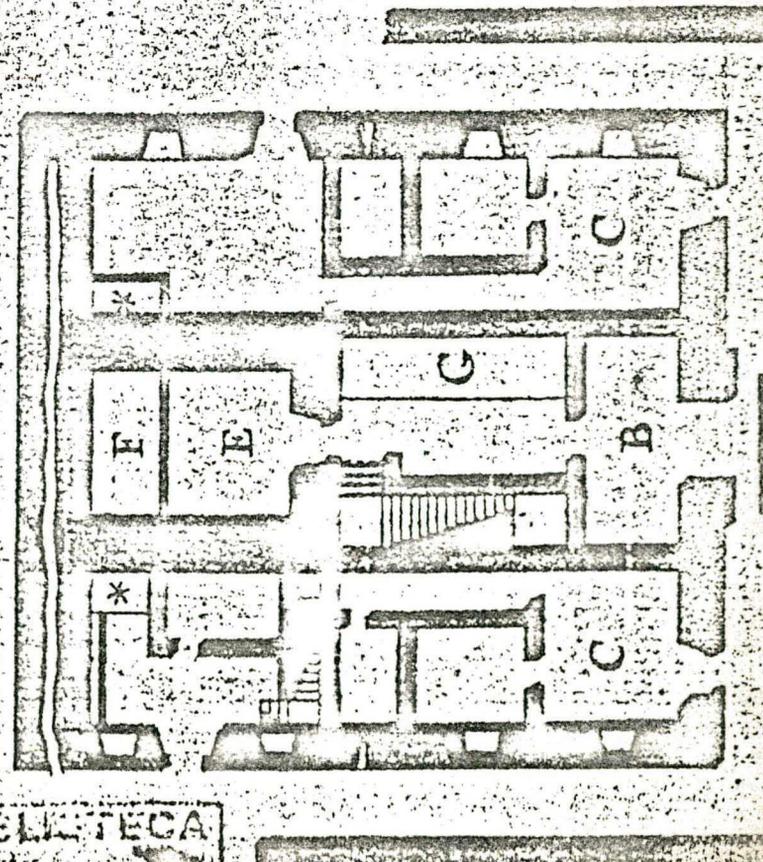
A



O



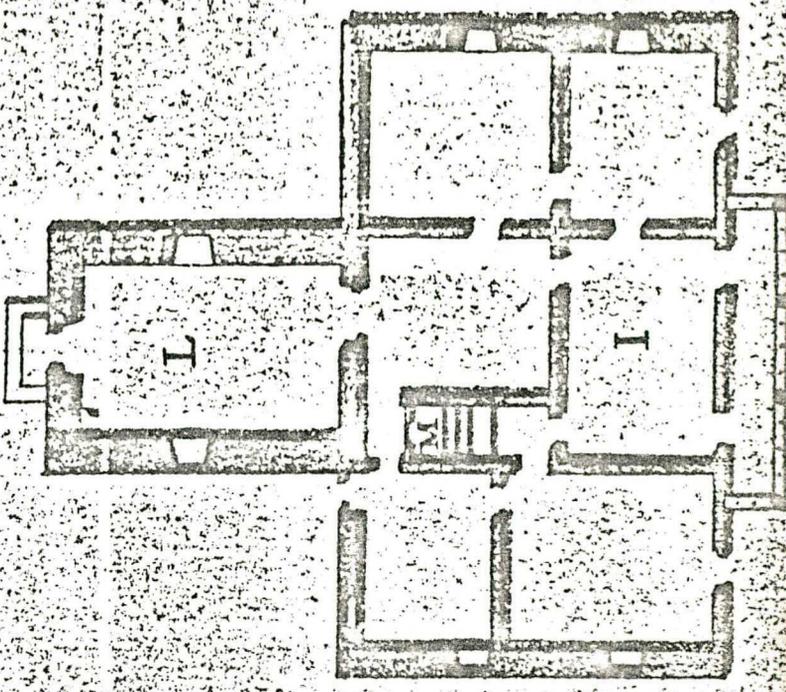
N



BIBLIOTECA

Façada da Casa do Governador.
Corpo da guarda.
Quartel de Official.
Quartel de Official.
Calabouço.
Larimba.
Larimba.
Armazem dos Bayoes
dominante.
Casa do Comandante.
Casa das armas.
Coppa.
Planta do Armazem da
Pólvora.
Perfil do Armazem.

A B C D E F G H I L M N O

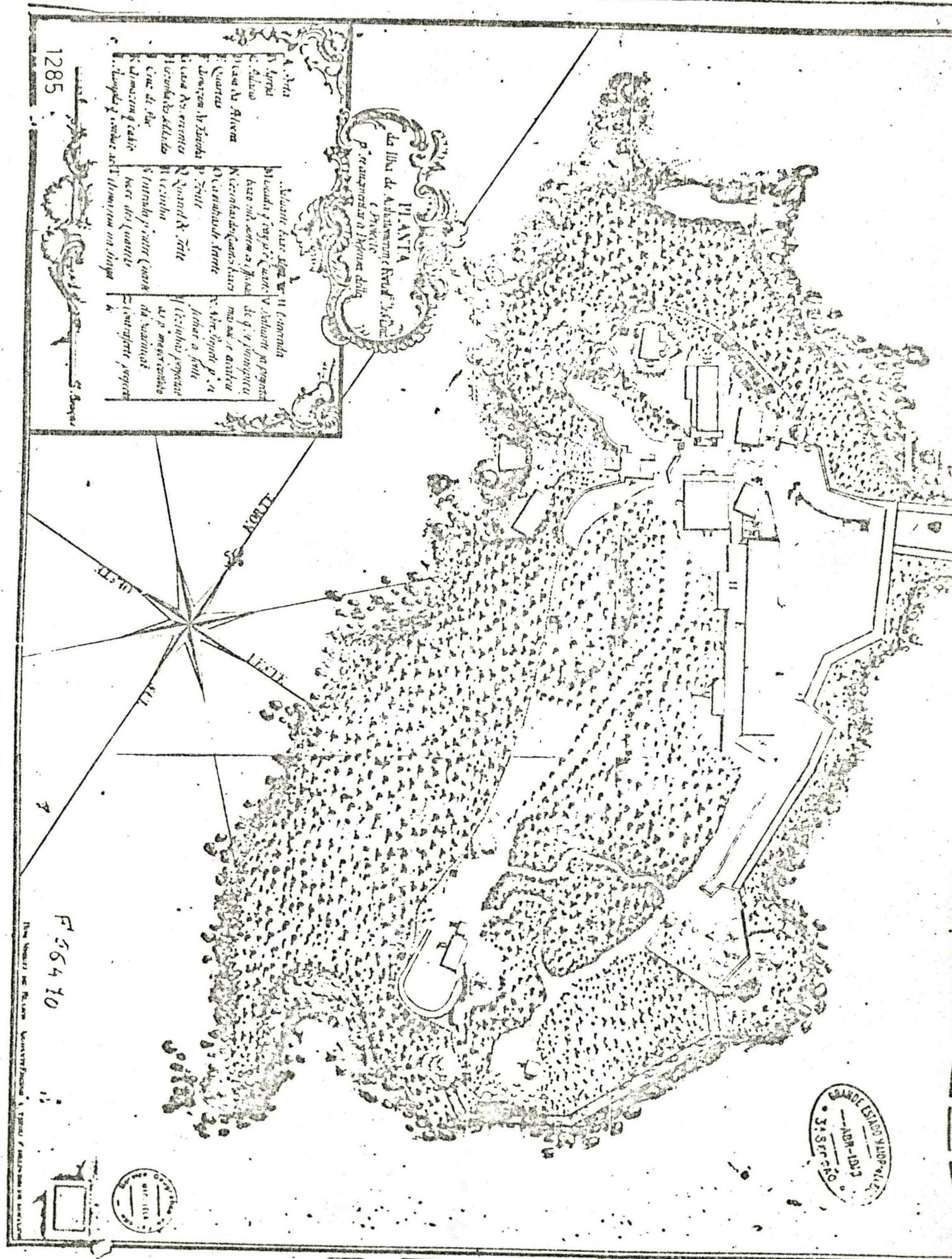


Parque de palmeiras

Fig.4 - Planta da Ilha de Anhatomirim e Fortaleza de Santa Cruz e projeto para aumento da defesa da mesma. Realizada por Dom Miguel de Blasco, ajudante de engenheiro, em 1766. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1285.

PLANTA
 da l'Ubi de Ashburtone Rival d'Alto
 e Provincie
 p' reampliarla a l'Isola della

<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>	<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>
<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>	<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>
<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>	<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>
<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>	<p>Alcanti case dette la l'Ubi p' reampliarla a l'Isola della</p>



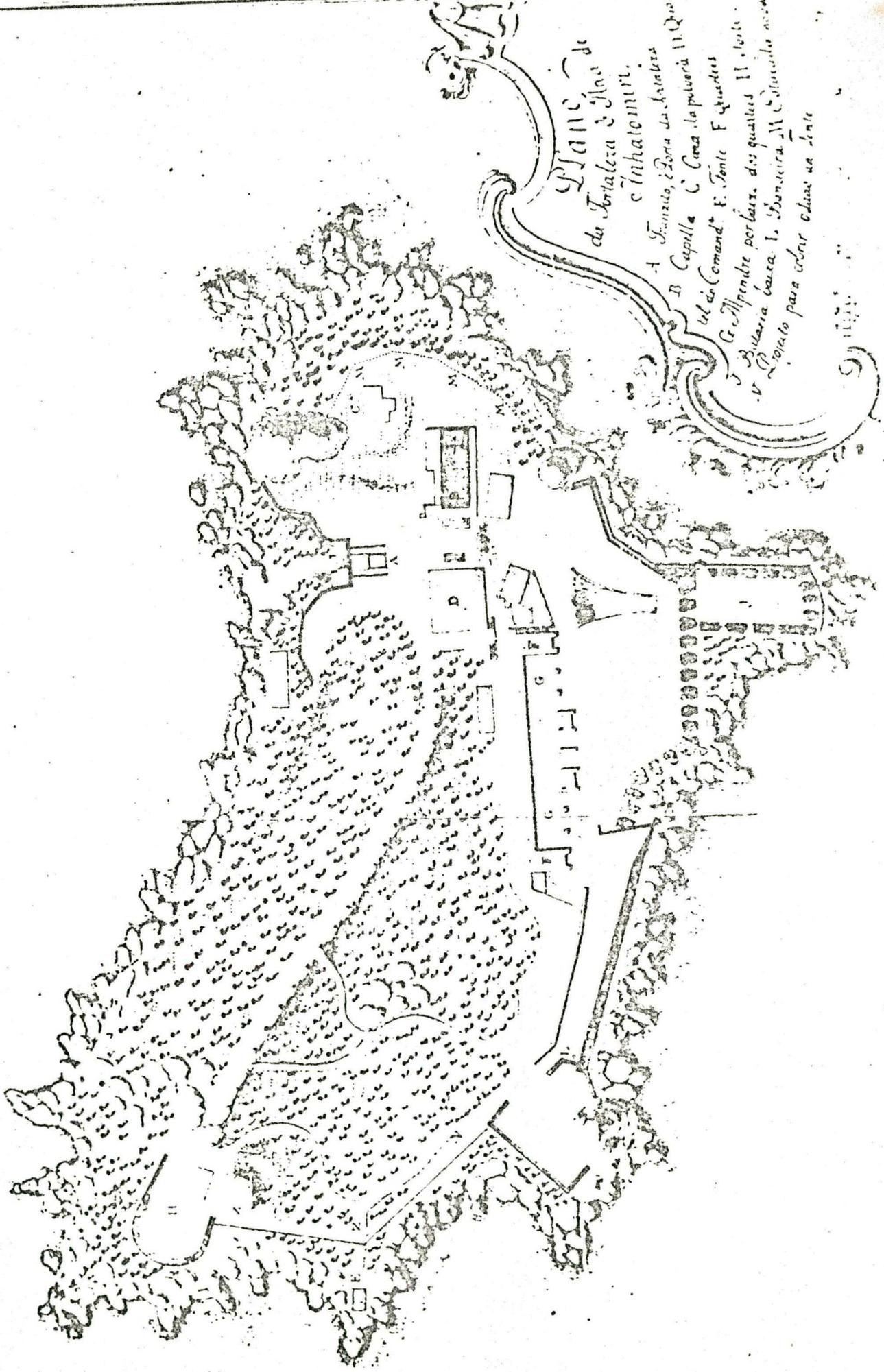
GRANDE ESTABLIMENTO
 1791-1792
 J. S. Rocco

GRANDE ESTABLIMENTO
 1791-1792

F. 56470

Plan de l'Isle de Ashburton, Province de la Nouvelle-Ecosse, par M. de la Roche, le 1791.

Fig. 5 - Plano da Fortaleza e Ilha de Anhatomirim, século XVIII. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Coleção Cartográfica, Santa Catarina - 1.^a Secção, cofre.



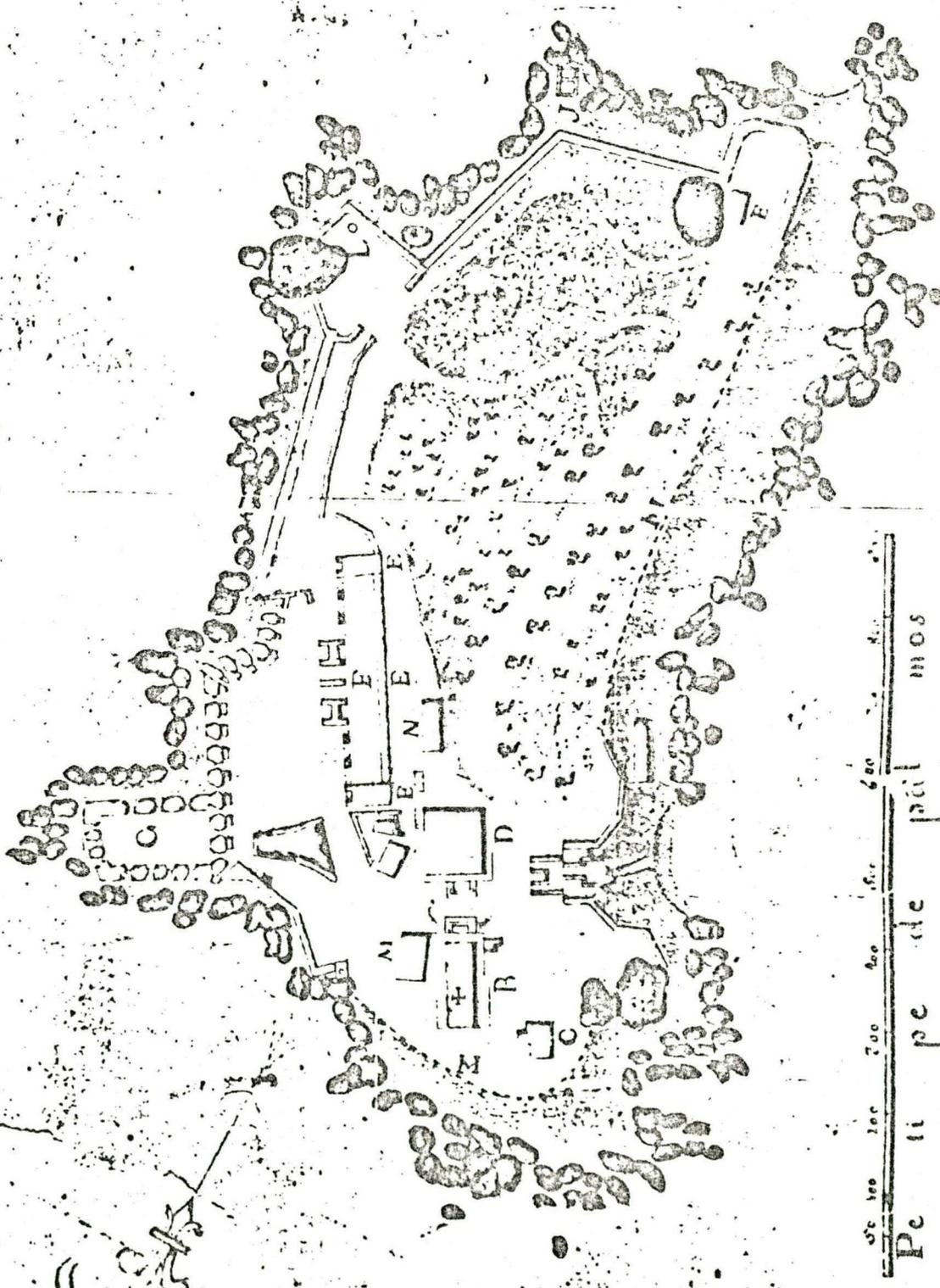
PLANVS

- de Fortalezza & Monasterio
 e Inhabitatione.
- A. Fanzico, e Zona da Fortaleza
 - B. Capella C. Cozinha da Fortaleza
 - D. Casa do Governador
 - E. Fonte F. Quadrado
 - G. Alpendre por baixo dos quaes H. Portão
 - I. Cozinha baixa L. Banheira M. Estimulo novo
 - N. Povoado para abitar chinas ao forte

111111

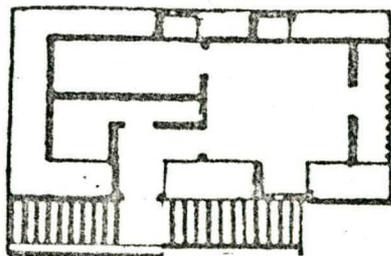
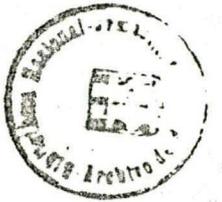
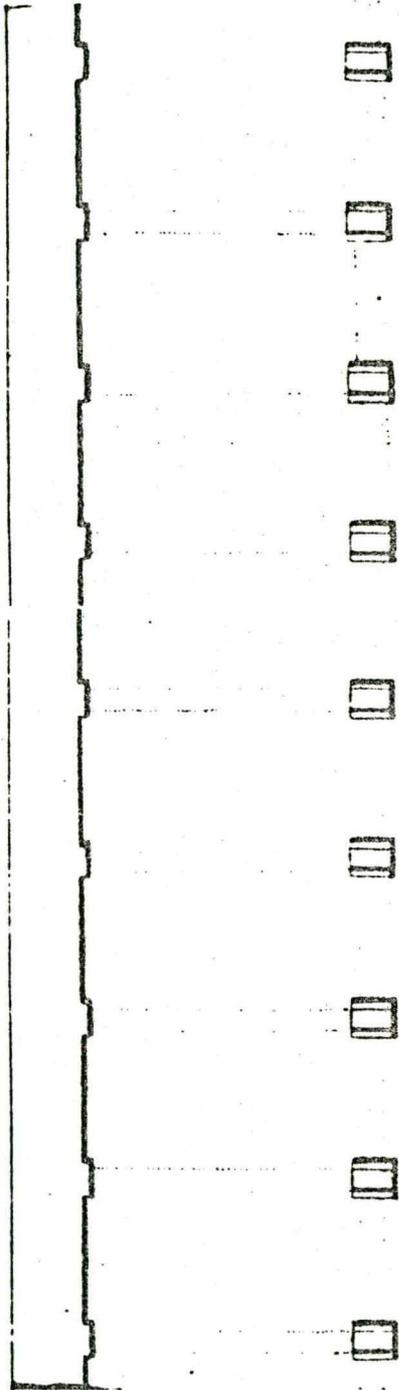
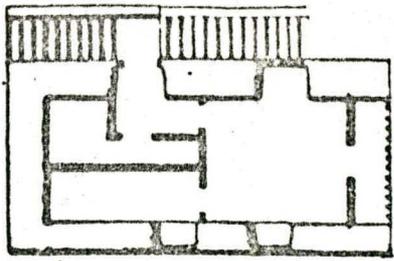
Fig.6 - Plano da Fortaleza de Anhatomirim. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1281, anexo 1.

A Transito e porta el Fort
 B Capela
 C Casa da poluora
 D Quartel do Comman
 E Quartel d Guarnicão
 F Alpendre pbaixed Qua
 G Baiana baixa
 H Palçada
 I Fonte
 J Pao dabandeira
 K Quartel dos Indios
 L Cozinha



0 100 200 300 400 500 600
 Paes de paes mos

Figs. 7 e 8 - Desenho dos Quartéis (fachada e plantas baixas) da Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim. Desenhado, possivelmente por José da Silva Paes em 1748. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Coleção Cartográfica - Santa Catarina, 1.^a Secção, cofre.



Handwritten text, possibly a name or title, written vertically on the left side of the page.



No ano de 1825, foi encarregado da Fortificação da Província de Santa Catarina, recebendo, para as despesas necessárias 6 contos de réis, o engenheiro militar, Francisco José Soares d'Andrêa.¹⁷

Em 19 de setembro de 1837, Patrício Antonio de Sepúlveda Everard fez, para o Presidente da Província, José Joaquim de Oliveira, um relatório, acompanhado de orçamento para reparos na Fortaleza de Santa Cruz. É desta época o comentário de Everard sobre a pouca importância desta fortaleza como ponto de defesa.

Em 1843, Jerônimo Francisco Coelho, então Capitão de Engenheiros foi solicitado a fazer uma inspeção na Fortaleza de Santa Cruz. Conseqüência dessa vistoria, o relatório apresentado, do qual transcrevemos uma parte:

A Fortaleza de Santa Cruz hē situada na pequena Ilha de Anható-Mirim, na barra do Norte, encostada para a parte da Terra firme, de quem está separada por hum canal de 100 braços de largura. Esta Ilha tem no seu maior comprimento 180 braças, e sua largura média he de 80. Seu contorno consiste todo em hum costão de pedras continuado: sō na parte que olha para a terra firme, hã hũa pequena praia de 10 braças de comprimento, que he o lugar de desembarque. Não obstante, em todo o costão, não sendo o vento extremamente forte, podem abordar pequenas embarcações. O terreno da Ilha em sua maior ellevação, acima do nível do mar, tem 90 palmos, em alguns lugares tem 38, em outros 62. A parte exterior as obras da Fortificação he quaze todo coberto de arbustos e alguns

¹⁷ Soares d'Andrêa, mais tarde, (1840) é feito Presidente da Província. Desta época temos a transformação do Forte de Santa Bárbara em Hospital Militar e a conservação das Fortalezas da Ilha, inclusive com o restabelecimento do Forte de São Luiz.

poucos arvoredos. A Fortaleza de Sta. Cruz está 8242 braças ao Norte do Forte de Sta. Anna do Estreito; e 2228 braças também ao Norte, da Fortaleza de Ratores e 2116 ao Oeste do Forte de S. José da Ponta Grossa.¹⁸

É interessante descrever os edifícios da fortaleza, segundo Jerônimo Coelho:

Elles consistem no Aquartelamento, Caza de Pólvora, Igreja, Caza do Comandante, Armazem de Palamentas, Cozinha, e Caza de Bandeiras ou para empregados da Fortaleza.

O Aquartelamento está situado no terraplano da bateria, que olha para abarra. He hum grande edifício, construído sobre arcos, de 308 pes de comprimento sobre 50 de largura, ellevando-se do pé até as cimalthas a altura de 50 pés. Suas paredes são de 4 pes e 1/2 de expressura: as lateraes e a parede da frente, ressalta para fóra em hum talud igual aos dos gigantes: em summa o aspecto desta obra offerece a hum tempo rudeza e força e promette hũa duração centenar.

Esta obra, enquanto edifício, he hum bom quartel para a guarnição; porem considerada pelo lado da fortificação, he, um vão de util prejudicial, porque sua posição na bateria, e a consideravel ellevação sobre o terraplano o torvão summamente no posto e no cazo de ser batida a Fortaleza, ao choque das ballas, elle desabaria em ruinas, produziria o entulho da bateria e tornaria assim os defensores nullos e indefesos. Convem pois deixar ao tempo o cuidado de o destruir, tratando-o quando seja possível, de construir hum outro quartel para a guarnição, e em lugar a coberto dos tiros inimigos.

A caza da pólvora he hum edifício de hum andar com armazem inferiormente construído em abóbada à prova de bomba. Tem de frente 36 palmos, de fundo 47 e de altura o sobrado inclusive 32 palmos. Exceptuando a eminencia, em que está collocado o mastro da bandeira, he situado o Armazem da polvora no lugar mais proeminente da Ilha.

¹⁸ Livro dos Engenheiros, nº 192 (1846-57), Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Custa assim, que se tivesse construído mais à descoberto e completamente exposto, o edifício, cujo resguardo interessa mais que tudo a segurança imediata da guarnição. Por sua posição elevada, por sua proximidade à igreja, elle está sujeito ao incendio do raio, a que por vezes tem escapado. Dir-se-há em verdade, que o local da casa da pólvora foi muito mal escolhido em relação ao céu e a serra. Podem daquella chover-lhe os raios, e desta ferver-lhe as ballas! Hũa nova casa de pólvora em lugar apropriado, será a todo o tempo o único remédio.

A Igreja he hum edificio arruinado e prestes a desabar, por que tem abatido quase todo o telhado e hũa das paredes muito pensa fóra do plano vertical. Ella está em situação eminente e exposta, ao tempo não tardará a concluir o começado beneficio de sua destruição, eliminando deste modo mais hum alvo dos tiros do inimigo.

A casa do Comandante he hum edificio de má construção. Como seja sobrado, e sito em lugar elevado, participa do defeito comum de ser exposto. Tem 72 palmos de frente, e 78 de fundo. Acha-se hum tanto arruinada, principalmente no que respeita a madeirame, telhado e ferragens.

Os edificios restantes são de tão pouca consideração, que nem mereceu descrição detalhada.¹⁹

Cabe-nos fazer, aqui, uma observação quanto ao prédio maior desse conjunto militar: o Aquartelamento.

No desenho original que consta desse trabalho (figs. 7 e 8) o prédio se apresenta com suas arcadas abertas e sem contrafortes.

Ora, no relatório anteriormente transcrito, vemos a descrição das paredes da frente que "ressalta para fóra em hum talud igual aos dos gigantes". Tanto esse muro em forma de

¹⁹ Livro dos Engenheiros, nº 192 (1846-47) - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

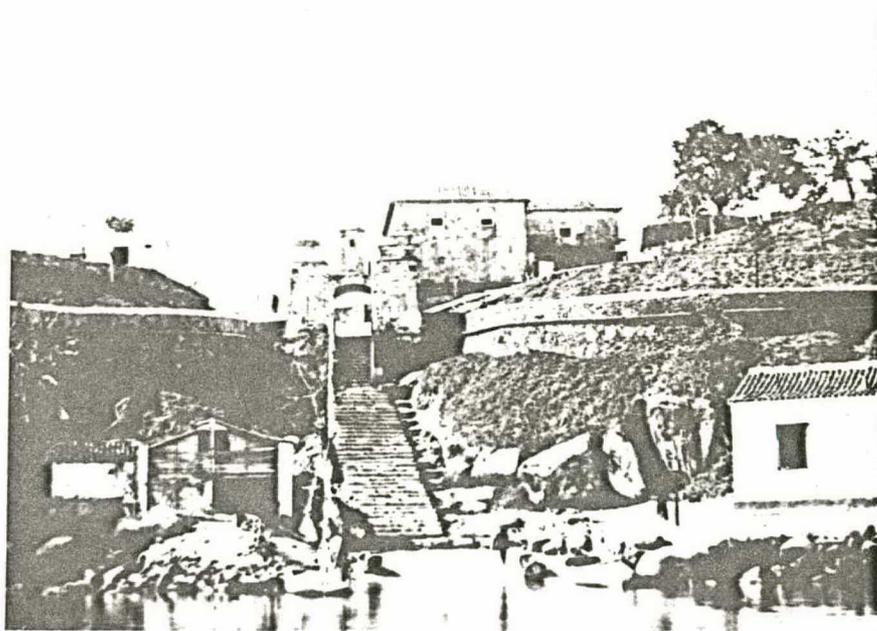


Fig.11 - Fortaleza de Santa Cruz - Ilha de Anhatomirim. Portal de acesso e de de mais construções em foto do século passado.

talude, como os contrafortes dos ângulos da fachada, devem ter sido construídos muitos anos após o conjunto. Outra hipótese seria a de ter o próprio Silva Paes ou o responsável pela obra, acrescentado os muros de contraforte para proporcionar melhor estabilidade à construção. (v.fig. 9).

Em 1850 foi realizada uma vistoria na fortaleza, a fim de se verificar as condições da mesma e os reparos necessários. Essa inspeção foi levada a efeito por Patrício Antonio Sepúlveda Everard, Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros.

O Coronel Everard, fez um minucioso relatório (mais um dentre os vários já realizados) ao Presidente da Província, sobre o conjunto militar, especificando os reparos que cada edifício necessitava.

Diz o relator que o Quartel do Comandante, a maior construção da Ilha, ameaçava desabar e tinha o telhado em ruínas, o mesmo acontecendo com as outras construções.

Nessa época existiam na fortaleza 43 peças de calibres 24, 18, 12, 9 e 3, que, segundo o Coronel, estavam montadas sobre reparos pobres, sem condições de funcionar.

Nos finais do século XIX, outras reformas e reparos foram realizados. Provavelmente nessa época tenha sido construído um novo paiol de munições, tendo o mesmo recebido a antiga portada de lioz que pertencera, anteriormente, à capela da fortaleza.²⁰

²⁰ A Capela da Fortaleza não mais existe.

Segundo o mesmo relatório, os edifícios da fortaleza não estavam ao total abrigo do fogo, não tendo, por isso, grande segurança em caso de invasão.

Em certo trecho de seu relatório, o Coronel Everard diz o seguinte:

Situada a huma legoa de Ratoes e a duas da Ponta Grossa, não tem cruzamento, nem flanqueamentos, e, por isso só pode abrigar as embarcações que fundeão de baixo de suas baterias, e para esse fim, segundo o espirito do officio de V. Ex.^a, convem montar-lhe, e guarnecer-lhe de gente.²¹

Em 1863, foi indicado pelo 1º Tenente de Engenheiros, André Pinto Rebouças, para administrador das obras da Fortaleza de Santa Cruz, o Sr. Lúcio Hypólito de Camargo, morador na povoação das Tijuquinhas.

Em resumo: desde 1780, vistorias foram realizadas e relatórios foram escritos sobre a situação decadente da Fortaleza de Santa Cruz. Entretanto, nada há de concreto sobre uma possível obra de restauração.

Com o passar dos anos, a fortaleza de Santa Cruz, cada vez em maior decadência, foi perdendo suas formas majestosas.

De 1894 em diante, a fortaleza serviu de prisão militar, época em que teve sua história marcada pelo brutal fuzilamento de 185 pessoas, dentre elas o Barão de Batovi e ou-

²¹ Livro dos Engenheiros, nº 192 (1846 a 1857) - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

tros elementos da sociedade catarinense que foram contrários ao governo Floriano Peixoto.

Em 1878, Belisio Caetano Ferreira Leite, Alferes Comandante da Fortaleza de Santa Cruz, relatou aos órgãos competentes do Exército, a situação de sua fortaleza:

Os prédios construídos n'esta Fortaleza, somente o da residencia do comandante de nenhum reparo precisa, visto não damno algum. Os de mais estão bastantes estragados com especialidade o em que residem os paisanos empregados como remadores, n'este estabelecimento que fica junto ao porto, onde está sujeito as excavações produzidas pelas águas.

O paiol para munições é de construcção regular e não tem para-raio, por isso, que está sujeito a um desastre, visto ali existir grande quantidade de polvora encaixotada, não obstante sua construcção ter tido lugar em um dos pontos mais defensível da Fortificação.²²

O porto da Fortaleza, que era calçado, também apresentava esse calçamento totalmente em desordem, necessitando de um reparo.

A seguir, a Ilha de Anhatomirim e sua fortaleza, passou para a administração do Ministério da Marinha, partindo daí seu continuado declínio e ruína, motivados por saques e roubos.

Nos últimos cinco anos, iniciou-se a restauração das construções da Ilha de Anhatomirim, estando os trabalhos em processo lento, mas já deixando antever a beleza que ficará com o conjunto de edificações completamente restaurado.

²² Relatório da Fortaleza de Santa Cruz. Rio de Janeiro, Arquivo do Exército. Doc. nº 39.

Logo após a construção da fortaleza de Santa Cruz, Silva Paes projetou as fortalezas de São José da Ponta Grossa e Santo Antonio.



2.1.2 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa

Localizada na ponta norte da Ilha de Santa Catarina, a fortaleza de São José (v. figs. 12, 13, 14, 15 e 16) hoje, praticamente em ruínas, situava-se junto à pequena bateria de São Caetano, hoje quase inteiramente desaparecida.

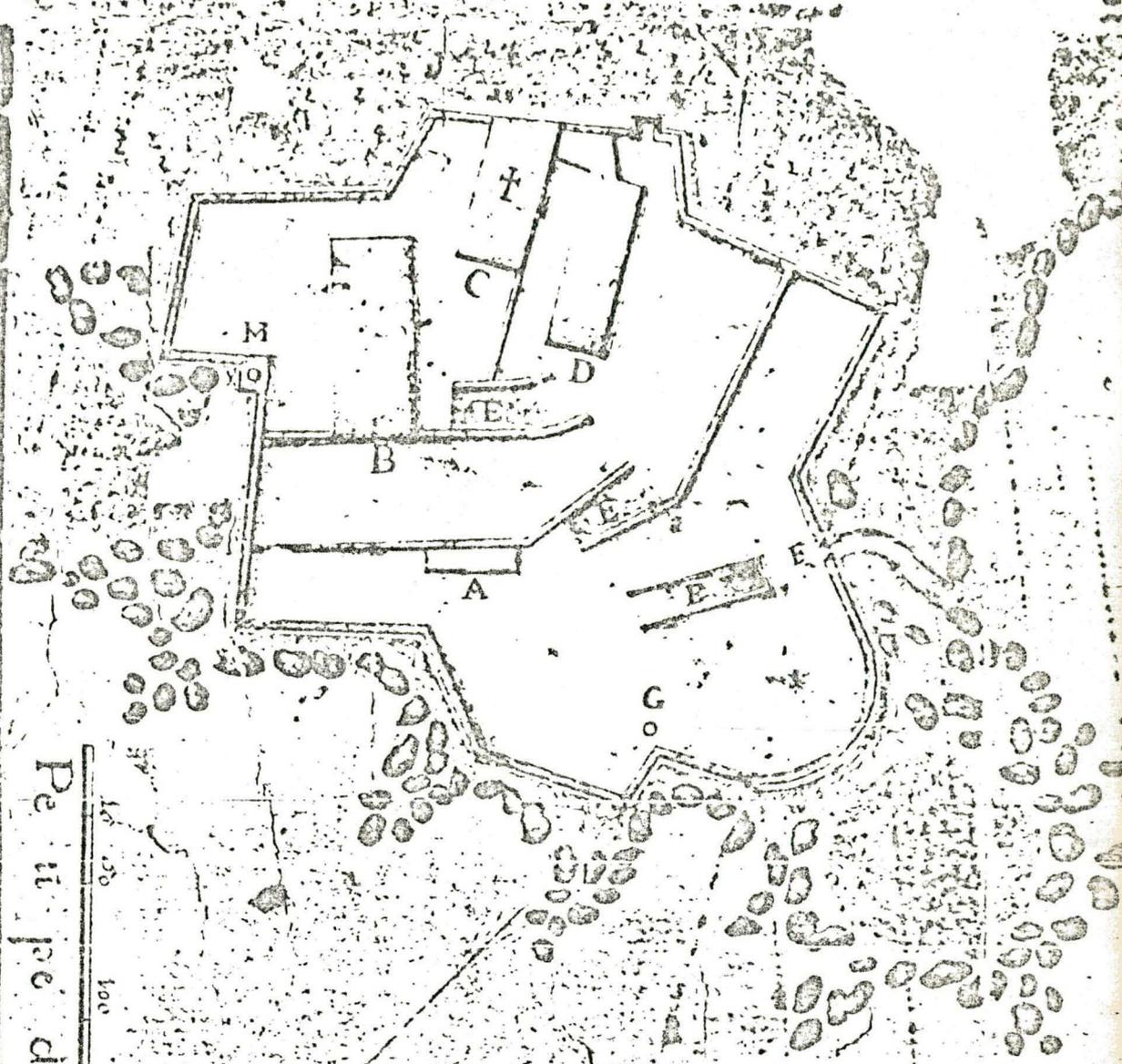
Sua construção teve início em 1740, obedecendo risco de Silva Paes, e sua localização, quase defronte à Ilha de Anhatomirim, nos mostra a intensão de Silva Paes em usar o sistema de fogo cruzado, que vimos não ter funcionado, não sō pela deficiência do material bélico, mas também pela distância entre as duas fortalezas. (Santa Cruz e São José).

Quando da tomadã da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis de Zeballos, a fortaleza de São José caiu nas mãos do invasor, sendo seu Comandante durante o triste episódio, o Capitão Simão Rodrigues de Proença, que morreu na prisão em virtude do seu ato de covardia ao entregar a fortaleza aos espanhóis.

Não encontramos documentos relativos a restaurações na fortaleza de São José. Nenhum relatório de engenheiro foi por nōs encontrado, motivo pelo qual deixamos de relatar maiores detalhes sobre a citada fortaleza.

As ruínas que hoje restam do edifício, podem, ainda, nos dar uma ligeira noção do que foi a construção em seus

Fig.12 - Plano da Fortaleza de Ponta Grossa. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1281 - anexo 4.



Pe n i p e d e p a l m o s



ENTELAGEM EXECUTADA
 NAS OFICINAS DA
 DIRETORIA DO SERVIÇO
 GEOGRAFICO
 1281

Plano d'Fort. d'P.^{ta} Grossa
 A Corpo da Guarda
 B Quartel do Comandante
 C Capela
 D Quarteis d'Guarnição
 E Ramplas
 F Porta d'Fortaleza
 G Pao da bandeira
 M Commua s.

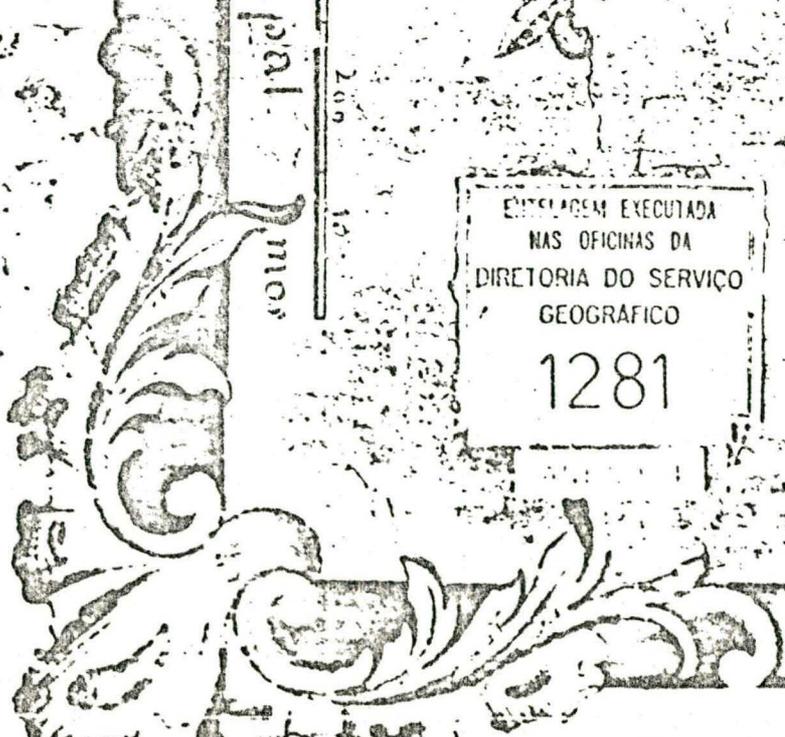
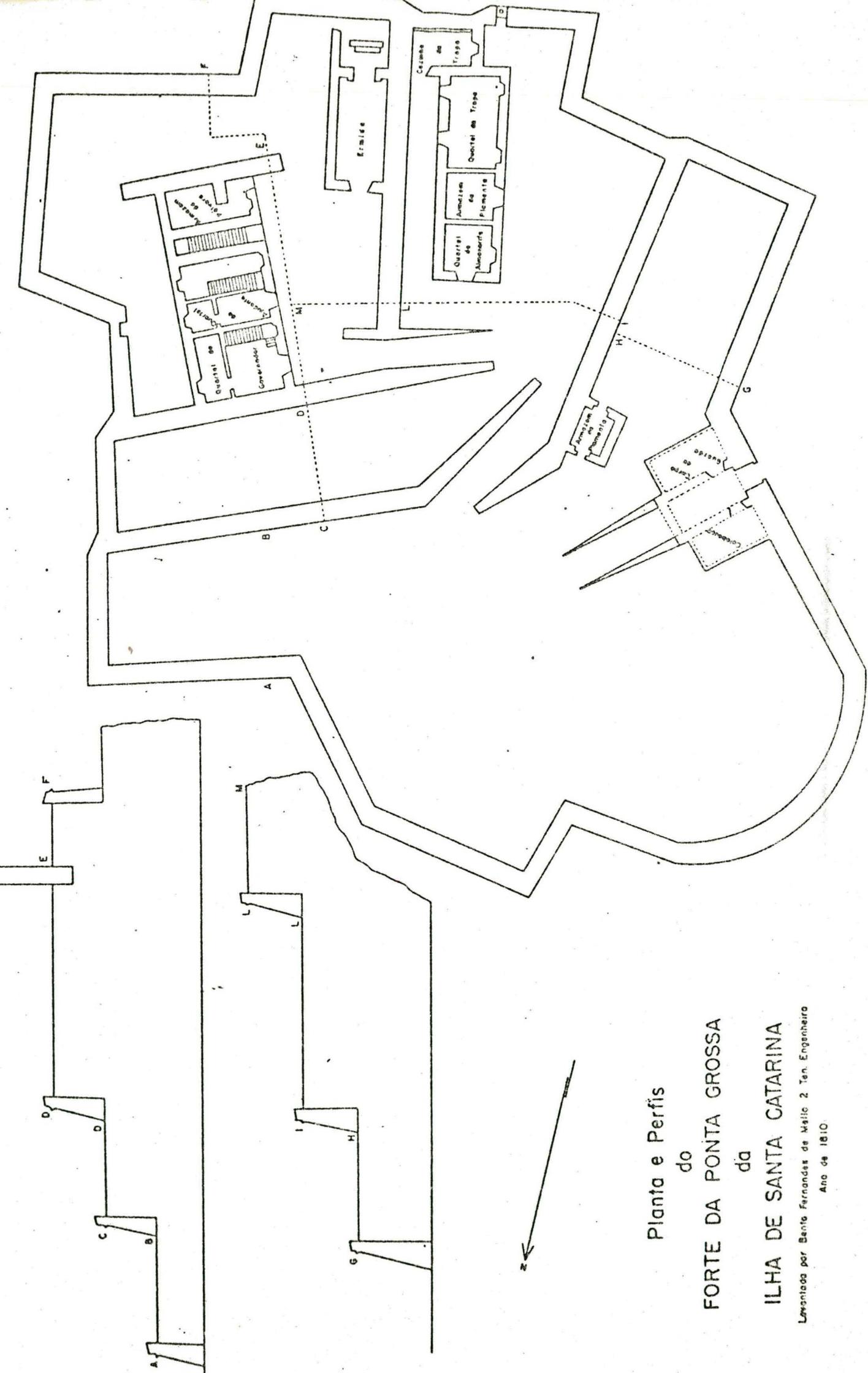
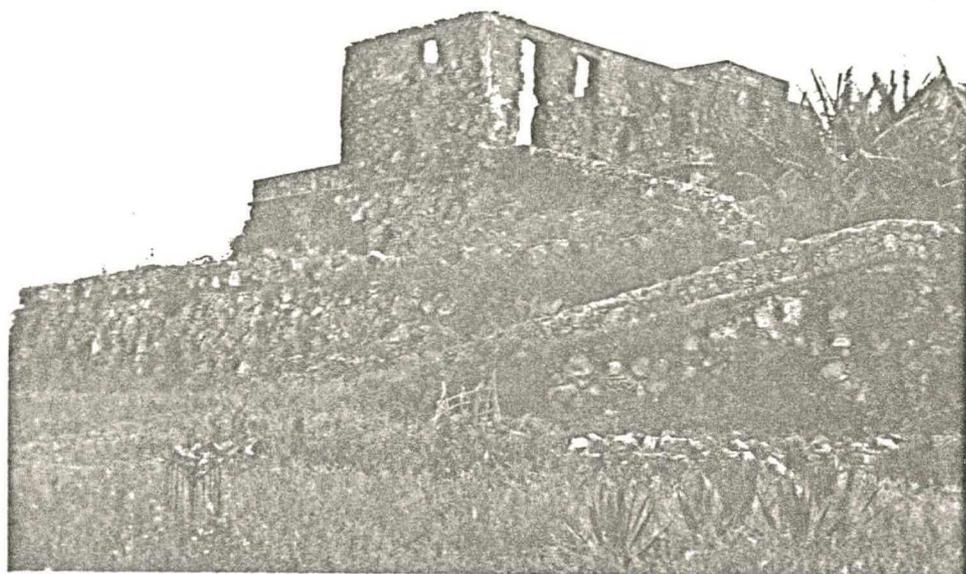


Fig.13 - Planta e Perfis do Forte da Ponta Grossa da Ilha de Santa Catarina. Levantada por Bento Fernandes de Mello, Segundo Tenente Engenheiro - ano de 1810. (Cópia de Hélio Lange, da Universidade Federal de Santa Catarina, de microfilme do Centro de Operações Cartográficas do Exército, Rio de Janeiro).



Planta e Perfis
do
FORTE DA PONTA GROSSA
da
ILHA DE SANTA CATARINA

Levantada por Santo Fernandes de Mello 2 Ten. Engenheiro
Ano de 1810



*Fig.14 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa -
Vista do prédio do Quartel e parte dos
terraplenos.*



*Fig.15 - Fortaleza de São José da Ponta Grossa -
Capela restaurada e parte dos contrafor-
tes do prédio do Quartel.*

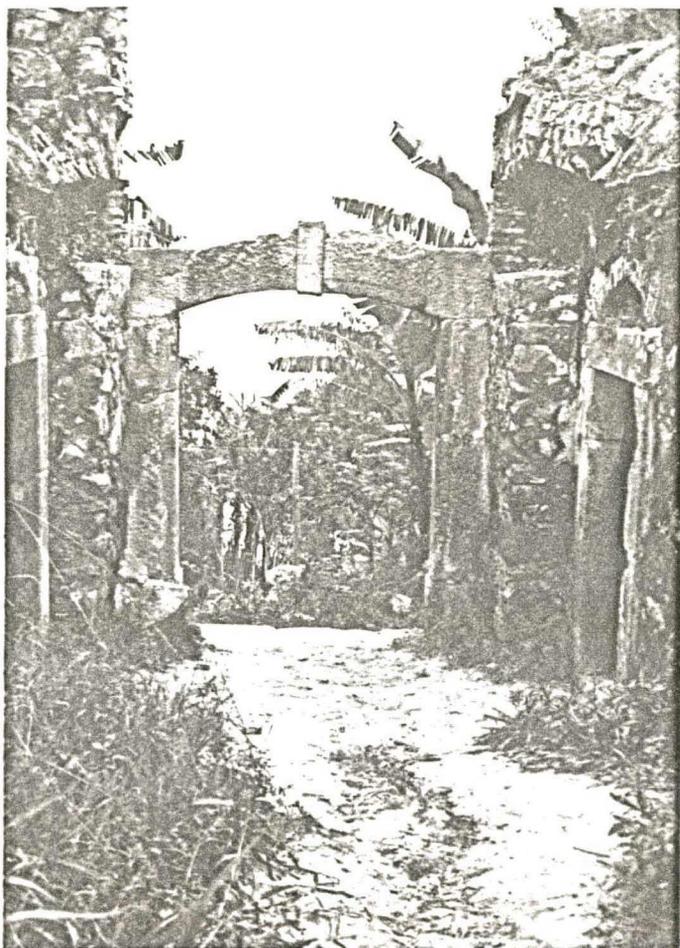


Fig.16 - Arco e rampa de acesso à fortaleza de São José. A esquerda casa da guarda e a direita entrada da prisão.

primórdios.

Era composta de Quartel do Comando, Capela, Armazém da Pólvora, Quartéis da Tropa, Casas da Palamenta, Cozinha, Prisões e Rampas. Todas essas construções ainda são visíveis em suas ruínas, e as muralhas se conservam razoavelmente, bem como as prisões.

Após a criação da COTESPHAN (Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Florianópolis) foi levantada a hipótese de se realizar a restauração da Fortaleza de São José. Tendo sido acertado tal trabalho de restauro, o mesmo foi entregue ao arquiteto paranaense Ciro Correa de Oliveira Lyra.

A Prefeitura de Florianópolis, com a escassa verba que possuía para tal trabalho, conseguiu que fosse realizada a restauração do Quartel do Comando, bem como da Capela, ficando os outros edifícios para serem restaurados posteriormente.

Assim, temos apenas uma parte da Fortaleza de São José restaurada, estando hoje em dia, novamente abandonada, esperando a lembrança das autoridades.

A Fortaleza de São José, cujas construções são inferiores, em tamanho, à Fortaleza de Santa Cruz, possui um sistema arquitetônico, onde se pode evidenciar os terraços de acesso, estando as principais construções localizadas no alto desses terraplenos.

As prisões da Fortaleza ficam separadas do corpo principal da fortaleza. Seus muros possuem, nos principais ângulos, guaritas, algumas ainda nos respectivos locais de origem, outras caídas e com partes destruídas.

O sistema de rampas de acesso, dá uma excelente visão de conjunto, fazendo com que seja essa fortaleza considerada uma das mais belas do sul do Brasil, tanto pelo seu conjunto arquitetônico como pela localização.

2.1.3 - Fortaleza de Santo Antonio

Na Ilha do Raton Grande encontra-se a fortaleza de Santo Antonio, (v. figs. 17, 18, 19, 20 e 21) terceira do conjunto *triangular* criado por Silva Paes, para servir a defesa da Barra Norte da Ilha de Santa Catarina.

Sua construção teve início em 1740, juntamente com os trabalhos da fortaleza de São José.

Não encontramos nenhum documento que nos desse subsídios para uma análise mais detalhada da Fortaleza de Santo Antonio, a não ser um relatório de 24 de janeiro de 1899, onde o Alferes Belisio Ferreira Leite comenta o péssimo estado dos prédios da Fortaleza.²³

O Dr. Remedios Monteiro, que esteve, como cirurgião,

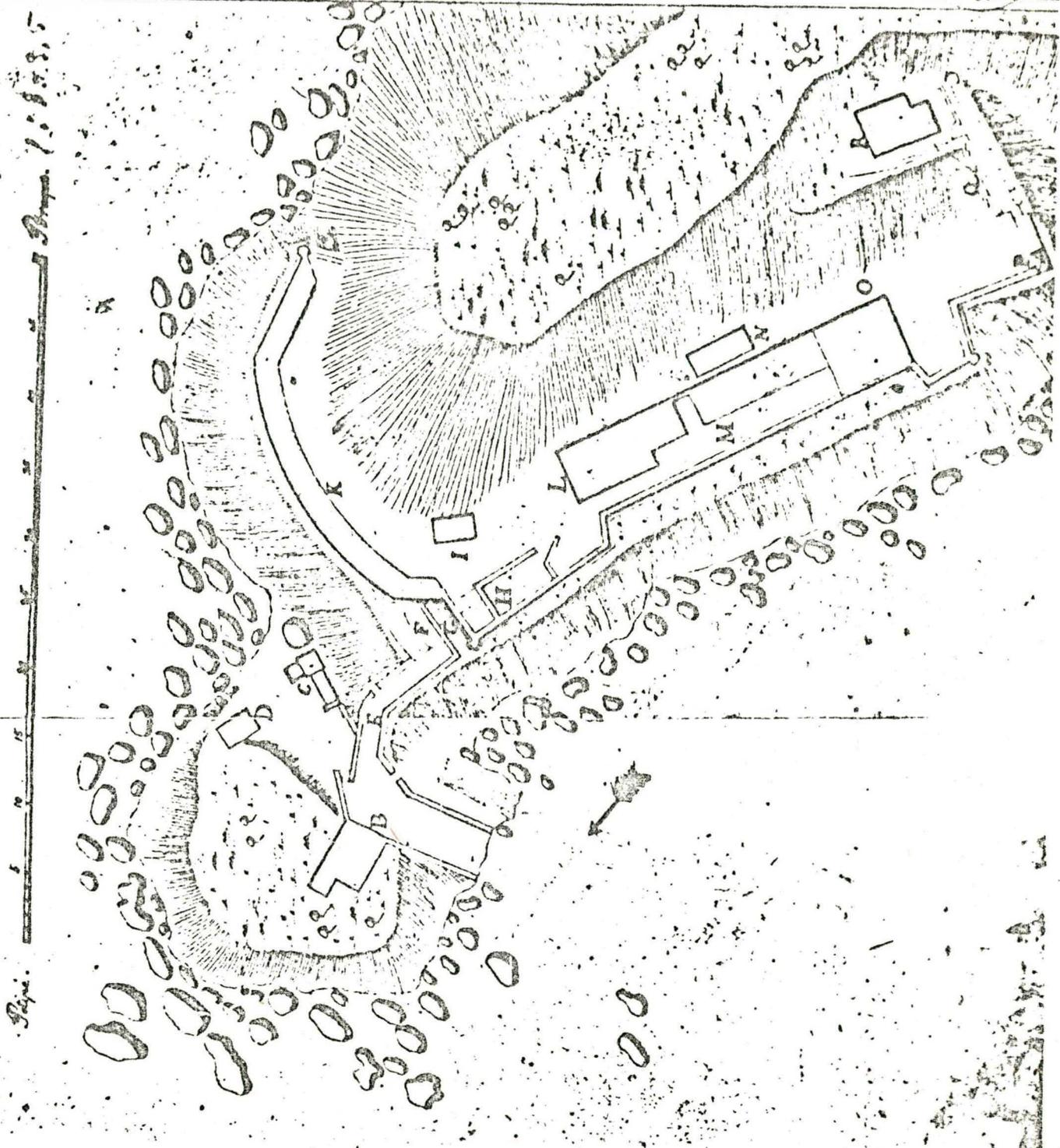
²³ Relatório da Fortaleza dos Ratonos. Rio de Janeiro, Arquivo do Exército, doc. nº 39.

*Fig.17 - Planta da Fortaleza de Santo Antonio na
Ilha dos Ratoes. Rio de Janeiro, Centro
de Operações Cartográficas do Exército.
S/d.*

PLANTA DA FORTALEZA DE S. A.
 NA ILHA DOS RATOS

Declaração das letras.

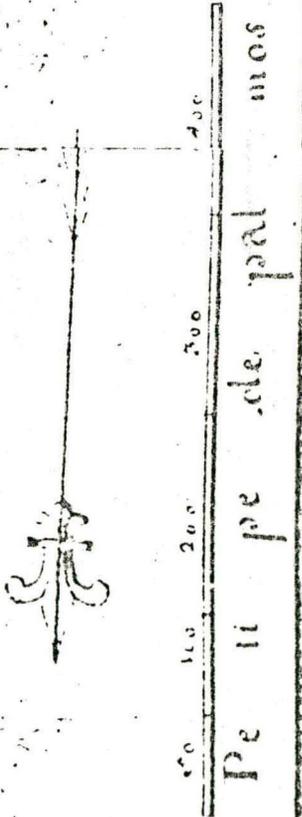
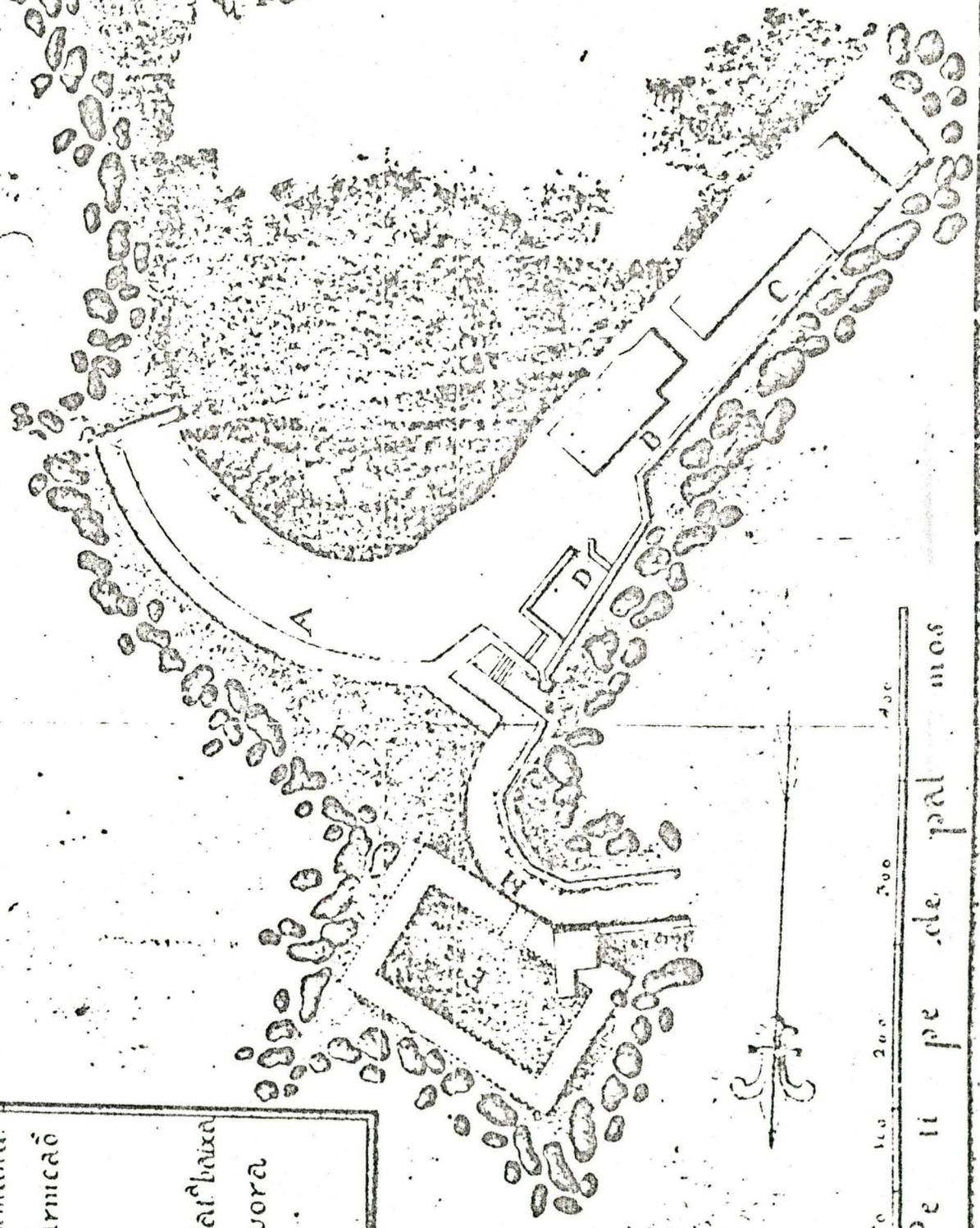
- A. Porta.
- B. Armazém e casa do Comandante.
- C. Fonte.
- D. Cozinha dos Soldados.
- E. Calçada que conduz á Porta.
- F. Parada.
- G. Porta e Corpo de Guardas.
- H. Rampa.
- I. Casa do Palaneteiro.
- K. Portaria e Praça.
- L. Casa de Comandante.
- M. Quartel e Armazém.
- N. Cozinha.
- O. Quartel dos Officiaes.
- P. Casa do Alcaide.
- Q. Lenda q' está p' a Casa do Palaneteiro.
- R. Casa do Alcaide.



Segu. 1:1000

Fig.18 - Plano da Fortaleza dos Ratores. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1281-anexo 2.

Planed Fort d'Alto
 nes
 A Barraca
 B Quartel do Commande
 C Quartel d'Guardia
 D R ampla
 E Fonte
 F Projeto d'luã Barba
 G Casa d'apolvera
 H Fosso



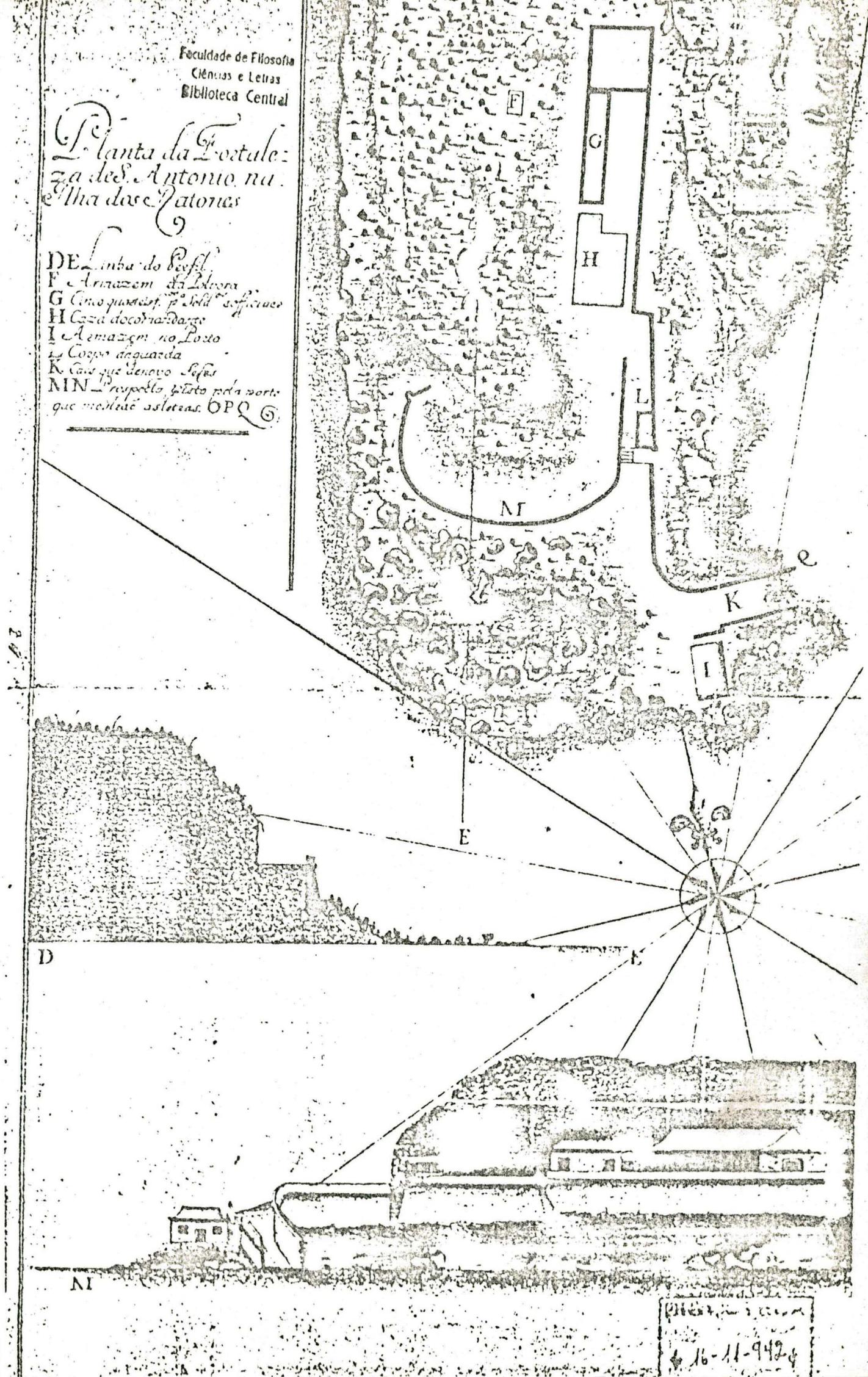
227

Fig.19 - Planta da Fortaleza de Santo Antonio na Ilha dos Ratoes. Florianópolis, Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. Cópia do arquivo particular da autora.

Faculdade de Filosofia
 Ciências e Letras
 Biblioteca Central

Planta da Fortaleza de S. Antonio na Ilha das Ilhas

DE S. Antonio do Recife
 F Armazen da Alcaide
 G Casa que os Reis p. sold. officiaes
 H Casa do coronado
 I Armazen no Porto
 L Corpo de guarda
 K Casa que deuovo S. J. de
 MIN Armazen p. sold. p. a. port.
 que medita asleas. OPQ



16-11-942

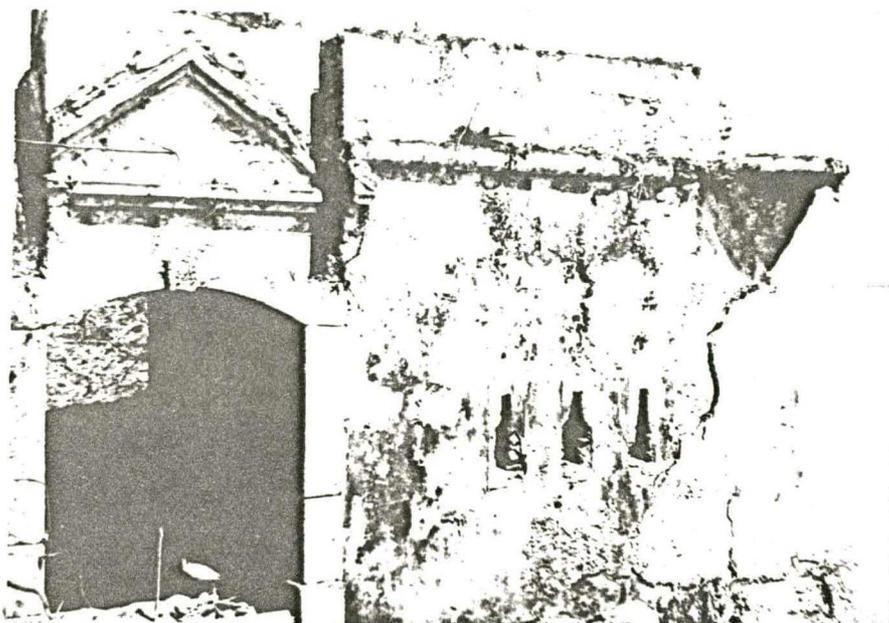


Fig.20 - Fortaleza de Santo Antonio da Ilha do Raton Grande - Vista do p^ortico de entrada.



Fig.21 - Fortaleza de Santo Antonio da Ilha do Raton Grande - Muros internos em ruínas.

na Fortaleza dos Ratores, disse dela o seguinte:

Quantas vezes, quando estive comissionado na fortaleza dos Ratores, sentado em suas muralhas, vendo o sol desaparecer no horizonte e ouvindo em torno o marulhar do oceano, perguntei tristemente a mim mesmo: — Quem delineou e executou essas obras de arte bellica, como as da Ponta Grossa, Santa Cruz e as do Ilhêo em que estou, que ficaram nestas plagas com um padrão de glória anonyma?...

Quanto custaram? quantos annos levaram a edificar essas fortalezas?...

Nessas occasiões vinham-me à memória os velhos "schlosses" que vi na Allemanha. Lá olha-se para esses velhos e arruinados castellos com respeito e curiosidade; aqui passa-se com a maior indifferença, por essas edificações notaveis e grandiosas, que, de pẽ umas, outras em ruinas, servem de testemunho do patriotismo dos antigos.

Uma análise atual do monumento torna-se difícil, uma vez que uma grande vegetação cobre, parcialmente, os edifícios do conjunto. Entretanto, em recente visita às ruínas, constatamos o maravilhoso acervo arquitetônico que temos à disposição. Quase todas as paredes dos edifícios ainda permanecem de pẽ, bem como parte das muralhas, embora não exista mais cobertura.

Uma limpeza e uma ligeira conservação farão das ruínas da fortaleza de Santo Antonio um dos maiores monumentos históricos de Santa Catarina.

2.1.4 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição

²⁴ VÁRZEA, Virgilio. Santa Catharina. p. 215-216.

²⁵ Na obra de Oswaldo Cabral, "As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colonial", entre as páginas 38-39 encontram-se fotos da Fortaleza de Santo Antonio na época em que as construções eram visíveis.

Na Ilha de Araçatuba, na Barra Sul da Ilha de Santa Catarina, encontra-se a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, (v. figs. 22, 23, 24, 25 e 26). Projetada em 1742 por Silva Paes, essa fortaleza acha-se hoje em ruínas, embora na década de 30, estivesse ainda em condições de receber presos políticos.

Em 1780, a fortaleza da Barra Sul sofreu uma série de reformas, solicitadas pelo então governador da Província ao Vice-Rei, D. Luiz de Vasconcelos. Outros reparos foram levados a efeito em 1850, sob orientação do Coronel Patrício Antonio de Sepúlveda Everard, que assim descreve, em parte do seu relatório ao Presidente da Província, Dr. João José Coutinho, a fortaleza da Barra Sul:

... Acha-se esta fortaleza construída n'aquella Barra, sobr'uma pequena ilha de pecimo porto en'a ponta dos naufragados, e a ilha Grande dos Papagaios, distando desta 50 braças, d'aquella 150, e do continente de 400 a 500, mais ou menos, de maneira que os tiros dirigidos para esta parte, cruzão o canal da pinheira, e ainda vão empregar-se na praia do mesmo nome; defendendo assim a entrada pelos dois canaes d'Este e Oeste, cuja defeza seria completa, collocada em canhoeira no primeiro d'estes, entr'a terra firme, e a sobredita Ilha dos Papagaios e occupando as sumidades dos dous padrastos; esta Ilha e o morro dos naufragados.

A fortificação reduz-se a um reducto circular, que pode montar 8 peças, e huma bateria que defende o porto e que pode montar quatro (...). Os edificios são os seguintes: casa da guarda, com arrecadação da bateria do porto. Quartel do Almoxtarifade. Dito do ajudante, dito do Comandante, com o Quartel da guarnição contíguo... (...). Esta fortificação posto que pequena he a que mais influencia tem, pela sua localidade, na defeza da entrada da Província; e a chave da barra em que existe e preenche a fim d'evitar que por ella entrem navios, a aprezar outros que os

Fig.22 - Plano da Fortaleza da Barra do Sul. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1281 anexo 3.

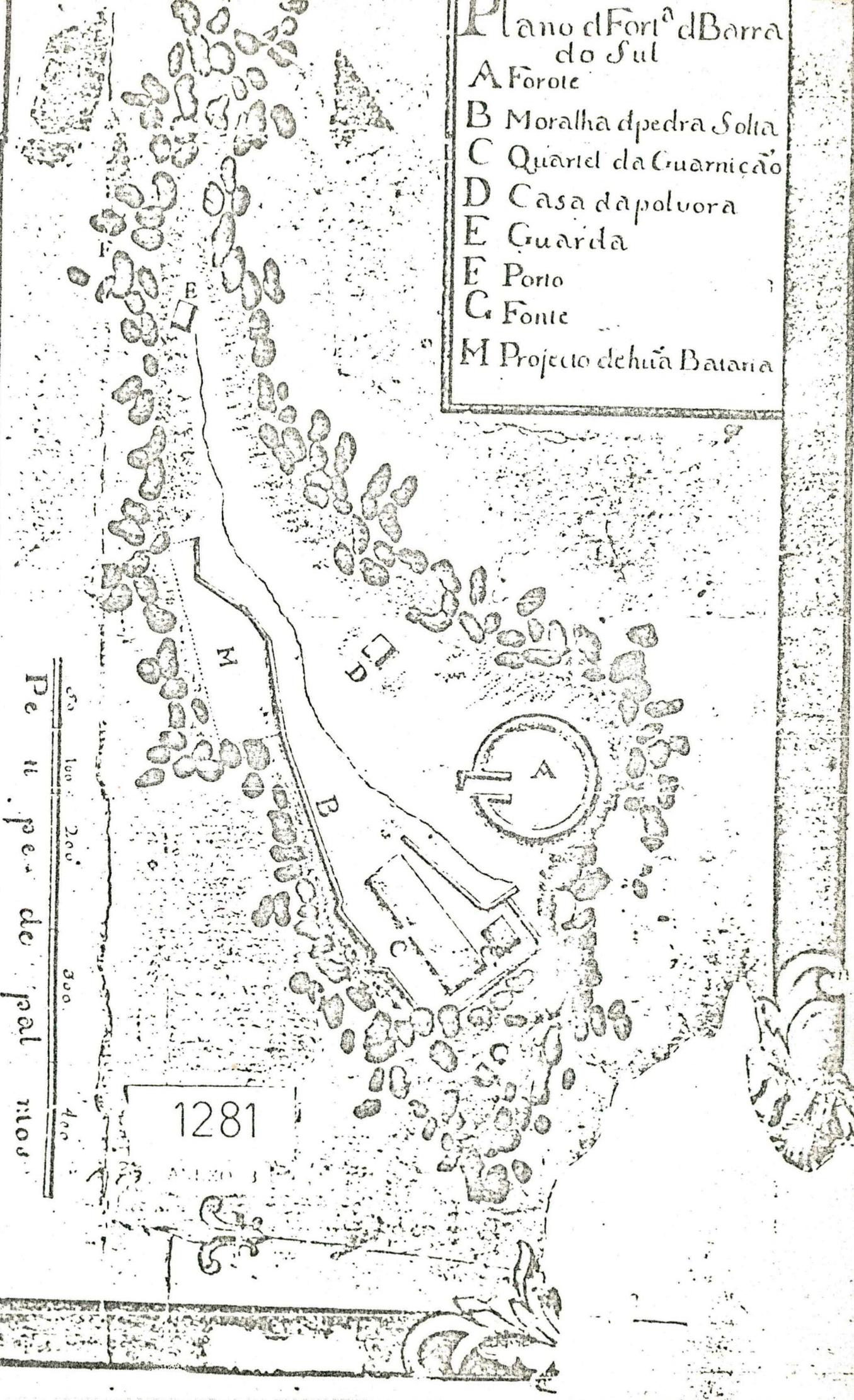
Plano dFort^a dBarra
do Sul

- A Forote
- B Moralha dpedra Solta
- C Quartel da Guarnição
- D Casa da polvora
- E Guarda
- E Porto
- G Fonte
- M Projecto de huã Bateria

Pe
n
per
de
pal
mos

0 100 200 300 400

1281



*Fig.23 - Planta do Forte de Nossa Senhora da Con
ceição na pequena Ilha situada na Barra
do Sul da Ilha de Santa Catarina. Rio de
Janeiro, Centro de Operações Cartográfica
cas do Exército. S/d.*

PARQUE MILITAR DO
 SECCIÃO DIVISÃO
 CLASSE N.º 1.
 IMPÉRIO DO BRASIL

Plano de Posto de Armas e Munições do Comando
 em sua propriedade. Situa-se no Município de São Paulo de Minas
 de São Paulo, Estado de São Paulo.
 A
 B
 C
 D
 E
 F
 G
 H

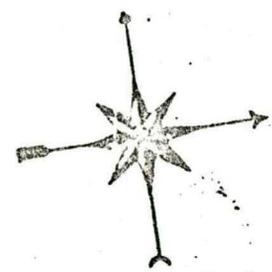
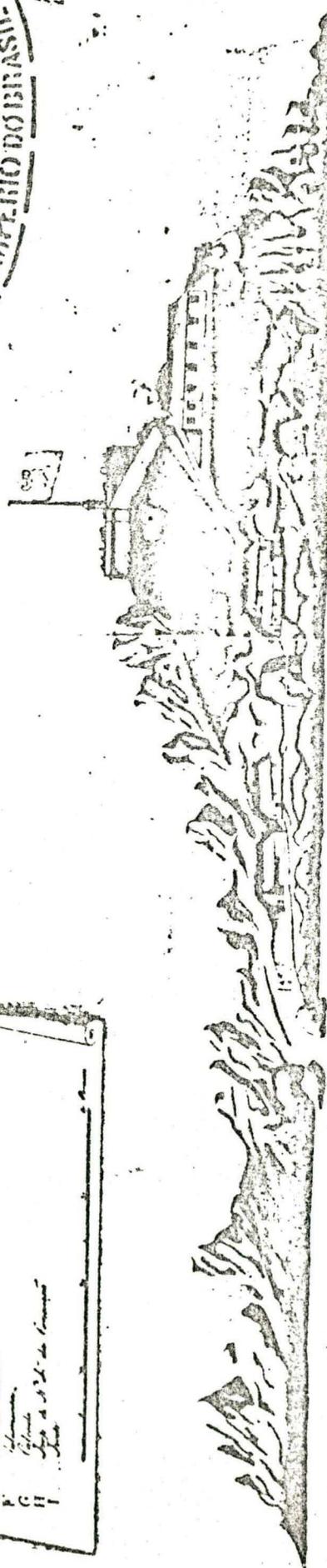
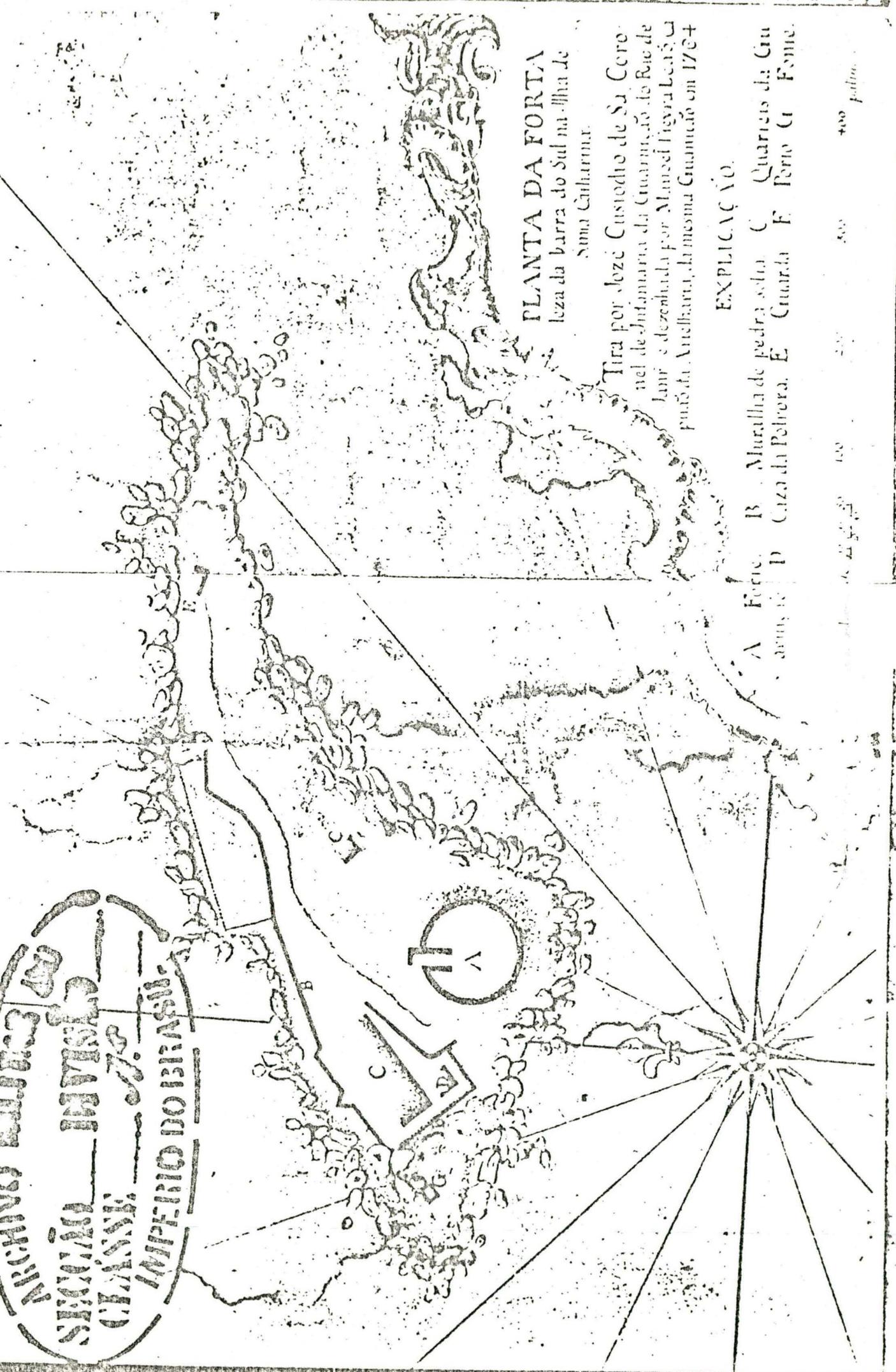


Fig. 24 - Planta da Fortaleza da Barra do Sul na Ilha de Santa Catarina. Tirada por José Custódio de Sá, Coronel de Infantaria da Guarnição do Rio de Janeiro e desenhada por Manoel Vieyra Leão, Capitão da Artilharia da mesma Guarnição em 1764. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1276.

MICHAVIA ELLIOTT
 SHAW - INVISI
 CLASSIC
 IMPERIO DO BRASIL



PLANTA DA FORTA

leza da barra do Sul na Ilha de
 Santa Catharina.

Tira por Jozé Custodio de Sa. Cere
 nel de Jufamaria da Guarnição do Rio de
 Janeiro e dezenhada por Manoel Figueira Leão. U
 puão da Antelhana, da mesma Guarnição em 1764

EXPLICACAO.

- A Fozes
- B Muralla de pedra secca
- C Quartels da Guarnição
- D Caza da Pedreira
- E Guarda F
- F Porto G Fome.

400 palmos

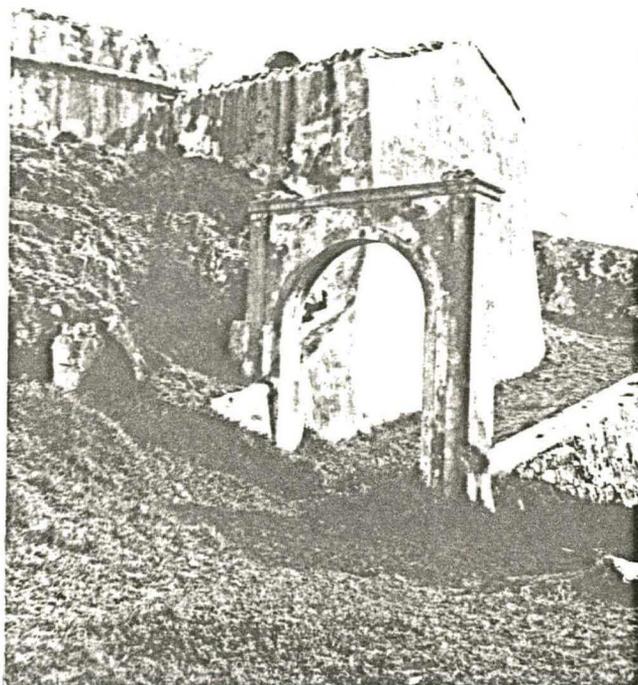


Fig.25 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição-Ilha de Araçatuba-Portal e rampa de acesso à bateria.

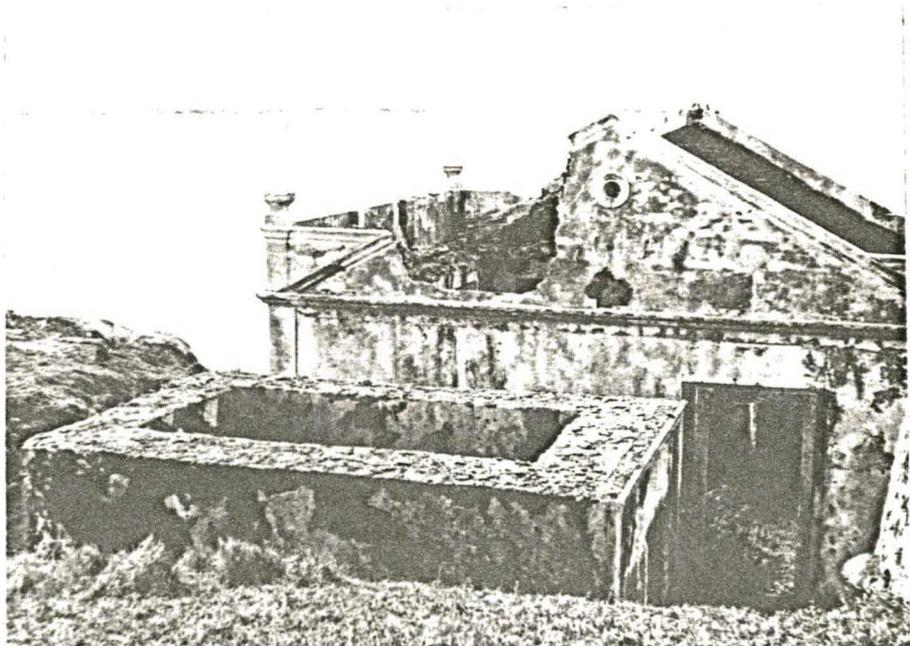


Fig.26 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição-Ilha de Araçatuba- Em primeiro plano, o paiol de farinha.

*tenham precedido; além disso, he entressante, como ponto de registro.*²⁶

Ainda no extenso relatório de Everard consta a situação de ruínas das edificações, cujos reparos foram orçados, pelo engenheiro, em 4.409\$080 (relatório de 29 de agosto de 1850).

A 27 de janeiro de 1899, o Alferes Justino Gomes, em relatório²⁷ ao Tenente Coronel Inocêncio Benedicto Ferraz de Oliveira, Comandante da Guarnição de Florianópolis, comenta o estado precário da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, com destacamento composto de apenas 6 homens.

A Fortaleza achava-se nessa época, inteiramente danificada, incapaz de prestar qualquer serviço. Portas e janelas estavam caindo, devido às dobradiças estarem quebradas.

A Casa do Comando, que era forrada de papel, precisaria ser restaurada devido à umidade.

Hoje, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, apesar de ser um marco histórico, acha-se completamente abandonada, sem esperanças de restauração no momento.

2.1.5 - As Fortificações Menores

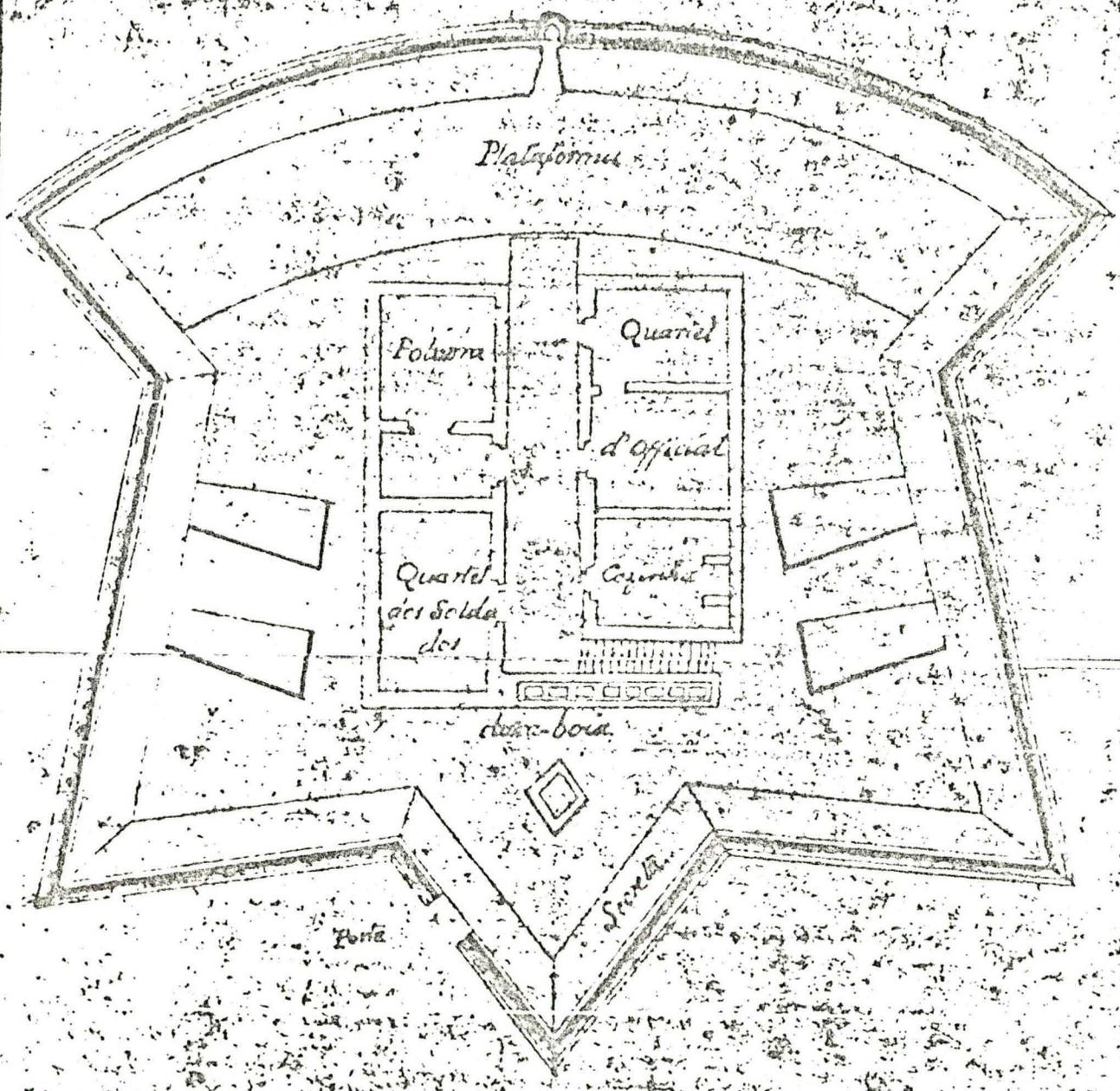
Os fortes e pontos fortificados construídos na Ilha de Santa Catarina durante o século XIX; após o Governo de Sil-

²⁶ *Livro dos Engenheiros, nº 192 (1846-1857). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.*

²⁷ *Relatório sobre a Fortaleza de Araçatuba na Barra Sul de Florianópolis. Rio de Janeiro, Arquivo do Exército. Doc. nº 38.*

Fig. 27 - Planta do Forte de São Francisco na ponta junto do Estreito da Ilha de Santa Catarina. Copiada na Direção Geral de Engenharia pelo Alferes José Luiz Pereira de Vasconcellos, engenheiro militar. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1274.

Planta da Torre de S. Francisco na primeira parte da
 Fortaleza de S. Catharina de Vila Rica



10 20 30 40 50 60 70 80 90 100
 Polegada de palmeira

Copiada na DIRECCÃO GERAL DE ENGENHARIA pelo Alf.º
 JOSÉ LUIZ FERREIRA DE VASCONCELLOS

va Pães foram inúmeros.

De proporções menores, essas fortificações serviram também como baluartes de defesa de pontos estratégicos da Ilha de Santa Catarina.

Dentre essas fortificações, temos algumas totalmente desaparecidas, como é o caso do forte de São Francisco Xavier, na Praia de Fora (v. fig. 27) e São Luiz (onde hoje se situa a Praça Lauro Müller), ambas em local onde hoje passa a Avenida Rubens de Arruda Ramos.

A primeira, São Francisco Xavier, construída no Governo de Francisco Antonio Cardoso de Menezes e Souza, foi projetada pelo Brigadeiro José Custódio de Sá Farias; a segunda, São Luiz, é da época do Governador Francisco de Souza Menezes, com risco do Sargento-mor Francisco José da Rocha (1770).

Esses dois fortes foram vendidos em hasta pública. O primeiro, a 31 de agosto de 1841 e o segundo a 2 de dezembro de 1839.

A venda permitiria a demolição dos prédios ao preço de 202\$000 réis, preço menor do que valia a cantaria dos seus portões.

Já a bateria de S. Caetano, na Ponta Grossa, junto ao Forte de São José, é do ano de 1765.

No local denominado Estreito, por ser onde a Ilha mais se aproxima do Continente, foram construídos dois fortes: na Ilha, o forte de Santana, e no Continente, o forte de São João.

- Forte de Santana.

Sob risco de José Custódio de Sã Farias,²⁸ o pequeno forte de Santana (v. figs. 28, 29, 30 e 31) foi edificado entre os anos de 1761-1765, durante o governo do Coronel Francisco Antonio Cardoso de Menezes e Souza.

De todas as construções militares da Ilha, é a que melhor se conserva, tendo sido restaurada e servindo, hoje, como Museu de Armas.

Era composta apenas de Quartel da Tropa, Armazém, Casa da Pólvora, Quartel do Comandante e Cozinha. Todas essas peças abriam-se para o pátio, onde os canhões, pousados sobre a muralha, poderiam cruzar fogo com o Forte de São João, no Continente.

Suas aberturas de cantaria foram conservadas, embora o armamento lá existente, hoje em dia, seja de época posterior.

Em 1863, o forte de Santana sofreu uma série de reparos, sob orientação do Tenente do Corpo de Engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho.

Em 1898, conforme um relatório de janeiro do ano seguinte do 2º Tenente Eurípedes Gonçalves Ferro, Comandante do Forte de Santana, vários fatos foram levantados com relação ao estado deplorável de Forte.

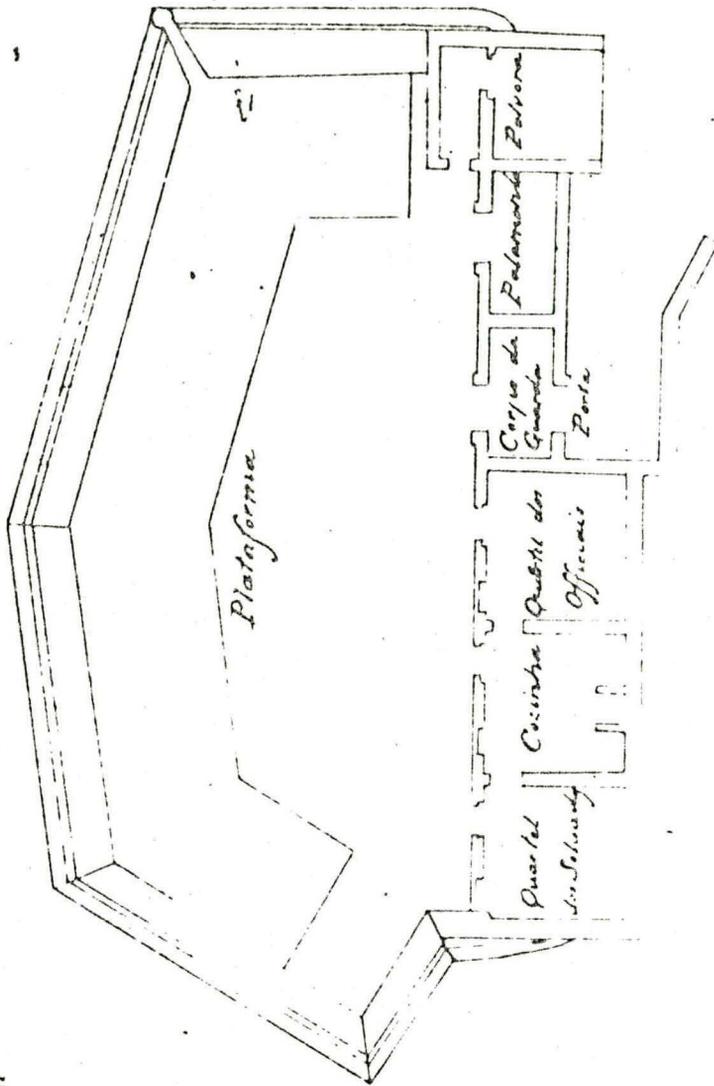
O relator começou sua narração citando a importância do edifício, localizado em ponto de alta significação mili-

²⁸ O Brigadeiro José Custódio de Sã Farias, em 1777, quando da tomada da Ilha pelos espanhóis comandados por D. Pedro Zaballos Cortez y Calderon, 1º Vice-Rei de Buenos Aires, passou para o lado inimigo.

Fig.28 - Planta do Forte de Santana, no Estreito da Ilha de Santa Catarina, copiado na Direção Geral de Engenharia pelo Alferes José Luiz Pereira de Vasconcellos, engenheiro militar em 1822. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1278.

Plano
da
Ilha de S.^{ta} Catharina
1823

Planta do Forte de S.^{ta} Anna no estreito
da
Ilha de S.^{ta} Catharina

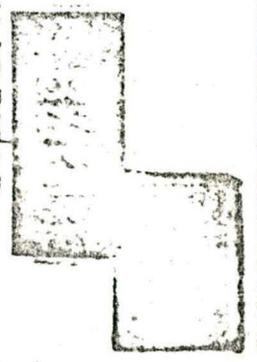
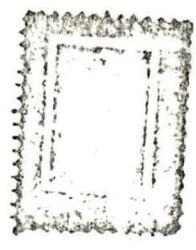


1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
Toises de Palmes

Arch. do Militar - Junho de 1823.

Copiada na DIRECÇÃO GERAL DE ENGENHARIA pela Alf. 3

João Luiz Pereira de Almeida



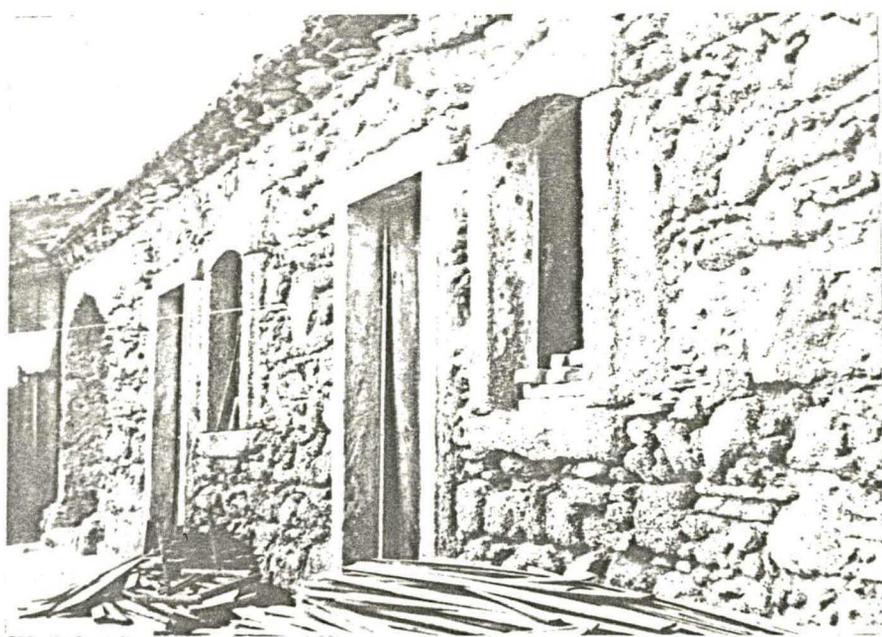


Fig.29 - Forte de Santana antes da restauração.

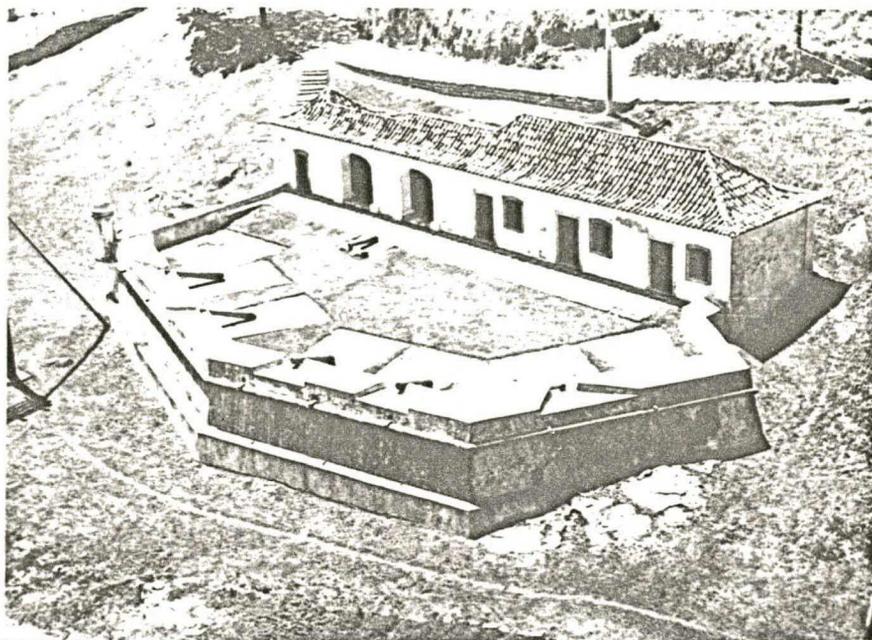


Fig. 30 - Forte de Santana - Vista geral da construção, hoje guardando o Museu de Armas.



Fig. 31 - Forte de Santana - detalhe da entrada.

tar, sendo o último reduto para a defesa da entrada norte da Capital.

O forte encontrava-se sem defesa material, bem como possuía, naquele momento, suas muralhas sem qualquer poder de resistência.

O prédio estava com problemas no setor de acomodações e alojamento, tanto em termos de estrutura da construção como em termos de higiene.

Para que houvesse um mínimo de comodidade e decência, seria necessária uma grande restauração no edifício da Fortaleza.²⁹

É de se estranhar a rapidez com que nossos edifícios se deterioravam. Desde a sua construção que as fortalezas e fortes da Ilha sofreram reformas e restaurações, nunca estando em reais condições de uso.

Ou os materiais eram péssimos e o trabalho mal feito, ou nossos militares péssimos conservadores de suas fortificações.

De estilo totalmente dentro das linhas portuguesas, o forte de Santana é o único exemplar intacto da arquitetura militar da Ilha de Santa Catarina.

- Forte de São João

O forte de São João, construído em 1793, com ris-

²⁹ Relatório da Fortaleza de Santana. Rio de Janeiro, Arquivo do Exército, doc. nº 40.

co de Joaquim Correia Lacerda, defendia, juntamente com o de Santana, a passagem do estreito situado entre a ilha e o continente.

Foi outro ponto fortificado abandonado ao tempo e ao descaso do governo.

Em 1837, no governo de José Joaquim Machado de Oliveira, foi realizado um orçamento para a reedificação dos edifícios e muralhas do Forte de São João, a cargo do então major de engenheiros, Patrício Antonio de Sepúlveda Everard.

Nesta época, segundo o relatório, o forte estava inteiramente arruinado. Como armamento tinha apenas 11 peças de bronze.

Segundo o relator, o forte deveria ser restaurado devido à sua posição estratégica.

Todos os edifícios teriam que ser reparados, sendo que a parte mais conservada era a casa da pólvora. (relatório de 13 de setembro de 1837).

De 1850 temos um novo relatório de Everard, no qual o engenheiro se refere a diversas obras que deveriam ser realizadas.

Sobre São João diz o seguinte:

O quartel da tropa do extinto Forte de São João deste lado do estreito está quasi a abatter, achando-se o pilar do lado sul, seguro somente por um palmo de alicerce, convem apeã-lo com a maior brevidade para se lhe aproveitar a telha e

Fig. 32 - Planta e nivelamento do local do antigo Forte de São João com as novas obras. Santa Catarina - 1864. Risco de Antonio Pereira Rebouças Filho. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1275.

PLANTA E NIVELAMENTO

de la fortaleza de San Felipe

en el cerro de San Felipe

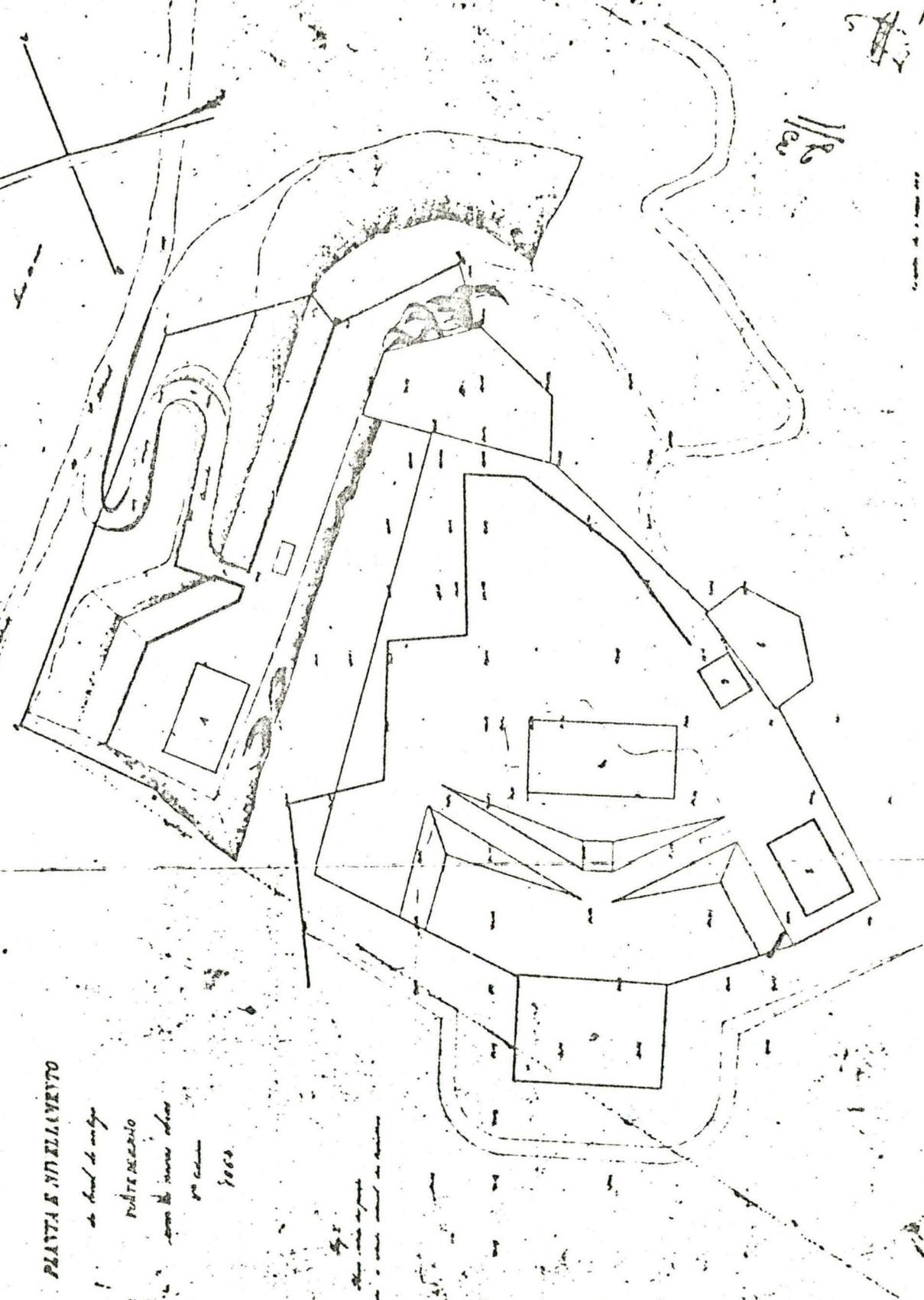
en el cerro de San Felipe

1865

1865

Fig. 2

1/200



- Muro de la fortaleza
- Muro de la plaza
- Muro de la casa
- Muro de la iglesia
- Muro de la capilla
- Muro de la cocina
- Muro de la bodega
- Muro de la casa de los oficiales
- Muro de la casa de los soldados
- Muro de la casa de los indios
- Muro de la casa de los negros
- Muro de la casa de los mulatos
- Muro de la casa de los mestizos
- Muro de la casa de los blancos

Fig. 33 - Novo projeto de fortificação para o local do antigo Forte de São João em Santa Catarina, pelo Primeiro Tenente de Engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho, 1864. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas do Exército. Documento nº 1283 (A e B).

DE PARTICIPACIÓN

Plan de planta de la casa número 28 de la calle

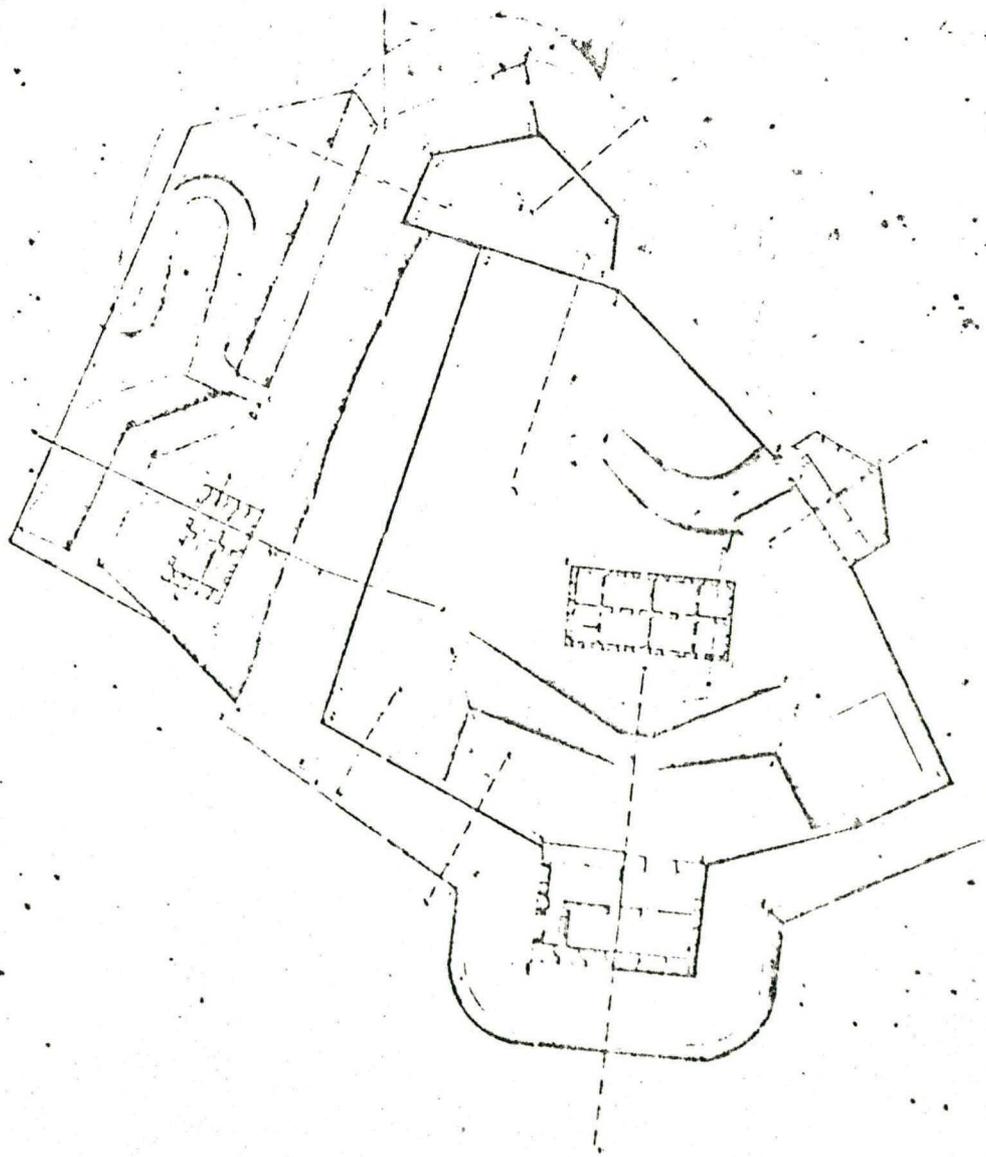
de San Francisco

El plano de la casa número 28 de la calle de San Francisco

1883

Fig. 1.

Plano que se muestra en el

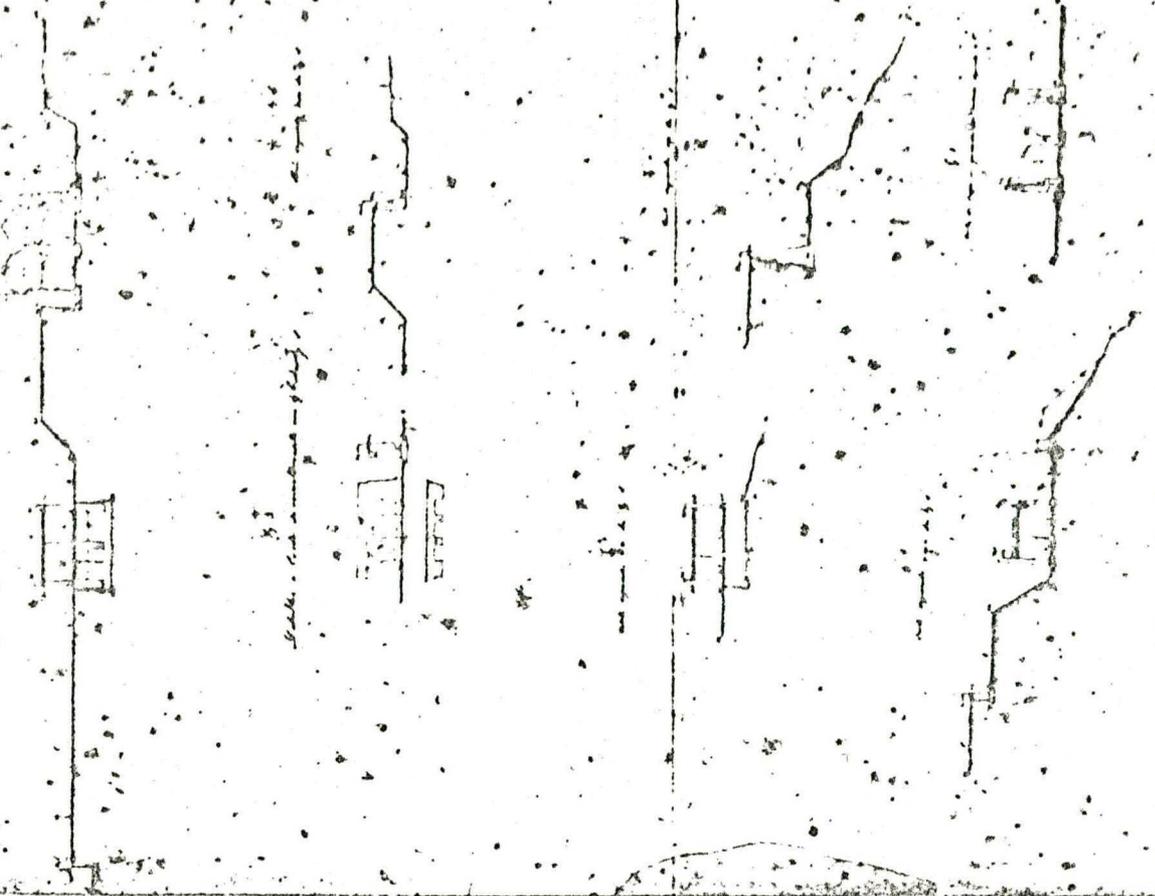


1283-A

Plan de planta de la casa número 28 de la calle de San Francisco

Plano de planta de la casa número 28 de la calle de San Francisco

1283-B



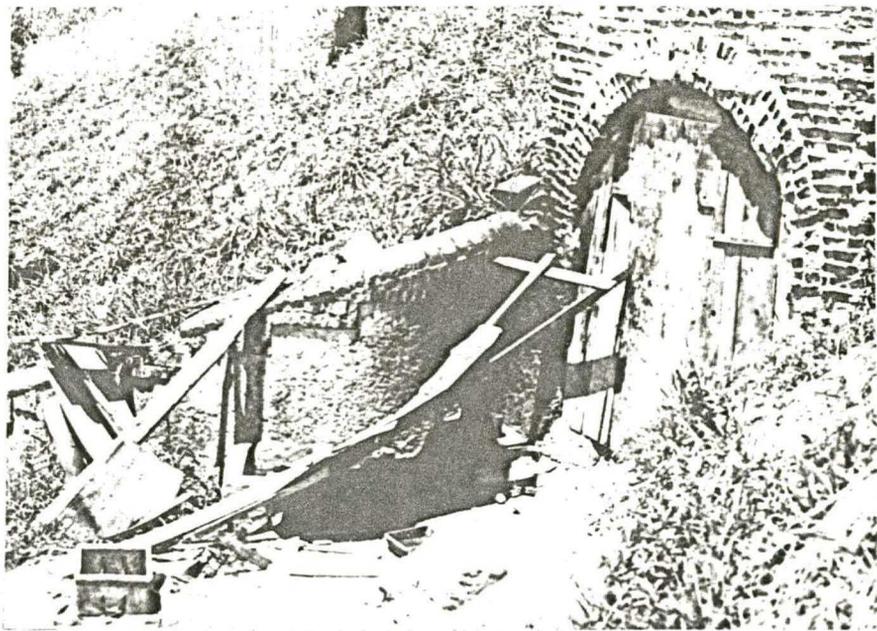


Fig.34 - Forte de São João - parte da rampa e entrada do túnel, únicos vestígios da antiga construção.

*mais alguns materiais.*³⁰

Em 1860, mais ou menos, por ocasião da questão Christie, tratou-se de demolir o antigo e abandonado forte, havendo planos de se construir um novo no mesmo local, o que não aconteceu.

O forte, na parte este, possuía um porão abobadado, exposto completamente aos fogos que partiam do canal. À direita localizava-se a bateria, em ângulo saliente, e à esquerda, uma muralha de alvenaria, disposta esteticamente, mas primando pela falta de solidez, incompreensível quando sabemos que a mesma serviria para defesa.

Assim, vemos que o forte de São João não tinha condições de receber um ataque. No máximo, seu papel seria o de cruzar fogo com o forte de Santana, visando à defesa do canal entre a Ilha e o Continente.

Em 1863, fala-se na execução de trabalhos em São João, então a cargo do Tenente de Engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho. (v. figs. 32 e 33).

Nos parece que, realmente em 1863, houve certa restauração em São João, embora, essa afirmação não seja muito segura.

Podemos afirmar, com certeza, apenas que, nos anos

³⁰ Livro dos Engenheiros, nº 192, 1861-63. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

anteriores nada foi realizado para salvar São João.

Alguns anos mais tarde, com a construção da Ponte Hercílio Luz, São João (ou o que restava dele) foi demolido, pois a cabeceira da ponte, no lado do continente, se apoiava exatamente no local do forte.

Como podemos observar, se São João tivesse sido realmente restaurado, não teria valido a pena, pois haveria a demolição subsequente.

Hoje, apenas, parte do porão abobadado existe, (v. fig. 34) dando abrigo para alguns miseráveis da região, o que, apesar da promiscuidade, vem a ser a única conservação que teve, em todos esses séculos, o esquecido forte de São João ou parte dele.

- Forte de Santa Bárbara

O Forte de Santa Bárbara, (v. figs. 35 e 36) construção dos finais do século XVIII, próximo à Praça Central da cidade de Florianópolis, ficava, anteriormente, situado numa ilha rochosa, junto à parte sul da cidade de Nossa Senhora do Desterro, ligado à esta por uma ponte de pedras.

No governo de Pedro Leitão da Cunha (1862), um orçamento é pedido para Santa Bárbara, sendo feito por Frederico Belmont Brockenhuns, Engenheiro do Governo.

O engenheiro envolvido no problema de Santa Bárbara diz no ofício que acompanha o orçamento:

... pouco ou nada pude indicar para dar-lhe um aspecto externo mais agradável e

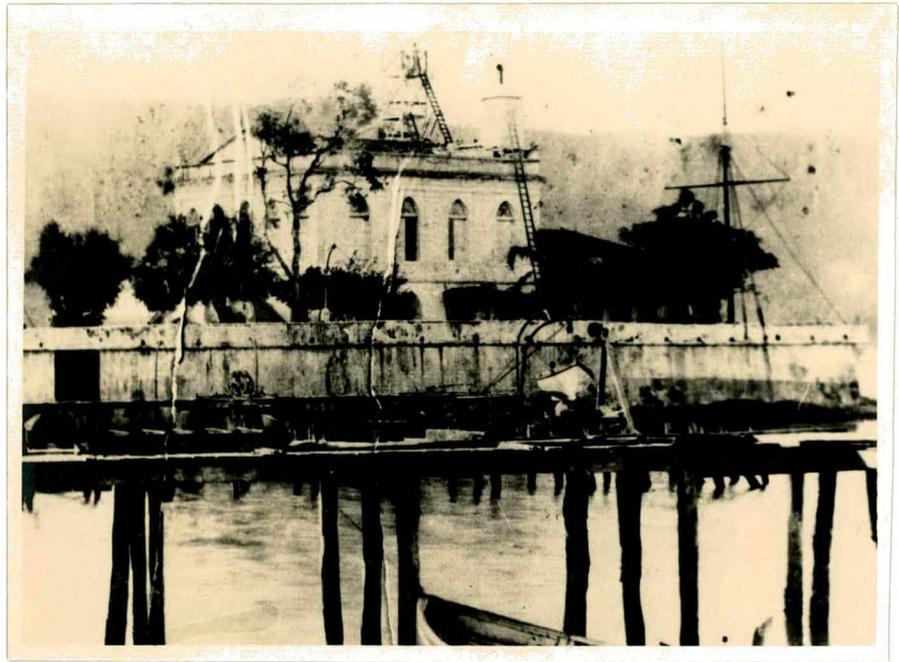


Fig. 35 - Forte de Santa Bárbara - foto da época em que lá funcionava a Capitania dos Portos.



Fig. 36 - Forte de Santa Bárbara - atualmente um prédio esperando sua restauração.

congeneo aos preceitos da Architectura que no seu traço original tem sido inteiramente postas de lado.

Com quanto esta edificação por sua posição proeminente se prestaria admiravelmente a embelesar o porto do Desterro já tão favorecido pela natureza. Seu telhado baixo, suas portas e janellas estreitas e distribuidas sem symetria alguma, darão lugar a obras de maior monta de que me julguei autorizado a propôr...³¹

As obras de alvenaria a serem desenvolvidas foram as seguintes: reforma do portão de entrada, substituição dos ladrilhos, consertos do telhado, reboque e caiação geral, conserto da muralha, demolição de paredes e construção de outras.

A obra montaria em dois contos e duzentos mil réis.

O orçamento foi encaminhado ao Ministério dos Negócios da Marinha, ao Diretor das obras civis e militares da Corte. Voltou o orçamento, solicitando algumas explicações de parte do engenheiro.

Pelo ofício resposta do responsável pela obra, o orçamento foi considerado incompleto em termos de informações.

Em resposta, Brockenhuns faz novo ofício ao Presidente da Província, pedindo fosse o mesmo encaminhado ao Ministro da Marinha. Nesse ofício o engenheiro dá as informações que faltaram ao primeiro orçamento, analisando cada um dos pontos considerados incompletos pelo Ministério da Marinha.

O primeiro ponto abordado foi o relativo ao volume das paredes que seriam levantadas e que não fora estipulado no

³¹ Livro dos Engenheiros, nº 194 - 1861-63. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

orçamento.

O segundo item é o que fala sobre a área que exigiria reforma no ladrilho:

*Certamente não exigirá o engenheiro, que no plano dos reparos de uma casa velha re-produza graphicamente o estado do ladrilho...*³²

Um terceiro tópico pede a extensão das muralhas e paredes a revestir e caiar. Para Brockenhuns, constando em sua resposta,

*... Hum olhar sobre as paredes da casa essa questão convencerá a V. Exa. que o medir e calcular-se a superfície dos inúmeros buracos e lugares deteriorados que deverão soffrer revestimento seria um trabalho, que feitas as contas custaria mais que a própria execução.*³³

Depois de muitos relatórios e discussões, Santa Bárbara, foi, enfim, remodelada em 1875 para servir de sede à Capitania dos Portos (pelo menos essa reparação foi consumada).

Hoje em dia, debate-se novamente o problema "Santa Bárbara".

Com a transferência da Capitania dos Portos para Itajaí, o governo planejou demolir o antigo prédio, para dar espaço para a via coletora do aterro da Baía Sul, hoje em grande parte aterrada, inclusive o local da antiga fortaleza.

Alguns arquitetos residentes em Florianópolis, quan-

³² Livro dos Engenheiros, nº 194, 1861-63.

³³ Op. cit., nº 194, 1861-63.

do do debate havido sobre Santa Bárbara, foram unânimes em optar pelo desaparecimento do velho prédio.

Todos, sem exceção, deram o veredito: ponha-se abaixo o antigo forte de Santa Bárbara.

Na mesma época, pelos jornais, apenas três pessoas lutaram pela conservação de Santa Bárbara: o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, o então Diretor do Departamento de Cultura do Estado, Marcondes Marchetti e a autora desse trabalho. Nossa defesa estava baseada na afirmação do arquiteto paranaense Ciro Correa de Oliveira Lyra (encarregado pelo IPHAN das fortalezas de Santa Cruz, São José, Santana e Casa Victor Meirelles, entre outras). Segundo ele, o prédio pode ser recuperado, pois ainda conserva os muros e paredes originais, o que, acompanhando a planta original, facilitaria a sua reconstituição.

Em resumo: Santa Bárbara continua a ser um dilema para o governo. Até o momento, nenhuma decisão foi tomada. Nem pró, nem contra! Continua lá o antigo prédio do forte desafiando a inteligência dos baluartes do urbanismo dessa singela, histórica e infeliz "Desterro".

Gostaríamos ainda de citar quatro enigmas relacionados às fortalezas e fortes da Ilha de Santa Catarina.

Na Lagoa da Conceição foi assinalada a existência de um forte. A localização do mesmo é duvidosa, pois várias são as afirmações que o dão, ora na Barra, ora no sangradouro da Lagoa, ora dentro da própria Lagoa, perto da freguesia.

Essa construção teve início em 1776, no governo do General Antonio Carlos Furtado de Mendonça.

É provável que seus alicerces estejam aterrados bem próximo da ponte da Barra da Lagoa, no local anteriormente denominado *fortaleza*.

Outro enigma é o Forte do Lessa, que teria existido próximo ao atual Palácio da Agrônômica, possivelmente no alto da antiga estrada.

O que realmente vai desorientar um pouco as pesquisas sobre arquitetura militar da Ilha de Santa Catarina é um documento por nós encontrado no Arquivo Público (Livro de Engenheiros nº 192 - 1846-1857), e que, apresenta um outro forte, que não consta das relações de fortificações aqui da Ilha de Santa Catarina: o forte da Ponta das Almas.

O documento, de 3 de março de 1841, de autoria do engenheiro Sepúlveda Everard, é endereçado ao Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, Presidente da Província.

Transcrevemos a seguir, parte desse documento:

... Respondendo ao officio que V. Excia. se dignou dirigir-me em data de 19 do corrente, no qual me ordenou o informe se a obra da fortificação passageira levantada na Ponta das Almas em terrenos da orfão D. Clara Augusta Silveira, é indispensável, ou menos essencial à defesa desta Ilha, e que, julgando-o assim, levantei a planta do dito terreno bem como a do em que existe o forte do Lessa, para serem desapropriados: devo responder a V. Excia. que considerando a defesa desta Ilha puramente marítima, em pequena conta tenho os ditos fortes, construídos em crise extraordinária, e dos quaes a segunda grande despesa ainda exige para a sua

conclusão. = Por outra parte, o terreno em que está collocado o primeiro é de oitenta e cinco braças de frente, e valendo, quando menos 15\$000 réis cada uma. Terá a Fazenda a empregar 1.300\$000 réis sem proveito algum ou applicação conhecida, podendo a exemplo os proprietários dos outros de maior extensão exigirem igual medida, que lhes não poderão ser negada justamente= Parece-me por tanto mais conveniente que tirando-se dos edificios dos mesmos fortes tarimbos, cabidos, e os mais utensilios aproveitaveis, se proponha a compra dos ditos edificios aos proprietários dos terrenos, ficando na convicção que, de qualquer modo que s'utililise este negocio. Sempre será mais conveniente a Fazenda Pública do que a desapropriação dos terrenos com impate de fundos de que tanto carecemos para estas applicações = He o meu parecer, mas se não merecer approvação de V. Excia. passarei a lamentar as plantas como V. Excia. ordena = Deus guarde a V. Excia. muitos annos. Cidade do Desterro, 3 de março de 1841 = Ill^{mo} Snr. Antero José Ferreira de Brito Brigadeiro Presidente da Província = Patrião Antonio Sepulveda Everard Major d'Engenheiros. ³⁴

Como podemos ver por esse documento, existiu um outro ponto fortificado junto à Lagoa da Conceição, embora exista a possibilidade do local "Ponta das Almas" não ser o mesmo que hoje conhecemos, o que não cremos provável.

Em recente visita ao local ainda hoje denominado "Ponta das Almas" tentamos vislumbrar algum vestígio de muralhas ou algo que pudesse ter sido o antigo forte.

Nesse local nada existe, embora, mais além, tenhamos encontrado umas ruínas que poderiam ter pertencido ao for-

³⁴ Livro dos Engenheiros, nº 192, 1846-57. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. O documento original não pode constar nos anexos, por estar em péssimo estado de conservação.

te.

A nenhuma conclusão pudemos chegar, pela falta de documentação. Lançada está a semente para algum historiador no futuro tentar montar a história do forte da Ponta das Almas.

Registramos até aqui uma série de dados sobre a arquitetura militar da Ilha de Santa Catarina. Mais não fizemos por já ter sido publicada uma excelente pesquisa histórica sobre o assunto, de autoria do historiador Doutor Oswaldo Rodrigues Cabral.³⁵

Nossa pesquisa, tentou, apenas, modestamente, complementar a obra já realizada.

Quanto à função prática das fortalezas³⁶ da Ilha de Santa Catarina, essa foi quase nula.

A 20 de fevereiro de 1777, quando, defronte à praia de Canasvieiras chegou a esquadra espanhola comandada por D. Pedro Zeballos, com 6 navios e 7 corvetas e navios menores, o

³⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. As defesas da Ilha de Santa Catarina no Colônia, Conselho Federal de Cultura, 1972.

³⁶ Aqui nos cabe fazer algumas observações quanto à terminologia empregada nesse capítulo com relação à arquitetura militar. Além das notas explicativas anteriores, temos ainda a observar o significado de palavras como: "fortaleza", "forte", "fortificação passageira" e "bateria".

Fortaleza - é uma fortificação maior, cujo armamento está repartido em várias baterias de artilharia, instaladas em locais independentes e intervalos.

Forte - é a fortificação constituída de algumas baterias de artilharia, mas localizadas na mesma obra. É de proporções menores.

Fortificação passageira - destina-se a satisfazer as necessidades que se apresentam no decorrer de uma campanha. Serve mais como abrigo de homens e armas.

Bateria - é uma pequena fortificação, armada somente com alguns canhões. Compõe-se, geralmente, apenas de uma muralha.

sistema de fortificações de Silva Paes não funcionou, não pelas construções, que eram razoáveis, mas pelo péssimo armamento existente, que não possuía o alcance de fogo desejado.

Os tiros, se foram dados, foram muito poucos, e a Ilha foi tranquilamente tomada pelos espanhóis, apesar dos 12 navios portugueses que haviam sido mandados como reforço sob o comando de Robert Mac Duall.

Não resta a menor dúvida que essa foi uma das mais infelizes passagens registradas pela história catarinense.

2.2 - O Quartel da Tropa da Guarnição da Ilha de Santa Catarina.

Em planta obtida no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa,³⁷ pudemos conhecer a cópia do desenho do antigo Quartel da Tropa da Guarnição da Ilha de Santa Catarina (v. fig. 37), construído no local onde hoje se encontra o Instituto Estadual de Educação e o Estádio da Federação Atlética Catarinense.³⁸

O desenho original, que não pudemos localizar, foi, segundo o que consta na cópia em nosso poder, mandado elaborar pelo então Governador de Santa Catarina, Brigadeiro Manoel Soares Coimbra, em 1794, sendo, portanto, anterior à cópia que se encontra em Lisboa e que está assinada por D. Luis Mauricio da Silveira, então Governador da Província.

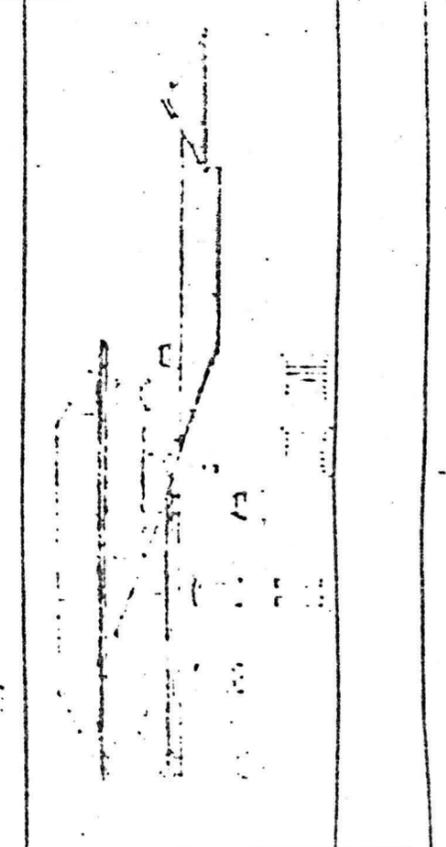
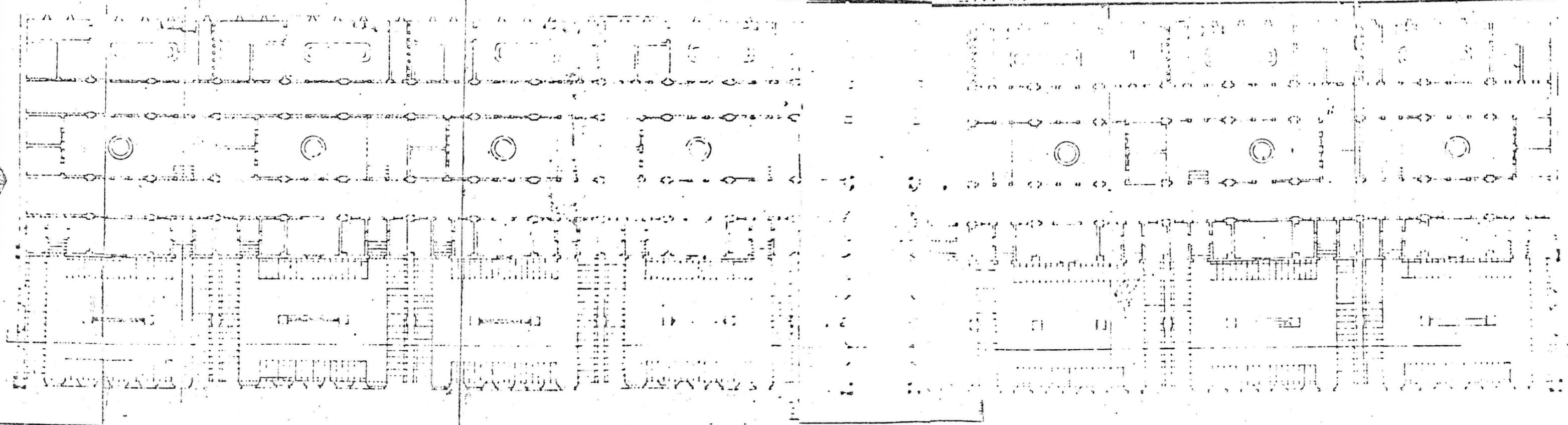
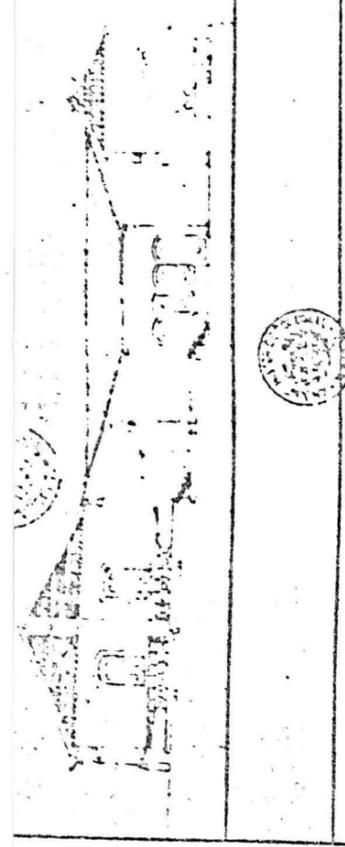
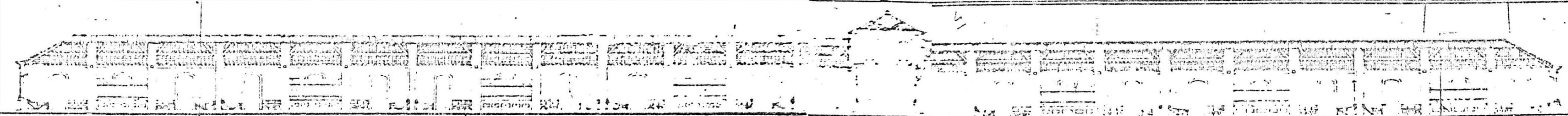
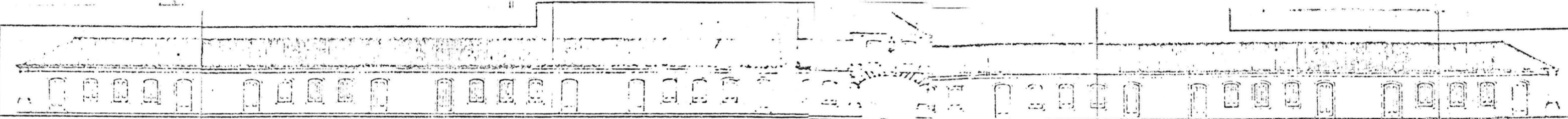
Na obra "Memória Histórica do Extincto Regimento

³⁷ Al. Caixa 8. Doc. nº 6.

³⁸ Esse local, por estar junto ao Quartel, era chamado de "Campo do Manejo".

Fig. 37 - Desenho do Quartel da Tropa da Guarnição da Ilha de Santa Catarina para sete companhias na forma do antigo Plano mandado fazer pelo Brigadeiro Manoel Soares Coimbra no tempo que governava esta Ilha no ano de 1794. Assinada por D. Luiz Maurício da Silveira. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Coleção Cartográfica, Santa Catarina - 1.^a Secção, cofre.

Plan de l'Église de Saint-Étienne
à Paris, par M. de la Roche
1794



Plan de l'Église de Saint-Étienne

D'Infantaria de Linha da Província de Santa Catharina", temos o seguinte:

No mesmo anno (Fevereiro de 1791) Coimbra deo começo ao Quartel do Campo do Manejo (obra que muito honra o seu nome) com os braços dos seus soldados que animados por elle e seus officiaes, conseguiu pôl-o em estado de ser, como foi, o melhor aquartelamento do Brasil.³⁹

Possuía o edifício, 728 palmos de frente e 179 de fundos.

O monumental edifício que, pela lógica, sô deveria ter sua construção finalizada na primeira década do século XIX, obedeceu a um risco de regular equilíbrio arquitetônico, de linha de fachada essencialmente horizontalista, dividida em partes iguais para servir às Companhias existentes na época.

O edifício tinha, na fachada, dez divisões, sendo a do centro assobradada, sobre arcos de alvenaria.

Faltou-nos documentação referente aos primeiros anos do Quartel. Obtivemos dados somente a partir de meados do século XIX, em relatórios do Coronel do Corpo de Engenheiros, Patrício Antonio de Sepúlveda Everard, o primeiro deles de 19 de janeiro de 1849.

Nesta época estavam paradas as obras de restauração do Quartel. O motivo que levou ao retardamento das restaurações foi o esgotamento de verbas e a ausência de distribuição de no-

³⁹ COELHO, M. J. de Almeida. Memoria Historica do Extincto Regimento D'Infantaria de Linha da Província de Santa Catharina. p. 16.

vo orçamento para obras militares.

Construíram-se, apenas, os pilares em duas Companhias da parte sul, assoalhou-se uma delas, além de outros pequenos reparos.

Everard, mostra, nesse relatório, a importância de se restaurar inteiramente o edifício, uma vez que era ele a servir as tropas que, freqüentemente, passavam pela Ilha de Santa Catarina.

Os reparos sendo feitos aos poucos, não davam condições melhores ao edifício; ao finalizar o conserto em uma das partes do edifício, outra já estaria ruindo e sem possibilidades de alojamento decente.

O engenheiro solicitava 50 contos de réis para acabar por completo o edifício, dando, assim, condições para alojar 2.000 homens, como na época de sua construção.⁴⁰

Em novo relatório de 1º de julho de 1849, o mesmo Coronel Everard comenta a continuação da obra. Foram restaurados os assoalhos, tarimbas e cabides de armas, coisas mínimas se levada em consideração a importância das obras maiores que seriam necessárias.⁴¹

No final do ano de 1849 (31 de dezembro), o mesmo

⁴⁰ Relatório do Engenheiro da Província de Santa Catarina, relativo ao 2º semestre do ano de 1848 - Desterro, 1º de janeiro de 1849. Livro de Engenheiros - ano de 1849. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴¹ Relatório de 1º de julho de 1849, sem destinatário. Livro de Engenheiros - ano de 1849 - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

engenheiro comenta, em novo relatório, que, no ano anterior (1848), haviam sido dispendidos 13 contos de réis da consignação militar para concertos, não sō do Quartel, mas também dos fortes de Santana e Santa Bárbara.

Era pouco dinheiro para tantas obras, o que tornava impossível o atendimento dos reparos no Quartel.

Nesse mesmo relatório, Sepúlveda Everard cita o estado do edifício, inclusive se atendo ao problema das cozinhas gerais que, segundo ele, estavam em quase total ruína.⁴²

No ano seguinte, Everard fez um extenso relatório⁴³ informando, segundo solicitação do Ministro da Guerra, as causas que teriam concorrido para a ruína do Quartel e atraso do seu total concerto.

Deduz-se, desse relatório, que haviam chegado aos ouvidos da Corte alguns comentários negativos quanto aos trabalhos do Quartel.

Everard dá as suas explicações, dizendo que, não era de seu conhecimento se as quantias consignadas eram apenas para restauração do Quartel ou se seriam aplicadas para outros fins. Sua função era apenas cumprir as ordens dos Presidentes da Província.

Nota-se aqui, nesse relatório, que havia, por cer-

⁴² Relatório de 31 de dezembro de 1849 - Livro de Engenheiros. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴³ Relatório de 23 de janeiro de 1850, ao Vice-Presidente da Província, Dr. Severo Amorim do Vale. Livro de Engenheiros. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

to, alguns casos de desvio de verba, e que tal fato havia chegado aos ouvidos do Imperador e do Ministro da Guerra. Naturalmente que o Engenheiro, homem íntegro e de reconhecida capacidade de trabalho, defendeu-se das críticas sutis do Ministro da Guerra, lançando o problema sobre os ombros dos Presidentes da Província, reais manipuladores das verbas destinadas às restaurações.

Além desse problema, Everard ainda se dedica, numa parte do relatório, a fazer comentários sobre o edifício. Diz ele que o Quartel, que em 1817 abrigava 3.000 homens da Divisão Portuguesa, estava em estado lastimável desde 1837, quando passou a sofrer uma série de reformas, tais como a substituição e amparo das paredes, substituição de vigamentos e compra de novos móveis para o Hospital. Apenas as paredes interiores estavam em melhores condições.

Não era do conhecimento do engenheiro, a total destinação das quantias consignadas para as obras públicas. Sua função era apenas receber a verba destinada aos edifícios sob sua responsabilidade. No mais, apenas cumpria ordens e atendia às solicitações dos Presidentes da Província. Além disso, dá a entender, o engenheiro, que as consignações não eram empregadas apenas nas obras do Quartel, mas em outras obras às mais diversas.

A exigüidade das quantias fazia com que as obras parassem, provocando, muitas vezes, o extravio ou deterioração dos materiais de construção.

Com uma quantia específica para o edifício seria possível realizar todos os serviços de uma só vez.

Chegara ao Rio de Janeiro a informação de que o Quartel não tinha condições de funcionamento, o que não era verdade, uma vez que lá se alojava o 6º Batalhão de Caçadores, uma Companhia de Pedestres, outra de Inválidos e a Força Policial, havendo, ainda, espaço disponível. Não que todos estivessem bem acomodados, uma vez que o prédio estava em obras; mas a ruína não era total e tudo era apenas um caso de bem conservar o edifício.

Em 1856 o engenheiro Sepúlveda Everard apresenta outro relatório, depois de um exame detalhado do edifício do Quartel. Esse é o relatório em que melhor é descrito o edifício:

Contem uma grande salla com tarimbas no fundo, que está actualmente occupada pela Secretaria do Deposito. Dos quatro quartos dos fundos, trez são inabitados pros inferiores da mesma Secretaria, e o restante pela ambulancia medica. As duas divisões contiguas a esse sobrado, são, como se ve da Planta, symetricas interiormente. A do Sul é o xadrez militar, e a do Norte, dividida em repartimentos. Serve a salla da frente da Casa da Ordem, os quartos immediatos com sahida independente do Estado Maior e os dous quartos dos fundos, um é occupado por um soldado casado, e outro é tomado pela escada do sobrado. As sete grandes divisões restantes são quartéis para soldados, hoje occupados de modo seguinte: Na primeira está a Infermaria Militar para Cholêricos; na segunda a Companhia de Inválidos; na terceira a Companhia dos Pedestres; na quarta e quinta, o Batalhão do Deposito; na sexta a arrecadação geral do Deposito. A sétima está por ser desoccupada, em virtude do estado arruinado em que acha-se. Nos fundos destas grandes divisões descriptas, ha uma série de quartos com frente para a varanda geral (...).

A parte última do edifício destinada outr'ora para officinas e outros misteres dos Corpos, só tem presentemente cobertu-

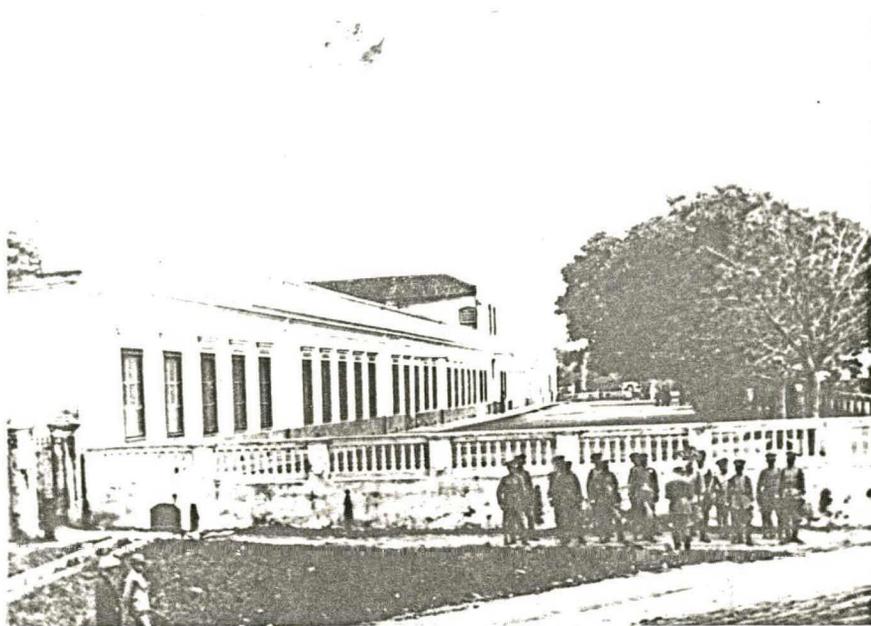


Fig. 38 - Antigo prédio do Quartel - foto do início do século.

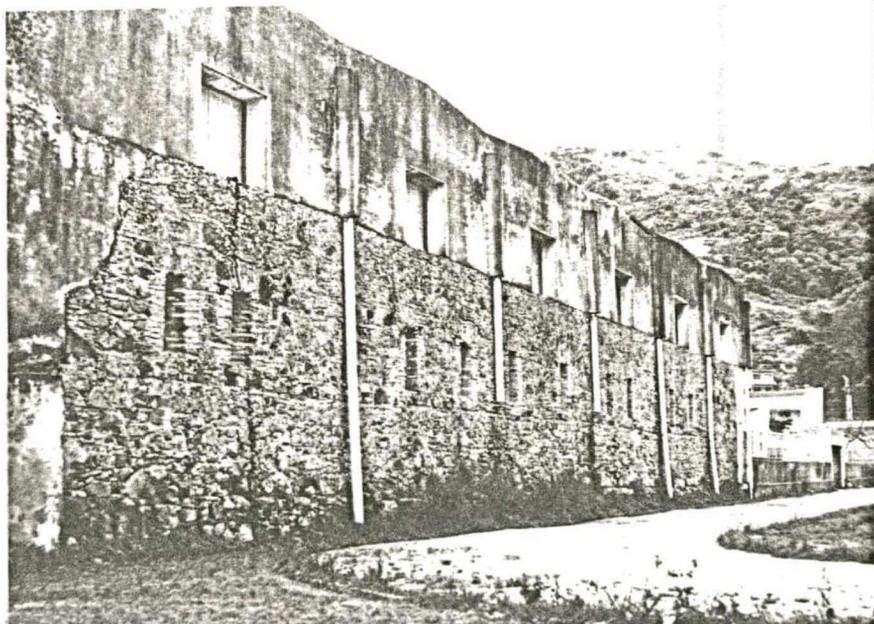


Fig. 39 - Nas paredes do atual Estádio da Federação Atlética Catarinense, o único vestígio do antigo prédio do Quartel.

ra, e em bom estado (...) ⁴⁴

Segue Everard descrevendo o edifício, suas deficiências, além de todos os detalhes que deveriam, ainda, ser restaurados para proporcionar melhores condições àqueles que nele se abrigavam.

Comparando-se a planta do edifício com fotografias do início desse século (v. fig. 38), pode-se notar as transformações por que passou o edifício nesse último século.

As janelas, que na planta apresentavam-se com vergas em arco abatido, nas fotos desse século já se mostram com vergas retas. Isso decorre da facilidade de se restaurar janelas com esse tipo de verga, sendo bem mais difícil o trabalho em vergas curvas. A simplificação das janelas pode ser decorrência da falta de mão-de-obra especializada, principalmente se levarmos em conta que todas as aberturas eram trabalhadas em cantaria e não em madeira.

Outra hipótese seria a das vergas já terem tido, originalmente, a forma reta.

Outro detalhe que se pode notar fazendo a comparação entre o risco original e as fotos dos finais do século XIX e inícios do XX é a colocação de uma balaustrada corrida na fachada do edifício, bem como de sobre-vergas nas janelas (v. fig. 38).

Nas fotos desse século já podemos verificar que as grades das janelas foram retiradas, apresentando-se as mesmas com meia veneziana e vidraças comuns.

⁴⁴ Relatório de 28 de março de 1856, destinado ao Presidente da Província, Dr. João José Coutinho. Livro dos Engenheiros. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Nos finais da década de 30, o antigo Quartel da Tropa da Guarnição da Ilha de Santa Catarina, depois de servir por mais de 150 anos, foi desocupado, passando a sede para um novo prédio, construído no Estreito, na parte do Continente. Esse novo edifício continua sendo usado, até hoje, sediando o 63 BI.

Depois da mudança para o novo Quartel, o antigo edifício do Campo do Manejo entrou em decadência, com o próprio tempo auxiliando sua lenta destruição.

Quando começaram as obras do Instituto Estadual de Educação e do Estádio da Federação Atlética Catarinense, os restos do velho Quartel foram demolidos, restando apenas, hoje, numa das paredes do estádio da F.A.C., um trecho da velha muralha do Quartel (v. fig. 39). É, hoje, a única lembrança que resiste para marcar o local e a história gloriosa do antigo edifício militar setecentista.

Terminaríamos esse capítulo, citando Virgílio Varzea ao comentar a situação das nossas fortalezas:

Não sabemos a razão por que o nosso Governo deixou chegar ao ponto lastimável em que se encontram fortificações de todo modo úteis e necessárias à defesa nacional, e que custaram outr'ora verdadeiros sacrifícios e grandes sommas.

No entanto, semelhantes construções tiveram certa importância e a conservariam até hoje, se os poderes competentes as houvessem tratado sempre com a devida atenção⁴⁵.

⁴⁵ VARZEA, Virgílio, op. cit. p. 215.

CAPÍTULO III

ARQUITETURA RELIGIOSA - os modelos arquitetônicos que se desenvolveram nas construções religiosas da Ilha de Santa Catarina.

3.1 - A Cidade e a Igreja

Antes de nos dedicarmos ao estudo histórico da arquitetura religiosa da Ilha de Santa Catarina, gostaríamos de comentar alguns tópicos que consideramos importantes para a compreensão do papel desempenhado pelo templo desde a antiguidade clássica.

Tanto na história da Grécia como na de Roma, nota-se uma apaixonante atenção para com a construção ou mesmo localização dos santuários e templos.

Antes da criação das cidades, na antiga Grécia ou Roma, as populações estavam reunidas em tribos. Quando se pensou na possibilidade dessas tribos se reunirem, a condição básica foi o respeito pelo culto de cada uma delas. " *No dia em que nasceu essa aliança, nasceu a cidade*".⁴⁶

A crença num ser superior ou mesmo em forças da natureza desenvolveu um culto que, necessariamente, iria pleitear um local para erigir seu templo.

No tempo antigo, cidade e urbe não eram sinônimos,

⁴⁶ COULANGES, *Fustel de. A Cidade Antiga.* p. 151.

embora ambas tivessem estreita ligação, principalmente religiosa.

Quando várias tribos se uniram pretendendo um único culto, estava fundada a urbe, com seu santuário comum. "Assim, a fundação da urbe foi sempre um acto religioso".⁴⁷

Rômulo, ao fundar Roma, pede aos deuses que lhe indiquem, através do vôo das aves, o local para edificar a urbe. Isso foi feito, segundo pensadores clássicos, com as aves indicando o Monte Palatino.⁴⁸

Não são os romanos, mas também os gregos, acreditavam que o local da urbe deveria ser revelado pelas divindades. Os gregos, nessas ocasiões, consultavam o Oráculo de Delfos.

Depois da escolha do local, seguia-se o cerimonial religioso. A urbe já se iniciava sob os auspícios da religião e sua primeira construção era o altar ou o próprio templo. Nasceu ela para se eternizar por meio da presença divina.

Já na cidade medieval, está, em primeiro lugar, entre os elementos determinantes da sua evolução, a muralha que a cerca, e, a seguir, o espaço central, aberto, onde vão estar localizados a igreja, o mercado, o paço municipal, o salão da guilda, etc.

Geralmente perto do centro da cidade, tanto devido a razões práticas de neu-

⁴⁷ COULANGES, *Fustel de. op. cit.* p. 160.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 162.

*niões como a razões simbólicas, situava-se a igreja principal ou catedral; para ela podiam convergir as vias principais, embora raramente se cruzassem ou procurassem formar uma via contínua.*⁴⁹

Vemos que o sistema português e espanhol de escolher, nas suas fundações, o melhor local para a igreja, já se apresenta como uma velha tradição que remonta, não apenas à Idade Média, mas à civilização greco-romana.

Na Idade Média,

*a posição central da igreja ou catedral é a chave do traçado da cidade medieval; dentro da sua área reduzida, as suas torres ou as sombras que lançam são visíveis de toda parte, e a diferença de tamanho entre as paredes elevadas e as pequenas casas que se amontoam na base é um símbolo da relação entre os assuntos sagrados e profanos.*⁵⁰

Mas teríamos, talvez, que escrever um tratado, para demonstrar a eterna preocupação do homem em reservar, para seus deuses, os melhores locais de suas cidades. Usamos, como exemplo, o caso greco-romano e o medieval, embora em toda a história da humanidade possamos colher exemplos semelhantes.

Na América Portuguesa, é evidente a importância da igreja, uma vez que a conquista era feita a serviço de Deus e do Rei de Portugal. O mesmo acontecia na América Espanhola.

Juntamente com a igreja, a construção militar também era meta prioritária no Brasil, pois era ela que mantinha

⁴⁹ MUMFORD, Lewis. A Cultura das Cidades. p. 64.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 65.

a defesa da imensa costa.

3.2 - A Igreja na Vila e depois Cidade de Nossa Senhora do Desterro.

As fortificações tinham por objetivo primeiro resguardar a posse do território, mesmo em locais onde não havia sequer uma povoação. Já as primeiras construções religiosas vão surgir com as povoações e vilas, surgindo da necessidade religiosa dos povoadores.

A união entre a Igreja e o Estado fortalecia as criações arquitetônicas religiosas, uma vez que a Igreja passa a ter um grande papel social e político.

A vida social dos povoados e vilas se desenvolvia junto à Igreja e nela também, muitas vezes, se tomavam grandes decisões políticas.

Além do trabalho normal de assistência religiosa, a Igreja era também responsável pelo trabalho de registro de óbitos, nascimentos e casamentos. Daí a atual importância dos arquivos eclesiásticos, para o estudo da sociedade dos séculos passados, em especial, no nosso caso, no estudo das sociedades que se desenvolveram na Vila do Desterro e nas antigas freguesias da Ilha de Santa Catarina.

A Igreja na Ilha de Santa Catarina, como em todo o Brasil, vai competir com o comércio na escolha das melhores áreas urbanas. Mais para o interior, onde o urbanismo praticamente inexistia, a Igreja vai ocupar um lugar mais proeminente, ou pelo menos um lugar bem situado junto à povoação, vila ou cidade.

A praça da matriz está sempre situada no centro da comunidade. Vemos isso na antiga cidade do Desterro, bem como nas freguesias do interior da Ilha.

Na Ilha de Santa Catarina encontramos as Igrejas mais antigas no interior, exatamente nos antigos núcleos de colonização açoriana.

Na antiga Desterro, hoje Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, encontramos construções religiosas importantes, mas que, infelizmente, tiveram, com o passar dos anos, sua arquitetura deturpada. No interior, apesar das reformas sofridas nos últimos duzentos anos, ainda se encontram traços originais nas pequenas capelas.

O traçado das igrejas da Ilha de Santa Catarina é quase sempre o mesmo, repetindo-se, com ligeiras modificações ou adaptações, as plantas portuguesas: nave, capela-mor e sacristia.

A torre sineira aparece sob formas diferentes: ou torre única ou duas torres iguais.

Quanto aos altares, variam em número, com altar-mor e altares do cruzeiro aparecendo normalmente, estando a variação apenas nos altares laterais. Algumas igrejas, originalmente com três altares foram recebendo, com o correr dos anos, altares laterais, como foi o caso da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, da Lagoa. Esses altares posteriores são facilmente reconhecidos, uma vez que seus estilos distoam completamente do primitivo.

Na Ilha de Santa Catarina, até o ano de 1797, exis-

tiam 9 igrejas, 10 capelas e 2 oratórios, conforme relatório do governador, João Alberto de Miranda Ribeiro, datado de 17 de novembro.⁵¹

Posteriormente foram construídas mais algumas igrejas e capelas. De todas essas construções, escolhemos, para esse trabalho, aquelas que se encontram em melhor estado de conservação.

3.3 - A Matriz de Nossa Senhora do Desterro e as Igrejas da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e Nossa Senhora da Lapa, do Ribeirão.

3.3.1 - Igreja Matriz

Tanto o urbanismo espanhol como o português, tinha, como cânone, situar a Igreja na principal praça da Vila, de preferência, em seu lugar mais proeminente.

A Praça da Matriz, era, assim, o centro da Vila ou Cidade.

O local da nossa Igreja Matriz é, historicamente, o local onde se construiu a primeira igreja da Ilha de Santa Catarina.

Tudo teve início quando, no século XVII, Francisco Dias Velho saiu de São Paulo para fundar a póvoa de Nossa Senhora do Desterro, edificando sob evocação da Santa, uma peque-

⁵¹ Em anexo I, vide relação das Freguesias, Capelas e Oratórios existentes na Ilha de Santa Catarina nos finais do século XIX conforme o Relatório Miranda Ribeiro. Arquivo Ultramarino de Lisboa, caixa 6, doc. nº 6.

na ermida.

Muitos foram os autores que citaram, em suas obras, a igrejinha de Dias Velho e os primeiros anos da fundação.

Com referência aos primeiros anos da pōvoa do Desterro, a maioria dos historiadores faz referência à primeira igrejinha construída por Dias Velho. Assim, também, quase todos os viajantes que passaram pela nossa ilha, deixaram escritas palavras de referência à ermida que fora levantada na pōvoa.

A iconografia dos séculos XVIII e XIX também documenta a Matriz do Desterro, igreja construída em substituição à pequena capela do fundador.

Na obra de Lucas A. Boiteux, "Paulistas em Santa Catharina seiscentista", encontram-se várias referências com relação à pequena capela construída por Dias Velho.

A fê reinava em todos os corações; o primeiro cuidado desses imigrantes foi construir uma igreja; consagraram-na a Santa Catarina, padroeira da ilha.⁵²

Para Paulo J.M. de Brito,

hum dos primeiros cuidados de Velho Monteiro foi a edificação de huma Ermida, pouco distante da sua residência, a qual não chegou a acabar.⁵³

O Visconde de São Leopoldo, também comentando a fun-

⁵² Saint-Hilaire, cit in BOITEUX, Lucas A. Paulistas em Santa Catharina Seiscentista p. 28.

⁵³ BOITEUX, Lucas A. op. cit. p. 28

dação de Dias Velho, diz que o povoador "cuidara logo em levantar um templo e o dedicara a Santa Catharina, do nome de sua primeira filha; d'aquí derivou appellar-se assim toda a ilha".⁵⁴

Pedro Taques afirma que Dias Velho "falleceu dentro da mesma igreja matriz, que ã custa tinha feito construir de pedra e cal, e ornar com altar maior, e collateraes e imagens".⁵⁵

Milliet de Saint-Adolphe, diz que Dias Velho "mandou fazer uma cappela que dedicou a Nossa Senhora do Desterro".⁵⁶

Também Monsenhor Pizarro comenta a capela de Dias Velho, quando diz: "erigiu o Templo dedicado ao Desterro de Nossa Senhora, em que foi estabelecida uma das primeiras matrizes amovíveis do vasto Continente do Sul" que substituiu "a indecência casa de pao a pique e barro".⁵⁷

O historiador catarinense Almeida Coelho também discute sobre o problema quando, ao falar sobre Dias Velho, diz que "foi seu primeiro cuidado assentando a colonia, edificar uma igreja (ou ermida, no mesmo lugar onde hoje é a Matriz da cidade do Desterro) que dedicou a Santa Catarina". Com a morte do povoador, os filhos, segundo o mesmo cronista, "não obstante viveram desgostosos, se demoraram algum tempo, a concluir a Ermida ou pequena Igreja que haviam começado, e onde fora assassinado o pai".⁵⁸

⁵⁴ BOITEUX, Lucas A. *op. cit.* p. 28.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 28.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 29.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 29.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 29.

Boiteux cita muitos outros historiadores em sua obra, todos comentando a existência da ermida de Dias Velho.

De José da Silva Paes, na época governando Santa Catarina, temos um ofício datado de 25 de setembro de 1747, o qual é respondido pelo Rei de Portugal, em carta de 19 de janeiro do ano seguinte.

Diz a carta, referindo-se à necessidade de uma nova igreja:

... não há mais Igreja que a Matriz, que fora feita pelo seu primeiro Povoador de pedra e barro com muy pouca capacidade e cimetriz nos tem sido preciso acodir ao seu reparo para não experimentar a sua última ruína...⁵⁹

Desse documento surgiu a planta de uma nova Matriz, feita pelo próprio Silva Paes, juntamente com a planta da nova Casa do Governo.

A Igreja foi mandada edificar por Provisão do Conselho Ultramarino de 17 de julho de 1748.

Sobre essa planta do Governador falaremos mais adiante.

Alguns autores situam ainda a primeira igreja no centro da principal praça da Vila.

Perguntamos então: a igreja de Dias Velho situava-se na colina onde hoje está a catedral, ou ficava no cen-

⁵⁹ BOITEUX, Lucas A. *op. cit.* p. 30.

tro da atual praça XV de Novembro?

Acreditamos na primeira hipótese, pois os locais mais elevados eram sempre escolhidos para a localização dos templos.

Assim, pousada na colina, descortinando o mar em sua frente, a capela de Dias Velho mirava as pobres choupanas que nasciam junto à colina a caminho do mar.

Foi esse o nascimento da Vila de Nossa Senhora do Desterro. O local da capelinha de Dias Velho pode ser considerado o berço de Florianópolis.

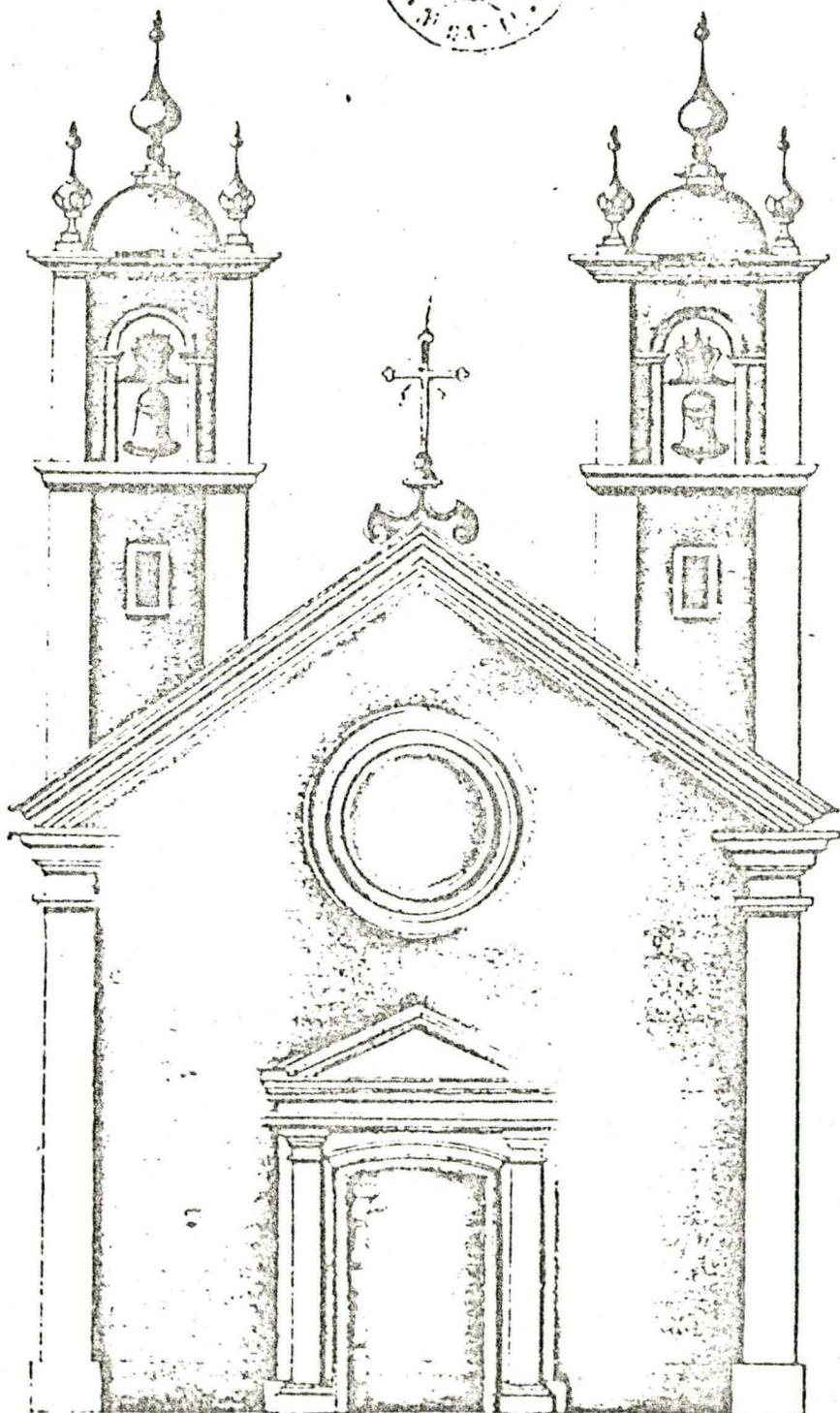
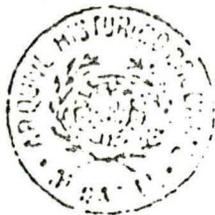
Em meados do século XVIII, durante o governo de Silva Paes a capelinha já não comportava os fiéis que para ela afluíam, e o governador, que era também engenheiro militar, projeta uma nova Igreja (v. figs. 40, 41, 42, 43, 44 e 45).

O projeto de Silva Paes só foi executado em 1753, no governo de D. José de Melo Manoel, tendo sido concluído somente em 1773.

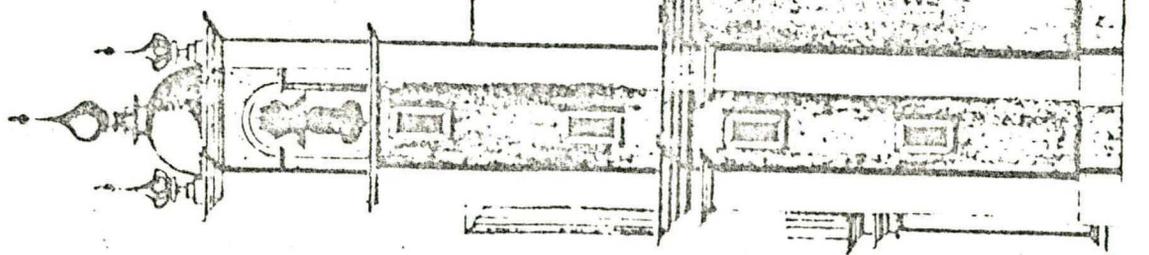
O Abade Dom Pernetty, que acompanhou Bougainville em sua expedição à Santa Catarina em 1763, fala, em suas notas, da construção de uma nova Igreja na Vila de Nossa Senhora do Desterro.

A planta baixa da Igreja de Silva Paes, era composta pelos seguintes elementos: nave, batistério, 2 púlpitos, 2 altares colaterais, Arco Cruzeiro, altar da Ordem Terceira

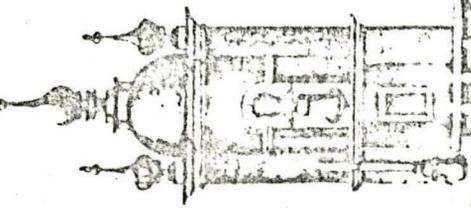
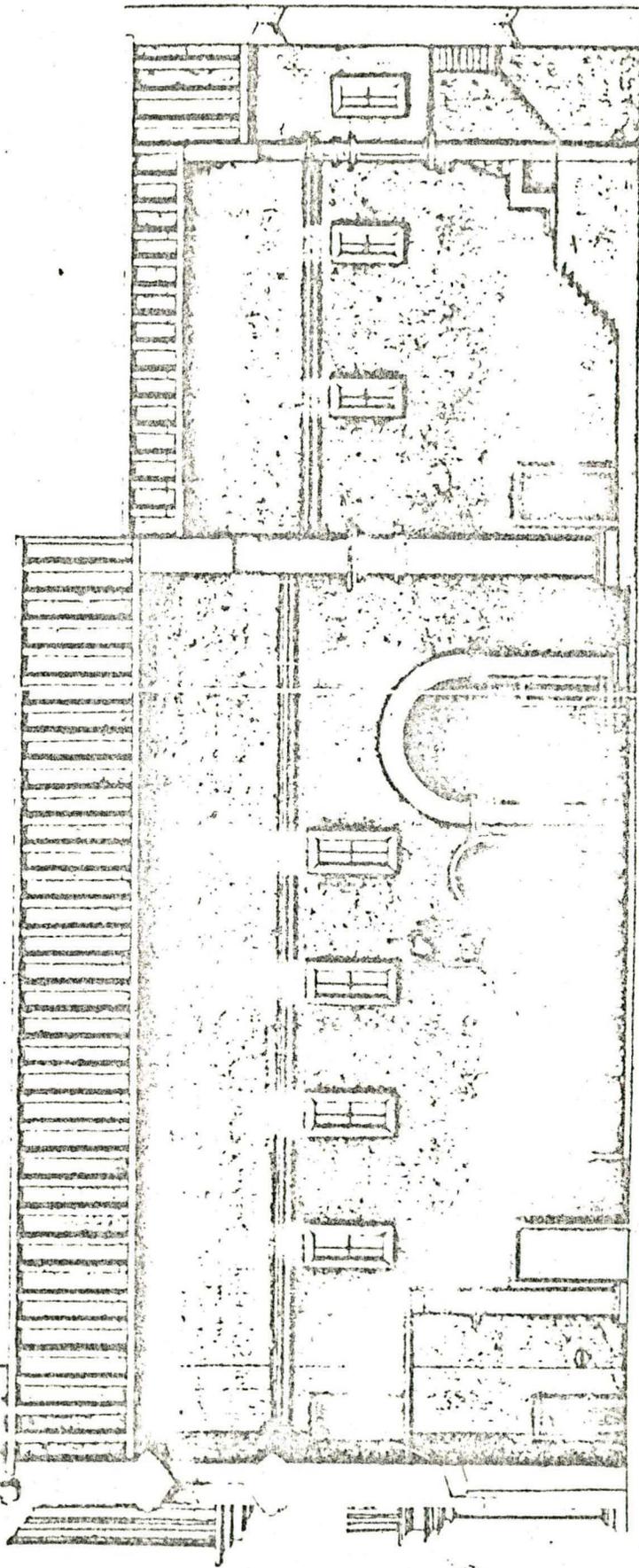
Fig. 40 à 45 - Plantas e alçados da Igreja Matriz da Ilha de Santa Catarina. Obra de José da Silva Paes, 1748. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Coleção Cartográfica - Santa Catarina - 1.^a Secção, cofre.



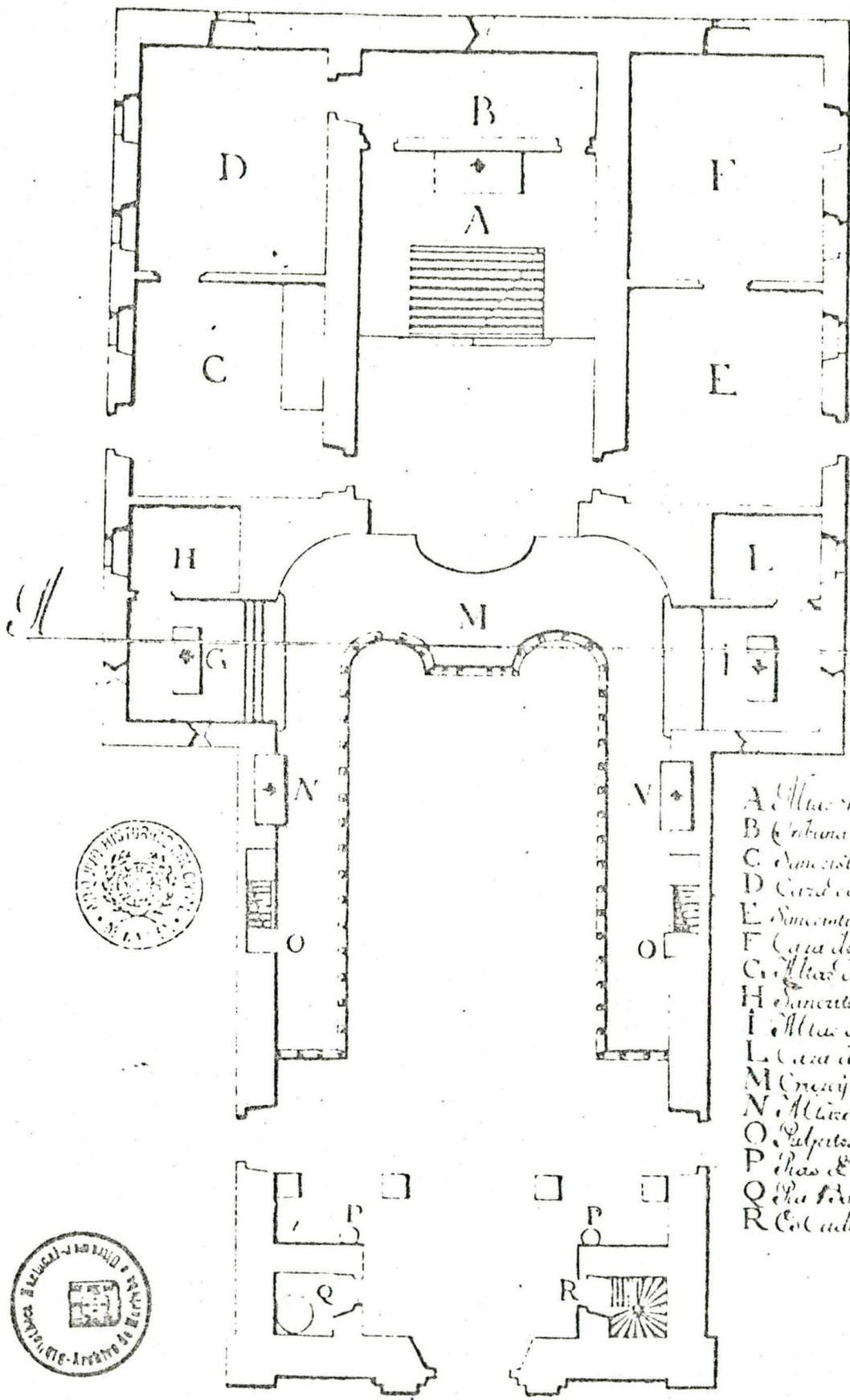
Vista por el lado de la Iglesia de Madrid



semper ad signa vocamus



Planus deus & Typicus Matris

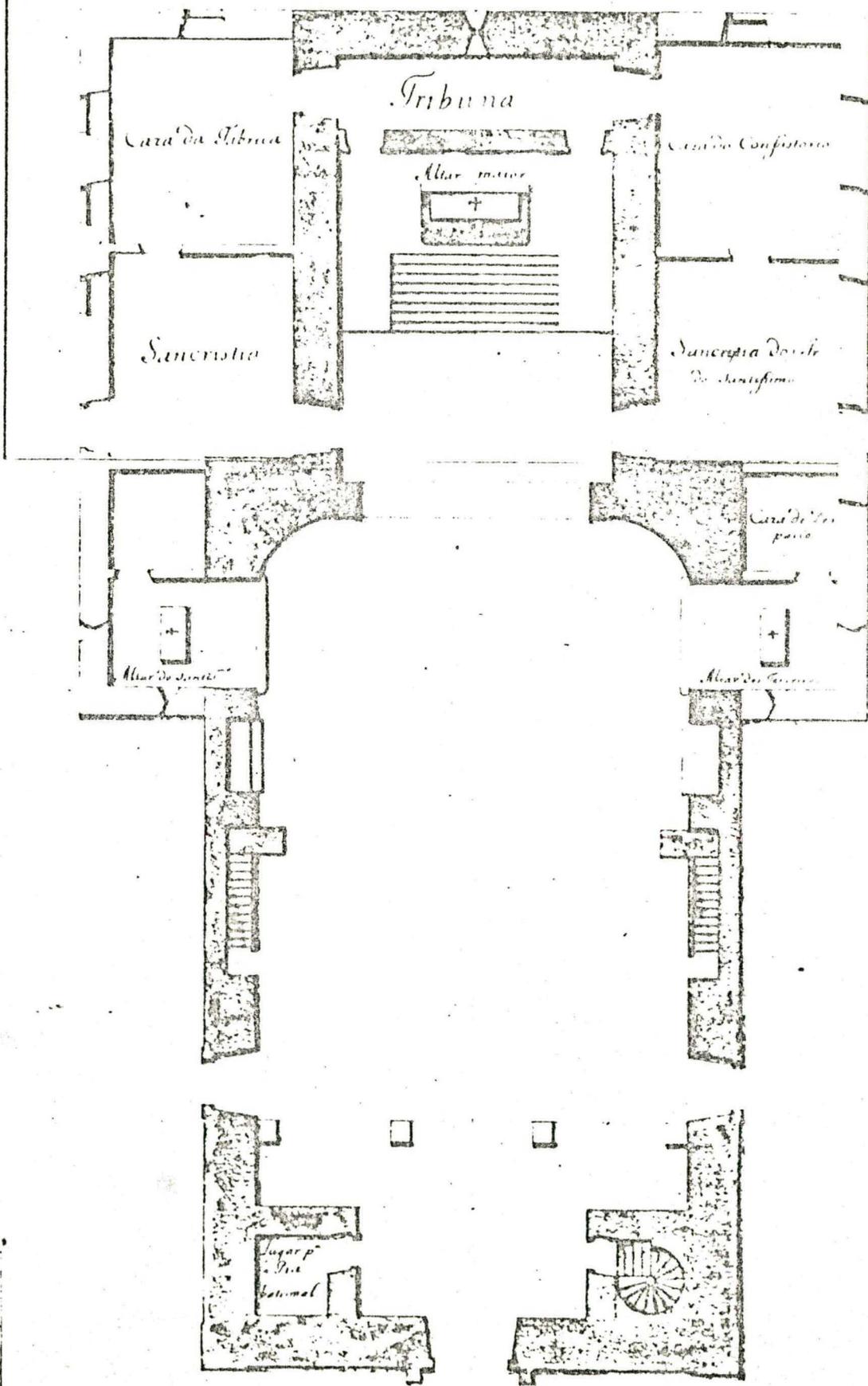


- A. Altare Major
- B. Cathedra
- C. Sacristia
- D. Capella catholica
- E. Sacristia exornata doct^o
- F. Capella doct^o
- G. Altare doct^o
- H. Sacristia doct^o
- I. Altare doct^o
- L. Capella doct^o
- M. Crucifix
- N. Altare Calute
- O. Sepulchra
- P. Pass & Aqua benedicta
- Q. Sacristia
- R. Colonna p^o sacristia

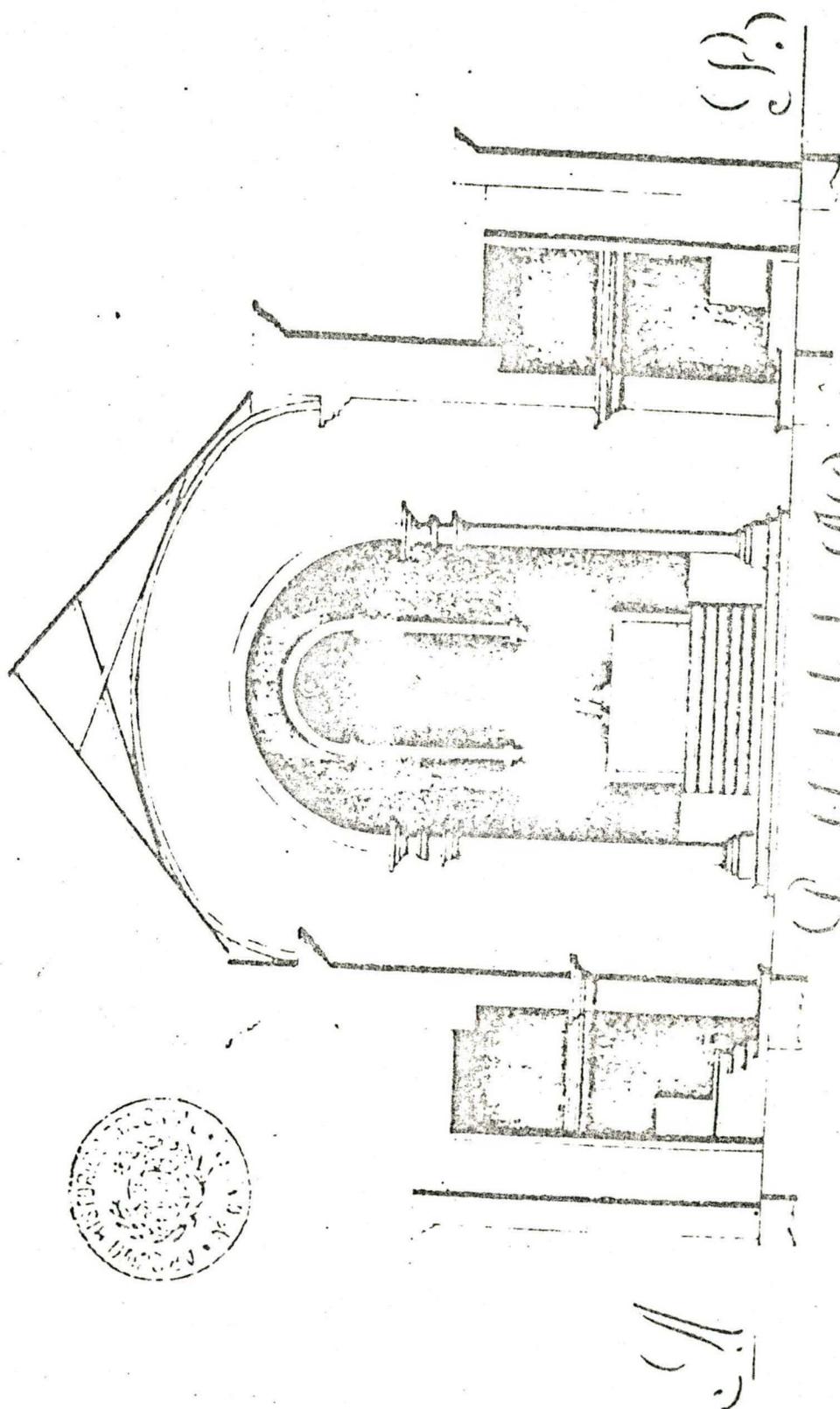


Plano da Igreja e Matris da Alha de
 Santa Catharina

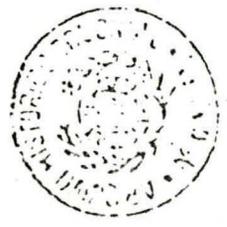
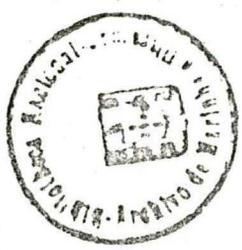
Tudo o que leva a aguada vermelha se acha concluido. e so the falta a
 a parmação, os Altars, os pulpitos, a sacralto, e alguns pequenos ornatos de cal
 e que vay de aguada amarela está por fazer e he o que se deve arrematar



Frente



Sevil dalinha P



(que nesta época ainda não tinha a sua Igreja), altar do Santíssimo, 2 sacristias, altar-mor e, atrás do mesmo, as tribunas.

Comparando-se as plantas de Silva Paes com a Catedral atual, veremos que muita coisa mudou nesses duzentos anos.

Em 1845, o Coronel Everard refere-se à Matriz, quando em relatório, diz que havia caído o revestimento de estuque do teto e o madeiramento achava-se podre.

O Vigário Antonio Joaquim Pereira Malheiros, a 8 de fevereiro de 1847, encaminha um orçamento para a douração e pintura da capela-mor e do corpo da Igreja.

A pintura das paredes seria branca (não fala sobre as pinturas do teto. Calculamos que não fossem ainda coloridas, com as figuras que possuiu até 1976) e o corpo seria forrado. As cimalkas deveriam ser pintadas imitando pedra, para fazer simetria com as da capela-mor, que eram de cantaria.

Em dezembro de 1851, o Vigário Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva solicita 800\$000 para um novo assoalho da matriz. Nove anos após, em 1860, o mesmo Vigário faz uma nova solicitação, desta vez no sentido de se aterrar e calçar o adro da Igreja, bem como realizar a construção das paredes que serviriam de apoio ao dito aterro.

Numa fala do Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. João José Coutinho, dirigido à Assembléia Legisla-

tiva-Provincial em 19 de março de 1857,⁶⁰ é abordado um tema referente ao estado das Igrejas da Ilha. Com relação à Igreja Matriz, o Presidente da Província diz que a cobertura da Capela-Mor estava ameaçando ruir, necessitando, por isso, de uma nova, assim como era urgente a substituição dos barrotes da mesma capela. O conserto estava orçado em 1.230\$000.

A 5 de janeiro de 1858, o Vigário Coadjutor, Pe. Joaquim Eloy de Medeiros pede reparos no telhado do templo, com troca de madeiramento, bem como a substituição do assoalho, reforma da sacristia e pinturas.⁶¹

Várias outras transformações sofreu nossa Igreja Matriz. Numa delas teve suas paredes laterais aumentadas, alteradas suas torres e construído um alpendre neo-clássico em sua portada, acréscimo esse feito neste século, e que encobriu parcialmente a bela portada de cantaria da primeira construção.

A última restauração sofrida pela atual Catedral de Florianópolis, deu-se há alguns poucos anos atrás quando uma equipe orientada pelo IPHAN, pintou a Igreja, encobrendo as pinturas coloridas do seu interior. O fato causou sérias controvérsias junto à opinião pública, que vez que as pinturas parietais do templo já faziam parte do seu conjunto arquitetônico.

Nós, especialmente, não vimos o "porquê" das con-

⁶⁰ *Falás de Presidentes da Província. 1857 - Biblioteca Central da UFSC Sala de Santa Catarina.*

⁶¹ *Livro de Arciprestes e Vigários nº 245, 1858 - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.*

trovêrsias, já que, há muito, o templo estava descaracterizado.

Arquitetonicamente nossa Catedral é um amontoado de formas que não se interrelacionam.

Da igreja de Silva Paes, resta apenas, hoje em dia, a planta, publicada neste trabalho e em outros escritos anteriormente realizados.

Para finalizar essas notas sobre a Catedral, gostaríamos de chamar a atenção para os nomes dos viajantes estrangeiros que, ao visitarem a Ilha de Santa Catarina, deixaram documentada a cidade do Desterro em pinturas ou desenhos, todos mostrando a Igreja Matriz.

La Pérouse desenhou a Vila em 1785 e seu desenho foi muito copiado em anos seguintes.

Em 1803, o russo Krusenstern visita o Desterro, e um dos membros de sua expedição, cujo nome nos é desconhecido, também desenhou a vila.

*Eles estavam, nessa época, construindo uma igreja, que em muitos países católicos é considerada muito mais importante do que hospitais ou outras edificações úteis. Eu fiquei muito surpreendido ao ver numa noite por volta das dez horas, quando me dirigia para bordo, diversos escravos negros de ambos os sexos carregando pedras para aquele propósito; mas minha admiração diminuiu um pouco, quando considerei que a recompensa por esse zelo religioso pertencia menos a eles do que aos seus senhores.*⁶²

⁶² KRUSENSTERN, in *Ilha de Santa Catarina - relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. p. 150.

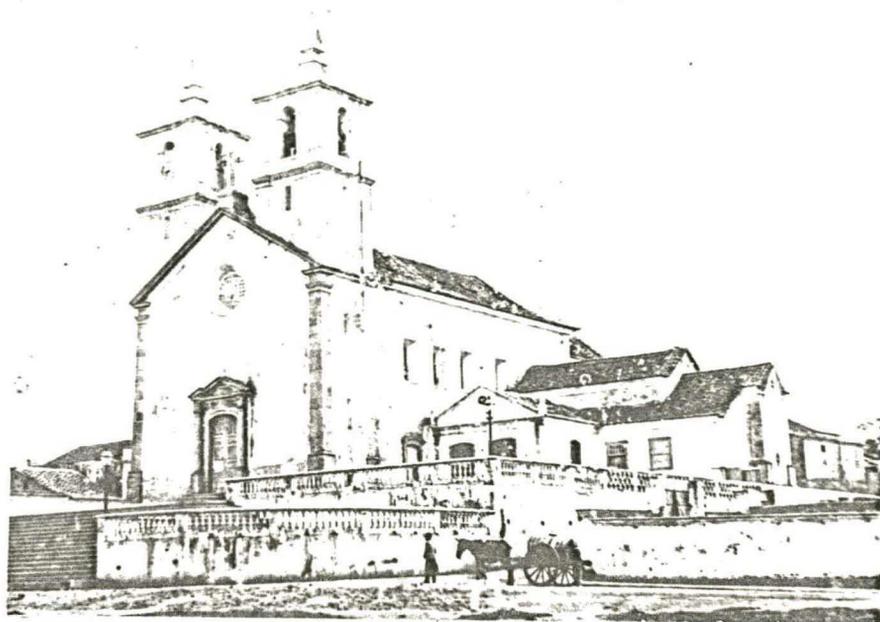


Fig.46 - A Igreja Matriz em foto do século pasado.



Fig.47 - A Catedral de Florianópolis, depois de muitas reformas, pouco guarda da antiga Matriz.

No ano de 1808, é a vez de aparecer o trabalho de Zimmerman, um europeu que também deixou uma pintura do Desterro, mas muito semelhante, talvez mesmo cópia, da gravura de La Pêrouse.

Fischer, em 1819, faz uma cópia da gravura da expedição Krusenstern, quase sem modificações.

Em 1843, aproximadamente, Victor Meirelles de Lima, criança ainda, pinta uma aquarela (v. fig. 64) mostrando uma parte do casario do Largo do Palácio. Nesse quadro podemos observar muito bem a Igreja Matriz da Cidade do Desterro.

De 1866, temos a gravura do Tschudi, mostrando a Matriz ainda sem a escadaria e muro de arrimo para o adro.

Esses são alguns dos primeiros documentos iconográficos relacionados com a nossa Igreja Matriz (v. figs. 46 e 47).

3.3.2 - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

Em janeiro de 1744 chegava ao Desterro o Irmão Pregador Alexandre de Santa Cruz, fundando no ano seguinte a Ordem Terceira em Santa Catarina.

A primeira mesa foi eleita em 17 de setembro de 1745, na Matriz do Desterro, onde a Irmandade tinha a sua Capela, cedida pela Matriz, uma vez que não tinham ainda templo próprio.

Da ordem participavam pessoas de ambos os sexos.

Durante 70 anos (de 1745 a 1815), a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência seria hóspede da Igreja Matriz do Desterro.

Em 1749, a Ordem recebeu as Imagens do Crucificado e do Patriarca São Francisco.

Quando em 1773 foi edificada uma nova Matriz (planta de Silva Paes), na mesma foi construído um altar especial para a Ordem Terceira. O livro de Tombo da Ordem fala na construção dessa Capela:

*edificados de pedra e cal acima da Porta travessa e fazendo frente em arco aberto no lado da Epístola da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro, em conformidade com o Risco e determinação de S. Magestade Fidelíssima.*⁶³

No trabalho de Oswaldo Rodrigues Cabral, "A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência",⁶⁴ coletamos os principais dados sobre a Igreja de São Francisco, uma vez que a documentação é praticamente inexistente.

Em 1778 já se cogitava a construção de Igreja própria em terreno onde já havia a casa do Reverendo Comissário da Ordem.

A licença para construção da Igreja, assinada pe-

⁶³ Livro de Tombo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Encontra-se na própria Igreja.

⁶⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Florianópolis, Estabelecimento Gráfico Brasil. 1945. 100 p., il.

lo Príncipe Regente de Portugal, D. Fernando José, chegou em 1802. Deveria possuir 80 palmos de vão desde o arco cruzeiro até a porta, e capela-mor com 40 palmos de comprimento por 30 de largura.

O Corpo Central da Igreja levou 12 anos para ser concluído.

Em 1804 foram adquiridos os portais.

Somente em 1815 a Igreja foi considerada terminada.

A mudança, da matriz para a nova Igreja, deu-se nesse ano embora a conclusão tenha se dado somente em 1851.

O primeiro sino chegou em 1819 e o relógio em 1850.

Em agosto de 1831 espalhou-se a notícia que as torres estavam ruindo.

Depois de uma série de vistorias, uma delas realizada por Sepúlveda Everard, optou-se pela solução mais simples: fechar as duas portas laterais, deixando aberta apenas a central. Foi fiscal das obras Luiz Nunes Pires.

Até os dias presentes a Igreja da Ordem Terceira conserva suas portas laterais fechadas, bem como suas torres no lugar.

Se foi rebate falso, não sabemos. Em todo caso, "*mais vale prevenir do que remediar*". Nossa Igreja continua de pé, apesar de umas rachas que sofreu com a construção do Centro Comercial A.R.S.

Na Igreja de São Francisco também haviam enterramentos, tanto dentro da nave, como no adro.

Música, e das melhores, se ouviu dentro dos muros sagrados da Igreja da Ordem Terceira.

Em 1878, José Brasilício de Souza, autor do Hino de Santa Catarina, regia o Coro da Igreja, executando, vez por outra, uma peça de sua autoria ou mesmo um trecho do Frei José Maurício Nunes Garcia, o maior músico barroco brasileiro.

Imagens, a igreja possuía e ainda possui uma coleção das melhores: no altar-mor, São Francisco de Assis e Santa Izabel, Condessa da Turíngia, padroeira da Venerável Ordem Terceira.

Em 1771, foram encomendadas no Rio de Janeiro, a Imagem de São Francisco de Paula e a do Santo Cristo.

Um painel, representando São Francisco tirando almas do purgatório, é doado, em 1784, por um dos Irmãos.

Em 1789 a Irmandade recebe a imagem de Santa Catarina, e em 1798, a da Virgem da Conceição (uma das mais belas imagens existentes em Santa Catarina).

Posteriormente foram adquiridas as imagens do Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora das Dores, Senhor Morto, Santo Antonio de Lisboa, Santo Antonio da Guiné (Santo Negro), Santa Rita de Cássia, além de uma tela de Victor Meirelles, cópia de Salvatore Rosa, e representando São Francisco, realizada na Itália quando da permanência do artista catarinense na Europa.



Fig.48 - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, em Florianópolis.



Fig.49 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa, no Distrito de Ribeirão da Ilha.

As reformas na Igreja não foram muitas nem importantes. Calculamos que isso se deva à pobreza da Ordem, pois a 29 de maio de 1888, Germano Wendhausen, então Ministro da Ordem Terceira, solicita a caiação e pintura externa da Igreja, no que não foi atendido por falta de recursos.

Seus altares mesclam o barroquismo com o neo-clássicismo, numa simbiose que marcou uma época na história da arte brasileira. É o período de transição, marcado pela vinda da Missão Artística Francesa, além das influências europeias anteriores. É o Barroco que vai, aos poucos, sendo substituído pelo Néo-clássico francês.

Suas imagens ainda hoje se conservam em estado razoável, embora suas pinturas parietais internas estejam pesadamente conservadas, além de terem sido sucessivamente repintadas com péssimo gosto.

O colorido das paredes quebra a delicadeza dos altares e a sobriedade da arte sacra espalhada por seus diversos altares.

Seria de extremo bom gosto e altamente sujeito a aplausos, a medida, de algum órgão governamental, no sentido de serem restaurados a Igreja e os santos da venerável e esquecida Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. (v. fig.48).

3.3.3 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão

O colonizador açoriano se instalou no Ribeirão depois de 1748. Com Provisão episcopal de 13 de setembro de 1763,

Manuel Valgas Rodrigues mandou edificar uma capela, tendo Nossa Senhora da Lapa por padroeira.

Em 1803, Ribeirão tornou-se curato por Provisão de 24 de janeiro. Elevado à Freguesia pelo Alvará Régio de 11 de julho de 1809, teve como primeiro pároco o Padre Thomaz Francisco da Costa.

A Paróquia do Ribeirão, pertence, entre outras, a povoação da Lagoinha, Armação fundada em 1782, onde, na capelinha de Sant'Ana, iam ouvir missa os tripulantes das baleeiras antes de se lançarem ao mar em busca do precioso mamífero.

Em 1810, sua população compreendia 1.436 habitantes, sendo 423 escravos.

Muitas transformações sofreu a Igreja do Ribeirão a partir de 1806, ano da sua sagração.

Em 1840, o Vigário Loyola solicitou ao Presidente da Província a quantia de 1.747\$000, para realizar reparos no templo. Segundo ele, a sacristia e o telhado estavam em ruínas, estando em ordem apenas as paredes, forro, coro e altares.

Solicitou, ainda, um cemitério, um sino e uma lâmpada para o altar-mor.

As solicitações não foram atendidas porque três anos após, o Vigário encomendado, Padre Francisco Rodrigues, novamente solicita consertos na Igreja.

No ano seguinte (1844), o mesmo vigário pediu re-

paros no assoalho, e fez uma solicitação de 400\$000.

Durante a visita à Ilha, do Imperador D. Pedro II, a Igreja recebeu do mesmo uma doação de 400\$000.

Nesta época era vigário o Padre São Boaventura Cardozo, que realizou alguns reparos no templo, tais como a construção de duas portadas, janelas, portas e caixilhos com vidraças. As janelas foram modificadas, pois, devido à ruína anterior, não tinham nem mais simetria.

Algumas pinturas também foram levadas a efeito.

Em 1847, o donativo de D. Pedro II foi usado no conserto do assoalho da Matriz.

Pintaram-se também os altares, o púlpito, as grades do centro e do coro e as três portas principais e janelas.

Num relatório do Padre Boaventura Cardozo, de 20 de março de 1847, constam uns recibos passados em 1846, relacionados a consertos do templo. Dentre eles, citamos:

- 30\$000, de pedras compradas de Marcelino Antonio Dutra, para a base do assoalho da Igreja.

- Recibo assinado, de 20 de agosto de 1846, por Anastácio Silveira de Souza, pela venda de tábuas para o assoalho da Igreja.

Num ofício ao Vice-Presidente da Província (23 de janeiro de 1849), o Vigário, Monsenhor Manoel Joaquim da Paixão, expôs o problema dos enterramentos dentro da Igreja:

*Desde o tempo em que eu me acho empregado, que será de cinco meses, na qualidade de Parocho desta Matriz, um fe-tido dos corpos ali sepultados, e agora vendo, que se augmenta, a ponto de não poder-se entrar na Igreja sem grave incommodo, e que já todos se queixão, participo a Va. Exa. para dar providências necessárias, em quanto é tempo, para o público não sofrer este ar corrupto e pestífero assaz dannoso à sua saúde...*⁶⁵

Como podemos notar, esse problema dos enterramentos no interior das Igrejas era geral em toda a Ilha.

Em 1851, o então Vigário, Padre Euzébio Agüero, pede a renovação do teto da nave e sacristia, assoalho novo para toda a Igreja e o nivelamento do terreno para o cemitério (uma providência que vimos ter sido tomada, conforme solicitação de 1849).

Quatro anos mais tarde, o novo Vigário, Padre Manoel da Costa Pereira, solicitou reparos na Sacristia (Caibros novos, telhado e tabuado). Fala o vigário novamente sobre o cemitério, que nesta época já estava quase pronto.

No cemitério levantado à altura de 11 palmos os dois muros de sua frente, ao N. e Sul da Igreja, todo de pedra, tijolo e cal e colocadas já as duas grandes portadas; faltando para sua conclusão as portas, os embasos e rebocos, sem falar da continuação do muro ao costado e fundos, que com o tempo deve fazer-se para o cemitério ficar inteiro e decentemente fechado, com exclusão dos espinhos que fazem sua ac

⁶⁵ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 243, (1849-52) Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*tual cerca.*⁶⁶

Em 1888, o vigário José Martins do Nascimento solicitava ao Presidente da Província fundos para consertos das Igrejas de Paraty, Jaguaruna e Ribeirão. Nesta última os serviços se resumiam na renovação do telhado em alguns lugares, pequenos reboques, conserto no púlpito e nas fendas que estavam produzindo infiltração da água. A quantia solicitada era de 800\$000.

Seguiu a Igreja da Senhora da Lapa sofrendo reformas e consertos, conforme as necessidades, sendo que nesse século essas reformas foram péssimas sob o ponto de vista estético.

A evolução natural da arquitetura e a falta de restauradores gabaritados fizeram da singela Igrejinha do Ribeirão, mais uma construção colonial relegada a terceiro plano.

Apesar de tudo, entretanto, ainda podemos considerá-la uma das mais conservadas em suas características originais.

Atualmente a igreja apresenta, no seu interior, a clássica divisão nave e capela-mor, separadas pelo arco cruzeiro.

A nave, com paredes de 80 centímetros de espessura, possui, em cada lado, três grandes janelas com vidraças.

⁶⁶ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 244, (1853-55) Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Junto ao coro abrindo-se para a fachada, mais três janelas.

As três portas da nave (a principal e duas laterais) apresentam dobradiças em cachimbo, possivelmente da época da construção. A porta principal do templo é de almofadas e possui uma interessante aldraba original.

No teto da nave temos uma pintura representando, no centro, a Sagrada Família, a visita dos Reis Magos e o Cristo crucificado.

Na parede sobre o arco cruzeiro, vemos a representação de Cristo e São João Batista. Na parede do coro, uma singela pintura representando Santa Cecília.

A capela-mor, com um belo altar em branco e dourado, colunas salomônicas, volutas e concheadas de inspiração barroca, guarda belos exemplos de arte sacra do século XVIII e XIX.

Ainda na capela-mor vemos duas janelas em cada lateral, abrindo-se de um lado, para a sacristia e de outro para a residência do vigário.

No teto, pintado, um medalhão com anjos e concheados.

Os altares do cruzeiro são do mesmo estilo do altar-mor, possuindo na sua parte mais alta, delicados baldaquinos de madeira.

Externamente temos uma construção simples, de frontão triangular e duas torres, uma delas fechada e a outra por-

tando os dois sinos.

No vértice mais alto do frontão encontramos uma decoração em volutas apertando a cruz de ferro.

As torres apresentam-se com balaustradas no contorno e com pequenas grimpas no centro da cobertura. (v. fig.49).

3.4 - As Igrejas menores da Ilha de Santa Catarina.

3.4.1 - A Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Na segunda metade do século XVII, no atual Distrito da Lagoa, estava localizada uma das sesmarias de Francisco Dias Velho, o fundador da póvoa de Nossa Senhora do Desterro.

Em 1750, a antiga sesmaria de Dias Velho tornou-se freguesia, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, tendo como primeiro vigário o Padre Manoel Cabral de Bittencourt, que para cá veio acompanhando casais açorianos colonizadores.

A paróquia foi criada por Provisão Régia de 17 de junho de 1750.

A planta da igreja de Nossa Senhora da Conceição foi encaminhada à Portugal em ofício de 22 de abril de 1751, assinado pelo Governador Manuel Escudeiro Ferreira de Souza.⁶⁷

Em 1787 era vigário da Igrejinha o Padre Joaquim José Jaques Nicóz, assistido pelo Padre Francisco Coelho de Fraga.

⁶⁷ Vide anexo II.

Em 1839, a Igreja da Lagoa sofreu alguns reparos, embora não os necessários para deixar o templo em boas condições.

Em documento de 11 de fevereiro de 1839, o Vigário, Padre João de S. Boaventura Cardozo, envia o mapa da receita e despesa dos trabalhos de conservação do templo:

Estando próximo o dia d'abertura da Assembleia Provincial, envio a V. Exa. o mappa da Receita e despesa que se fez com os reparos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Lagoa, para que V. Exa. seja servido apresentá-la a mesma Assembleia e representar a urgente necessidade da continuação dos mesmos subsídios para o pavimento do templo que se acha quasi arruinado.

Pelo Presidente da Provincia foram remetidos ao meu antecessor 296\$800 em 22 de outubro de 1835, de cuja quantia so encontrei 218\$400 na mão de Francisco Antonio Vieira, filho do fallecido Thezour, Antonio Manoel Vieira, de cuja quantia dispus da maneira que V. Exa. pode ver no mapa e de que passei recibo ao sobre dtº Thezoureiro.

Pela Assembleia Provincial forão concedidos na Legislatura actual subsidios aventados a Parochias da Provincia sendo excluída esta Matriz, pela falta que houve de não representar.

Desconfio que V. Exa. reconhecendo a necessidade de prover a Magestade dos Templos que são a Caza do Senhor o qual he o Arbrito das Nações e de quem depende ou a sua glória ou a sua desgraça, ha de cooperar qto. possa para que esta supplica produza o esperado effeito.⁶⁸

A descrição da obra realizada é a seguinte:

Construiu-se hum sobrado novo pegado com

⁶⁸ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 239 (1839-40) - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

a parede da sacristia até a umbreira da porta lateral da Igreja, formando uma parede de 50 palmos de comprimento e 25 de altura, com 3 janellas e uma porta. Foi a parede fixada sobre 4 pilares de pedra, profundando os seus alicerces 4 palmos abaixo do nível da terra. No interior se fez hum sobrado assoalhado e duas escadas novas, huma de tijolo até a porta do púlpito e outra de madeira até a entrada da torre e Coro da Igreja. Fizeram-se portas e janellas mas não se pôde ainda rebocar o interior do edifício construído de novo por falta de meios.

De altou-se o interior da igreja eo exterior também e as paredes da Torre e Sacristia. Pintarão-se pela primeira vez as grades que circundão o centro da Igreja e assim como as grades do Coro e todos os altares e também todas as portas do Templo interna e externamente

Reconstruiu-se o muro que cerca o adro da Igreja em quadratura mas não se pode construir por falta de meios. Ficão ainda p^a fazer as tres portas das janellas do sobrado e o pavimento inteiro da Igreja, que se acha em Mappa de Receita e Despeza feita com os reparos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, pelo actual Vigário João de S. Boaventura Cardozo. ⁶⁹

Baseado nesse relatório podemos afirmar que a Igreja da Lagoa possuiu outro compartimento que não mais existe hoje em dia.

Conforme a descrição da obra feita pelo então Vigário Pe. Boaventura Cardozo, havia sido construído "hum sobrado novo pegado com a parede da sacristia até a umbreira da porta lateral da Igreja". Desse compartimento saíam duas portas com escadas, ligando-se, uma, ao púlpito e outra à entra-

⁶⁹ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 239 (1839-40) Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

da da torre e Coro da Igreja.

Em vista dessa afirmação, existiu, ligando a torre à Sacristia, um compartimento que deve ter sido demolido posteriormente.

O púlpito desse mesmo lado, que outrora ligava-se a essa sala, encontra-se, atualmente, com seu acesso fechado por duas paredes, sendo desconhecidos os motivos que levaram a tal fechamento.

Em 1840, segundo o mesmo vigário, o pavimento e o assoalho da Igreja estavam ruindo (23/01/1840). É sinal que os outros reparos solicitados não foram realizados, apesar dos autos de avaliação feitos a mando do governo. Nessas ocasiões, os peritos, na presença do Vigário, avaliavam a quantia necessária para os reparos.

Em 30 de julho de 1840 foi feita uma avaliação na Lagoa, para mudar o assoalho, pavimentação de toda a Igreja e construção de 3 portas.

Nesse mesmo ano há o registro de cinco altares na Igreja, o que nos leva a crer que os dois altares laterais localizados ao lado dos altares do cruzeiro foram construídos no início de 1840.

Em 1841 foram realizadas obras na Igreja: reboco e caiação de todo o templo, conserto do telhado do corpo da Igreja e da Capela-mor.

Construiu-se, também, 50 braças de muro do adro na

altura de 6 palmos por 3 de largura:

Sobre os angulos do muro do adro se fizeram de tijolo 9 pirâmides e 10 grades de madeira pintadas com suas ferragens nas entradas do Adro para vedar os animais que a toda hora devassão e profanam o cemitério dos mortos.⁷⁰

Em 1843 foram colocadas vidraças no ôculo e se fizeram três caixilhos de vidro para as janelas do sobrado, que correspondem ao Consistório das Irmandades. As seis portas externas foram pintadas a óleo e foram construídos 3 assentos para o adro.

Faltou forrar com madeira o teto da nave e assoalhar o pavimento.

Chegamos ao ano de 1844, com a mudança de assoalho (parte, porque a quantia recebida não foi suficiente para a Igreja toda).

Foi assoalhada a Igreja desde o degrau do altar-mor, até a porta de entrada. Como os barrotes estavam totalmente podres, foram substituídos por 12 linhas de 32 palmos, em toda a extensão da Igreja. Sobre essas linhas colocaram as tábuas. Foi essa a primeira troca de assoalho da Igreja, desde a sua construção.

Assoalhou-se também um pequeno quarto e nele se fez uma portada junto à Sacristia. Esse quarto servia de ar-

⁷⁰ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 241 (1843-45) Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

quivo para o Vigário (outubro de 1844).

Em 1845, mandou-se comprar no Rio de Janeiro uma custódia de prata dourada para a Igreja. Pretendia-se também comprar um órgão e para isso os paroquianos estavam auxiliando com pequenas doações.

O Imperador D. Pedro II visitou a freguesia da Lagoa em 18 de outubro de 1847, tendo estado em sua Igreja, doando à mesma a quantia de 800\$000 para pagar a custódia de prata anteriormente encomendada e que custou 520\$660. Quando o Imperador voltou do Rio Grande, já encontrou a custódia comprada e ficou "*plenamente satisfeito com a obra e com o desenho*", conforme ofício do Vigário Cardozo ao Presidente da Província. Era vigário nesta época o Padre João de São Boaventura Cardozo. Em 1861, o mesmo D. Pedro presenteia a Igreja com dois sinos, que ainda hoje lá se encontram, recordando a doação de nosso último Imperador.

No ano de 1846, foi encomendada a Manoel Antonio da Silva,⁷¹ a confecção de 4 toucheiros de madeira para a Igreja.

Encontramos, assim, um artista na Lagoa, que bem poderia ser o autor de outras obras sacras importantes, mas do

⁷¹ MANOEL ANTONIO DA SILVA, nasceu a 12 de maio de 1803, filho de Joaquim Antonio da Silva, natural da Freguesia de Santo Antonio, e de Emerenciana Rosa de Jesus, natural da Lagoa. Neto paterno de Manoel Antonio da Silva, nascido na Ilha Graciosa, bispado de Angra, Açores, e de Maria Antonia da Silva do Desterro. Neto materno de João Cordeiro Duarte e Ursula Maria da Ilha Terceira, Açores. Foram padrinhos de batismo, João de Barcelos e sua mulher Maria dos Anjos. (Livro de Registro de Batizados da Lagoa - ano de 1803 - Arquivo Histórico Eclesiástico de Florianópolis).

qual, infelizmente, nada mais encontramos registrado.

Juntamente com Manoel Antonio da Silva trabalhava Camillo José de Souza, responsável pelas douraões. Encontramos um registro assinado pelo mesmo no qual solicita a compra de material necessário para os referidos toucheiros: ouro, tintas e açucenas de folha.

Dois simples artistas da Lagoa, que a História pouco registrou.

Um novo Vigário vai possuir a Lagoa em 1849. É ele o Padre Francisco de Assis Braga, que, em correspondência de 8 de novembro do mesmo ano, solicita providências para a Igreja, tais como o conserto do telhado que estava com a cumieira quebrada, reparos no trono da Capela-mor e a substituição das portas laterais.

Em 1851, o então Presidente da Província, João José Coutinho, já denunciava, publicamente, o mau estado de conservação do templo dedicado à Nossa Senhora da Conceição.

Apesar dos pedidos dos vigários e de alguns reparos realizados, a Igreja da Lagoa continuava com seus problemas.

Em 13 de janeiro de 1858, o então vigário Bernardo da Silva solicitou novos consertos na Igreja: assoalho, forro da capela-mor e porta da sacristia; solicitou ainda um novo sino e um terreno para o cemitério, pois era insuportável o cheiro que exalava das sepulturas no interior do templo.

Dois anos após, sem ser atendido, o vigário fez no-

vo apelo, enfatizando o problema do cemitério.

Num dos livros de tombo da Igreja (nº 2), encontramos algumas informações dadas, em 1899, ao Bispo Diocesano, pelo Padre Francisco Topp. Nessas informações consta que, em 1899, haviam na Lagoa, mais ou menos 3.000 almas. A paróquia possuía um terreno, onde está a Igreja, cemitério, uma casa com terreno para residência do padre vigário, teatro do Espírito Santo, a Igreja Matriz e uma capela consagrada a São Sebastião, no Distrito de Rio Tavares.

A distancia da Matriz ao extremo da paróquia, baseada nos pontos cardeais seria a seguinte: para o norte, leste e oeste, uma lēgua; para o sul, duas.

Ainda no mesmo livro de Tombo (fls. 2 verso), encontramos, no "Provimento da Visita na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa", a seguinte descrição da Igreja, que vai aqui transcrita.

Essa parochia foi careada por Provisão Régia de 17 de junho de 1750 e não tendo vigário proprio desde muitos annos está actualmente annexa à parochia do Desterro. Além da Matriz, ha uma capella de S. Sebastião, porém lá junto do Rio Tavares, uma boa casa, que é a residência dos Vigários e um pequeno Theatro do Espirito Santo. A Matriz, que é feita de pedra e cal, e grande, espaçosa bem clara, consagrada à Nossa Senhora da Conceição. A igreja está bem forrada, assoalhada e interiormente caiada de novo. Isto devido aos cuidados do Padre Miguel Murno. Possui tambem um terreno de plantio que dá um pequeno rendimento annual. O baptisterio está no lugar proprio em quarto fechado, tem uma pia baptismal de madeira, já meio partida, pelo que tem interiormente uma bacia de louça, concha de prata e imagem do baptismo de Jesus Christo

em quadro de vidro. A igreja tem também dous pulpitos de madeira encaixados na parede com entrada por dentro, um confessional bem regular. A sacristia que é do lado do Evangelho, é grande, mas está com o forro muito estragado, tem arcas, lavatório, nicho e armários... O cruzeiro, que está no largo em frente a porta principal, foi levantado pelo Padre Berthi e o que está no cemitério foi erigido pelo Padre Cybeo, ambos missionários jesuitas: O cemitério, que está próximo à igreja e do da Epistula, embora pequeno, está limpo, bem fechado e não profanado. Na torre, existem dous sinos e no coro um organ velho. Por falta de tempo deixamos de descer a descrição de outras minudencias.

3 de junho de 1895.

+José, Bispo Diocesano "(sic)" ⁷²

Assim era a igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa nos finais do século XIX.

Em 1916, por exemplo, encontramos uma referência com relação a reparos realizados na Igreja:

Na Matriz foram concertados e pintados todos os 4 altares laterais e caiada a Igreja por dentro e por fora. Gastou-se nesta obra 1.250\$000.⁷³

Como podemos observar por esta nota, em 1916 a Igreja possuía quatro altares laterais; hoje possui seis.

Já em 1927, é autorizado um novo crédito no valor de 1.222\$700, para pintar a Matriz por fora. Em julho é dado o citado crédito; em outubro tinha-se como "breve" a pintura, que só seria realizada em novembro de 1929.⁷⁴ Portanto,

⁷² Livro de Tombo da Lagoa - 2f - 1895-1938, fls. 6 verso. Arquivo Histórico - Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis.

⁷³ Ibidem, 1895-1938 fls. 20.

⁷⁴ Ibidem, 1895-1938 fls. 20.

dois anos separam a abertura do crédito, da realização da obra.

Em 1935 foi realizado um inventário dos bens da Igreja, Notou-se o desaparecimento de um turíbulo de prata, concha de prata, depósito de incenso e colher. As imagens (na época), eram as seguintes: 4 crucifixos, Imagens de Nossa Senhora do Rosário, Santo Amaro (2), Sant'Ana, Nossa Senhora das Dores, São Francisco, São José, Menino Jesus, São João, Santo Antonio e São Miguel. Todas essas imagens foram roubadas em 1978.

Num provimento de visita pastoral do ano de 1942, encontramos a seguinte observação sobre a Igrejinha da Lagoa:

*A Igreja, notável sob muitos aspectos, necessita, contudo, de pequenos e inadiáveis reparos.*⁷⁵

É interessante observar um fato: ou a população da Lagoa não cuidava de sua Matriz ou os serviços de reparação eram muito mal feitos, pois são freqüentes os créditos abertos à Paróquia da Lagoa para consertos na Igreja, ao mesmo tempo também, que são comuns as críticas ao estado de conservação do templo.

Não fosse sô o problema de conservação, temos ainda notas de vários vigários, sobre o desaparecimento de objetos da Igreja, fato já freqüente no início desse século. Uma dessas notas, do Frei Câncio Berri,⁷⁶ fala no desaparecimento

⁷⁵ Livro de Tombo da Lagoa. op. cit. 2f. 1895-1935. fls. 39 verso.

⁷⁶ Frei Câncio Berri, que foi Vigário na década de 40, nos deu algumas informações sobre a Igreja da Lagoa, as quais usamos nesse trabalho.

do antigo ôrgão, objeto não muito fácil de ser roubado, muito menos de ser conduzido ladeira abaixo, sem algum observador atento nas imediações.

- A Lagoa e sua Igreja - Ontem e Hoje.

Vários historiadores catarinenses, em obras às mais diversas, dedicaram algumas linhas à Igrejinha de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.

José Arthur Boiteux no seu "Diccionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catharina",⁷⁷ descrevendo a Lagoa da Conceição, nos diz:

A sua Igreja Matriz é dedicada a Nossa Senhora da Conceição, e foi seu primeiro pároco o Rev. Manoel Cabral de Bittencourt. Este templo está edificado sobre uma eminência, donde se goza de uma vista encantadora, e é anualmente visitada por ocasião de uma romaria que aĩ se faz a Santo Amaro no dia 15 de janeiro, a qual concorrem devotos de todas as freguesias circunvizinhas e mesmo remotas.

Ainda na mesma obra de Boiteux, vamos encontrar uma descrição do Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, onde essa eminente figura catarinense nos fala, não sô da Igreja, mas também das belezas naturais da localidade. Diz Paiva o seguinte:

Ergue-se magestoso a pequena distancia do arraial da freguesia de que adotou o nome. Ao chegar ao ponto de sua maior ele-

⁷⁷ BOITEUX, José Arthur, Diccionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catharina. p. 120.

vação, o visitante é surpreendido pela mais encantadora vista. É um belo panorama que se desdobra diante de seus olhos! Afigure-se ao leitor uma Igrejinha de construção singela, edificada sobre uma eminência circulada de pequenas casas, que se espelham nas águas de um formoso lago, no qual serenamente navegam as canoas dos pescadores: abaixo, extensa planície cultivada, onde em quadrilongos talhados simetricamente, o linho estende seu manto aveludado entre os canaviais e tapetes de verdura que circundam a modesta habitação do lavrador; além da Lagoa um imenso descampado semeado de cômodos de areia, cuja alvura contrasta com os matizes de relva e arbusto que os enfeitam; ao longe o vasto Atlântico, ora soberbo, encrespado pelos ventos, levantando por sobre os rochedos carneiros de espuma, ora plácido e liso refletindo o azul do céu e os raios do sol. Tal é o interessante quadro que oferece aquele ameno e delicioso sítio. Houve já que o apelidasse, a Cintra d'América.⁷⁸

Hoje, apesar do passar dos anos, das construções modernas e do turismo, a beleza daquela paragem ainda se conserva, assim como a sua famosa igrejinha.

Apesar de todas as transformações sofridas no seu interior e as sucessivas repinturas, a Igreja da Lagoa ainda é um bom exemplo da arquitetura trazida pelos portugueses para terras catarinenses.

Construção da segunda metade do século XVIII, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição conserva, principalmente no seu interior, as características da época.

Suas paredes apresentam uma mescla de técnicas: encontramos o adobe e a pedra e cal; possivelmente utilizou,

⁷⁸ BOITEUX, José Arthur. *op. cit.* p. 120/121.

também o oleato de cálcio na argamassa das paredes, fato comum nas construções coloniais, principalmente nas regiões onde o óleo de baleia era conseguido facilmente, como aqui em Santa Catarina.

Myrian Ellis, no seu livro "A Baleia do Brasil Colonial" nos descreve a importância do óleo de baleia para as construções, quando diz:

Desde o século XVI, teria sido o óleo de baleia utilizado nos estabelecimentos do litoral do Brasil como aglutinante que petrifica a argamassa quando seca pela combinação da matéria graxa animal com a cal cristalizada à ação da água, de que se origina o oleato de cálcio, elemento de grande resistência à ação corrosiva das chuvas e responsável pela durabilidade e especial solidez das construções: muros, fornos, casas e sobrados, templos e muralhas de fortalezas e grossas paredes de profundos alicerces dos engenhos.⁷⁹

- A Igreja da Lagoa - Parte Externa.

Apresenta-se o templo externamente com uma solução formal simples mas de traços característicos. Na fachada principal, o frontão singelo marca as características de uma cobertura em duas águas.

Apenas uma torre, situada do lado do Evangelho, com os sinos doados por D. Pedro II.

Salvo o caso do emprego da taipa de pilão, cujos

⁷⁹ ELLIS, Myrian. A Baleia no Brasil Colonial. São Paulo, Melhoramentos, 1969. 235 p., il.

alicerces seriam, quase sempre, do mesmo material, sō encontramos alicerces propriamente ditos, em nossa arquitetura, nas construções de paredes ou estruturas maciças de alvenaria, seja de pedra, de adobe, ou tijolo. São de alvenaria de pedra e barro, neles aparecendo a argamassa de cal, somente em casos raros ou já no século XIX.

As paredes estruturais do templo variam entre 80 e 100 centímetros de espessura. Em quase todas as construções coloniais da Ilha de Santa Catarina, a irregularidade das paredes em espessura e comprimento, é uma nota dominante.

Os cunhais, ressaltando da parede a feição de pilstras, foram edificados em alvenaria e massa.

O entablamento apresenta-se incompleto com cornija e empena bem simplificadas.

Na parte superior e central do frontão (sem cimália), aparece uma envasadura nos moldes barrocos, mas sem relevos ou outra decoração, a não ser os frisos que a contornam; no centro do frontão, na sua parte mais elevada, temos duas pequenas volutas, no centro das quais se eleva a cruz.

Na torre, abaixo da cornija, há uma pequena seteira. Na parte superior da torre, em cada ângulo, existe um coruchêu, elemento decorativo lembrando uma pequena pirâmide. O mesmo elemento vai aparecer no centro da cobertura da torre e na terminação do cunhal direito do templo.

Nas laterais da Igreja, junto aos beirais do telhado, temos a beira-seveira, elemento típico da arquitetura

portuguesa, encontrado também em construções civis e militares.

O templo da Lagoa possui quatro níveis diferentes de cobertura, correspondentes aos espaços internos da nave, capela-mor, sacristias e depósito.

As telhas são novas, advindas das reformas que sofreu o templo nessas últimas décadas.

- A Igreja - Parte Interna.

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição apresenta, internamente, a seguinte disposição: nave, capela-mor, duas sacristias (uma do lado da Epístola e outra do lado do Evangelho) e um pequeno depósito.

Logo à entrada, do lado do Evangelho, na parte térrea da torre, está o batistério, com pia em madeira apoiada sobre suporte de alvenaria, e a escadaria que dá acesso ao Coro e aos sinos.

A nave apresenta sete altares, sendo quatro em madeira e dois em cimento (esses construídos na 2ª ou 3ª década desse século).

Os púlpitos são de madeira e de grande simplicidade, não contendo nenhuma decoração.

O coro, também simples, se apóia sobre duas colunas e tem um gradeado singelo.

Todas as aberturas, com exceção das janelas superiores da nave, apresentam vergas em arco abatido; são de madeira como as da porta.

As ilhargas da nave sō se definem pela diferença de colorido das paredes; originalmente, talvez, nem existissem.

Essas ilhargas correspondem a cada uma das partes laterais inferiores das paredes do interior da nave.

A cimalha interna corre nas laterais superiores da nave e contornam o olho-de-boi, ficando abaixo do forro apenas alguns centímetros, não encobrendo qualquer sistema de ventilação.

O forro, tanto da nave como da capela-mor, é abobadado, com madeiramento moderno.

Separando a nave da capela-mor, temos o arco cruzeiro, que tem nas suas bases molduras de perfil convexo, também chamadas de toros.

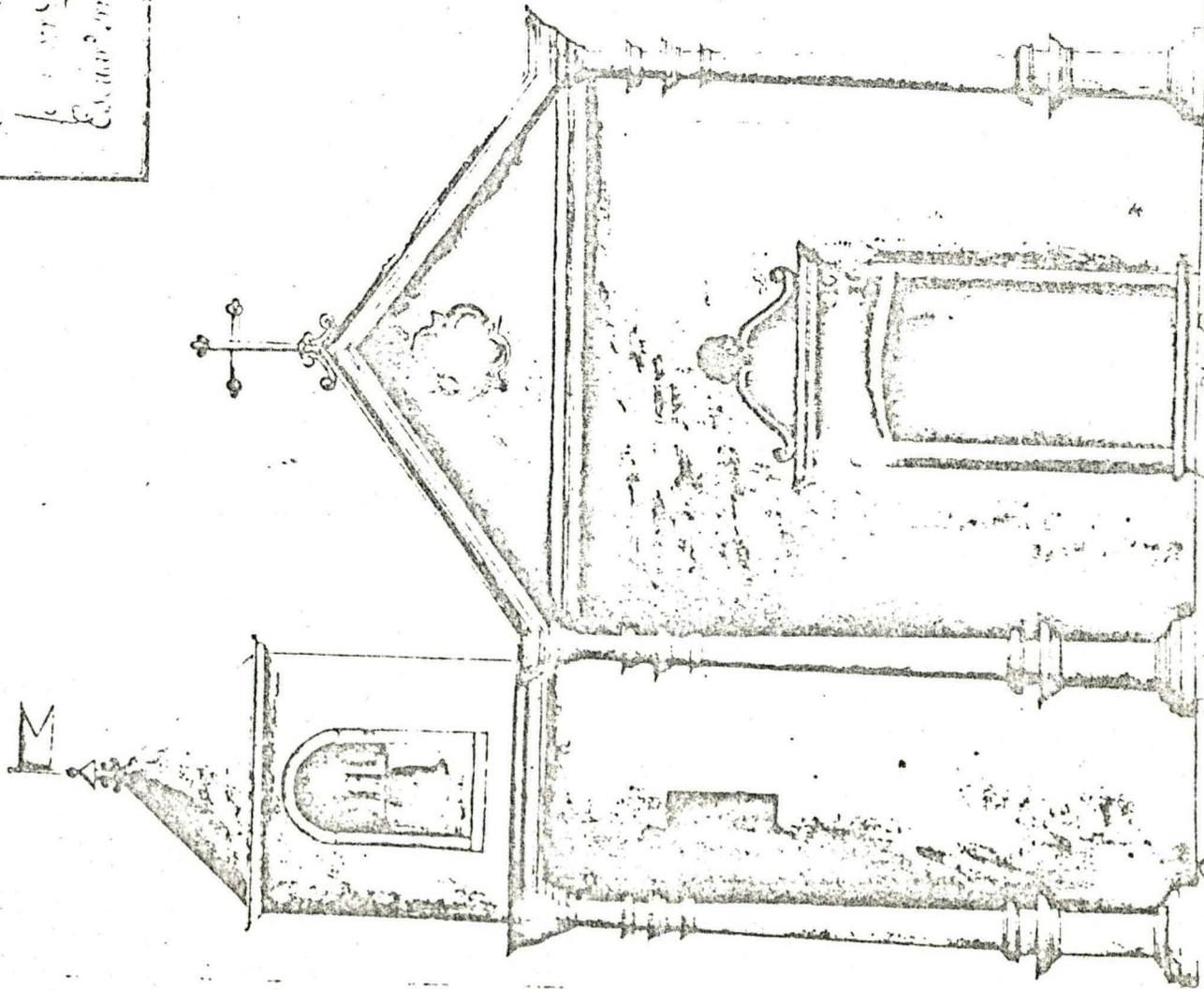
Na capela-mor, apenas o retábulo e o altar, com decoração lembrando o barroco.

Concordamos com Henri Focillon⁸⁰ quando o mesmo diz que é talvez na massa interna que reside a profunda originalidade da arquitetura como tal. Dando uma forma definida a este

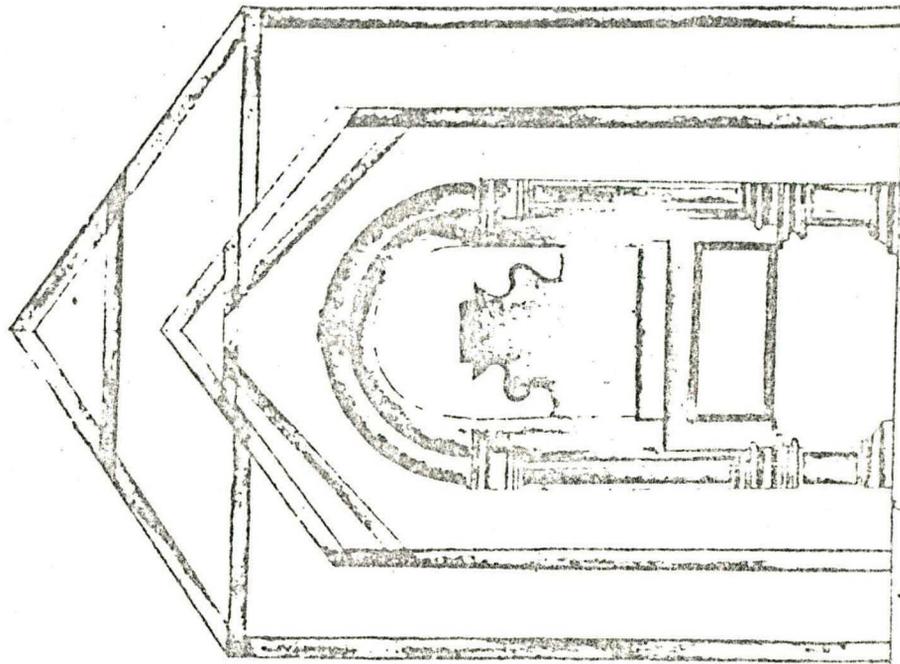
⁸⁰ FOCILLON, Henri. citado in ZEVI, Bruno. Saber ver la Arquitectura. p. 89/90.

Fig. 50 - Planta da nova Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na Ilha de Santa Catarina, feita por ordem do Governador Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, no ano de 1751. Riscou o cabo de Esquadra Antonio Gonçalves Loureiro e foi diretor da obra, por impedimento do Capitão Engenheiro Jozé Cardozo Ramalho, o Mestre Manoel de Deos Pereira. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Cartográfica do Rio de Janeiro. Caixa 31, documento 15.

de ...
 de ...
 de ...



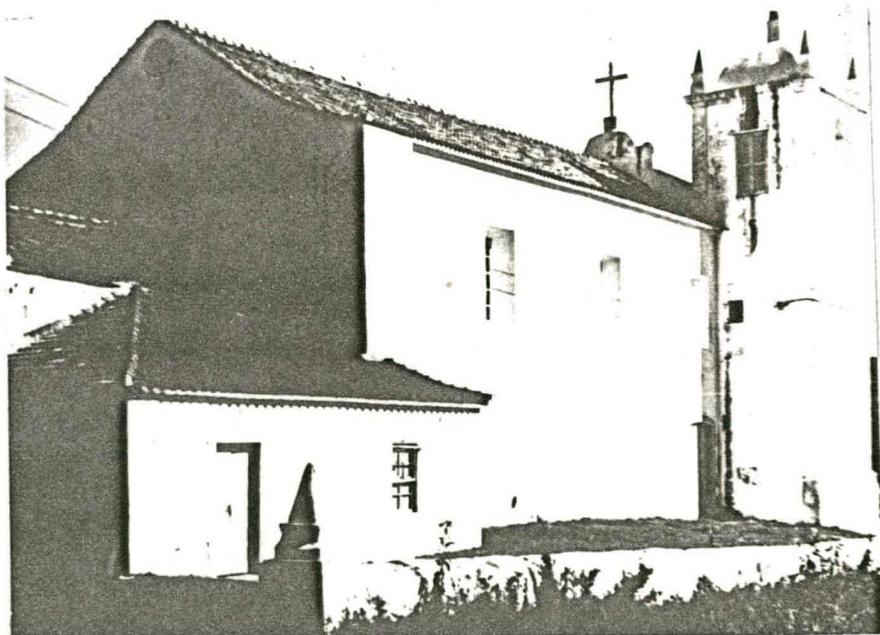
a. Vessu e Cabo de Caquidra Anoniv S. L. Lou.



Director de su sbm por impelm. do Capp. Ergenbo. Vice Canons de ma. de.
 de S. Manuel de S. J.



*Fig. 51 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição,
distrito da Lagoa - Fachada.*



*Fig. 52 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição
da Lagoa - Vista lateral.*

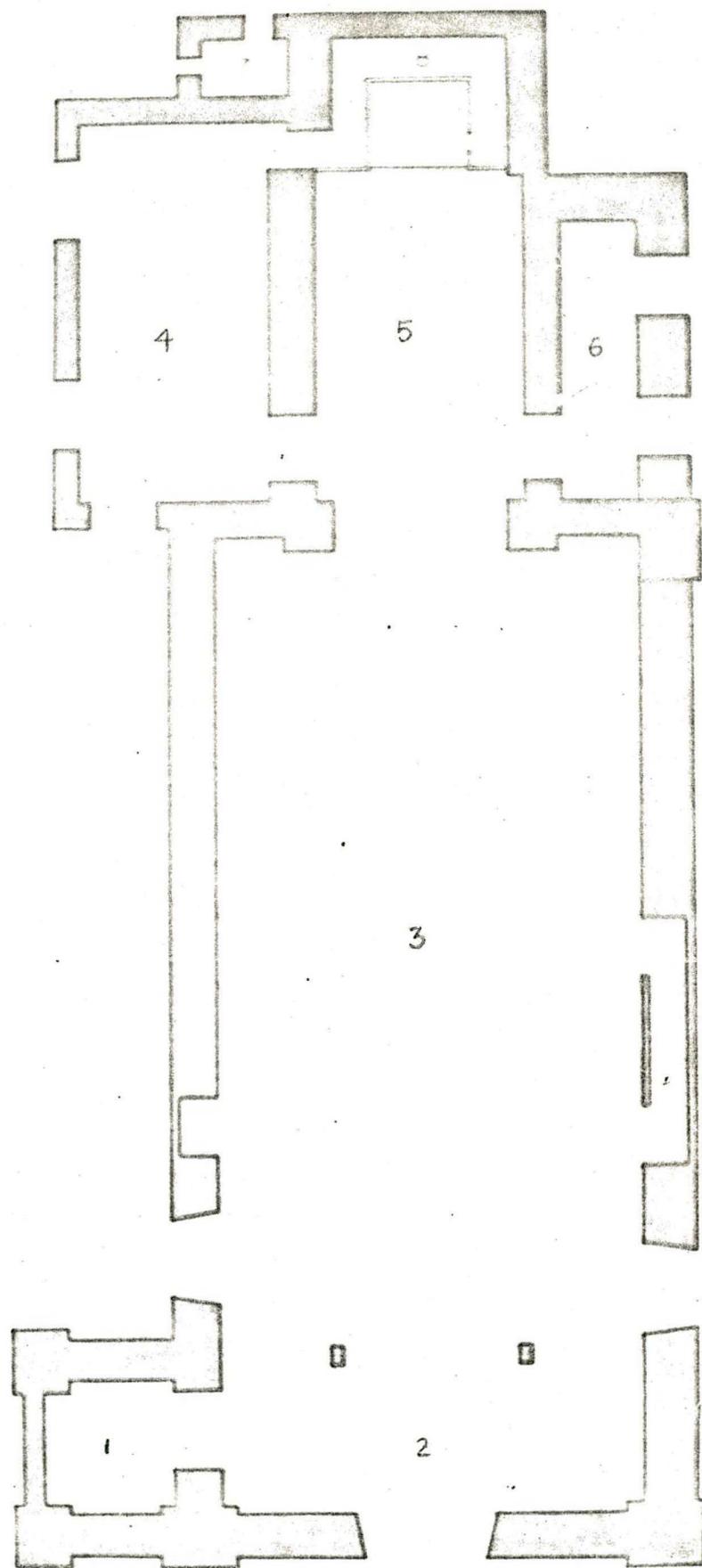


Fig.53 - Planta da atual Igreja de Nossa Senhora da Conceição-Lagoa. 1-Escada para o coro e pia batismal; 2-Coro; 3-Nave; 4 e 6-Sacristias ; 5-Capela-Mor; 8-Altar-Mor; 7-Depósito.

espaço oco, o homem cria verdadeiramente seu próprio universo. Sem dúvida, os volumes exteriores e seus perfis fazem intervir um elemento novo e intrinsecamente humano no horizonte das formas naturais e, por bem pensadas e calculadas que tenham sido suas proporções, sempre agregam a elas alguma coisa inesperada... O único privilégio da arquitetura sobre todas as outras artes, seja criando habitações, Igrejas ou barcos, não é resguardar um oco cômodo e rodeá-lo de defesas, mas sim construir um mundo interior onde o espaço e a luz se medem segundo as leis de uma geometria, uma mecânica e uma ótica, necessariamente implícitas na ordem natural, mas onde a natureza não intervêm.

Exatamente nesse espaço interno da Igreja da Lagoa, no qual deveria residir a sua originalidade, é onde se encontram visíveis deturpações, algumas advindas da própria época da construção, como por exemplo, a pouca iluminação da capela-mor. A par disto, as diversas reformas por que passou o templo nesses últimos duzentos anos, provocaram, entre outras distorções, a falta de proporção existente entre os quatro altares inseridos nesta fase e o próprio espaço interno que os abriga. (v. figs. 50, 51, 52 e 53).

3.4.2 - Igreja de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio.

A freguesia de Nossa Senhora das Necessidades foi uma das primeiras criadas na Ilha de Santa Catarina.

Em 1698 para lá foram vários casais açorianos acompanhando o Padre Mateus de Leão. Receberam sesmarias de duas

lêguas de terras concedidas pelo procurador do Marquês de Cascaes.

A partir de 1714 se estabeleceu em Santo Antonio, o Sargento-Mor Manoel Manso de Avelar.

A freguesia data de 1750 e sua Igreja foi construída graças à Provisão conseguida por D. Clara Mansa, mulher de Francisco Antonio Branco e filha de Manso de Avelar.

O terreno para construção da igreja foi doado pela Senhora Clara Mansa de Avelar, em fevereiro de 1756, ao então vigário, Padre Domingos Teixeira Telles.

O documento de doação dá as dimensões do mesmo:

*O dito terreno tem cem (100) braças, em quadrado, ou seja, 220 metros, foi medido nos decênios passados, por duas vezes e tem marcos. Limites: Subindo do preamar 100 braças por meio da rua, ao nordeste, corre 100 braças pelo preamar, em seguida sobe o morro, estremando com terrenos de Luiz Sebastião de Souza, nos fundos confrontando com terrenos do Padre José Fabriciano Pereira Serpa.*⁸¹

A igreja começou a ser construída em data posterior a doação do terreno. Desde essa época até 1837, pouco ou quase nada encontramos de documentação.

A 8 de junho de 1840, o então vigário, Padre Francisco José de Souza, fez um relatório ao Presidente da Província, mostrando que, desde 1838 a capela-mor estava ameaçando

⁸¹ Transcrito do Livro de Tombo nº 2, da Igreja de Santo Antonio de Lisboa - Casa Paroquial da Trindade.

ruir. O vigário explica que, nas paredes da nave, haviam figueiras e aroeiras nascendo, prejudicando a estrutura das paredes.

Pede a pintura dos altares e fala em térmitas no forro da capela-mor. O assoalho estava podre, sendo necessária a troca de portas e vidraças, bem como reforma na Sacristia e Consistório, que se achavam em ruínas.

Em 26 de julho de 1840, o vigário fez outro apelo, repetindo-o em 1850.

Chegamos ao ano de 1860. Novamente solicitações do vigário de Santo Antonio, no sentido de se assoalhar parte da Igreja. Desta época é o conserto da torre, que se encontrava fora de prumo.

Nesta época era essa a situação do retábulo do altar-mor, que deveria ter sido construído em 1759:

*Retábulo do altar-mor, feito a cento e un annos, acha-se deslocado e ardido: a excepção de algumas peças de talha singular, necessita todo elle ser de novo construído.*⁸²

Apesar das reformas sofridas no correr dos anos, a pequena igreja de Santo Antonio pode ser considerada como a mais bela de quantas o português plantou em terras da Ilha de Santa Catarina.

⁸² Nota do Vigário Padre Francisco Pedro da Cunha, de 4 de fevereiro de 1860 - Livro 246 (1858-1869) - Arciprestes e Vigários - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Exteriormente, o prédio apresenta uma fachada de traçado singelo, onde, no frontão triangular, notamos a presença de um *olho-de-boi*.

Junto ao telhado, nas extremidades laterais, duas pequenas grimpas dão acabamento aos cunhais.

Ao centro, no alto, a cruz apoiada entre duas volutas.

Unido ao corpo da Igreja, encontra-se o campanário, amparado por um contraforte.

Nas laterais do prédio, nota-se a existência da beira-seveira, detalhe notadamente português.

O templo, internamente, apresenta, apesar das reformas, um dos mais belos interiores dentre as igrejas pesquisadas.

A nave tem planta retangular, com capela-mor de menor largura. A direita da nave abre-se a Capela do Santíssimo, possivelmente construída em época posterior à construção do templo.

Isso é visível, principalmente, pelo trabalho do retábulo, bem mais simples que os demais e inferior, esteticamente.

A capela-mor, é separada da nave por um arco cruzeiro. Seu altar, menos decorado que os do cruzeiro (como já vimos anteriormente, o altar e retábulo da capela-mor, foram renovados em 1860), recebeu várias repinturas em branco, azul

e purpurina, necessitando urgentemente de uma restauração que o livre do mau gosto e da ação dos térmitas.

No altar-mor encontramos ainda uma pequena, mas valiosa coleção de imagens, algumas delas de origem portuguesa.

Atravessando o arco cruzeiro nos deparamos com dois belíssimos altares e retábulos, todos com nítida inspiração barroca. São desiguais na decoração, mas sem demonstrar uma evidente duplicidade de artistas, embora as colunas salomônicas mostrem uma ligeira desigualdade estética.

Na decoração superior desses altares notam-se doséis com lambrequins.

Passando o arco cruzeiro, dando acesso à nave, uma balaustrada simples.

O piso é de tábuas largas.

A pintura do teto da Capela-mor é bem colorida (repintura ou obra realizada em época mais recente), mostrando, no centro, o Santíssimo em custódia.

Acima do altar-mor, medalhão representando o Espírito Santo.

Na sacristia, podemos admirar o belo oratório depositado sobre antigo arcaz.

Nos chamou a atenção o fato do fechamento da porta, que da Sacristia, dava acesso ao púlpito, passando-se por dentro da parede do templo. Hoje o acesso ao púlpito se faz



Fig. 54 - Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, distrito de Santo Antonio de Lisboa - Fachada.



Fig. 55 - Igreja de São Francisco de Paula, distrito de Canasvieiras - Fachada.

pela nave, por escada interna, de madeira.

Através da pesquisa soubemos que, quando foi criada a Irmandade, em 1927, um francês, residente na localidade, Sr. Victor Fanger, mandou fechar a dita porta (somente a porta, pois a passagem ainda se encontra livre, podendo ser admirada do púlpito). O motivo não conseguimos saber, embora achemos que seria interessante que o Patrimônio Histórico se manifestasse, no sentido de reabrir a porta fechada em 1927, fazendo assim, a Igreja voltar a possuir um de seus mais interessantes e originais detalhes. (v. fig. 54).

3.4.3 - Igreja de São Francisco de Paula de Canasvieiras.

A localidade de Canasvieiras foi fundada pelos descendentes de Dias Velho, tendo sido sua igreja iniciada pelo navegante Eduardo Moreira, sob devoção de São Francisco de Paula.

Sua praia foi lugar, muitas vezes escolhido, para desembarque de estrangeiros que chegavam à Ilha de Santa Catarina, como foi o caso da esquadra espanhola que tomou a Ilha em 1777.

Somente em 1883 é que Canasvieiras passou à condição de Freguesia.

A Igreja de São Francisco de Paula começou a ser construída em 1830, embora em 1838 não estivesse ainda concluída, mas já em péssimo estado de conservação.

Nesta época ainda não possuía altares, sendo que

as missas eram celebradas na Sacristia, cujo assoalho estava já em péssimas condições:

... não he possível nem decente celebrar missa n'huma sacristia em que o povo não poderã estar se não metido em huma cova de sepultura, pois he isto o estado em que brevemente virã a provar a tal sacristia... ⁹³

Hã, ainda dessa época, um pedido para fazer o tro-no para as imagens e altar para celebrar missa.

No mesmo ano de 1838, uma tempestade deixou em ruínas a Igreja de São Francisco de Paula.

Nessa época as paredes ainda estavam sem reboque (por dentro e por fora). Parte do sudoeste caiu e deixou as paredes inclinadas, ameaçando cair o resto.

As telhas foram tiradas para evitar que caísse o teto. O madeiramento em contato direto com as intempéries, foi apodrecendo.

Devido a todos esses problemas, o Vigário Pulcheria, a 9 de janeiro de 1839, solicita providências ao Presidente da Província.

A 2 de novembro de 1840 o mesmo Vigário pede reparos na Igreja, tais como, substituição do madeiramento do telhado e telhas de boa qualidade, mais precisamente 4.000 de-

⁹³ Nota do Vigário interino de Canasvieiras Frei Antonio de Sta. Pulcheria. Livro 238 (1831-1838) S/N - Arciprestes e Vigários - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

las, que seriam trazidas da Armação da Piedade.

Um ano apōs, em novembro de 1851, o Vigārio torna a pedir reparos na Igreja, que se achava, segundo ele, em deplorāvel estado, por se encontrar 12 anos sem telhado. As paredes estavam ruindo e a Capela-mor nāo estava, ainda, terminada nem forrada.

Quanto aos paramentos, praticamente inexistiam. Os ūnicos que a Igreja possuīa, haviam sido das antigas fortalezas e estavam, logicamente, em pēssimas condiçōes.

Em nota de fevereiro de 1860, vamos verificar que a Igreja de Canasvieiras ainda nāo possuīa torre, sendo que os sinos se achavam pendurados em dois pedaços de madeira.

Em resumo: tendo começado suas obras de construçāo nos finais do sēculo XVIII, somente um sēculo apōs ē que a Igreja de Sāo Francisco de Paula foi terminada, fato que prejudicou sua estētica interna, uma vez que os altares e retābulos nada tēm, em estilo, que os liguem ā arquitetura do templo, que ē notadamente de estilo colonial.

Hoje temos, em Canasvieiras, a singela capela e mais algumas casas que lembram o sēculo passado.

Muitas pinturas sofreu o templo com o correr dos anos, mas poucas foram as reformas, pois, completa, a Igreja nāo conta, ainda, um sēculo.

Externamente, temos uma construçāo simples, com telhado em duas āguas cobrindo a nave, que ē completada pela pequena capela-mor e sacristia.

Na fachada, uma porta e duas janelas superiores cercando o olho-de-boi.

Volutas, levemente rampantes, aparecem na parte superior do frontão, cercadas por duas grimpas. Nas cimalthas laterais, notamos a beira-seveira.

Dois contrafortes sustentam a parede esquerda do templo, sendo que, do mesmo lado, encontra-se o campanário, que está fora do corpo da Igreja e de linhas muito simples.

Na sua parte interna, a Igreja de São Francisco de Paula possui três altares (um na capela-mor e dois de cruzeiro), de linhas clássicas, tipo tabernáculo, com colunas lisas e sem decoração.

Esses altares, possivelmente, não possuem mais de noventa anos, e como já dissemos anteriormente, nada têm em comum com a arquitetura da Igreja.

O coro é muito simples, sem qualquer elemento que chame a atenção.

Essa Igrejinha de Canasvieiras é uma das mais simples internamente, embora sua arquitetura possamos considerar, juntamente com a de Santo Antonio de Lisboa, como a melhor que se fez em tempos idos, na ilha de Santa Catarina (v. fig. 55).

3.4.4 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Realmente é uma das igrejas mais bonitas de Florianópolis. Situada numa das partes mais elevadas da antiga

cidade de Nossa Senhora do Desterro, a pequena Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos exhibe ainda hoje as linhas arquitetônicas que, com tanta dificuldade, os homens de cor da antiga Desterro conseguiram transformar num belo exemplar de características barrocas.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito foi fundada em 1750, por Provisão de 6 de junho. Embora não exista mais a documentação original da época, a maioria dos documentos e citações existentes, dão esse ano como sendo o da fundação da Irmandade.

Nessa época já existia uma pequena capela, pobre e rústica, que, durante a invasão da Ilha pelos espanhóis, foi parcialmente destruída, embora, já se achasse em péssimas condições.

Dois anos antes da invasão espanhola já havia a iniciativa no sentido de se construir uma nova Igreja.

Podemos observar que, juntamente com a primitiva Matriz de Dias Velho, a capelinha do Rosário compunha a dupla de Igrejas mais antigas da Ilha.

Em 1787 chega a licença para a construção da Igreja, depois da apresentação, pelo Tesoureiro José dos Santos, do risco da mesma. A dúvida é quanto à autoria do projeto: seria obra do mesmo José dos Santos ou seria de outro indivíduo?

Reunidos os Irmãos, lavrou-se o termo de mesa, sobre a construção da Igreja:

Aos seis dias domes de Mayo de mil e se-

tecentos e oitenta e sete nesta vila de N. Sra. do Desterro da Ilha de Santa Catarina em a Capela de N.Sra. do Rozário onde se achava presente o Reverendo Vigário da Vara, o Padre Agostinho José Mendes dos Reis ...e mais Irmãos de Meza e ainda os mais Irmãos convocados em prezença dos quaes foi apresentada a licença do Ilustríssimo e Rmº Sr. Bispo pª se poder assentar a nova Capela desta dita Irmandade de N.Sra. do Rozário e por elles vou.....
assentando em que sedese princípio adita obra pelo risco que apresentou o Irmão Tezourº José dos Santos conformando-se em tudo com oprº termo jaseiro pª o mesmo fim q. consta dodas eleições p. 51 m e de Ceus a fim se determinou mandarão fazer este termo em q.a.... com odº Rdo. Vigário da Vara.⁸⁴

Em 1787 começaram as obras da atual Igreja, que foi construída tendo a primitiva capelinha continuado de pé, sendo demolida depois do término da nova Igreja.

Era uma forma da Irmandade não ficar sem templo durante a construção. Em virtude disso, a nova capela foi construída em torno da antiga.

Durante os anos de 1790 e 91, encontramos vários assentos, em livros, de despesas com a construção da Igreja.

A Ordem ia aos poucos, e com extrema dificuldade, conseguindo fazer o seu templo.

Os portais foram comprados no Rio de Janeiro por um membro da Irmandade.

Num inventário realizado em janeiro de 1815, po-

⁸⁴ Livro de Termos de Atas - 1788 à 1789, S/N. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

demos verificar o tesouro artístico pertencente à Igreja do Rosário:

- Uma capela com sua sacristia;
- Uma imagem de Nossa Senhora do Rosário;
- Duas coroas de prata;
- Imagem do Menino com coroa de prata;
- 30 castiçais de madeira pintados com suas açucenas de folha de Flandres;
- 1 imagem de Santo Cristo do Altar-mor com sua Cruz de jacarandã e resplendor de prata;
- 1 imagem de Santana, etc.

Hoje em dia algumas dessas peças já não mais se encontram na Igreja, com exceção, naturalmente, das imagens dos padroeiros.

Quanto à construção do templo, ainda seguia, se arrastando, em 1816, ano em que foi construída a escada de acesso ao coro.

Em 28 de março de 1824, o Coadjutor Francisco da Silveira Dutra, dá licença para o tesoureiro, Sargento - mor Francisco Luiz do Livramento, vender 2 escravos da Irmandade para, com o dinheiro, poder terminar as obras do adro, torre e outras coisas mais da Igreja.

Não foram esses os únicos escravos a serem vendidos em "prô" da Igreja do Rosário.

Em 1830, estava a Igreja finalizada, necessitando apenas ligeiros retoques.



Fig. 56 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na capital do Estado. Fachada.

Alguns anos depois chega a imagem de São Benedito.

Bem mais tarde, em 1870, a Irmandade manda colorir uma imagem do Sagrado Coração. A obra foi realizada pelo artista desterrense, Manoel Francisco das Oliveiras.

No ano seguinte é comprada, por 10\$000, uma imagem de Santo Antonio, que não sabemos onde se encontra atualmente.

Em novembro de 1889, já desmoronava a Igreja, que nem 100 anos tinha de existência.

Em ofício ao governo, os Irmãos solicitam auxílio para evitar o desabamento do templo.

A Irmandade apela ao governo.

*esperando dos sentimentos religiosos de V. Excellencias serem attendidas em sua supplica e assim evitarem que um templo consagrado aos mysterios de nossa Santa religião desapareça com o desabamento, vendo-se os esforços e sacrificios de nossos antepassados reduzidos a ruinas...*⁸⁵

A Irmandade do Rosário, pobre e lutando sempre com a falta de recursos, mantêm-se, ainda hoje, com sua bela Igreja construída pelos escravos, simples na sua arquitetura e singela na decoração que mescla o barroco com o neo-classicismo. (v. fig. 56).

3.5 - As Capelas da Ilha de Santa Catarina.

⁸⁵ Livro de Termos de Atas - 1889, s/n - Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Encontramos na Ilha de Santa Catarina uma série de capelas que, em tempos passados, tiveram sua importância como exemplo arquitetônico. Entretanto, exatamente essas capelas foram as mais prejudicadas pelas reformas, algumas delas estando hoje totalmente reformadas.

3.5.1 - Capela da Santíssima Trindade.

O atual bairro da Trindade, foi também antigo centro açoriano em meados do século XVIII.

Sua igreja não é das mais antigas e hoje se encontra fechada devido à construção de um novo templo moderno e espaçoso.

Era, antigamente, a Trindade, local de passagem para a Lagoa.

A paróquia foi criada por lei provincial de 23 de março de 1853.

Nessa época, por falta de sacerdote, estava anexa à paróquia do Desterro.

A Capela foi fundada em 1848, mas somente foi elevada à condição de Igreja Paroquial em 1853.

No ano de 1860, a Igreja da Santíssima Trindade necessitava de forro e pintura.

Em junho de 1865, quando da sua segunda visita ao Desterro, D. Pedro II visitou a Igreja.

Precisamente a 20 de maio de 1895, D. José, Bispo Diocesano, em visita à Paróquia da Santíssima Trindade, deixou

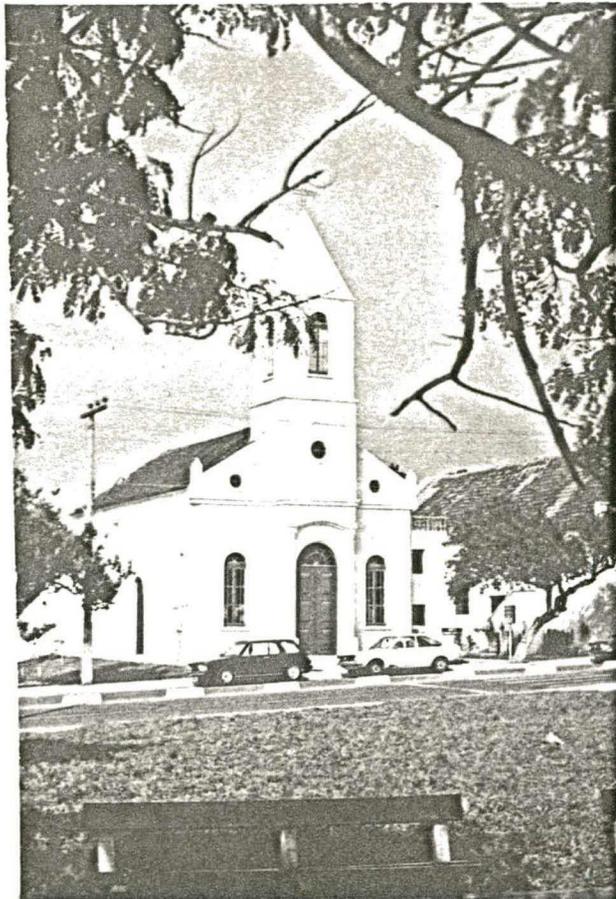


Fig.57 - Capela da Santíssima Trindade, atualmente com total descaracterização. Situa-se no bairro da Trindade.

registradas suas impressões sobre a Igreja:

A Matriz, pequena, e tendo cruzeiro em frente à porta principal, olha para o norte. Procedendo a visita interna da mesma, vimos que é bem clara, assoalhada, forrada, embora o forro seja um pouco baixo, três altares e tabernáculo de madeira, baptistério cercado de um gradil de madeira, púlpito encaixado na parede, do lado do Evangelho, confessionário bom. O altar-mor não tem throno, é consagrado a Santíssima Trindade, cujas imagens achamos imperfeitas. O tabernáculo é pequeno e forrado de papel, o que é contrário as rubricas que ordenam forro interno de damasco branco; tem pendente diante de si uma lâmpada pequena. O altar do lado do Evangelho, no canto, consagrado à Nossa Senhora é muito pequeno, não tem pedra d'ara, nem sacras.

O altar do lado da Epístula, consagrado a Bom Jesus de Iguape, tem pedra d'ara mas não tem sacras. Excepto uma pequena banquetta de metal que vimos no altar-mor, todos os outros castiçais e crucifixos são de madeira. No baptistério não há imagem de São João Baptista e para os baptizados, em vez de concha de prata servem-se de uma xícara.

A Sacristia, que é um puchado do lado da Epístula, é muito pequena, forrada e assoalhada.

Os paramentos, que são muito poucos, são guardados em uma caixa, em vez de arcaz, que ainda não existe. Na pequena e baixa sineira, existem apenas dois sinos. O Cemitério, que fica pegado aos fundos da Igreja, do lado da Epístula, é pequeno, bem conservado e não profanado, mas não tem nem Capella, nem Cruz no Centro, o que é prescrito pelas leis canônicas...⁸⁶

Esta foi a única descrição da Igreja, por nós encontrada.

Em 1901 a Matriz recebeu um novo forro e assoalho, bem como três novos altares (em substituição aos antigos) e pintura interna e externa. A obra custou 1.200\$000.

⁸⁶ Livro de Tombo - 1º - 1895-1942, s/n. Arquivo da Casa Paroquial da Trindade.

A 13 de abril de 1902, a Igreja recebeu duas novas imagens: Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição, ambas em madeira, no valor de 530\$000.

Em 1909, a imagem da Santíssima Trindade foi substituída por outra procedente do Tyrol, Áustria, esculpida pelo toreuta Fernando Demetz, autor também da famosa imagem da "Fuga para o Egito", existente na Catedral Metropolitana de Florianópolis.

Em dezembro de 1938, houve completa restauração na Igrejinha, tendo sido aumentada sua sineira, o que deturpou o estilo arquitetônico do templo, antes uma construção comum, com cobertura em duas águas. (v. fig. 57).

3.5.2 - Capela de São João Batista do Rio Vermelho.

A Paróquia do Rio Vermelho foi criada por lei geral de 11 de agosto de 1831. Além da Matriz de São João Batista, temos como Capela filial na Praia dos Ingleses, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus.

Quando da criação da Paróquia, começou a preocupação com as condições do templo, que em 1838, já estava quase pronto.

A 10 de fevereiro desse ano, o Vigário Padre Antonio de Santa Pulquéria Mendes de Oliveira, homem que se notabilizou pela sua inteligência, faz uma série de reivindicações ao Presidente da Província, cuja transcrição segue conforme original:

Achando-se a Igreja desta Freguesia de São João Baptista do Rio Vermelho em estado de celebrar-se missa e os demais sacramentos que são necessários, não com a decencia devida, por falta de alfaias e ornamentos, mas com menor indecencia que permite a sua pobreza, com tudo não pode deixar de ser indecentíssimo o estrondo que fazem as tábuas soltas, isto he desprezamento e diziguaes, que servem de pavimento, pois quando o povo entra na Igreja fazem grande bulha, e athe corre perigo de algum quebrar as pernas, senão entrar com cautela, eis aqui pois o que me obriga a dirigir a V.Exa. para q^e tomando em consideração tal necessidade se digne fazella presente a Assembleia Provincial para socorrerella, destinando para ella aquantia de 60\$000 que me parece ser bastante para ferragens, mão d'obra e comprar as taboas que faltão para suprir as que são diziguaes. Digni-se V.Exa. de desculpar eimensa ouzadia mas sendo o motivo tão justo, estou certo q. V.Exa. cujos sentimentos religiosos são tão públicos, não deixará de assim fazello, attendendo ao culto de Deos e bem do povo...⁸⁷

O mesmo Vigário solicitou a 19 de janeiro do ano seguinte, a quantia de 50\$000, para fazer novas soleiras e mudar as portadas, algumas delas podres. Pediu também, a caiação interna e externa do templo, pintura das portas e janelas e encadernação do missal, "que está indecente".⁸⁸

Em 1844 (22 de julho) o então Vigário, Padre João Antonio de Carvalho, solicita ao Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, medidas urgentes para evitar a queda de parte da Igreja, rachada no arco cruzeiro.

⁸⁷ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 238 (1831-1838), s/n. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁸⁸ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 239 (1839-1840), s/n. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Fig.58 - Capela de São João Batista do Rio Vermelho - Fachada.

Temos novos pedidos dos Vigários, nos anos de 1845, 1846 e 1851 (nessa época, paredes, portas, janelas e telhados estavam ruindo totalmente).

A 2 de dezembro de 1857, algo pior aconteceu à Igreja-jinha do Rio Vermelho: um raio atingiu a Igreja, causando a ruína do telhado e abrindo dois imensos buracos na fachada do edifício.

Em resumo: de 1838 até 1857, a Presidência da Província não se preocupou com as condições do templo do Rio Vermelho apesar dos pedidos sucessivos de auxílio, comprovados, hoje, pela documentação existente.

Num documento de 1860, o Vigário dizia que a Igreja havia sido construída "*a 40 e tantos anos*".⁸⁹ Sendo assim, ela é anterior à criação da Paróquia.

No Livro de Tombo do Rio Vermelho, número 1, que se encontra na Casa Paroquial da Trindade, encontramos uma avaliação do estado da igreja, feita por D. José, Bispo Diocesano, em visita àquela freguesia.

Diz o texto que a Matriz do Rio Vermelho encontrava-se em péssimas condições, possuindo três altares: o altar-mor, de madeira, tendo no trono S. João Batista; do lado do Evangelho, altar dedicado à Nossa Senhora do Rosário (uma das mais belas imagens que possui o Estado de Santa Catarina); o altar

⁸⁹ Livro de Arciprestes e Vigários, nº 246 (1858-1860), s/n. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

do lado da Epístola, consagrado ao Espírito Santo.

Na parede, do lado do Evangelho, encontram-se o púlpito e o batistério, muito simples, cercados por gradil de madeira.

Tem também, a Igreja coro e sacristia, esta ao lado do Evangelho.

Hoje em dia o Templo do Rio Vermelho possui pouco de sua arquitetura original, tendo recebido, como a antiga Matriz da Trindade, uma sineira (possivelmente em 1938).

Internamente, a Igreja, da sua forma original, conserva apenas as paredes, inteiramente "modernizada" pela natural necessidade de seus frequentadores, e pela falta de mão-de-obra especializada, o que, aliás, continua a ser um dos grandes problemas do nosso interior. (v. fig. 58).

3.5.3 - Capela dos Ingleses.

Filial da Igreja do Rio Vermelho visivelmente deturpada em seus valores arquitetônicos, é consagrada ao Sagrado Coração de Jesus.

Inteiramente construída com tijolos, mede "30 palmos de frente por 60 de fundo"⁹⁰

No mesmo documento de 1895 que citamos anterior-

⁹⁰ Livro de Tombo da Trindade, nº 1 (1895-1942), s/n. Arquivo da Casa Paroquial da Trindade.

mente, fala o Bispo Diocesano, sobre a Capela, mostrando haver nela altar-mor com imagem do Sagrado Coração de Jesus.

Do lado do Evangelho havia um altar com imagens de São José, sendo que a Sacristia se situava do lado da Epístola.

O assoalho era todo de tijolos e cimento, e o forro de estuque, o que seria hoje um belo exemplo de nossa arquitetura do século passado.

Todas essas igrejas comentadas, possuem um estilo que pode ser encontrado em outras regiões brasileiras. É então de bom alvitre, afirmar que a arquitetura religiosa do Brasil, não importando se de origem continental ou derivada do Arquipélago, toda ela é, sem sombra de dúvida, essencialmente portuguesa.

As obras realizadas em igrejas açorianas ou mesmo em casas particulares,

*supõem a existência de ótimos operários, até hoje confirmada pelos labores de alguns dos modernos Impérios do Espírito Santo espalhados por toda a ilha, demonstrando não estar perdida a tradição.*⁹¹

Não sabemos porque essa elite de artistas não conseguiu trazer para a Ilha de Santa Catarina sua excelente arte.

⁹¹ RIBEIRO, Luís da Silva. Indústrias Terceirenses de carácter artístico e sua valorização. p. 8.

CAPÍTULO IV

ARQUITETURA OFICIAL E DOMÉSTICA DA ILHA DE SANTA CATARINA.

4.1 - Alguns aspectos fundamentais para uma análise do desenvolvimento arquitetônico, desde a colonização até meados do século XIX.

Desde a época que remonta à Grécia clássica, que encontramos a preocupação dos construtores e planejadores de cidades, com a situação dos principais edifícios públicos.

Na Grécia antiga, os principais edifícios localizavam-se na Acrópole, local mais proeminente e que, por sua situação, já servia como local fortificado. Além disso, era a Acrópole, o recinto sagrado da cidade.

Roma vai adotar, sob alguns aspectos, o antigo urbanismo grego. O Forum, de certa forma, substitui a Ágora grega.

Na Idade Média, era fundamental, também, o sistema de fortificar as cidades, cercando-as de grossas e altas muralhas. Nessa época o urbanismo feudal vai ser peculiar, com suas ruas estreitas e as residências coladas uma na outra, para uma vez mais formar um sistema defensivo.

"Quando a rua era estreita e sinuosa, ou quando dava num lugar sem saída, essa disposição anulava a força dos ventos de inverno e reduzia a área enlameada".⁹²

⁹² MUMFORD, Lewis, *op. cit.* p. 66.

A cidade medieval possui um traçado irregular. O traçado geométrico é mais novo implantado que foi em meados do século XV. Os romanos usaram, também, na África, traçados urbanos quadrados.

*La tendencia a construir en sitios de difícil acceso, puede deberse sin duda, a un deseo de seguridad pero quizás, más a la necesidad de definir los límites de la comunidad.*⁹³

Era comum, em épocas passadas, algumas cidades serem construídas em razão de um palácio ou de uma praça. Isso vai refletir nas plantas atuais dessas cidades.

Temos dois tipos fundamentais de urbanismo: o quadrangular e o radio-concêntrico. O primeiro tipo seria aquele em que a cidade apresenta quarteirões divididos em lotes; no segundo temos o espaço urbanístico organizado em função de um ponto central.

O mais comum, ao se estudar a arquitetura de um período histórico, é voltar os interesses para a arquitetura oficial ou mesmo comercial. É sempre para a arquitetura chamada monumental, que se voltam as preocupações dos interessados. Templos e palácios são os elementos estudados e discutidos, sem alusão alguma às casas do povo. Essa arquitetura é tão pouco conhecida e estudada que nem sequer possui uma denominação específica. É quase sempre cognominada de "arquitetura anônima".

A arte, e nessa palavra genérica estamos colocando a arquitetura, é um reflexo do povo e de uma época. Ela nasce

⁹³ RUDOLFSKY, Bernard. *Arquitectura sin Arquitectos*. s/f.

de um esforço comum e das necessidades normais do indivíduo.

Assim a arquitetura é

*un arte comunal producido no por unos pocos intelectuales o especialistas, sino por la actividad espontánea y continua de todo un pueblo con una herencia común, actuando en una comunidad de experiencia.*⁹⁴

Essa arquitetura de origem popular; espalhada pelo mundo em distintos lugares e tempos, vai surgir do admirável talento dos homens que souberam adaptar seus edifícios ao meio natural. Em lugar de tratar de conquistar a natureza, como seria o normal, adaptam suas construções ao clima e aceitam o desafio da topografia.

*Resulta francamente polémico comparar como se hace la serenidad de la arquitectura en países llamados subdesarrollados, con la estéril arquitectura de los países industriales.*⁹⁵

As atividades econômicas e o meio físico, vão ser elementos a condicionar a tipologia das construções.

*Morar constitui uma necessidade básica do homem. Ao construir a habitação ele lhe imprime o próprio padrão econômico e sua condição sócio-cultural, utilizando, geralmente o material fornecido pela natureza que o cerca de acordo com as técnicas que ele domina.*⁹⁶

Vemos, então, a arquitetura, ou simplesmente a tēc-

⁹⁴ RUDOLFSKY, Bernard. *op. cit.* s/f.

⁹⁵ *Ibidem*, s/f.

⁹⁶ COSTA, Irio Barbosa da. & MESQUITA, Helena Maria. Tipos de Habitação Rural no Brasil. p.9

ca de construir, como uma das mais importantes necessidades humanas.

Sem desprestigiar a arquitetura monumental das civilizações passadas ou mesmo da atual, consideramos a arquitetura que Bernard Rudofsky chama de "sem arquitetos", como a mais importante de todas, além de ser a mais freqüente.

Esse tipo de arquitetura, que nasce geralmente pela necessidade do povo e que, dentro da sua simplicidade, cria uma tipologia arquitetônica das mais puras e autênticas, é também muito encontrado em nosso país.

Dada a grande extensão territorial do Brasil, com as conseqüentes diferenças de meio geográfico, a habitação rural apresenta enorme variedade de tipos, relacionados, não apenas com o meio físico, mas também vinculados diretamente às formas regionais de economia e por vezes, à tradição cultural.⁹⁷

Em Santa Catarina, mais precisamente na Ilha, que é objetivo de nosso estudo, a maioria das construções antigas, abrangendo quase todos os edifícios residenciais e religiosos são de autores anônimos. Apenas os edifícios militares, alguns religiosos e os civis é que possuem, nas suas respectivas documentações, principalmente nas plantas originais, o nome do autor ou autores do projeto arquitetônico.

4.2 - Os principais edifícios civis da antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro.

⁹⁷ COSTA & MESQUITA, *op. cit.* p.9.

A documentação mais antiga que retrata ou comenta as primeiras construções da Vila Nossa Senhora do Desterro é aquela relativa aos viajantes estrangeiros que na região aportaram no decorrer do século XVIII.

Os primeiros edifícios da Ilha foram aqueles erigidos por Dias Velho, o fundador da povoação. Eram, possivelmente pequenos ranchos cobertos de palha.

Em 1725, o Governador de São Paulo ordena a Manso de Avelar, que era então, Capitão de Ordenanças, que cubra com telhas, as casas dos moradores da Ilha.

Pela Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, o Rei de Portugal, D. João V, preocupando-se com a situação dos colonizadores açorianos e madeirenses que vinham se fixar em terras catarinenses, vai dar a forma para a acomodação dos novos povoadores.

Vencidas as dificuldades iniciais com a distribuição dos casais pela região escolhida, o desejo dos Governadores era formar um grande núcleo central na Ilha, que tomou, assim, um novo aspecto, definindo-se um centro urbano fronteiriço à praia, com a vila crescendo em torno da elevação onde Dias Velho construira a primeira capelinha de Santa Catarina, dedicada à Nossa Senhora do Desterro.

A Vila foi se expandindo aos poucos, lentamente como era de se esperar.

Na praça central, chamada de "Largo da Matriz", avistava-se, no alto da elevação, a capelinha de Dias Velho.

Quase junto a ela, uma pequena casa de pē direito baixo, de porta e janela. Nessa pobre construção habitava o Governador, e esse era o seu "palácio".

No lado oposto, próximo ao mar, elevava-se, no meio de construções de menor porte, a Casa da Câmara e Cadeia do Desterro. Situava-se na esquina da rua da Cadeia, hoje Tiradentes.

O prédio da Casa da Câmara foi iniciado em 1771, sob risco de Tomás Francisco da Costa. Sua construção foi muito lenta, tendo o prédio sido entregue somente a 29 de dezembro de 1780, no Governo do Brigadeiro Francisco de Barros Moraes Araújo Teixeira Omem.

João Tavares Fernandes, seu construtor, foi, anos mais tarde, Juiz Presidente da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro.

O antigo prédio da Casa da Câmara e Cadeia do Desterro,⁹⁸ hoje em dia mostrando evidentes modificações na sua arquitetura, serve, atualmente, como sede do Governo Municipal.

A desta Capital, que he a melhor da Provincia, mais parece um terrível azylo do flagello, que uma caza de detenção e segurança. De uma construcção antiga, é por isso baixa em demazia, o ar que se alli respira he todo infeccionado, enterrado o seu solo inferior ao nível da praça, ao mesmo tempo que se vive em continuo abraçamento, recebem os corpos uma effectiva humidade destruidora da saude mais robusta; junte-se a isso a falta de ventilação a estreitesa das prisões, incapaz de conter ainda a metade

⁹⁸ O histórico completo desse edificio encontra-se no livro "Nossa Senhora do Desterro" - Notícia I, de Oswaldo Rodrigues Cabral. p. 52 e seguintes.

*dos presos que ordinariamente guarda, deste e dos outros municípios da Província, a existencia n'ellas das vasilhas dos despejos e ninguém dirá que estamos num paiz constitucional.*⁹⁹

Essas afirmações do Dr. Severo Amorim do Valle, de 1849, tornam-se um grande problema no estudo do prédio que ora analisamos.

Em primeiro lugar, quando é citada a altura da construção "*baixa em demazia*", surgem dúvidas quanto à construção do edifício, uma vez que, hoje em dia, pode-se ter a noção exata da altura do prédio, bem de acordo com as edificações da época.

Quanto à prisão, que ficava no térreo do edifício, cita o documento o fato de ser "*enterrado o seu solo, inferior ao nível da praça*".

Não conseguimos verificação para essa afirmativa; como hipóteses temos duas que consideramos passíveis de análise: ou o prédio possuía prisões subterrâneas que desconhecemos, ou o nível do andar térreo do prédio foi elevado posteriormente. Mesmo assim, levando-se em conta a segunda hipótese, não poderemos argumentar com relação à altura das paredes que, ainda hoje, são bastante altas e, antigamente deveriam ser ainda mais, antes do alteamento do piso das prisões.

Realmente esse documento com a fala de Amorim do

⁹⁹ *Fala do 3º Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Severo Amorim do Valle, de 1 de março de 1849 - p.24 - Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.*

Valle, nos causou um grande impacto. Somente com a planta original do edifício em mãos é que se poderia fazer uma boa análise do problema surgido.

É de se pensar, também, num certo exagero da crítica, forma violenta que o Vice-Presidente da Província usou para conseguir a construção de nova casa de detenção ou um melhoramento da antiga.

Além dessas hipóteses temos ainda o caso da antiga Casa da Câmara e Cadeia de Goiás Velho, que possuía as prisões em nível inferior à rua. Esse caso poderia ter acontecido na Vila do Desterro.

Não conseguimos localizar a antiga planta de nossa Casa da Câmara, o que prejudicou de certa forma, o estudo do edifício. Entretanto, comparando-se três fotos do edifício (v. figs. 59, 60 e 61) pode-se fazer um pequeno levantamento das modificações externas por que passou o prédio no último século.

Na figura 59, nota-se o velho sobrado português ainda apresentando suas janelas superiores sem sacadas. As aberturas são contornadas de cantaria. As janelas térreas, gradeadas, são as da Cadeia.

A cimalha é simples e o telhado apresenta-se em quatro águas, com uma pequena água-furtada acima da janela central do sobrado.

Na figura 60, dos finais do século XIX, pode-se analisar o prédio sob novo ângulo, ou seja, pela fachada.

O telhado apresenta-se igual à foto anterior, no-



Fig.59 - Casa de Câmara e Cadeia - foto de meados do século passado.

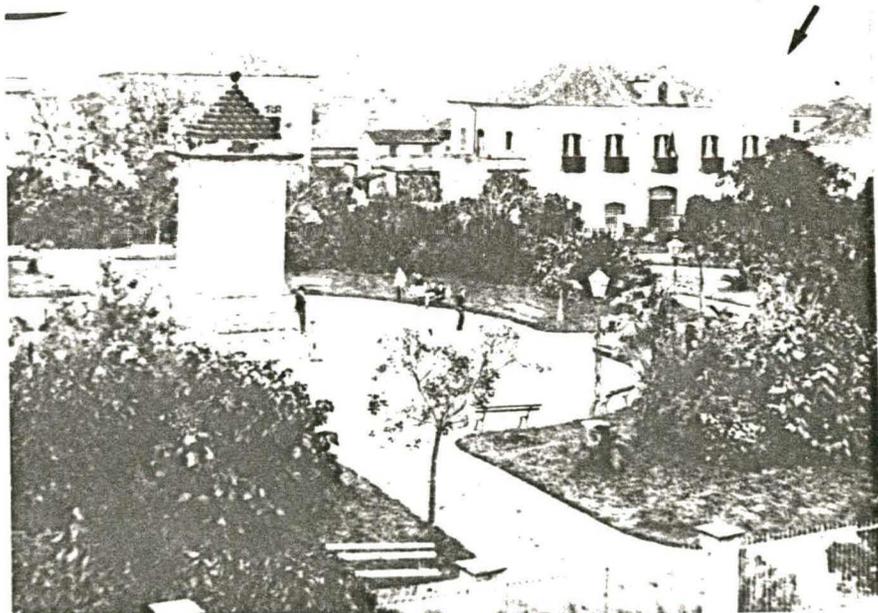


Fig.60 - Casa de Câmara e Cadeia - foto dos finais do século XIX.

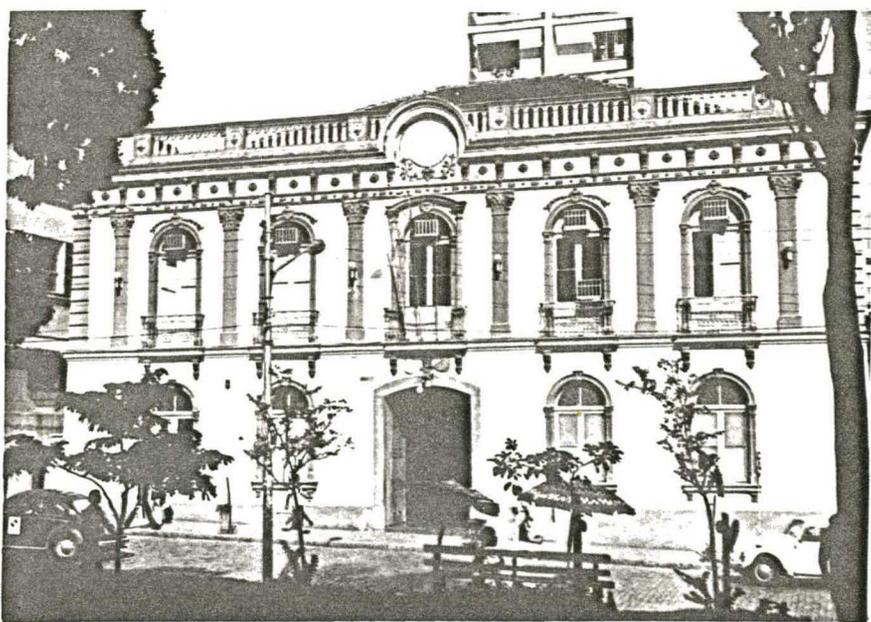


Fig.61 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia, atualmente Prefeitura Municipal de Florianópolis, depois de várias reformas.

tandó-se a decoração barroca da água-furtada.

Torna-se evidente, também, a colocação das sacadas nas janelas superiores.

Pode-se bem averiguar que todas as janelas tinham acabamento em cantaria, com vergas em arco abatido.

Lateralmente, o prédio apresentava um grande portal, com uma escadaria dando acesso à parte superior lateral do edifício.

Na figura 61, correspondente a esse século vemos o edifício transformado arquitetonicamente, com linhas semelhantes às do Palácio do Governo depois da reforma de 1895.

Apresenta-se o edifício com linhas ecléticas, decoração rebuscada típica dos finais do século XIX e inícios do século XX.

Além da decoração exagerada, nota-se a colocação de platibandas e cimalha trabalhada com motivos neo-clássicos. As janelas foram aumentadas e passaram a ter vergas em arco pleno, substituindo as belas cantarias portuguesas.

As aberturas do andar térreo (correspondente às antigas janelas da Cadeia) foram aumentadas, ficando quase ao nível da portada central, única abertura que conservou sua cantaria original.

O portal lateral foi retirado, bem como a escadaria.

As grimpas que apareciam junto à platibanda da fa-

chada, atualmente não mais existem, embora o prédio continue mantendo nos dias presentes, as linhas do começo do século.

O prédio da atual Prefeitura de Florianópolis, possuidor de uma estrutura arquitetônica das mais antigas da Ilha de Santa Catarina, tem suas paredes de pedra e tijolos ligados pelo oleato de cálcio,¹⁰⁰ o que determinou em certa ocasião, o uso de dinamite para abrir uma porta nos fundos do edifício.

Na Largo da Matriz outro edifício se fazia presente, marcando a arquitetura civil da Ilha de Santa Catarina; a Casa do Governo.

O primeiro edifício que serviu de sede para o governo da Província de Santa Catarina foi uma pequena casa, de telhado baixo, porta e janela, que se localizava na esquina onde hoje se situa o edifício das Secretarias, na Praça XV de Novembro.

Durante o governo de José da Silva Paes, que, como já citamos anteriormente nesse trabalho, era também engenheiro militar, foi projetado, por ele próprio, um novo prédio para servir de sede ao governo da Província. (v. fig. 62).

A nova Casa do Governo, construída no mesmo local da atual, deve ter sido concluída lá pelos idos de 1770 ou 1780, pois a gravura de La Pérouse (v. fig. 63) datada de 1785, já mostra, bem delineada, a figura da bonita construção colonial.

¹⁰⁰ Óleo de baleia, usado na confecção da argamassa em alguns edifícios mais antigos.

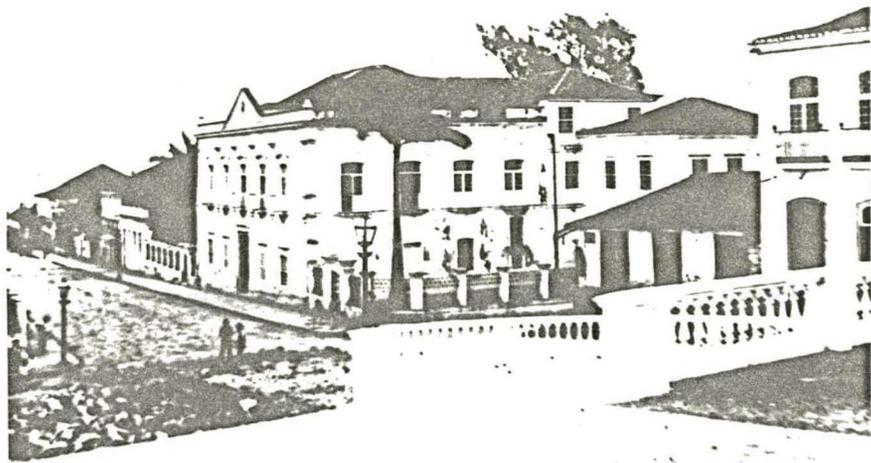


Fig. 62 - A primitiva Casa de Governo de Santa Catarina (casa baixa a direita na foto) e o Palácio construído em meados do século XVIII.



VEDUTA DELL' ISOLA DI S^{TA} CATTERINA.

Fig. 63 - Gravura da expedição de La Pérouse (séc. XVIII), mostrando a Casa do Governo de Santa Catarina. Reprodução presenteada a autora pela Exma. Viúva Antônio Parreiras.



Fig. 64 - A Casa do Governo de Santa Catarina conforme aparece em aquarela do pintor catarinense Victor Meirelles de Lima-1846 (Museu Victor Meirelles).

Numa magnífica pintura de Victor Meirelles de Lima,¹⁰¹ realizada, possivelmente, entre 1842 a 1844, encontramos o Palácio da Província, magnífico edifício colonial, com suas sacadas com gradil de ferro, totalmente majestoso na sua simplicidade de linhas (v. fig. 64).

Todas as pinturas e gravuras que, desde o século XVIII nos têm chegado às mãos, mostram o Palácio da Província como um majestoso sobrado colonial português, com dois pavimentos, tendo no térreo a porta central de acesso, circundada por duas janelas. No andar superior do sobrado, cinco janelas se abrem para o Largo, chamado "do Palácio". Essas janelas, possivelmente, só receberam sacadas depois de 1845, pois na tela de Victor Meirelles, as sacadas de ferro só aparecem nas janelas laterais.

Em resumo: temos conhecimento de dois prédios que serviram de sede para o governo da Província: a pequenina casa já referida e o sobrado que, com sucessivas reformas, ainda hoje serve como sede do Governo do Estado.

No Arquivo Ultramarino de Lisboa, conseguimos a antiga planta da Casa do Governo da Província de Santa Catarina (projeto de Silva Paes). Esse é o único risco existente em Portugal, relativo à nossa Casa do Governo. Se outro existe, não temos conhecimento.

¹⁰¹ Esse quadro, uma aquarela, intitulada "O Largo do Palácio", foi oferecido, pelo pai do pintor, ao Conselheiro do Império, Jerônimo Francisco Coelho. Nessa época o artista teria 10 ou 12 anos apenas. A obra encontra-se no Museu Victor Meirelles em Florianópolis.

Teremos que analisar esse projeto, composto de duas plantas baixas e dois alçados - corte e fachada (v. figs. 65, 66, 67 e 68), sob vários aspectos:

1. No referido projeto, com data de 3 de julho de 1748 não há referência ao nome de Silva Paes nem a outro nome qualquer.

2. O ano de 1748 é o último ano do Governo de Silva Paes. Sendo assim, é provável ter sido ele o autor do projeto.

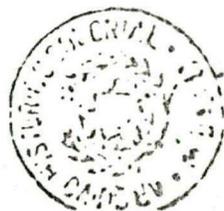
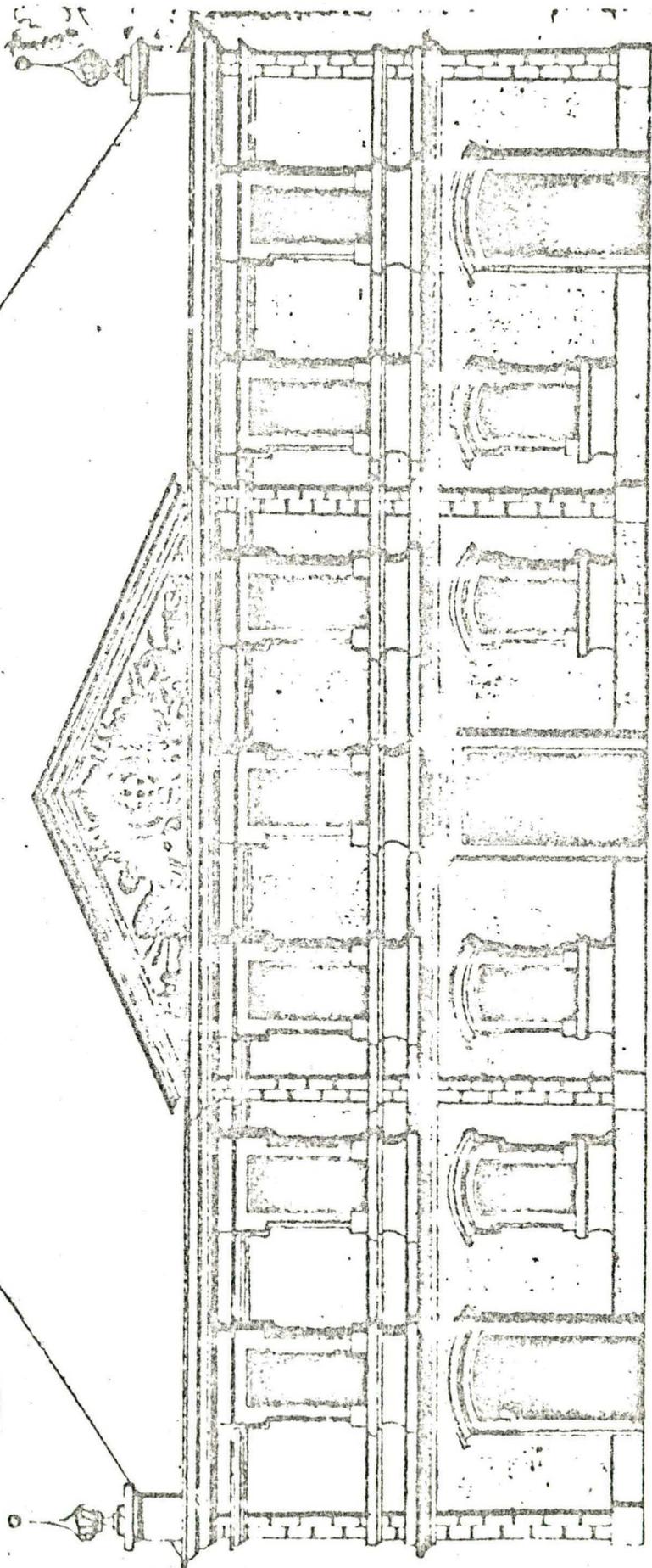
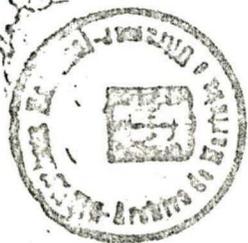
3. O risco da Igreja Matriz que, comprovadamente, foi realizado por Silva Paes, tem ligeiras conotações com o prédio da Casa do Governo, como, por exemplo, o frontão triangular e as janelas que se ligam ao classicismo pós-Renascimento. A solução da cimalha superior do prédio do Palácio é típica de Vasari.

Nota-se que ambos os projetos, tanto da Casa do Governo como da Matriz, são mais sofisticados que os outros projetos da época, mostrando um alto sentido estético do seu autor, bem como grande conhecimento dos estilos em voga na Europa de seu tempo.

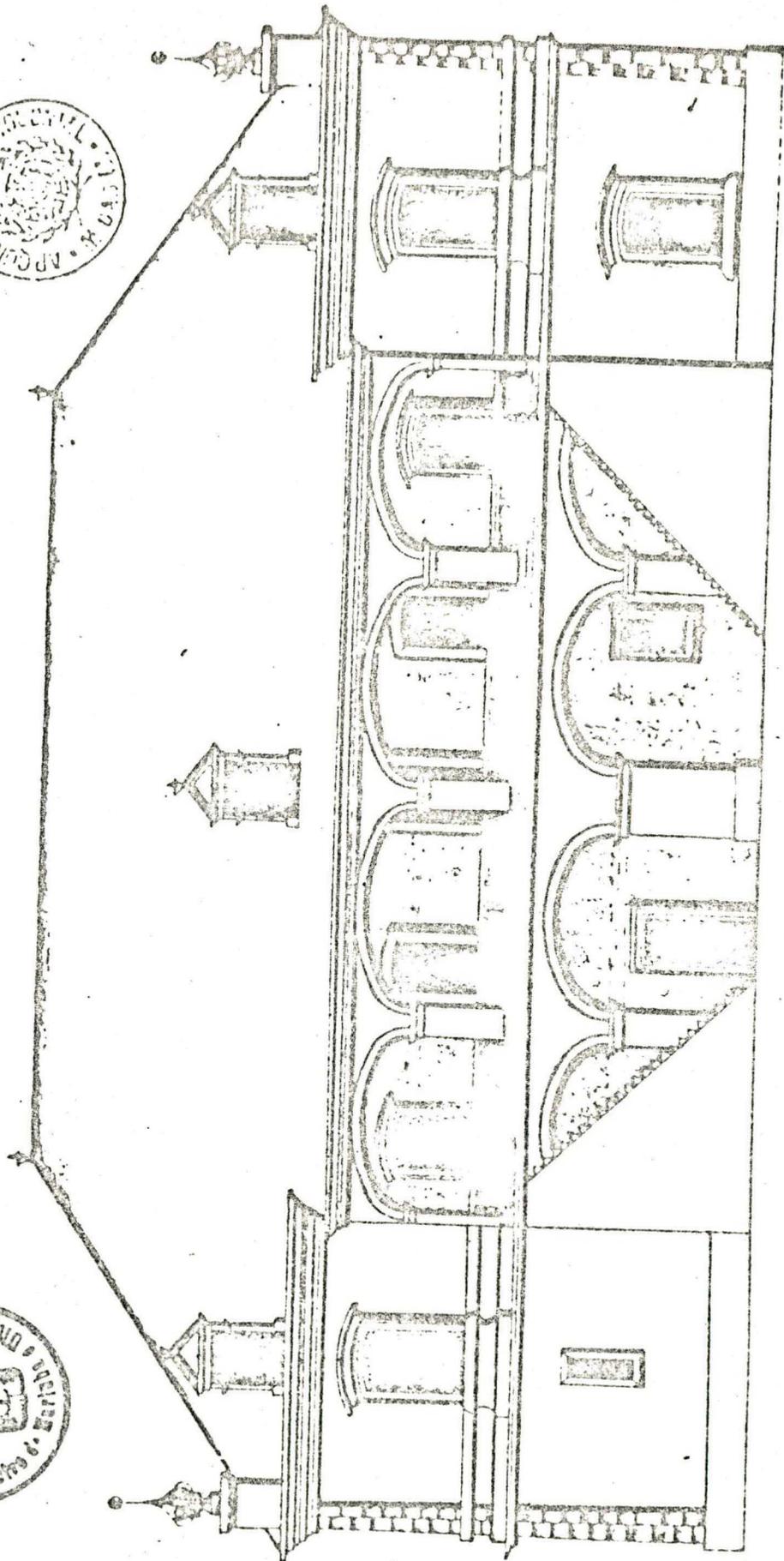
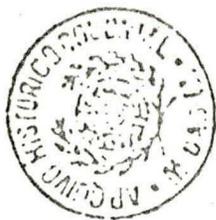
4. A Casa do Governo construída no Desterro, segundo presumimos, não foi realizada baseada no risco dito de Silva Paes, e que se encontra em Portugal, no Arquivo Ultramarino. Foi feito um novo projeto, que é o que podemos observar na obra de La Pérouse, na de Victor Meirelles e em outros mais artistas que desenharam ou pintaram a antiga Casa do Governo. Nossa conclusão se baseia na simples comparação feita entre os riscos

Fig. 65 à 68 - Desenho das plantas(2) e alçados(2) da Casa do Governo da Ilha de Santa Catarina. Originais de José da Silva Paes, 1748. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Cartográfica - Santa Catarina - 1.^a Secção, cofre.

Casa de la Casa de Gobierno

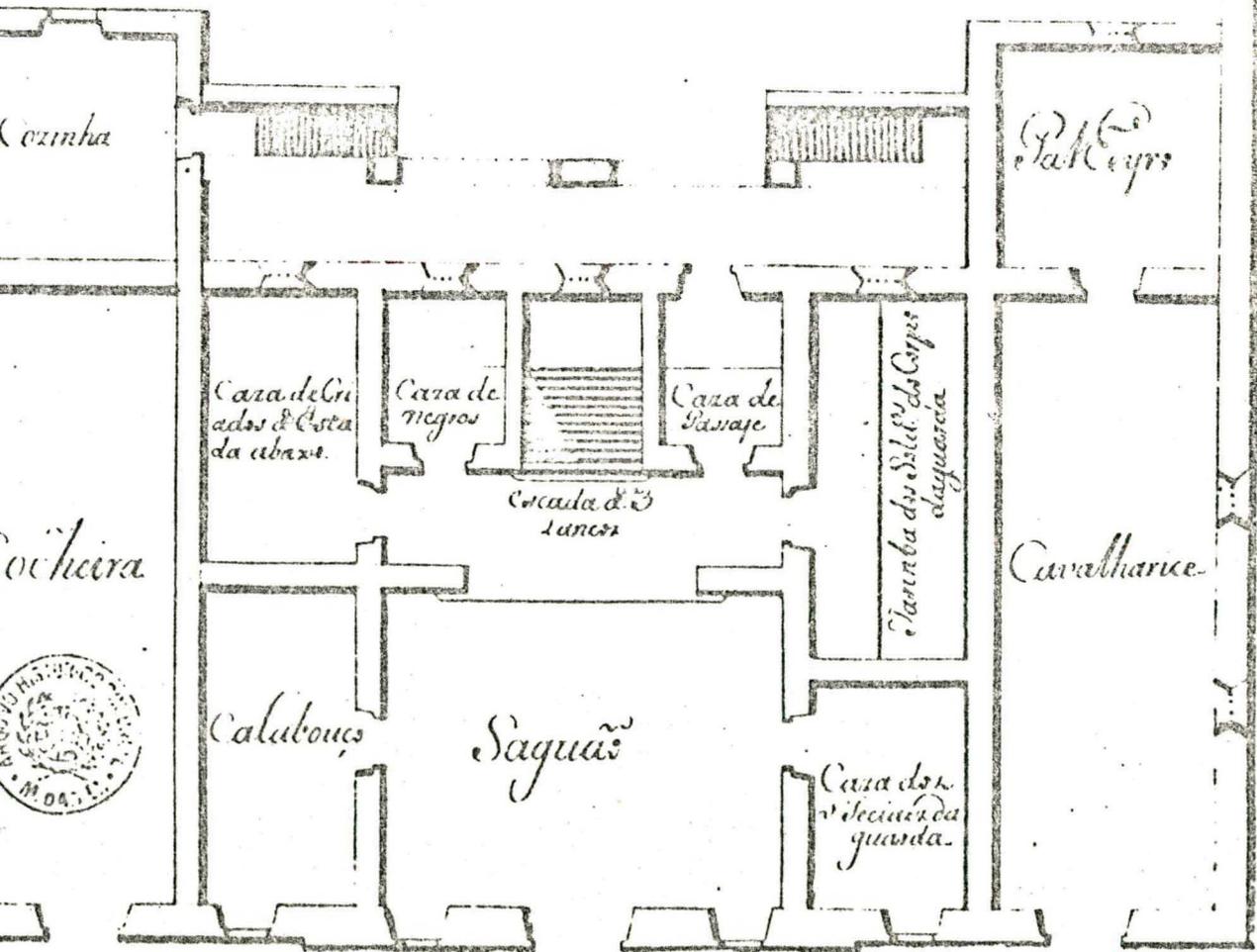


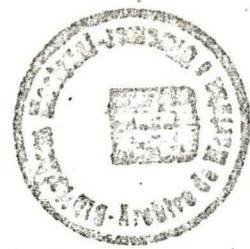
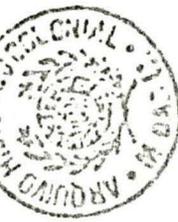
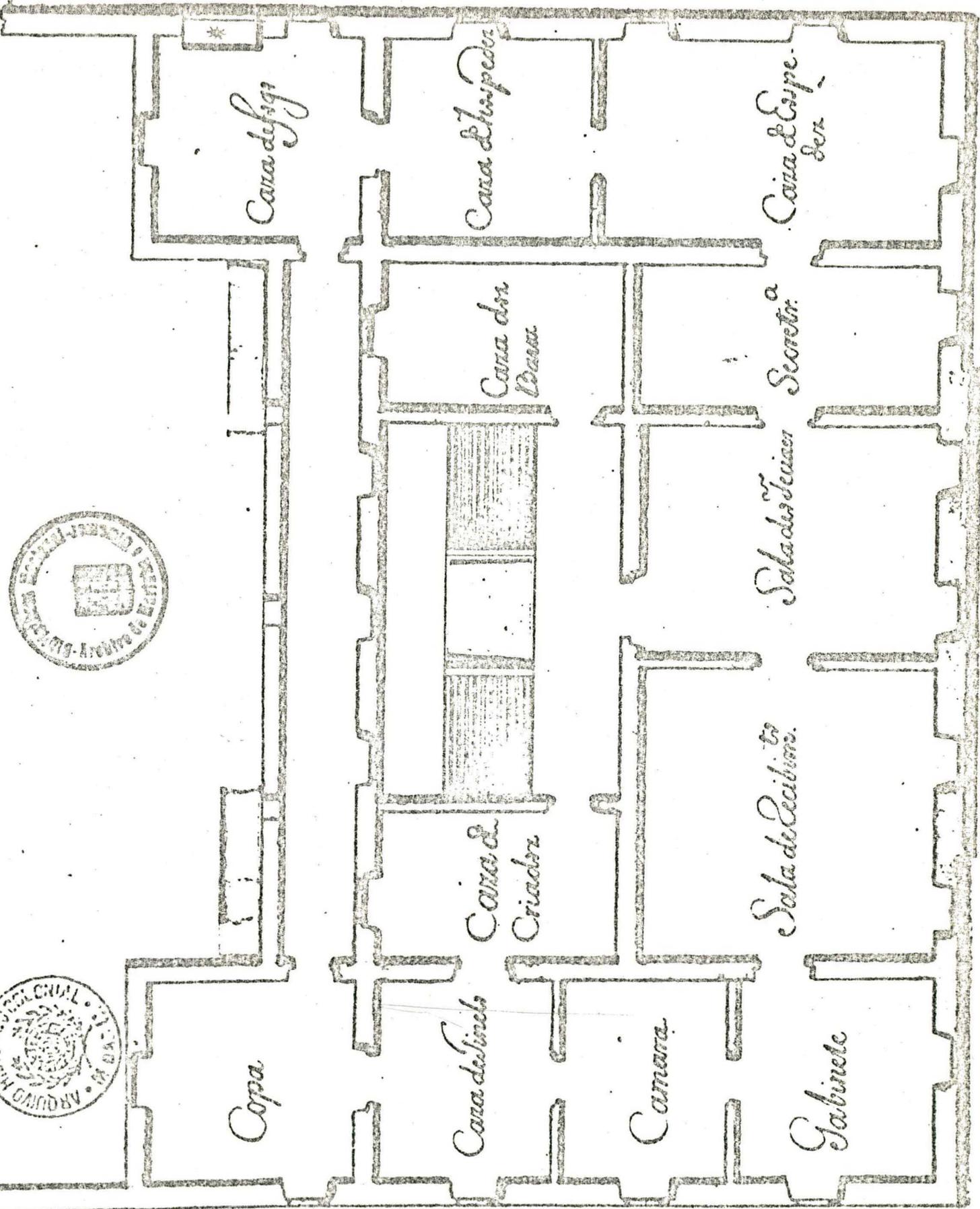
Viola dal cura da curonni per unna rioda





Palacio





encontrados em Portugal e as pinturas da época. Quanto ao autor da planta usada na construção, se não foi Silva Paes, o que é provável, é um simples desconhecido para nós.

Silva Paes fez uma planta para a Casa do Governo e para a Igreja Matriz. Essa última foi realizada conforme o projeto. O risco da Casa do Governo, que se encontra no Arquivo Ultramarino, não chegou a ser aproveitado, conforme podemos verificar através de uma simples análise comparativa.

O nome de José da Silva Paes continuou ligado à citada construção, mesmo não tendo sido realizado seu projeto e sim um outro mais simplificado.

Temos, no entanto, algumas dúvidas:

Teria nosso engenheiro feito uma nova planta, mais simples e econômica para a Província? Se a fez, por que a mesma não se encontra em Lisboa como a primeira?

No caso de ser outro o autor do projeto executado, por que não conhecemos o seu nome?

A substituição dos projetos teria sido realizada sem ouvir o Governo Português?

Os desenhos e pinturas existentes que mostram nossa antiga Casa do Governo teriam, coincidentemente, deturpado as linhas gerais do edifício?

Muitas dúvidas existem com relação ao primeiro Palácio do Governo. Uma coisa, entretanto ficou bem definida: o primeiro projeto, possivelmente de José da Silva Paes, não che-

gou a ser realizado, e desconhecemos o autor do projeto executado.

Quem sabe, no futuro, alguém consiga, pesquisando outras fontes, a verdade sobre a construção de nossa Casa do Governo.

Silva Paes, (v. fig. 72) segundo Robert Smith, teria sido também o autor do risco do Palácio de Vendas Novas, em Portugal.¹⁰² Esse Palácio, hoje Escola de Artilharia (v. fig. 71 e anexo III) foi por nós visitado. Nessa ocasião pudemos verificar a semelhança de fachada com o risco de nossa Casa do Governo. É possível mesmo que o Palácio Português tenha sido projetado por Silva Paes.

Encontramos documentos sobre reformas e consertos no Palácio de Santa Catarina, desde o ano de 1839, tais como os que, a seguir, transcrevemos na íntegra, para melhor documentar este trabalho.

De 4 de junho de 1839, temos um relatório do então major do Corpo de Engenheiros Patrício Antonio de Sepúlveda Everard, ao Presidente da Província Brigadeiro João Carlos Pardal:

Cumprindo o que por V.E. me foi ordenado em seu officio de 1º do corrente, procedi a hum exame no trabalho feito nas obras do Palácio, e achei bastante imperfeição especialmente nas janelas da Salla do cortejo, devida seguramente a impericia dos carpinteiros que tem sido empregados. Não me nos digna de reparo se torna a meia agua que cobre a escada interior de communica-

¹⁰² SMITH, Robert C. *Arquitetura civil do período colonial. in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. v.XVII, 1969, p.116.*

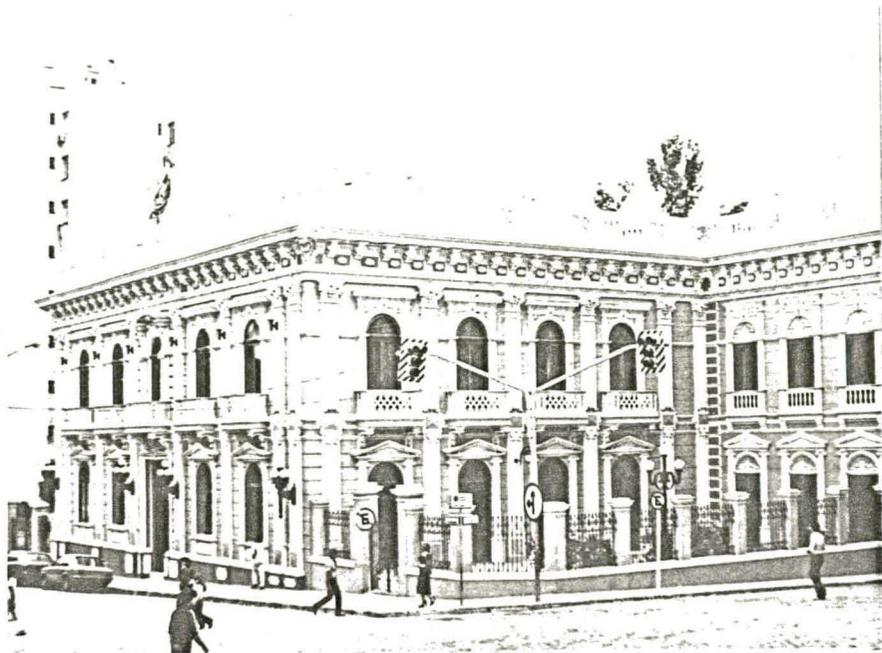


Fig. 69 - O Palácio do Governo de Santa Catarina, depois das reformas sofridas em 1895 e restauração efetuada em 1978/79.

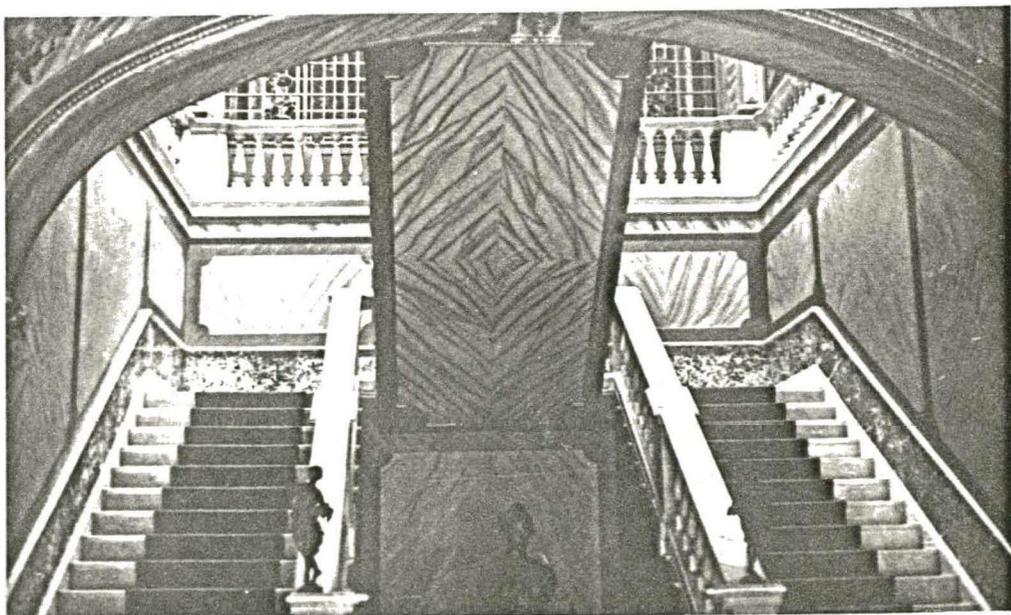


Fig. 70 - Saguão de entrada e escadarias do Palácio do Governo.



Fig.71 - Palácio de Vendas Novas, atual Escola Prática de Artilharia. Vendas Novas, Portugal. Provável projeto arquitetônico de Silva Paes.



Fig. 72 - Monumento a José da Silva Paes, na Cidade do Rio Grande, por ele fundada no século XVIII. Assinatura do Brigadeiro, conforme consta numa carta de 10 de novembro de 1754, dirigida ao Conselho Ultramarino (Arquivo Ultramarino de Lisboa).

ção p^a o prim^o pavimento; ahí forão empregados alguns caibros que não estando perfectam^{te} secos, tem vergado ao peso da telha, e prometem pouca duração a obra. A bomba de madeira, feita p^a o esgotamento do poço, também está imperfeita, e não satisfas os fins p^a q. foi construída. He o q. posso enformar a V. E. d. q.^m sou respeitoso subdito. ¹⁰³

Em setembro do ano de 1839, o major Everard apresenta ao Presidente da Província uma relação de material necessário para a decoração da chamada "sala de respeito" do Palácio: um busto do Imperador, um pedestal dourado para servir de assento ao mesmo busto, sete cortinados para janelas de sacada, com 9 palmos portugueses de largura e 14 de altura, sete varais dourados e as necessárias maçanetas para armação do citado cortinado, um tapete de 37 palmos portugueses de comprimento e 33 1/2 de largura para cobrir o assoalho e 1 dossel para uma das paredes, de 16 palmos de altura e 7 1/2 de largura.

Nesse ano, João Noble é encarregado da pintura do Palácio.

Do ano seguinte, mais precisamente de 8 de julho de 1840, temos um novo relatório de Everard, desta vez ao Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito:

Tendo-se encontrada arruinada a balaustrada das janelas da face d'oeste do Palácio, que precisa substituição e precisando além disso este edifício pequenos reparos q. ou se não fizerão ou deixarão d'acabar-se por s'haver esgotado a consignação p^a tal fim, existindo d'ella em meo poder, som^e aquantia de 264\$250 p^a efec-

¹⁰³ Livro de Engenheiros, nº 192 (1846-57). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

tuar o ultimo pagamento das pinturas. Na qualidade d'Inspector d'obras publicas, rogo a V.E. se digne ordenar a Thesour^a mi entregar a quantia de duzentos mil reis, em que aproximadam^{te} orço a despesa a fazer-se em mão d'obra e matêrias nas ditas obras, prestando contas à M.^a Thesour^a na forma do costume na occasião oportuna. Sou respeitoso subdito de V.E. ¹⁰⁴

Em 1845, em outro relatório, Sepúlveda Everard fala sobre obras no Palácio, que consistiram num aumento nos fundos do edifício com a construção de alguns cômodos e arrumação na cobertura.

Dois anos apòs, Everard, já Coronel graduado do Imperial Corpo de Engenheiros (v. biografia em anexo IV), continuava às voltas com os reparos do Palácio. Dessa época registramos o aumento do pê direito de algumas paredes interiores, forração e assoalho novos de certos compartimentos, substituição dos barrotes podres e de algumas portadas exteriores, bem como reboque de alguns quartos. Nessa obra foi gasta a quantia de 5.000\$000.

Esses últimos reparos realizados no Palácio, não devem ter sido apenas simples obras de conservação, pelo menos os relativos ao ano de 1845.

Não sabemos até onde vai a coincidência dos fatos, mas 1845 foi exatamente o ano da primeira visita do Imperador D. Pedro II ao Desterro. Assim sendo, compreendemos o porquê do Presidente Antero José Ferreira de Brito querer embelezar

¹⁰⁴ Livro de Engenheiros, nº 192 (1846-57). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

o Palácio às vésperas da chegada de tão ilustre hóspede.

De 1847 até 1852, nada encontramos sobre obras no Palácio. Sem dúvida houve um recesso para o operariado bem como para os cofres públicos.

Chegando ao ano de 1853, surgem novos problemas e novas reformas.

Num orçamento apresentado a 23 de dezembro de 1853 e assinado pelo procurador fiscal, Polidoro d'Amaral e Silva, pelo Capitão de Engenheiros João de Souza Mello e Alvim e pelo Mestre de Carpinteiro das Obras Públicas, José Maria Salazar, entramos em contato com novas obras no Palácio: substituição de 4 meias-portas de vidraça e de 6 umbreiras, 2 soleiras novas para janelas, vidros de diversos tamanhos para serem colocados em diferentes caixilhos, troca do madeiramento do quarto dos materiais e estrebaria, bem como o apeamento da sotêia e levantamento de um sobrado (de 40 palmos cada parede por 180 palmos de altura).

Ainda de dezembro de 1853 é a magnífica e rara descrição do Palácio, feita por Mello e Alvim, talvez o único documento que existe, desta época, mostrando, em detalhes, a arquitetura do edifício. Esse documento serviu como justificativa para os reparos que estavam sendo realizados.

Na íntegra, apresentamos a descrição de Mello e Alvim:

O Palácio da Presidência, construído na praça principal d'esta cidade do Desterro, Capital da Província, he um edifício de architectura antiga, e dividido em dois pla-

nos distintos: o primeiro, de andar superior ou sobrado, e o segundo ao rez do chão. O primeiro he composto de oito sal-las, (compreendia a do Docel), occupando o pavimento de todas ellas o espaço de 5421,5 palmos quadrados pouco mais ou menos: 1 gabinete, 6 quartos, 1 salla de jantar e 4 corredores além de outras acomodações levantadas sobre ovão do telhado e puxadas a face das paredes mestras laterais, e do fundo do edificio, com janellas de sacada.

Conta-se n'este plano 62 portas e 25 janellas, sendo destas ultimas 15 das sal-las principaes, de sacada, com grades de ferro. No segundo plano, afora os repar-timentos ultimamente feitos, e a onde já se achão estabelecidas a Secretaria da Presidência e a Administração da Fazenda Provincial, ha um grande sallão com quartos para a guarda, saguão, patamal, e lances largos de escada para a subida do andar superior e 2 salletas nos baixos de uma sotêa à esquerda do Palácio, à este ligada, aonde se acha a Secretaria Militar e outros mais commodos, collocados no pavimento do primeiro patamal. Todo o edificio está em bom estado, a excepção das peggas que constão do Orçamento, às quaes urgem os concertos e reparos alli apontados, especialmente o levantamento de sobrado sobre os muros de respaldo da sotêa, que deve ser apeada, visto que ameaça desabar, e já seria de todo aban-tido a não serem as escôras que forão postos nos topos dos barrotes.¹⁰⁵

A seguir, Mello e Alvim descreve nos mínimos detalhes, toda a restauração que foi realizada.

É interessante de se notar, que nesse ano foram collocadas novas grades e sacadas de ferro.

Em 1857, Mello e Alvim faz nova descrição, em relatório, da situação do Palácio, desta vez, para o Presidente

¹⁰⁵ Livro de Engenheiros nº 191 (1829-1847). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Dr. João José Coutinho.

Tendo sido o prédio restaurado anteriormente, somente alguns detalhes precisariam ser revistos, tais como "o forramento de papel das salas destinadas aos cortejos em dias de gala"¹⁰⁶ pintura de alguns compartimentos e outros reparos menos importantes.

Pelo relatório podemos localizar algumas dependências do Palácio e que hoje ainda podem ser notadas:

Durante o anno findo tiveram andamento tanto a construção da obra levantada sobre a grande sotêa sobre posta à varanda do Palácio, como a da que fica entre o portão do quintal, e o sobrado construído sobre a antiga sotêa que cobria a casa em que funcionava a Secretaria Militar.

Aquella com 111 palmos e 6 polegadas de comprimento sobre 33 e meio palmos de largo, contendo um extenso salão e quatro grandes quartos, guarnecidas de 13 janelas com vidraças e 5 portas, toda forrada e caiada precisa de pintura e de assoalho em substituição ao pavimento actual, que é ainda o de tijoleiras, da velha sotêa. A outra conta 42 palmos de comprimento sobre 22 de largura: está coberta e só feixada do lado da rua, e sobre pilares nos tres restantes. Deve ser também nestes feixada afim de satisfazer aos seu destino presente que é o de guardar materiais.

Julgamos de muita conveniência que tanto esta ultima construção, como e muito especialmente os baixos do sobrado contiguo (de 40 palmos em quadrado), sejam aproveitados para a Repartição da Secretaria Militar, que está mal acomodada n'uma só salla, baixa e um tanto escura, não tendo outras para as sessões dos Conselhos Mi-

¹⁰⁶ Livro de Engenheiros, nº 193 (1857-60). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*litares, arquivo, etc...*¹⁰⁷

No total, foram gastos nestas obras 3.177\$000.

Três anos apōs, em 1861, o Capitão de Engenheiros, Sebastião de Souza e Melo, remete ao Presidente da Província um orçamento calculado em 1.480\$000, para despesas com demolição da sala sotēia, assoalho, escada e despesas com restauração da galeria da entrada.

Em 1864, o orçamento de Souza e Melo ē novamente enviado ao Presidente, naturalmente que com ligeiro acrēscimo.

Vārios anos se passaram sem que houvesse novas reformas no Palácio.

Chegamos finalmente ao governo, jã na era Republicana, do Dr. Hercílio Pedro da Luz.

Por intermēdio do Sr. Joaquim Manoel da Silva, comerciante em Florianópolis, o Governador Hercílio Luz ficou conhecendo trabalhos de uma equipe de Montevideū que viera a esta Capital para construir a residência do citado homem de negócios.

Dentre os mestres que trabalharam na casa da Pedra Grande¹⁰⁸ podemos citar: Gervāseo Cūneo,¹⁰⁹ marceneiro; Jo-

¹⁰⁷ Livro de Engenheiros, nº 193 (1857-60). Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁰⁸ Atual sede do Santa Catarina Country Clube.

¹⁰⁹ Nascido em 1846, em Chiavari, Gênova, Itália e falecido em Palhoça, Santa Catarina, em 1917. Seus descendentes diretos ainda hoje residem em Florianópolis.

sê Polletti, pedreiro; Alberto Piffareti, estucador; Barbieri, Mâximo Picoli, pedreiro, Amilcar e Gabriel Sielva, esse um excelente escultor.

Os operários que não eram de origem italiana, eram uruguaios, filhos de italianos.

A casa magnífica do Senhor Quinca Manoel chamou a atenção do governador Hercílio Luz, que, a seguir, tomou as providências necessárias para mandar buscar a equipe (que, após o término da casa do senhor Joaquim Manoel da Silva, voltara ao Uruguai) para reformar o Palácio do Governo.

Chegaram os operários e mestres, em princípios de 1895, sendo que, a 23 de junho do mesmo ano, chegava a família do Senhor Cúneo (esposa e três filhos), sendo todos alojados no próprio Palácio.

Mais operários foram contratados para a restauração do Palácio, além daqueles que vieram de Montevideu. Dentre os principais, podemos citar, como vindos de Buenos Aires: Antonio Ortonêda, Baptista Chialvo e Angelo Salvador, marceneiros, contratados por 3 pesos ouro por dia, além das passagens.

De Santa Catarina, temos alguns contratados, tais como Alexandre Pagani, Vitali, Costa Curta (?), Pedro Manzoli, Paulo Genovez, Comicholi, Franzoni e outros mais.

Nesta época era Diretor de Terras, Colonização e Obras Públicas, Emilio Gallois, que era o responsável, também, pelas obras do Palácio.

Um ano se passou desde a chegada da equipe uruguaia.

O trabalho seguia normalmente, apenas aumentando os custos da reforma.

Em novembro de 1896, Gallois fez um relatório ao Governador, justificando-se por não ter feito um inventário pedido por Hercílio Luz. A justificativa de Gallois foi a de que o material que deveria ser inventariado estava todo disperso devido às reformas.

Em dezembro do mesmo ano, Gallois, em outro relatório, citou alguns serviços que, no seu entender, foram mal feitos, tais como, paredes e assoalho, que estavam fora do nível.

Pede ao Governador atenção, no sentido de serem feitas de pedra de cantaria lavrada, as sapatas do edifício.

Durante o ano de 1897, continuaram as obras no Palácio.

Pelo vapor Malvinas, chegaram de Montevideu, importadas pela firma Silva e Ramos, trinta barricas de gesso.

Em março, pelo vapor Desterro, chega uma grande quantidade de mármore, importado pela Casa Cesar Mola de Montevideu.

Ferragens e mais objetos, também chegavam via Uruguai.

A pintura do segundo salão e do gabinete foi realizada por Paulo Hering, responsável também pela forração de papel da sala e biblioteca.

No final do ano de 1897, Gabriel Sielva entregou

10 sacadas de mármore.

Em dezembro já estavam concluídas as obras da parte térrea da parede da ala esquerda do Palácio.

Entramos no ano de 1898, com a reforma prosseguindo.

Da Europa (Itália) chegaram as balaustradas de mármore para a escadaria, bem como as tapeçarias. Ambas importadas por Cesar Mola, de Montevidéu.

Alguns móveis e objetos de decoração, tais como, guarnições e cortinas, chegaram da Europa, através da firma Monteiro e Cia, do Rio de Janeiro.

Propostas para forração e assoalho do Palácio são apresentadas, por Antonio de Castro Gandra e François Grizard, vencendo, este último, a concorrência.

Germano Kramm se incumbiu do ajardinamento do lado do Palácio.

O serviço de encanamento de água do edifício é obra de Fiorenzano e Brando.

Esses últimos serviços do Palácio ficaram nas mãos de pessoas residentes em Santa Catarina.

A 15 de outubro de 1898, estavam os trabalhos praticamente concluídos, havendo apenas os contratos com François Grizard e Gervásio Cúneo, além de um outro contrato para a construção do abrigo para o gasômetro do Palácio, sob a responsabilidade de João Brüeggmann.

Nesse fim de ano, saiu Gallois da Diretoria de Ter-

ras, Colonização e Obras Públicas, entrando em seu lugar o engenheiro Adolpho Alfredo Goeldner.¹¹⁰

Depois da grande reforma sofrida pelo Palácio durante o Governo Hercílio Luz, nada mais houve de relevante importância com relação ao edifício.

Muitos governos posteriores realizaram algumas obras no Palácio, a maioria delas, apenas, referentes à pinturas das paredes.

Assim chegamos até o presente, com o prédio do Palácio do Governo passando por uma série de repinturas que descharacterizaram a reforma realizada durante o Governo Hercílio Luz.

Em 1978, mais precisamente no mês de março, recebemos um convite para visitar o Palácio do Governo, que começava a passar por um novo trabalho de restauração por iniciativa do Governo do Dr. Antonio Carlos Konder Reis.

O objetivo dessa nova restauração era trazer a construção às formas originais dos finais do século passado.

Esse trabalho delicadíssimo de restauração, teria que retirar todas as repinturas, e restaurar a pintura realizada durante o Governo Hercílio Luz. Tudo isso foi feito, ve-

¹¹⁰ Parte das notas registradas nesse trabalho e referentes ao Palácio durante o Governo Hercílio Luz, foram ofertadas ao meu tio, historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, por um filho do Sr. Gervásio Cúneo, Dr. Arnoldo S. Cúneo, residente em Florianópolis. As declarações contidas nessas notas foram prestadas por Theodora, Mercedes e Ofélia Cúneo, em maio de 1975, baseadas nos fatos que as mesmas presenciaram.

rificando-se, em algumas salas, a existência de mais de cinco pinturas superpostas.

Quase todo o madeiramento do edifício foi substituído, principalmente o vigamento, inteiramente atacado pelos térmitas, assoalhos, bem como portas e janelas.

As telhas foram substituídas por novas e foi implantado sistema central de ar refrigerado, a fim de evitar os anti-estéticos aparelhos aparecendo em portas e janelas da bonita construção.

Hoje o Palácio está com sua restauração completada, trabalho de uma equipe de restauração paulista sob a orientação do arquiteto Eideval Bolanho.

Toda essa restauração foi realizada em função do estilo do Palácio à época de Hercílio Luz.

As pinturas voltaram às suas formas primitivas. O assoalho foi refeito, uma vez que, na reforma anterior um novo assoalho foi colocado sobre o antigo.

As decorações em gesso dos tetos também foram refeitas, inclusive de um dos salões, onde podemos notar incrustações de espelhos em meio aos elementos rococô.

Todos os barrotes foram substituídos, pois estavam tomados pelos térmitas, prejudicando a estabilidade da cobertura.

O grande "vitreau" do alto da escadaria, vindo da Casa Conrado, de São Paulo, bem como todo o mármore do edifí-

cio estão bem conservados e não necessitaram reparos.

Também as estátuas do alto do prédio foram restauradas, tirando-se as camadas de tinta que as cobriram durante mais de 70 anos.

O Palácio do Governo de Santa Catarina é hoje, depois dessa restauração, um dos mais belos exemplares, no Brasil, da arquitetura eclética dos finais do século passado. (v. figs. 69 e 70).

Sem ser tombado como monumento histórico-artístico mereceria uma tomada de posição por parte do governo antes que o tempo torne o edifício novamente desfigurado.¹¹¹

4.3 - Arquitetura doméstica da Ilha de Santa Catarina - as casas térreas, os sobrados da zona urbana e as residências das antigas freguesias.

Verifica-se ainda hoje na cidade de Florianópolis, uma certa variedade de estilos, característica dos finais do século passado.

Além da influência fundamental, advinda da colonização portuguesa, que vai marcar as construções até meados do século XIX, deparamo-nos também, com influências germânica e francesa, resultantes, a primeira da imigração e a segunda, da expansão mundial da arte francesa do século XVIII e XIX, mais precisamente do neo-classicismo e do "Art-Nouveau".

¹¹¹ Em anexo nº V, as outras construções realizadas pela equipe do Sr. Gervásio Cúneo em Florianópolis.

Todo esse ecletismo artístico vai ter seu auge, no Brasil, nos finais do século XIX e inícios do século XX.

Apesar da pouca expansão do neo-classicismo em terras catarinenses, temos um belo exemplar desse estilo no prédio da ex-Alfândega de Florianópolis.¹¹² Além disso, encontram-se elementos decorativos neo-clássicos em outros edifícios da capital catarinense.

O toque germânico também se evidencia em casas construídas por imigrantes alemães. A maior concentração desse estilo, entretanto, está nas cidades do Vale do Itajaí.

A casa portuguesa tem, como principal característica, a simplicidade de seu aspecto e pobreza dos seus elementos decorativos.

Em todo o Brasil, a arquitetura doméstica pode ser comparada entre si. Casas rústicas de pau e barro, com vãos e coberturas rudimentares, são marcas deixadas pelo português em todo nosso território.

Quando o homem luso chega ao Brasil, não encontra aqui uma tradição de construção representativa como no México ou Peru.

A linha tradicional dessa casa conserva-se em todo o Brasil e talvez, por isso, tenha garantido, durante tanto tempo, a sua permanência.

¹¹² Atualmente Museu de Arte e Museu Histórico, situado à Rua Conselheiro Mafra. Considerado como um dos melhores exemplos de Arquitetura neo-clássica do sul do País.

O que nos faltou, em termos de arquitetura, foi a construção erudita e bem delineada tecnicamente, como existem alguns exemplos na Bahia e Minas Gerais.

Com a colonização açoriana da Ilha, D. João V cede para cada casal que viesse para Santa Catarina, um quarto de légua em quadro para cultivar.

Sobre os logradouros, o documento diz o seguinte:

Para o assento de logradouros públicos de cada hum destinarã meia legoa em quadro, e as demarcações destas porções de terras se farão por onde melhor o mostrar e permittir a comodidade do terreno; não importando que fique em quadro, com tanto que a quantidade de terra seja a que fica dito.

No sitio destinado para o lugar assignalarã hum quadro para praça, de quinhentos palmos de face e, em hum dos lados se porã a Egreja, a rua ou ruas se demarcação ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos; por ellas, e nos lados da Praça se porão as moradas em boa ordem, deixando entre humas e outras, e para traz, lugar sufficiente e repartido para Quintaes. ¹¹³

Esse mesmo documento manda que as casas de taipa cobertas de palha existentes na Ilha, tivessem cobertura de telhas. Desse modo, verifica-se que, até o momento da colonização açoriana, a arquitetura da Ilha de Santa Catarina era a mais rudimentar possível.

Na mesma resolução de D. João V, vamos encontrar uma observação quanto à construção de igrejas:

¹¹³ BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catharinense. p. 219/220.

E por quanto o primeiro cuidado que deve ter-se, he que todos os colonos sejam assistidos de pasto espiritual, e de sacramentos, em cada hum dos ditos lugares fará o dito Brigadeiro¹¹⁴ levantar uma Igreja da estatura que basta para este primeiro estabelecimento, e para o seu fornecimento, e exercício do culto divino se remette em cada navio o preciso, calculando para sessenta casaes, o que toca a huma Igreja.¹¹⁵

O transporte de casais dos Açores e Madeira teve início em 1748. Desse ano em diante é que podemos estudar a arquitetura doméstica da Ilha de Santa Catarina.

O Abade Dom Pernetty, da expedição de Bougainville de 1763, diz em suas notas que "*não tinha a capital cathari-nense mais que umas cento e cincoenta casas, quasi todas terreas e muitas dellas habitadas por militares*".¹¹⁶

Ao nos depararmos com os vestígios arquitetônicos coloniais da Ilha de Santa Catarina, teremos que estudá-los como sensíveis lições do passado.

Embora as variações da geografia e da economia sejam evidentes nas cidades coloniais, os moldes urbanos vão ser, praticamente, os mesmos.

No Brasil, a cidade vai surgir atendendo a um plano de estratégia, de política econômica ou mesmo eclesiástica.

¹¹⁴ Brigadeiro José da Silva Paes, governador da Província.

¹¹⁵ BOITEUX, Lucas Alexandre. *op. cit.* p. 220.

¹¹⁶ TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Santa Catharina nos annos primevos. p. 51.

As cartas régias autorizavam a fundação de vilas, impondo a obrigação de cercá-las e definiam os planos urbanísticos a serem cumpridos, o que nem sempre acontecia.

A improvisação do português, que fazia suas cidades e vilas nos lugares que lhe interessava economicamente, vai desviar a unidade da arquitetura e do urbanismo impostos pelas Ordenações, que impunham as leis que regeriam a formação de vilas e cidades. Entretanto, se havia interesse econômico, isso já evidenciava um critério, apesar da improvisação.

Portugal ignorou algumas lições das Ordenações, o que vai provocar, da parte da administração municipal, uma tomada de posição, no sentido de se criar posturas que corrigissem os defeitos das fundações.

No capítulo referente a "Edifícios e Servidões", constante das Ordenações Filipinas, vamos encontrar, no item 24, o seguinte:

Qualquer pessoa que tiver casas pode nelas fazer eirado com peitoril, janelas, frestas e portais, quanto lhe aprouver, e alçar-se quanto quiser, e tolher o lume a qualquer outro vizinho dante si. Porém não poderã fazer frestas, nem janelas, nem eirado com peitoril e parede sobre casa, ou quintal alheio, por que a descubra, que esteja junto à parede, onde quer que a janela, fresta ou eirado, sem cousa alguma, se meter em meio. Mas bem poderã fazer eirado com parede tão alta, que se não possa encostar sobre ela, para ver a casa ou quintal de outrem. E assim poderã fazer na sua parede sobre o telhado, ou quintal de outrem, seteira pela qual somente possa ter claridade. E quando o outro, sobre cujo quintal ou telhado se faz, quizer levantar, poder-lhe-ã fazer tapar, posto que seja passado ano e dia

ou outro qualquer mais tempo, que estiver feita.¹¹⁷

As Ordenações Filipinas orientavam, de todas as maneiras, o desenvolvimento urbanístico. No item 27, temos:

*E quando alguma pessoa tiver janela aberta em sua parede sobre azinhaga tão estreita que não passe de quatro palmos, na qual não haja portas, somente sirva de por ela correrem as águas dos telhados, não de poderá outro vizinho alçar tanto, que lhe tolha o lume da dita janela, mas poder-se-á alçar até direito dela, em modo que lhe não tolha o lume, e mais não.*¹¹⁸

Mais além, no item 28:

*E se alguma pessoa tiver janela, ou beirais de telhado em alguma parede, que seja sobre casa de outrem, e desfizer a parede, ou lhe cair, e a quizer refazer ou fazer de novo, não poderá mais fazer janelas, nem maiores, nem beirais, nem em outro lugar, senão como dantes tinha.*¹¹⁹

A construção das casas estava sempre ligada à uniformidade dos terrenos. As casas eram construídas de maneira uniforme, sendo que, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou resultantes de posturas municipais.

Vemos que, dimensões, número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento das edificações foram exigências básicas no século XVIII e XIX.

Essa era a forma de garantir para as povoações e

¹¹⁷ Ordenações Filipinas, p. 372/373. Texto com introdução, breves notas e remissões redigidas por Fernando H. Mendes de Almeida.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 373.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 373.

idades brasileiras uma aparência lusa.

Em se tratando da antiga vila e depois cidade de Nossa Senhora do Desterro, a construção das moradias vai seguir o protótipo português, como aliás, aconteceu em todo o Brasil.

As propriedades situadas na zona urbana, tinham, em geral, dimensões de fachada bastante exíguas. Eram raríssimos os edifícios construídos em terrenos com mais de quatro ou cinco braças de frente.

Na segunda metade do século XIX, pelo Código de Posturas Municipais, ¹²⁰ Capítulo II, e que tratava de "regularidade da edificação", temos:

Art. 20. As casas ou frentes que se edificarem ou reedificarem dentro do perímetro da cidade, terão as dimensões seguintes:

1º Altura entre a soleira e linha da base da cornija 4^m no mínimo.

2º Altura mínima das portas 3^m e das cimalthas 2^m; largura mínima de umas e outras 1^m, 30.

3º Largura máxima dos claros entre portas e janelas 2^m; a mínima ideterminada.

4º Altura das cornijas - entre 40 e 50 centímetros; saliência de 20 a 28 centímetros; altura das platibandas - entre a quarta e quinta parte da altura da frente.

5º Altura das soleiras das portas, de 10 a 20 centímetros acima das calçadas ou passeios.

Somente fora do centro urbano é que haviam propriedades maiores, com até 22 braças de frente.

No início do século passado, encostado ao Morro do

¹²⁰ Código de Posturas Municipais de Florianópolis - Rio de Janeiro, Casa Mont'Alverne, 1898. p. 7 e 8.

Antão, surgiram as olarias que produziam os grandes tijolos, chatos e largos, que passaram a ser usados nas construções.

Nas obras maiores, como Igrejas, fortalezas, Casa da Câmara, etc., era usada também a pedra, rejuntada com traço feito de cal de marisco e areia, ligados com oleato de cálcio.

Nas casas mais pobres, era usado o pau-a-pique, além da taipa e estuque.

As pesadas esquadrias das portas e janelas é que serviam de amparo, muitas vezes, à estrutura da parede.

As casas pequenas, de porta e janela, eram chamadas *moradinhos de casas*.¹²¹ Isso, devido ao seu tamanho, possuindo apenas três ou quatro compartimentos. Desses, um ou dois eram alcovas, quartos apertados sem abertura alguma para a rua, peças características das casas portuguesas daquela época.

As antigas residências da cidade do Desterro tinham pé direito insignificante, telhado geralmente em duas águas, com beirais que desciam até quase a altura (2m) de um braço levantado.

É importante de se comentar o problema dos beirais.

Até meados do século XIX, as casas e sobrados da Cidade de Nossa Senhora do Desterro possuíam beirais cobrindo

¹²¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro - Casas sobrados e chácaras. Separata da revista Douro Litoral. p. 11.

quase toda a calçada (quando esta havia). Por ele escorria a água da chuva vinda dos telhados. Sem dúvida nenhuma que esse era um problema terrível para os transeuntes que passavam sob os beirais.

Assim sendo, pensou-se numa forma de resolver tal problema. Aproveitando os francesismos que se iam adaptando à arquitetura brasileira em meados do século passado, incluíram-se algumas modificações nas Posturas Municipais, tais como:

Art. 21. Os prédios que forem edificados ou reedificados, menos os de formato de chalet¹²² e os que sofrerem reparo na cobertura ou chapeo, no perímetro urbano, deverão collocar platibandas encimando suas fachadas, sendo prohibida a renovação dos beirados dos telhados que derem para a rua.

1º As platibandas são poderão ser de balaustres, de pedra ou cimento, gradil de ferro ou de qualquer outro metal.

2º São prohibidas as platibandas de madeira.¹²³

Por força de novas reformulações das Posturas, foi realizada a substituição dos beirais pelas platibandas, que passaram a esconder parte do telhado. O problema do escoamento da água das chuvas foi resolvido com o emprego de calhas, como vemos a seguir:

Art. 32. O escoamento das aguas recebidas nos telhados deverá ser feito por meio de calhas e em canos intercalados na parede

¹²² As construções em formato de "chalet" bem como o uso de platibandas, demonstram nítida influência francesa que chegava à cidade do Desterro.

¹²³ Código de Posturas Municipais. op. cit. p. 8.

dos prédios até vir despejar na sargeta da rua e por baixo da calçada dos passeios; sendo proibida a collocação de canos por fora das paredes.

Art. 33. Fica proibida a collocação ou conservação dos canos denominados "boca de jacaré" ou outros, que desaguem directamente sobre a rua ou praça.¹²⁴

Ainda hoje se pode encontrar, em antigas construções da cidade de Florianópolis, as velhas calhas colocadas segundo a indicação das Posturas. Primeiramente essas calhas eram de telhões; mais tarde foram substituídos por calhas metálicas.

Foi também, muito usada nas extremidades dos antigos beirais, a telha decorativa conhecida como *pombinha*, devido à sua forma que lembrava o pássaro.

Esse tipo de telha decorativa ainda hoje é fabricada na freguesia de Santa Cruz, na Ilha da Madeira, Portugal.

Quanto às janelas, essas eram, primeiramente sem vidros, usando apenas madeira simples.

Mais tarde, nas primeiras décadas do século XIX, apareceram as vidraças, acompanhadas de janelas com guilhotinas fechadas com trancas. As janelas com vidros estrangeiros e caixilhos rendilhados foram usadas apenas pelas famílias abastadas.

Foi comum em residências de melhor porte, o uso de bandeiras em janelas e portas, inclusive na parte interna.

As janelas, não tão usadas, em treliçado de madei-

¹²⁴ Código de Posturas Municipais. op. cit. p. 9 e 10.

ra, são de influência mourisca, muito comuns na Península Ibérica depois da ocupação moura.

As aberturas, contornadas quase sempre com madeira, poderiam, nas melhores construções, apresentar contorno em cantaria, principalmente nas portadas. Muitas vezes essa cantaria, dependendo das condições do proprietário, poderia vir diretamente de Portugal.

As casas mais antigas e pobres não possuíam assoalho nem forro. Isso não aconteceu nos sobrados, que eram construções mais ricas, mesmo aqueles dos finais do século XVIII.

Esses mesmos sobrados, nas primeiras décadas do século XIX, próximos à Independência, tiveram maior desenvolvimento, acompanhando o despontar da cidade em suas atividades comerciais e marítimas. Assim, o sobrado torna-se um reflexo da melhoria econômica.

A cidade crescia para os lados da zona próxima ao porto, partindo esse desenvolvimento urbano do lado direito da praça até o bairro da Figueira.

Temos nessa área, a antiga Rua do Príncipe, atual Conselheiro Mafra, onde se fixaram os armadores, os comerciantes de ferragens, de artigos náuticos e de gêneros de importação.

Na rua Augusta, hoje Felipe Schmidt, se desenvolvia o comércio varejista. Na terceira década do século passado, a Rua do Príncipe possuía 197 construções, sendo 31 sobrados.

Em meados do século XIX, aparecem os belos gradis

de ferro guarnecidos com pinhas de vidro ou porcelana e os lampiões iluminando as sacadas.

As aberturas dos sobrados deveriam, por lei, coincidir com as das lojas do térreo, a fim de manter o equilíbrio estético da fachada da construção.

Com a introdução de francesismos na arquitetura brasileira, as construções, antes dentro da linha arquitetônica portuguesa, passaram a sofrer, também na cidade de Nossa Senhora do Desterro, uma série de transformações, como foi o caso da substituição dos beirais por platibandás.

Também as janelas e portas, bem como a decoração, vão sofrer mudanças. Citando, ainda as Posturas Municipais temos:

Art. 22 - As casas que d'ora em diante forem edificadas em qualquer esquina das ruas ou praças desta capital, deverão ter o canto quadrado, e de modo tal, que no mesmo caiba uma porta ou janella.

Art. 23 - É prohibido o emprego de portalladas de madeira nas casas que forem d'ora em diante edificadas no perimetro urbano, sendo somente permittidas as portalladas de pedra de qualquer espécie ou de alvenaria rebocadas a cimento, ou de ferro, etc.

Art. 24 - Os prédios que no perimetro urbano forem edificados, deverão ter as paredes dos que forem terreos, dous centímetros, no mínimo de espessura, e as dos que forem de sobrado, cinco decímetros no mínimo.

Paragrapho único. Esses prédios, embora edificados entre paredes de outros prédios lateraes, deverão ter paredes propriamente suas.

Art. 25 - As vergas das portas ou janellas serão rectas, curvas, ou góticas, abertas ou fechadas, terão os ornatos a

vontade de seus proprietários.

Art. 26 - As frentes serão guarnecidas de azulejos, caiadas ou coloridas, etc., não sendo, porém, permitido o emprego de cores pretas ou escuras.¹²⁵

Quanto às plantas baixas das casas de moradia da cidade de Nossa Senhora do Desterro, vamos encontrar uma grande unidade nas mesmas.

As casas térreas, de pouca fachada e metragem quadrada reduzida, vão apresentar, quase sempre as seguintes peças: sala, corredor, uma ou duas alcovas e cozinha.

Eram casas de no máximo 50 m², com reduzida luminosidade e anti-higiênicas (v. figs. 73, 74 e 75).

Devido a esse problema, em 1884 o Presidente da Província, Dr. Gama Rosa, manda proibir que mais de 4 pessoas morem nessas casas, também conhecidas por *cortiços*.

Considerava o Presidente que a causa da insanidade da capital era "a construção defeituosa e anti-higiênica da maior parte das antigas habitações"¹²⁶

Pelo item 10, do Artigo 37 do Código de Posturas, ficava proibido:

*Construir no perímetro urbano casinhas denominadas cortiços, que sejam essas dentro de qualquer terreno particular quer no alinhamento das ruas e praças.*¹²⁷

¹²⁵ Código de Posturas Municipais. op. cit. p. 8 e 9.

¹²⁶ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Casas, sobrados e chácaras. op. cit. p.24.

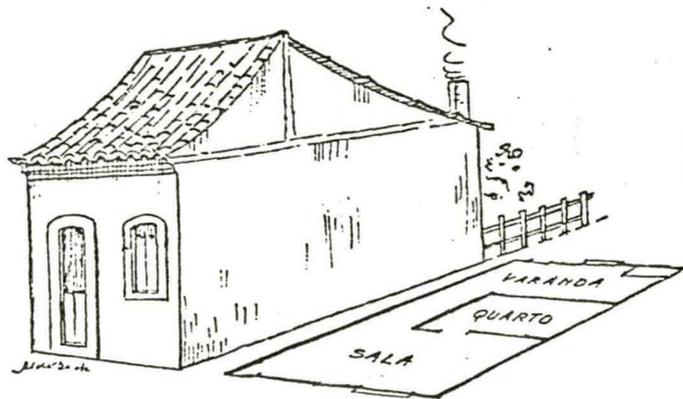
¹²⁷ Código de Posturas Municipais. op. cit. p. 11.



*Fig.73 - Casa de porta e janela da antiga Des-
terro, localizada no antigo bairro da
Tôca, próximo ao Hospital Militar, na
Prainha.*



*Fig.74 - Casa de porta e janela, hoje demoli-
da. Localizava-se na rua Padre Roma.*



CASA TÉRREA-PORTA E JANELA
(BRAÇA E MEIA OU 2 BRAÇAS DE FRENTE)

*Fig.75 - Casa de porta e janela - desenho de
Aldo Beck.*

⚡ Ainda hoje, existem em Florianópolis, desafiando o tempo e o desenvolvimento urbano, algumas casas do tipo referenciado.

Em casas térreas maiores, aumentavam apenas a metragem quadrada da sala e o número de alcovas.

Devido possuir a residência uma fachada maior, aumentava, conseqüentemente, o número de janelas e a entrada poderia ser lateral ou frontal (v. figs. 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88).

Quanto aos sobrados, eram os mesmos construídos para duas finalidades: o térreo era usado para negócios e lojas e a parte superior para habitação.

Na cidade de Florianópolis podemos analisar esse tipo de construção na atual rua Conselheiro Mafra, antiga rua do Príncipe (v. figs. 89 e 90) e bons exemplos na rua Fernando Machado.

Como já vimos anteriormente a rua do Príncipe era uma via comercial. Toda a área térrea dos sobrados era para o comércio, sendo as habitações na parte superior (ainda hoje esse costume se conserva).

Esses sobrados, na sua maior parte, sofreram uma série de reformas, quase todos recebendo a inovação das platibandas e outras características de origem neo-clássica, como a decoração floreada e a sobre-verga.

Raras são as exceções no que toca a sobrados. Apenas dois deles, na atual Florianópolis se mantiveram dentro da



Fig.76 - Casa térrea, localizada na rua General Bittencourt.



Fig.77 - Casa da Rua Conselheiro Mafra.



Fig.78 - Casa no Alto Ribeirão, hoje em ruínas.

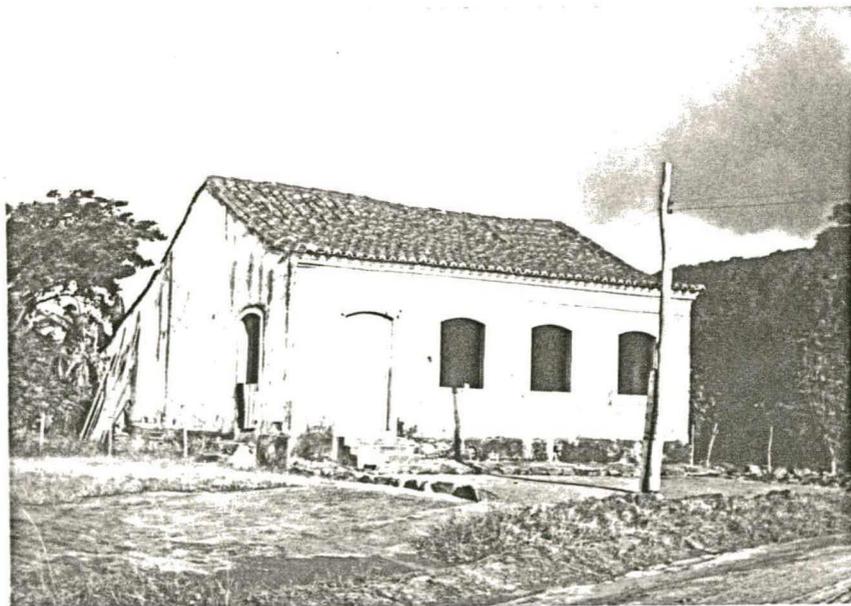


Fig.79 - Casa no Alto Ribeirão, hoje desaparecida.



Fig. 80 - Casa localizada junto à Igreja da Lagoa, antiga residência do Vigário. Hoje encontra-se quase em ruínas.

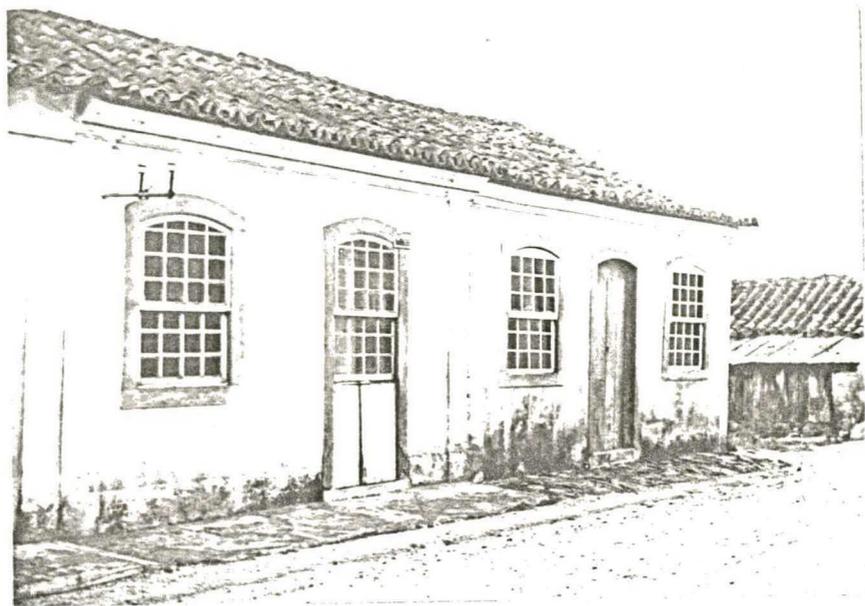
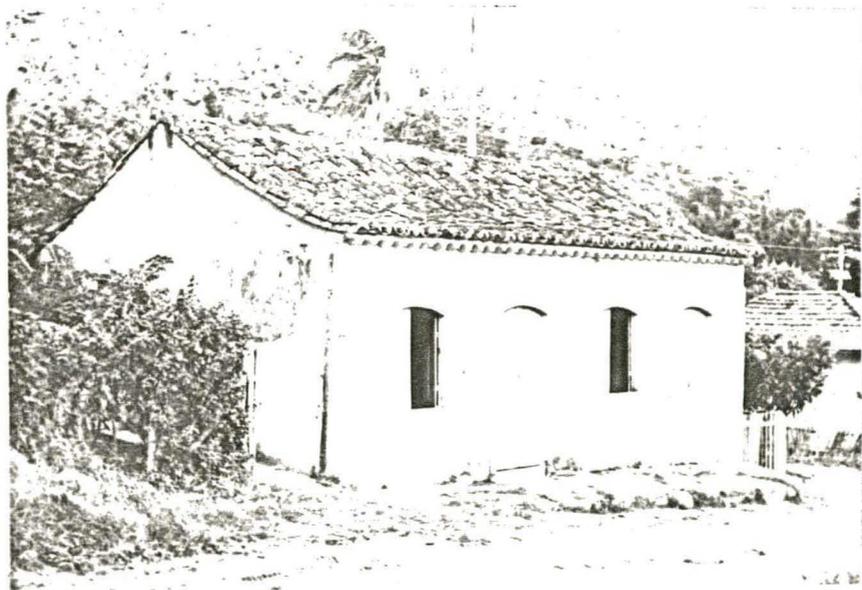


Fig. 81 - Casas no Ribeirão da Ilha.



*Fig. 82 - Casa no Ribeirão da Ilha, possível -
mente das mais antigas do local.*

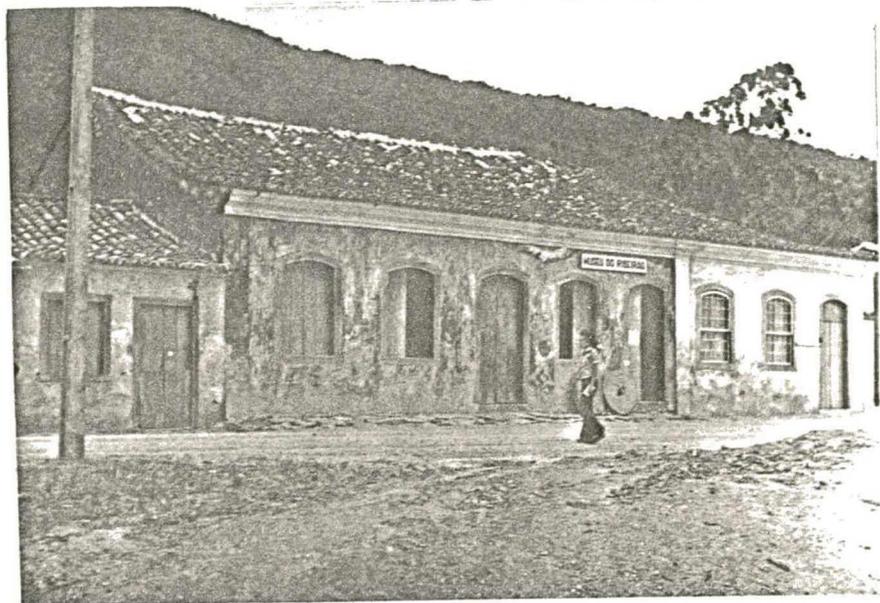


Fig. 83 - Conjunto arquitetônico do Ribeirão da Ilha.

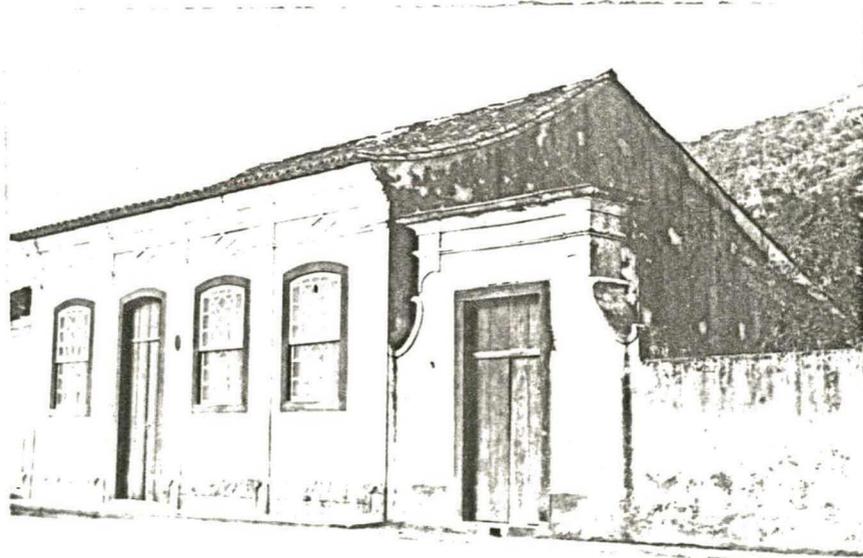
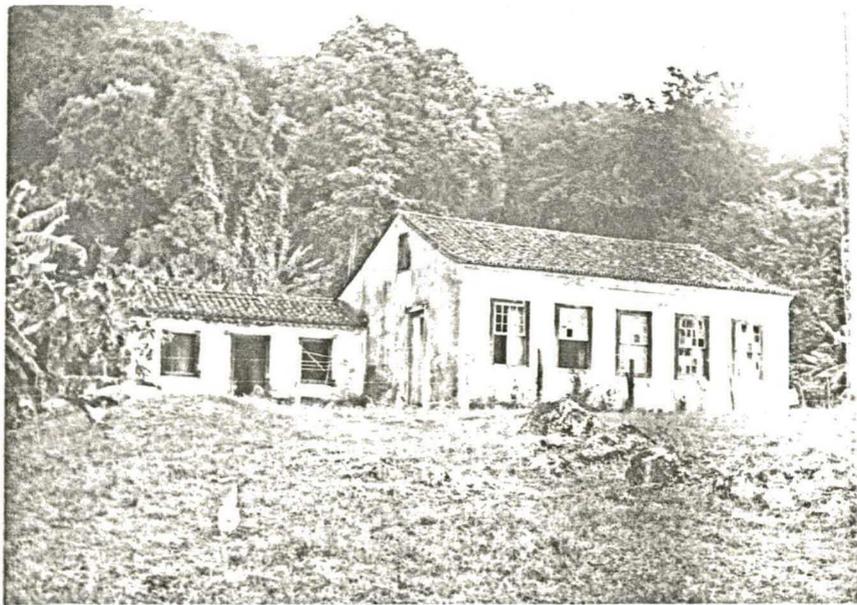


Fig. 84 - Tipo de construção mais refinada encontrada no Ribeirão da Ilha.



*Fig. 85 - Casa na Tapera do Ribeirão, com en-
genho em anexo.*



*Fig. 86 - Casa na Costeira do Ribeirão, consi-
derada uma das melhores construções
oitocentistas da Ilha de Santa Cata-
rina.*

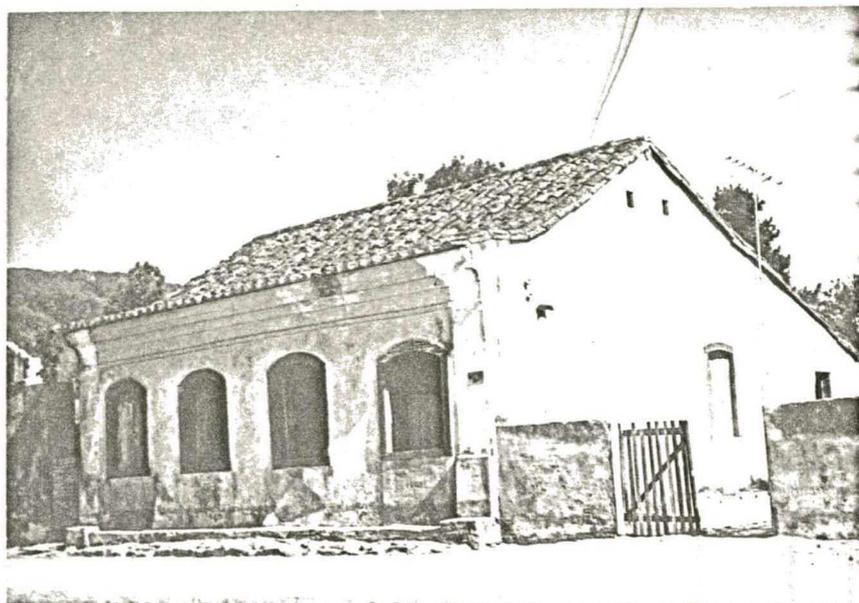


Fig. 87 - Casa em Santo Antônio de Lisboa - século XIX.



Fig. 88 - Casa oitocentista em Sambaqui, junto ao distrito de Santo Antônio de Lisboa.

antiga linha arquitetônica portuguesa. É o caso da antiga casa que pertenceu ao pintor Victor Meirelles¹²⁸ e de um sobrado localizado no antigo bairro da Toca, próximo ao Hospital de Caridade (v. figs. 93 e 94), demolido recentemente.

Um dos sobrados mais tradicionais da antiga Desterro (v. fig. 95), já demolido, apresentava uma água furtada, elemento hoje totalmente desaparecido da capital, Florianópolis.

Encontramos ainda alguns sobrados esparsos no interior da Ilha e na Capital (v. figs. 96 e 97).

A planta do sobrado, é quase sempre, retangular, com três peças na frente: salão e dois quartos. Uma peça central recebe a escada que sobe do vestíbulo térreo. Mais para os fundos alcovas e finalmente a sala de jantar e cozinha. Essa última poderá, também, aparecer em um corpo da construção mais aos fundos e com pé direito mais baixo. Uma escada poderá ligar a cozinha ou a sala de jantar ao quintal.

Esse tipo de planta não é característico do sul. É encontrado em todo o Brasil, criação portuguesa que é. (v. fig. 98).

A arquitetura portuguesa possui uma peculiaridade regional, embora não tenha atingido um regionalismo marcante.

Segundo pesquisas do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, em 1832 haviam 41 quarteirões na cidade do Desterro, sendo 29 dentro dos limites da cidade. Nessa época a população

¹²⁸ Hoje Museu Victor Meirelles, sito à rua do mesmo nome.

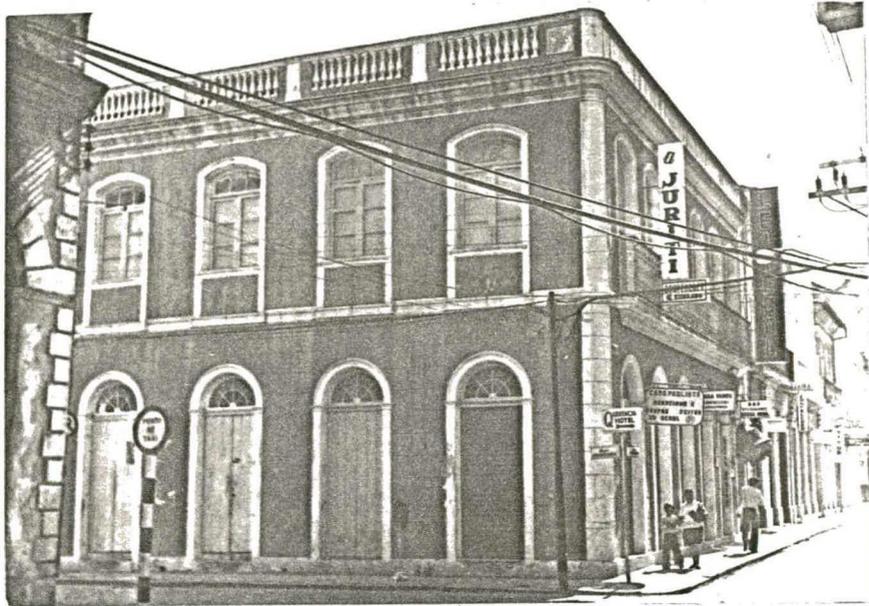


Fig. 89 - Sobrado sito à rua Conselheiro Mafra. Faz parte de um belo conjunto ainda existente.

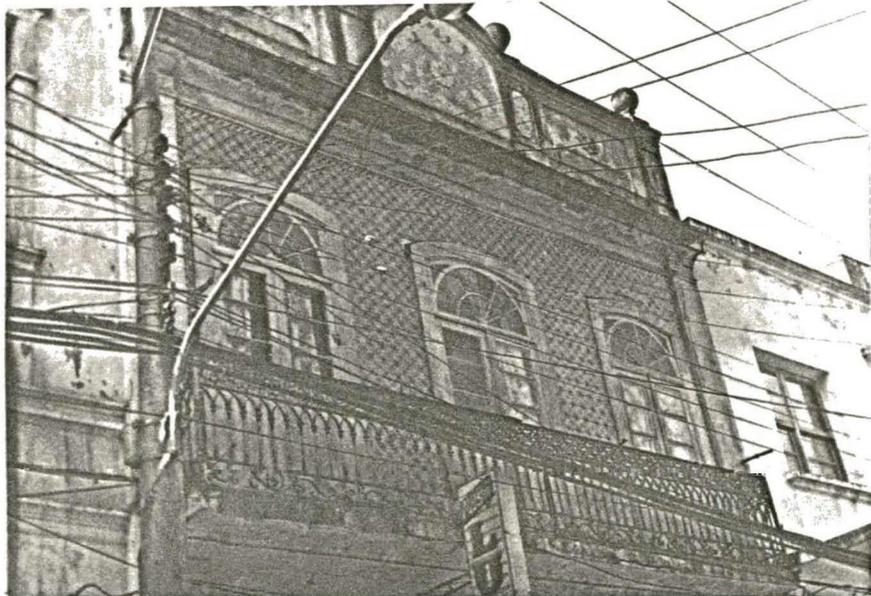


Fig. 90 - Sobrado localizado a rua Conselheiro Mafra. É um dos únicos edifícios do século XIX que ainda apresenta azulejo na fachada.



Fig. 91 - Sobrado localizado a rua Fernando Machado.



Fig. 92 - Conjunto de Sobrados existentes na Praça XV de Novembro.



Fig. 93 - Sobrado do início do século XIX, casa natal do pintor Victor Meirelles de Lima e museu de suas obras.



Fig. 94 - Sobrado dos finais do século XVIII, localizado no antigo bairro da Toca e prestes a ser demolido.



Fig.95 - Antigo Sobrado com trapeira, existente na rua João Pinto, hoje demolido.



Fig.96 - Sobrado na Lagoa da Conceição, junto ao caminho que leva a Igreja.



Fig.97 - Antigo Sobrado à rua Con-
selheiro Mafra.

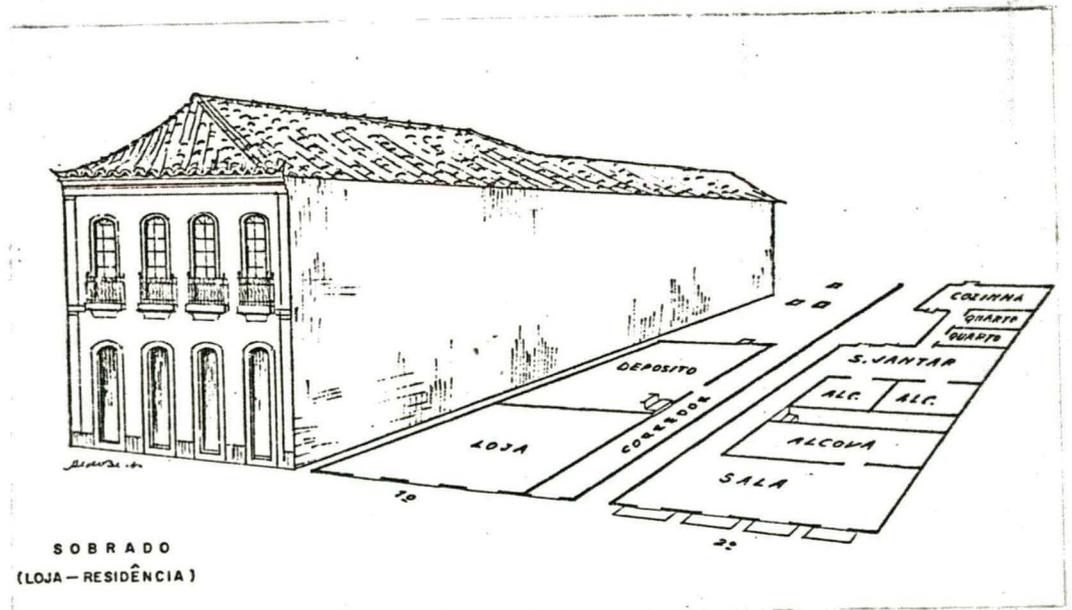


Fig.98 - Desenho e plantas do tipo de sobrado da figu-
ra anterior. Desenho de Aldo Beck.

deveria estar por volta de 5 mil habitantes.

Em 1866, haviam 1350 edificações e em 1871, 1542 construções, sendo 151 sobrados e 31 assobradados.

Por volta de 1886, eram 153 os sobrados (6 do Governo Geral, 2 do Governo Provincial, 1 Hospital e 144 particulares). As construções, no seu total, eram em número de 1775, sendo 1622 térreas.

Outro tipo de residência encontrado na cidade de Nossa Senhora do Desterro era a casa de chácara.

Construídas sempre fora dos limites do centro da cidade, essas residências serviam para descanso, ou mesmo para abrigar as famílias quando aconteciam casos de epidemias.

Eram construídas em grandes terrenos onde não faltavam o olho d'água e as árvores frutíferas. Eram espaçosas e geralmente pintadas de branco.

Em seus grandes salões realizavam-se esplêndidas reuniões sociais ou mesmo decidiam-se empasses políticos.

Somente pessoas abastadas possuíam chácaras, sendo que as mesmas localizavam-se nas imediações da Praia de Fora, nas ruas da Tronqueira, (Gen. Bittencourt), Mato Grosso e Formosa (Esteves Júnior) (v. figs. 99, 100 e 101).

Hoje em dia com o intenso desenvolvimento por que

¹²⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *op. cit.* p. 22.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 23.



Fig. A

*Fig. 99 - Antiga Casa de Chácara situada a rua
General Bittencourt.*



Fig. B



Fig. A

Fig. 100 - Antiga casa de chácara da família Gainetti, localizada no bairro do José Mendes, nos fundos da fábrica Coca-Cola.

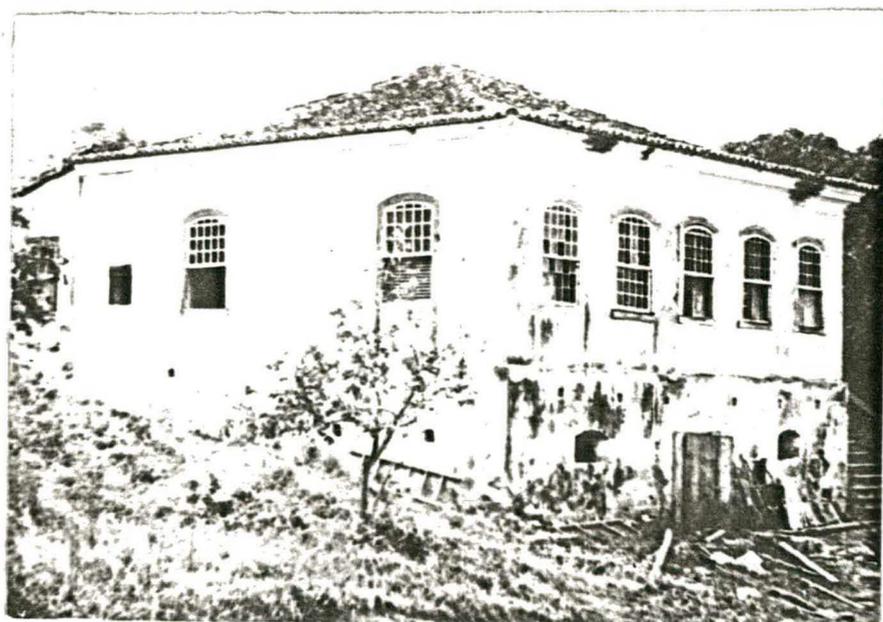


Fig. B

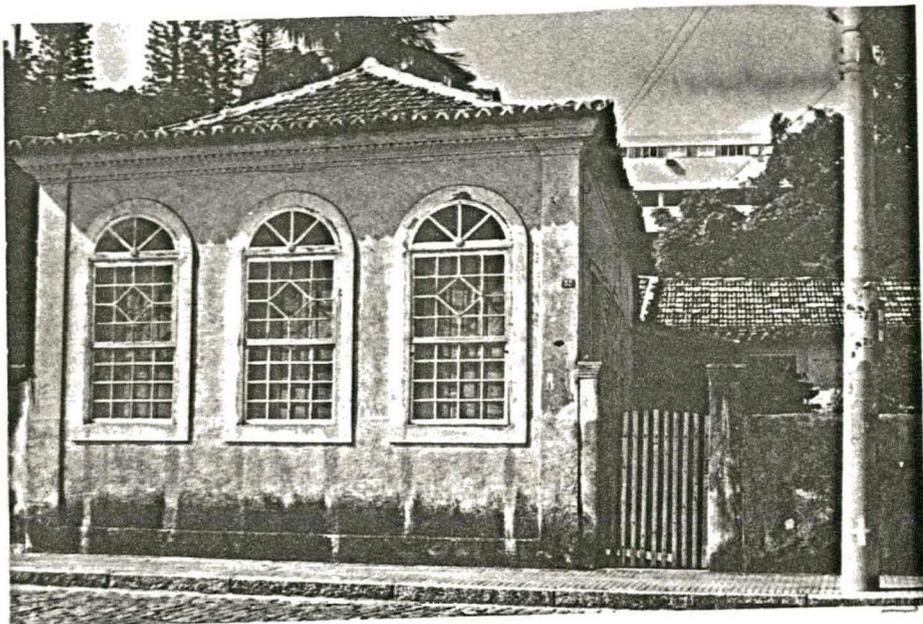


Fig.101 - Chácara na Rua Bocaiúva, com a casa já bem reformada. Propriedade da família Souza.



Fig.102 - O beiral típico português, com a tradicional "beira-seveira". (corruptela de "beira sobre beira").

passou e passa a cidade de Florianópolis, poucos vestígios existem das antigas chácaras. A corrida imobiliária acabou por destruir mais esse lado tradicional e pitoresco da antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro.

No interior da Ilha de Santa Catarina, nos antigos núcleos de colonização açoriana, modifica-se, em alguns aspectos, a arquitetura. Esse fato decorre, naturalmente, da falta de mão de obra especializada no interior, da pobreza das populações e da impossibilidade de trabalho com materiais melhores e de maior durabilidade.

Além do mais, as posturas não deveriam vigorar com tanta rigidez no interior, dando, assim, oportunidade, para o surgimento de certa criatividade nessas localidades.

Os portugueses, e aqui estão incluídos os continentais e os habitantes das ilhas, possuíam uma arquitetura única, aplicada assim que chegavam, segundo as circunstâncias, aos locais de colonização, e usando, naturalmente, o material que a região oferecia.

Entretanto, por não existir uma total liberdade de expressão artística, essa arquitetura tornou-se quase cópia servil da arquitetura do Reino Luso, surgindo, como é natural, as estilizações e adaptações locais.

As Posturas Municipais impediram uma melhor organização do espaço, fazendo com que houvesse uma mínima liberdade de expressão, principalmente no centro urbano.

Já para o interior, vamos nos deparar com uma ar-

quitetura mais simples, com casas cujo estilo vai ser mais diversificado e mais de acordo com o material existente na região.

Os materiais de construção mais usados foram a pedra, tijolo e barro. O estuque aparece com certa frequência, seguido do pau-a-pique.

As casas portuguesas do interior da Ilha de Santa Catarina não possuem uma regularidade de fachadas.

As residências mais pobres podem apresentar algumas peças em chão batido, com ausência total de forração. Possuem geralmente quatro peças, tais como as encontradas na zona urbana.

O contorno das aberturas é em madeira, podendo apresentar vergas retas ou em arco abatido.

Dobradiças em cachimbo são ainda muito encontradas e apenas três casos de aldrába foram localizados.

Coberturas aparecem em duas águas e apenas as residências de maior porte apresentam cobertura em quatro águas.

Os beirais ou são simples ou registram a beira-seveira (v. fig. 102).

Os pisos, quando existentes, são em tabuado largo e corrido e as escadas externas em pedra.

Algumas construções mostram, ligeiramente delineados, cunhais dos mais rudimentares.

No distrito de Ribeirão da Ilha, antiga freguesia



Fig.103 - Casa no Ribeirão da Ilha, um dos mais belos prédios do distrito.

de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, encontramos uma bela construção oitocentista onde, no amplo salão, não faltavam sequer as tradicionais *conversadeiras* junto às janelas. (v. fig. 103).

É ainda no Ribeirão da Ilha que encontramos a maior concentração de casas térreas de características portuguesas. Foi, aliás essa constatação, que nos levou a realizar nossa pesquisa no interior da Ilha de Santa Catarina, buscando a influência açoriana.

É muito comum em nosso Estado ouvirmos a palavra *açoriana* para justificar qualquer influência que tenha origem portuguesa. Toda e qualquer construção realizada até meados do século passado era considerada de linha ou mesmo de origem açoriana.

Foi com o intuito de justificar ou comprovar tais afirmações, que partimos para uma busca de origens: fomos aos Açores, coletar alguns dados nas Ilhas de São Miguel e Terceira. Nosso objetivo era, primeiramente, conhecer para depois analisar, comparar e concluir.

Existem grandes diferenças entre a arquitetura da Ilha de São Miguel e da Terceira, ambas presentes no povoamento da Ilha de Santa Catarina.

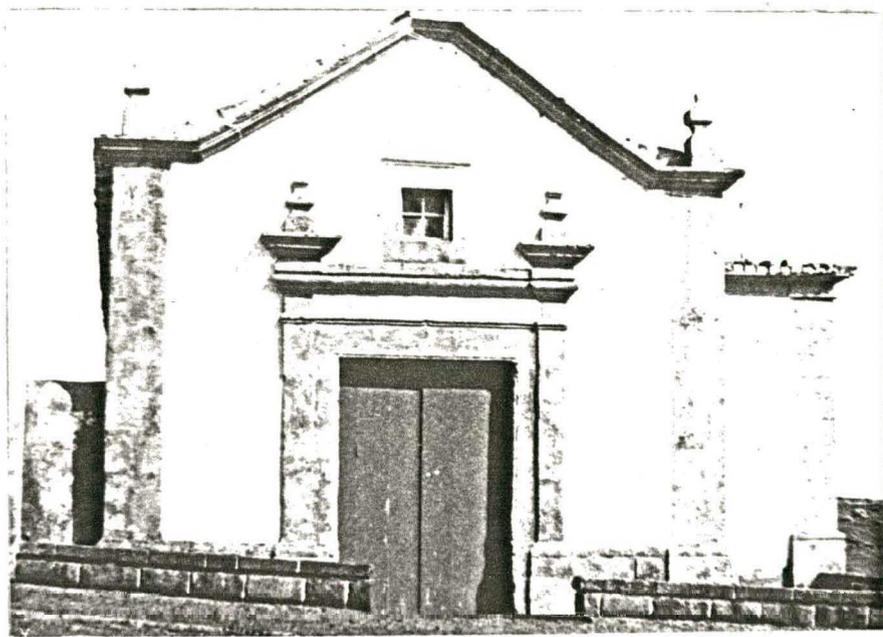
Em São Miguel é notável, ainda hoje, a presença holandesa na sua arquitetura, embora não se possa negar ser a portuguesa a presença mais marcante. Além disso, a casa tradicional da chamada *Ilha Verde*, aquela considerada a mais antiga, é a casa inteiramente de pedra vulcânica.



Fig.104 - Igreja Açoriana - Ilha de São Miguel.



Fig.105 - Igreja Açoriana - Ilha Terceira.



*Fig.106 - Capela Açoriana - Ilha de Santa Ma
ria.*



Fig.107 - Casa Açoriana - Ilha Terceira.

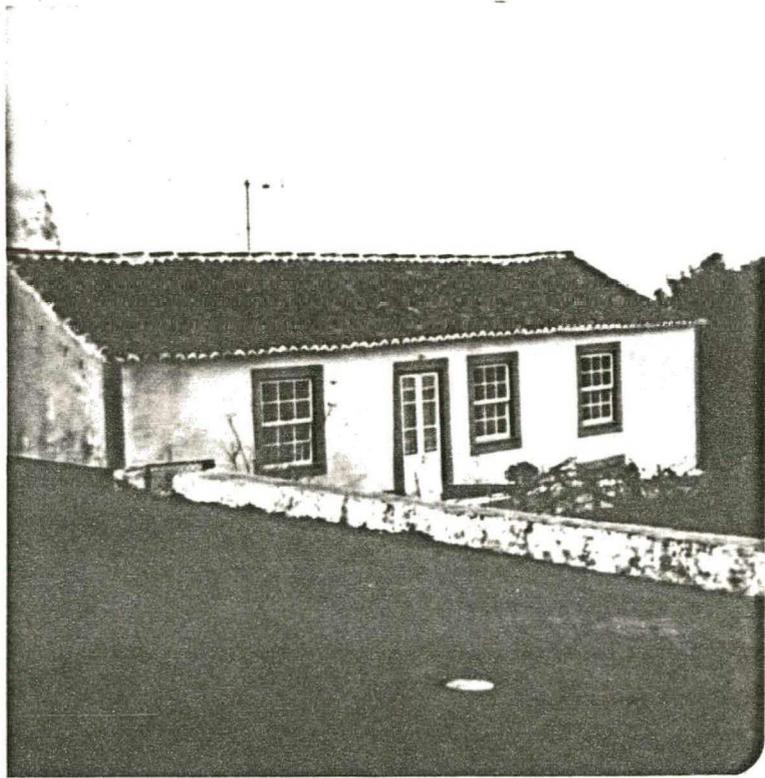


Fig.108 - Casa Açoriana - Ilha Terceira.



Fig.109 - Casa Açoriana - Ilha Terceira.

Em toda a região da Ilha de São Miguel, nas suas tradicionais freguesias, vê-se igrejas brancas, com ou sem frontões barrocos e cunhais decorados com pedras vulcânicas da região. Toda a decoração interna dessas igrejas bem como sua linha arquitetônica, é essencialmente portuguesa continental (v. figs. 104, 105, 106, 107).

A arquitetura doméstica da ilha pouca semelhança tem com a estudada em Santa Catarina. Se houve alguma influência da arquitetura micaelense, em Santa Catarina, essa foi, ou nos primórdios e já não existe, ou foi inteiramente adaptada à nova região.

Já a arquitetura da Ilha Terceira, principalmente a das freguesias, lembra, por demais, a encontrada no interior da Ilha de Santa Catarina.

Na Ilha Terceira encontramos o mesmo tipo de construção baixa, com portas e janelas apresentando vergas retas em círculo ou em arco abatido. Na Terceira encontramos as janelas contornadas com desenho de linhas mais sofisticadas, inexistentes na Ilha de Santa Catarina. Entretanto, no conjunto, se aproxima da nossa arquitetura. Beirais, coberturas, divisões internas, tudo se parece, embora na ilha açoriana as alcovas sejam menos freqüentes, uma vez que grande parte das residências possui quintais laterais, propiciando abertura de mais janelas. (v. figs. 108, 109, 100 e 111).

Outro elemento típico da casa açoriana e desconhecido da arquitetura da Ilha de Santa Catarina é a chaminé de grande porte, usada em quase todas as casas do Arquipélago.

Em resumo: podemos afirmar que, embora sejam evidentes algumas semelhanças entre a arquitetura dos Açores e a encontrada na Ilha de Santa Catarina, essa semelhança não permite que se afirme serem as duas arquiteturas iguais ou mesmo cópia uma da outra.

Houve, realmente, a transposição da arquitetura açoriana para a Ilha de Santa Catarina. Entretanto, por motivos já expostos, essa arquitetura sofreu adaptações e inovações adaptando-se ao novo meio.

Em Luiz da Silva Ribeiro encontram-se respostas a questão, quando o autor diz que:

*a natureza deu a todos os viventes que pensam o mesmo alfabeto de símbolos decorativos, cuja evolução se realiza quase paralelamente em todos os pontos da terra.*¹³¹

A solidão, o insularismo activa o engenho criador e o ambiente, como sentiu Raul Brandão, faz perder às cousas, importância e relêvo. Dobrado sobre si mesmo, escreve Vitorino Nemésio, o ilhéu tem de ser o inventivo, suprir o seu racionamento filho da solidão geográfica por uma vasta virtualidade de que dota as cousas, especialmente, por assim dizer, o que é particular num exercício geral, o que é privativo duma função em várias funções convisinhas.

*Depois, o isolamento conserva puras formas e tradições perdidas ou adulteradas noutros lugares. Evolucionam, sem dúvida, mas ficam no fundo sempre as mesmas sem mistura de estranhos elementos.*¹³²

¹³¹RIBEIRO, Luiz da Silva. Indústrias Terceirenses de carácter artístico e sua valorização. p. 9.

¹³²Ibidem, p. 12.

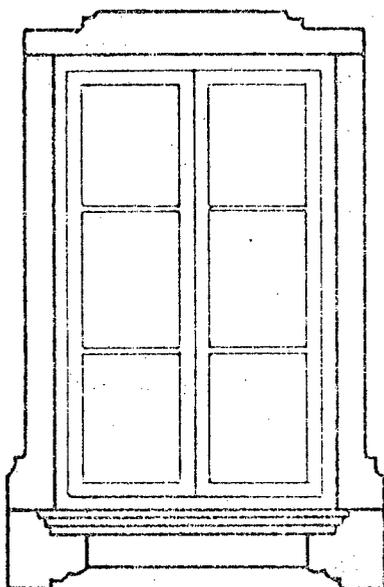
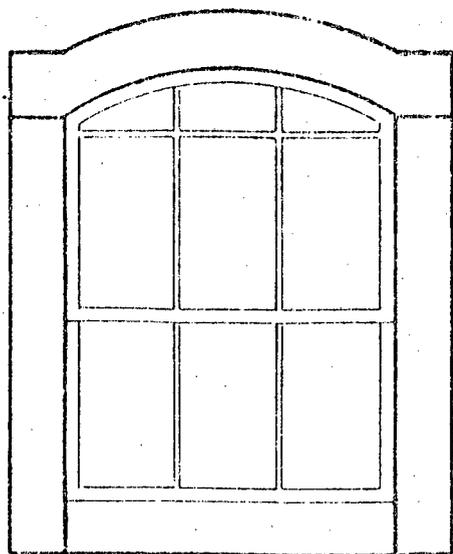
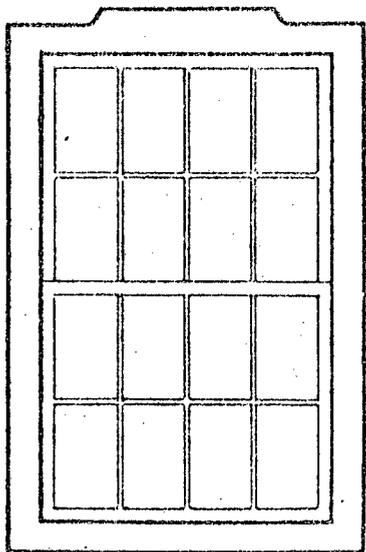
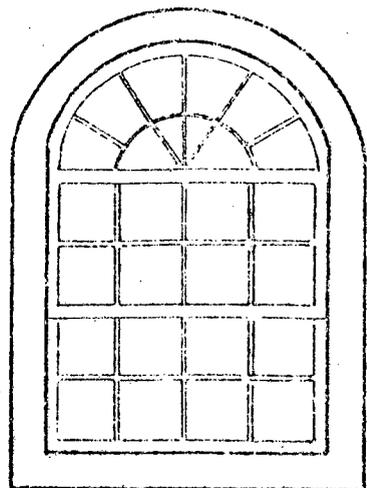
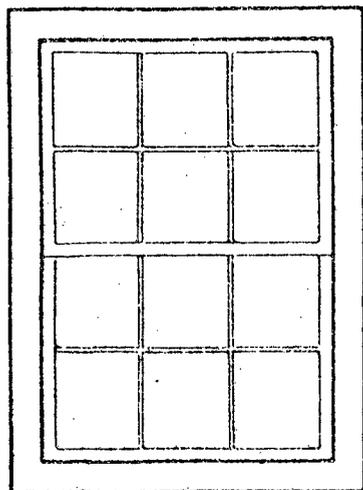


Fig. 110
Tipos de Janelas
existentes nas
Ilhas dos Açores



CONCLUSÃO

O principal objetivo desse trabalho foi realizar um levantamento histórico e artístico das principais construções levadas a efeito pelos portugueses na Ilha de Santa Catarina, identificando-lhe as bases e traços arquitetônicos no campo da História da Arte.

Apesar da pesquisa ter sido prejudicada, em alguns aspectos, por falta de documentação, pensamos ter realizado um estudo que poderá servir, como subsídio, para outros trabalhos do gênero a serem desenvolvidos em Santa Catarina por outros pesquisadores.

Foi nossa meta mais importante, reunir o maior número possível de informações sobre cada edifício pesquisado. Se não atingimos totalmente esse objetivo, temos consciência de ter feito o possível para tal.

Além do levantamento das construções locais complementamos tal pesquisa em Arquivos do Rio de Janeiro, Lisboa e Açores (cidades de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada).

Prevemos, para um futuro não muito longínquo, a perda de nossos bens históricos e arquitetônicos. Enquanto não houver uma grande conscientização da população e dos órgãos governamentais, estaremos, em cada dia que passar, perdendo um pouco de nosso patrimônio histórico e artístico e, conseqüentemente, estaremos perdendo nossa memória cultural.

Nossa pesquisa tentou deixar registrada toda a antiga arquitetura de origem portuguesa da Ilha de Santa Cata-

rina, seu desenvolvimento e conservação até os dias de hoje.

Buscamos comprovação para várias hipóteses, e, embora tenhamos pesquisado, não o suficiente, mas o possível, não conseguimos, em alguns casos, chegar a conclusões ideais.

Analisando, de modo geral, a arquitetura da Ilha de Santa Catarina, pudemos, com base na documentação existente, concluir o seguinte:

A arquitetura militar existente na Ilha de Santa Catarina se assemelha, em todos os aspectos, à arquitetura militar de outras regiões brasileiras, uma vez que, todas elas as construções militares brasileiras dos séculos XVII e XVIII, estiveram nas mãos de engenheiros militares portugueses, daí as semelhanças.

Essas construções, sofreram algumas reformas nesse último século, tendo sido possível detectarmos algumas delas.

A ruína em que hoje se encontram se deve, quase que totalmente, ao descuido das autoridades e aos saques contínuos das populações pobres das vizinhanças.

Quanto a arquitetura religiosa, também essa se caracteriza dentro das linhas portuguesas e dos partidos advindos do reino luso.

O tipo mais comum de arquitetura religiosa da Ilha de Santa Catarina é a igreja menor, tipo capela.

O estilo Barroco, tão difundido no Brasil Colônia,

atingiu a Ilha apenas no que toca à decoração de retábulos e altares, além, obviamente, da imaginária. No mais, a maioria de nossas igrejas primam pela simplicidade de interior, onde vemos um trabalho artesanal não de má qualidade, mas bem inferior ao encontrado em outras regiões brasileiras.

O motivo dessa simplicidade se deve ao fato de falta de mão-de-obra especializada e de matéria prima específica para tais tipos de construção. Temos, assim, uma arquitetura adaptada ao meio e às condições locais.

Nossas igrejas vão possuir muitas semelhanças com as construções religiosas dos Açores, mas apenas no que toca às capelas. Em ambos os casos, Ilha de Santa Catarina e Ilhas Açorianas, são notáveis as semelhanças encontradas em caso de capelas e pequenas igrejas.

Quanto as igrejas maiores do Arquipélago português, são muito mais ricas, contrastando com a pobreza de nossas edificações.

Ao se falar em arquitetura açoriana, estaremos falando da arquitetura do continente português, uma vez que Portugal continental foi o centro irradiador de toda essa arquitetura adaptada nos Açores e, posteriormente, na Ilha de Santa Catarina.

Nossa arquitetura religiosa, como também a civil e doméstica, não é açoriana pura, mas sim, portuguesa, vinda através dos Açores.

No campo da arquitetura civil, os dois prédios pū-

blicos da antiga cidade de Nossa Senhora do Desterro, a antiga Casa da Câmara e Cadeia e a antiga Casa do Governo, são prédios construídos, originalmente, dentro dos moldes portugueses.

Com relação à arquitetura doméstica, tanto da zona urbana como rural, encontramos grandes pontos de semelhança entre as construções açorianas e as da ilha de Santa Catarina. Os pontos de diferença estão nos contornos das aberturas, bem variados nos Açores e simplificados na Ilha, nesta aparecendo apenas vergas de arco abatido ou retas. (v. fig.110).

O tipo clássico de chaminé usado nos Açores não é encontrado em Santa Catarina.

Já as plantas das casas de residência do arquipélago são tão variadas quanto às da nossa região. Em ambos os casos, são comuns as divisões internas das casas serem de madeira.

Os tipos de sobrados existentes nos Açores e os transportados para a ilha de Santa Catarina, são todos eles oriundos de Portugal continental.

Os tipos de beiral usados nas ilhas açorianas também são encontrados em Santa Catarina.

Pelas comparações realizadas, chegamos a conclusão que a Ilha Terceira exerceu maior influência na arquitetura da Ilha de Santa Catarina do que a Ilha de São Miguel.

As diferenças encontradas entre alguns traçados originais e a construção posterior do edifício, se baseiam no

fato de que os prédios eram construídos, geralmente, alguns anos após a confecção da planta, motivo pelo qual os projetos se apresentam, muitas vezes, alterados.

As construções primitivas da ilha estiveram ligadas aos postulados das Ordenações Filipinas e, posteriormente, às Posturas Municipais do século XIX.

Como em outras tantas regiões brasileiras, a influência da arquitetura portuguesa foi óbvia.

Na Ilha de Santa Catarina ela se faz presente, vindo, ou diretamente, ou através das ilhas açorianas.

Finalmente, temos certeza de ter deixado, com esse trabalho, um documento histórico-artístico que nos parece de utilidade para pesquisas futuras, embora sua simplicidade.

Além disso, foi a forma que achamos de dar nossa contribuição no sentido de se manter viva, como patrimônio das gerações futuras de catarinenses, a memória histórica, artística e arquitetônica da Ilha de Santa Catarina.

GLOSSÁRIO *

- ABÓBADA - teto curvo que serve de cobertura a um edifício. As abóbadas classificam-se sob diversos tipos.
- ABÓBADA DE BERÇO - é a que corre entre linhas paralelas com diferente perfis.
- AÇUCENA - abertura do castiçal onde é introduzida a vela.
- ADOBE - tijolo de barro cru, seco ao sol; tijolo feito com a mistura de terra, cal, argila e palha picada.
- ADRO - espaço aberto na frente ou ao redor das igrejas, quase sempre cercado de muro baixo.
- ÁGUA-FURTADA - pequeno compartimento duma casa, cujas janelas deitam sobre o telhado. Deriva-se da "mansarda" francesa (v. mansarda).
- ALCOVA - pequeno quarto sem aberturas para o exterior usado em construções até o século passado.
- ALÇADO - traçado, planta; projeção vertical de um edifício.
- ALDRABA - peça de ferro ou metal, em forma de argola, colocada à porta e usada para bater na mesma à guisa de campainha.
- ALPENDRE - teto saliente que cobre a entrada de um

* Baseado em REAL, Regina M. *Dicionário de Belas Artes*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962. 2 v., il. (Biblioteca Fundo Universal de Cultura - estante de Arte).

edifício. Espécie de varanda sustentada por colunas ou pilastras.

- ALVENARIA - trabalho realizado em pedra ou conjunto de elementos que entram na composição de paredes.
- ARCAZ - arca imensa com gavetas, usada, principalmente nas sacristias das igrejas.
- ARCO ABATIDO - arco formado por curva de quatro centros, situados nos vértices de um quadrado de lado igual ao terço da corda.
- ARCO-PLENO - arco em semi-circunferência. Muito usado pelos romanos durante a Idade Média e Renascimento.
- ART-NOUVEAU - "arte nova" ou "New style". Estilo arquitetônico e decorativo surgido nos finais do século XIX e amplamente difundido na Bélgica e França. Usa o ferro em abundância e a decoração floreada.
- BALAUSTRADA - espécie de grade ou peitoril que se coloca ou nas escadas de edifícios ou mesmo separando, nas igrejas, as capelas e a nave. Pode ser de pedra, madeira ou ferro.
- BALDAQUINO - cobertura do altar. Dossel sustentado por colunas. Espécie de cortinado de madeira que complementa, na parte superior, os retábulos das igrejas.
- BANDEIRA - parte superior de portas e janelas, geralmente fixas e apresentando, quase sempre, vidro comum ou mesmo vitral.

- BARROCO - estilo artístico surgido após o Renascimento (séc. XVI), na Itália e que se caracteriza pela irregularidade das linhas, pelas formas patéticas e pela suntuosidade da decoração.
- BEIRA-SEVEIRA - tipo de cimalha portuguesa que usa, sob o beiral comum, fileiras de telhas colocadas ao inverso ou mesmo apenas a forma das mesmas.
- CAIBRO - viga de madeira que sustenta as ripas sobre as quais se colocam as telhas e às vezes as tábuas do assoalho.
- CAIXILHO - armação de madeira que serve para cercar um vão de porta ou janela, guarnecido por vidros.
- CANTARIA - pedra lavrada e aparelhada para construção.
- CIMALHA - elemento de construção destinado a rematar superiormente a fachada de um edifício, ao mesmo tempo que oculta o telhado.
- COLUNA SALOMÔNICA - conhecida também como coluna torsa. É esculpida em espiral e pode ser decorada com folhas e flores.
- CONTRAFORTE - pilar ou parede de pedra ou alvenaria colocado externamente contra uma parede ou muro, para lhe dar maior solidez contra empuxos laterais.
- CORNIJA - molduras salientes que decoram uma superfície como fachadas, portas e janelas. A-

parecem, principalmente na parte superior dos edifícios, para conduzir as águas pluviais que descem dos telhados.

- CORUCHEU - pináculo, agulha, remate piramidal de edifício ou de elemento arquitetônico. Foi muito usado no colonial brasileiro.
- CUNHAL - canto de uma construção; ângulo saliente formado por duas paredes convergentes; esquina. É geralmente de cantaria ou argamassa.
- DOSSEL - peça ornamental que serve para cobrir retábulos, trono ou púlpito (o mesmo que baldaquino).
- ECLETISMO - estética que não se filia a nenhuma escola, mas ao contrário, a várias. Mescla de estilos, muito usada no Brasil nos finais do séc. XIX.
- ENTABLAMENTO - parte do edifício que compreende a arquitrave o friso e a cornija.
- ENVASADURA - abertura de vãos nas paredes dos edifícios, geralmente estreitas e finas ou mesmo circulares (v. olho-de-boi).
- ERMIDA - pequena igreja ou capela, construída em local despovoado ou ermo.
- ESTUQUE - reboco com que se faz ornatos ou mesmo se reveste paredes.
- FRONTÃO - conjunto arquitetônico que decora a parte superior de portas e janelas ou que coroa a entrada principal do edifício.

- GELOSIA - grade de fasquias de madeira cruzadas que servia para ocupar o vão de uma janela conhecida também como rôtula. É de inspiração árabe.
- GUARDA-CORPO - o mesmo que balaustrada. Pode ser de ferro, madeira ou pedra.
- GUARITA - pequeno abrigo em forma de torre, para as sentinelas. Encontrado nas construções militares.
- ILHARGA - lados de um edifício.
- LAMBREQUIM - ornato de madeira com desenho rendilhado, usado para decorar beirais de telhado.
- LIOZ - tipo de calcãreo branco e duro usado em cantaria e estatuária. O lioz encontrado no Brasil em construções coloniais vinha de Portugal.
- MANSARDA - o mesmo que água-furtada ou trapeira.
- NEO-CLASSICISMO - estilo inspirado nas ordens clássicas greco-romanas e que se desenvolveu no início do século XIX.
- OCA - cabana de índio.
- ÓCULO - abertura de forma circular em uma parede, servindo para arejar e clarear.
- OGIVAL - estilo arquitetônico do período medieval (séc. XII - XIV), caracterizado, entre outros elementos, pelo arco ogival, que é aquele formado pela intersecção de duas semi-circunferências que se cruzam.

- OLHO-DE-BOI - um dos tipos de óculo usados na arquitetura.
- PADIEIRA - trave na parte superior das portas e janelas. Pode ser em pedra, madeira ou ferro. O mesmo que verga.
- PATAMAR - espaço no topo de uma escada.
- PARTIDO - é a intensão plástica de um artista ao interpretar um tema qualquer.
- PAU-A-PIQUE - parede feita de armação de madeira ou bambus cruzados, com os vazios cheios com barro.
- PILASTRA - pilar de quatro faces, aderente, por uma delas à parede da construção.
- PINHA - ornamentação imitando o fruto do pinheiro, usada em cornijas e frisos de edifícios.
- PLATIBANDA - moldura ou conjunto de balaustrada que contorna um telhado.
- PORTADA - conjunto representado pela porta principal de um edifício, com a respectiva ornamentação.
- RETÁBULO - obra de madeira, pedra ou estuque, totalmente trabalhada, que se coloca na parte posterior do altar.
- ROCOCÔ - estilo em voga no tempo de Luiz XV, também conhecido por "rocaille". Apresenta farta decoração com curvas, conchas e palmas.
- SAPE - planta da família das gramíneas usada para cobrir choupanas, choças, alpendres e outras construções rústicas.

- SETEIRA - pequena abertura em muros, para dar luz ao interior. Abertura em muralhas, por onde disparavam setas contra os sitiantes.
- SOBRE-VERGA - moldura de argamassa colocada, como decoração, sobre as vergas de portas e janelas.
- SOCO - peanha ou base quadrada de um pedestal. Base aparente das paredes do edifício.
- SOTÉIA - varanda ou terraço no alto da casa.
- TAIPA - antigo sistema construtivo em que é empregada a terra ou o barro para a ereção de paredes, tendo, em espaços alternados, pedaços de madeira.
- TARIMBA - cama rústica de madeira.
- TÉRMITA - o mesmo que cupim.
- TORO - moldura de perfil convexo na base das colunas.
- TRAPEIRA - água-furtada ou mansarda. Janela sobre o telhado.
- VERGA - peça de madeira, pedra ou ferro que se coloca sobre as ombreiras de portas e janelas. Moldura da parte superior das aberturas.
- VITRAL - grandes vidraças coloridas, com temas sacros, usados, primeiramente na arquitetura gótica.
- VOLUTA - forma decorativa em linha espiral que ornamenta capitães, portadas e frontões, principalmente nos estilos barroco, rococô e neoclássico.

FONTES MANUSCRITAS

1 - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS.

1.1 - Livro de Engenheiros nº 191 (1829/47)

1.1.1 - Relatório do Engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 19/09/1837.

1.1.2 - Relatório do engenheiro João de Souza Mello e Alvim - 23/12/1853.

1.2 - Livro de Engenheiros nº 192 (1846/57).

1.2.1 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard.

1.2.2 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 08/07/1840.

1.2.3 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 23/01/1850.

1.2.4 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 13/09/1837.

1.2.5 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 1850.

1.2.6 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 01/10/1849.

1.2.7 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 01/07/1849.

- 1.2.8 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 31/12/1849.
- 1.2.9 - Relatório do engenheiro Jerônimo Francisco Coelho - 1843.
- 1.2.10 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 29/08/1850.
- 1.2.11 - Ofício do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 03/03/1841.
- 1.3 - Livro de Engenheiros nº 193 (1857/60).
 - 1.3.1 - Relatório do engenheiro João de Souza Mello e Alvim - 1857.
- 1.4 - Livro de Engenheiros nº 194 (1861/63).
 - 1.4.1 - Relatório do engenheiro Patrício Antonio de Sepúlveda Everard - 28/03/1856.
 - 1.4.2 - Relatório do engenheiro Frederico Belmont Brockenhuns - 1862.
- 1.5 - Livro de Arciprestes e Vigários nº 238 (1831/38).
 - 1.5.1 - Nota do Vigário de Canasvieiras, Frei Antonio de Sta. Pulcheria Mendes de Oliveira.
 - 1.5.2 - Ofício do Vigário de Canasvieiras, Frei Antonio de Sta. Pulcheria Mendes de Oliveira - 10/02/1838.
- 1.6 - Livro de Arciprestes e Vigários nº 239 (1839/40).

1.6.1 - Ofício do Vigário de Canasvieiras, Padre Sta. Pulcheria Mendes de Oliveira - 19/01/1839.

1.6.2 - Ofício do Vigário da Lagoa, Pe. João de São Boaventura Cardozo - 11/02/1839.

1.7 - Livro de Arciprestes e Vigários nº 243 (1849/52).

1.7.1 - Ofício do Vigário Pe. Manoel Joaquim da Paixão 23/01/1849.

1.8 - Livro de Arciprestes e Vigários nº 244 (1853/55).

1.8.1 - Ofício do Vigário Pe. Manoel da Costa Pereira 1855.

1.9 - Livro de Arciprestes e Vigários nº 245 (1856/58).

1.9.1 - Ofício do Pe. Joaquim Eloy de Medeiros - 5/1/1858.

1.10 - Livro de Arciprestes e Vigários nº 246 (1858/69).

1.10.1 - Notas do Vigário de Santo Antonio, Pe. Francisco Pedro da Cunha - 04/02/1860.

2 - ARQUIVO HISTÓRICO-ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS.

2.1 - Livro de Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.

2.2 - Livro de Tombo da Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão.

2.3 - Livro de Registros de Batizados da Igreja de Nossa

Senhora da Conceição da Lagoa - 1802/1804.

3 - ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENE-
DITO.

3.1 - Livro de Termos de Atas - 1788/89.

4 - ARQUIVO DA CASA PAROQUIAL DA TRINDADE

4.1 - Livro de Tombo nº 2 da Igreja de Santo Antonio de Lis-
boa.

4.2 - Livro de Tombo nº 1 da Igreja da Santíssima Trindade.

5 - ARQUIVO DO EXÉRCITO - RIO DE JANEIRO

5.1 - Relatório do Alferes Comandante da Fortaleza de San-
ta Cruz, Belisio Caetano Ferreira Leite, 1878. Documen-
to nº 39.

5.2 - Relatório do Alferes Belisio Caetano Ferreira Leite,
sobre a Fortaleza de Santo Antonio - 24/01/1889. Do-
cumento nº 39.

5.3 - Relatório do Alferes Justino Gomes, comandante da For-
taleza de Nossa Senhora da Conceição, 27/01/1889. Do-
cumento nº 38.

5.4 - Relatório do 2º Tenente Eurípedes Gonçalves Ferro,
Comandante do Forte de Santana - Janeiro de 1899 -
Documento nº 40.

6 - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - LISBOA, PORTUGAL.

- 6.1 - Carta do Sargento-Mor de Batalha José da Silva Paes, de 9 de outubro de 1754. AU - caixa 2/doc.8.
- 6.2 - Ofício do Governador Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, encaminhando planta e alçado da Igreja da Lagoa, de 22 de abril de 1751. AU. Caixa 31/documento 15-200/1.
- 6.3 - Relatório do Governador João Alberto de Miranda Ribeiro, de 14 de novembro de 1797. AU. Caixa 6/doc.6.
- 7 - ESCOLA PRÁTICA DE ARTILHARIA - VENDAS NOVAS - PORTUGAL.
- Avulsos (não catalogados)

FONTES IMPRESSAS

CÓDIGO de Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Desterro.
Desterro. Typ. da Regeneração. 1889. 49p.

SANTA CATARINA. Presidente, 1848-1849. Falla, que o Exmo. 3º
Vice-Presidente da Província de Santa Catharina, o Doutor
Severo Amorim do Valle, dirigio a Assembleia Legislativa Pro-
vincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em o 1º
de março de 1849. Desterro. Typ. Provincial, 1849. p.12. il.

SANTA CATARINA. Presidente, 1857. Falla que o Presidente da
Provincia de Santa Catharina Dr. João José Coutinho diri-
gio à Assembleia Legislativa Provincial no acto da Abertura
de sua sessão ordinaria em o 1º de março de 1857. Rio de
Janeiro. Typ. Imp. Const. de J. Villeneuve E.C., 1857. p.
10/11., il.

FONTES ICONOGRÁFICAS

- Plano da Ilha de Anhatomirim e Fortaleza de Santa Cruz. Florianópolis, Biblioteca Central da UFSC. s.d. (Cópia do arquivo particular da autora).
- Desenhos de fachada e plantas baixas da Casa do Comando e Armazém da Pólvora da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Florianópolis, Biblioteca Central da UFSC. s.d. (Cópia do arquivo particular da autora).
- Planta da Ilha de Anhatomirim e Fortaleza de Santa Cruz, realizada por Dom Miguel de Blasco, ajudante de engenheiros, em 1766. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas doc. nº 1258.
- Plano da Fortaleza e Ilha de Anhatomirim. séc. XVIII. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Cartográfica - Santa Catarina, 1ª secção, cofre.
- Plano da Fortaleza de Anhatomirim. s.d., Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. doc. nº 1281, anexo I.
- Desenho dos Quartéis (fachada e plantas baixas) da Fortaleza de Santa Cruz na Ilha de Anhatomirim. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Cartográfica - Santa Catarina, 1ª secção, cofre.
- Plano da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. doc. nº 1281, anexo IV.

- Planta e perfis da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, levantada pelo engenheiro Bento Fernando de Mello em 1810. (Cópia de Hélio Lange, da UFSC, de microfilme do Centro de Operações Cartográficas. Rio de Janeiro).
- Planta da Fortaleza de Santo Antonio na Ilha dos Ratonés. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. s.d. (microfilme).
- Plano da Fortaleza de Santo Antonio na Ilha dos Ratonés. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. doc. nº 1281, anexo II.
- Planta da Fortaleza de Santo Antonio na Ilha dos Ratonés. Florianópolis; Biblioteca Central da UFSC (Cópia do arquivo particular da autora).
- Plano da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. documento nº 1281, anexo III.
- Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul da Ilha de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. s.d. (microfilme).
- Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição da Barra Sul, desenhada pelo capitão de artilharia Manoel Vieyra Leão em 1764. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. doc. nº 1276.

- Planta do Forte de São Francisco na Ilha de Santa Catarina, copiada pelo Alferes José Luiz Pereira de Vasconcellos. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas. doc. nº 1274.
- Planta do Forte de Santana no estreito da Ilha de Santa Catarina, copiada pelo Alferes José Luiz Pereira de Vasconcellos, engenheiro militar, em 1822. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas, doc. nº 1278.
- Planta e nivelamento do local do Forte de São João, realizada pelo 1º Tenente de engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho, em 1864. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas, doc. nº 1275.
- Projeto de fortificação para o local do antigo Forte de São João, realizado pelo 1º Tenente de Engenheiros Antonio Pereira Rebouças Filho, em 1864. Rio de Janeiro, Centro de Operações Cartográficas, doc. nº 1283 (A e B).
- Desenho do Quartel da Tropa da Guarnição da Ilha de Santa Catarina, conforme original mandado fazer pelo Brigadeiro Manoel Soares Coimbra, em 1794. Assinado por D. Luiz Mauricio da Silveira. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Coleção Cartográfica - Santa Catarina. Caixa 8, doc. 6.
- Plantas e alçados da Igreja Matriz da Ilha de Santa Catarina, desenhada por José da Silva Paes em 1754. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino. Coleção Cartográfica - Santa Catarina. Caixa 2, doc. 8.

- Planta da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na Ilha de Santa Catarina. Desenhada pelo Cabo de esquadra Antonio Gonçalves Loureiro em 1751. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Cartográfica - Rio de Janeiro. Caixa 31, doc. 15-200/1.

- Plantas e alçados da Casa do Governo da Ilha de Santa Catarina, datados de 1754. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Cartográfica - Santa Catarina. Caixa 2, doc. 8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉA, José. O Marechal Andrêa nos relevos da História do Brasil. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Ed. , 1977. 247p. il.
- BARRETO, Anibal, Cel. Fortificações do Brasil; resumo histórico. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. 1958. 337p., il.
- BERGER; Paulo, comp. Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis, Assembleia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979. 355p. il.
- BENTO, Cláudio Moreira. Em torno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa; Florianópolis-SC. Rio de Janeiro, Centro de Documentação do Exército, 1977. 25p. Separata da Revista Militar Brasileira. Rio de Janeiro, jul/dez. 1977.
- BOITEUX, José Arthur. Diccionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catharina. Rio de Janeiro, Azevedo Irmãos, v.1, 1915, 142p.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Paulistas em Santa Catarina seiscentista; Francisco Dias Velho. São Paulo, Typ. "Diário Oficial", 1931. 51p. Separata dos Annais do Museu Paulista. São Paulo, v.4, 1931.
- Notas para a História Catharinense. Florianópolis, Liv. Moderna, s.d. 436p.

BOLTSHAUSER, João. Noções de evolução urbana nas Américas. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da U.M.G. v.2, 1968, p.85-92.

BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina. Lisboa, Academia Real de Ciências, 1829. 111p.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina; suas legislaturas e seus legisladores de 1935 a 1974. Florianópolis, Lunardelli, s.d. 99p., il.

_____. As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. 126p., il.

_____. Os Açorianos. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, 106p. Separata dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis, v.2, 1950.

_____. Nossa Senhora do Desterro; casas sobrados e chácaras. Porto. Liv. Simões Lopes, s.d. 38p., il. Separata de Douro-Litoral. Porto, v.2-3, s.d.

_____. Nossa Senhora do Desterro, Memória I-II; Notícia I-II. Florianópolis, 1972. 4v., il.

_____. Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Florianópolis, Mesa Administrati-

va da Irmandade, 1950. 17p., il.

A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina.
Florianópolis, Imprensa Oficial, 1941. 48p. Separata da
Revista Cultura Política. Rio de Janeiro, n.7, set. 1941.

A venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Florianópolis, Estabelecimento Gráfico Brasil. 1945.
100p., il.

CARDOSO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal.
In: TELLES, Augusto C. da Silva et alii. Arquitetura Civil II. São Paulo, FAUUSP-MEC-IPHAN, 1975. p.1-41., il.

CARTA de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro, edição S.D.,
1939, 55p.

✓COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. Memória Histórica da Província de Santa Catarina. Desterro, Typ. J.J. Lopes, 1857,
216p.

História do Extincto Regimento D'Infantaria de Linha da Província de Santa Catharina. Desterro, Typ. Catharinense, 1853, 53p.

COSTA, Irio Barbosa da & MESQUITA, Helena Maria. Tipos de habitação rural no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1978. 70p.,
il.

COULANGES, Fustel de. A Cidade Antiga. Porto, Liv. Clássica Ed. 1971, 556p.

- ELLIS, Myriam. A Baleia no Brasil Colonial. São Paulo, Melhoramentos, 1969. 235p., il.
- ENCICLOPÉDIA Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa, Verbo, 1973. v.14. p.738/739. il.
- FONTES, Henrique da Silva. A Irmandade do Senhor dos Passos e o seu Hospital e aqueles que o fundaram. Florianópolis, 1965. 431p.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. São Paulo, Ed. Nacional, 1936. 405p., il. (Brasiliana, 64).
- GIEDION, Sigfrido. Espacio, tiempo y arquitectura; el futuro de una nueva tradición. Barcelona, Ed. Hoepli. S.l., 1955, 808p., il.
- GIESE, Wilhelm. A casa rural da Ilha do Faial. Angra do Heroísmo, Tip. Andrade, s.d. 12p. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, s.d. v.16, il.
- HAUSER, Arnold. História Social de la Literatura y el Arte. Madrid, Ed. Guadarrama, 1969. v.2, p. 11-137.
- LYRA, Cyro I. Corrêa de Oliveira. A arquitetura da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Arquivos. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. 1 (3) : 5 - 17, jun. 1971.
- MATOS, Anibal. Santa Catarina de ontem e de hoje. Florianópolis, IOESC, 1942.

473

MELLO Júnior, Donato de. Grandjean de Montigny; Bicentenário do nascimento do grande arquiteto do Rio de Janeiro Imperial. 1776-1976. Mensário do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional. 8 (7) : 3-12, jul. 1977.

MENDONÇA, Elsa Brunilde Lemos de. Ilha de São Jorge; subsídio para estudo da Etnografia, Linguagem e Folclore Regionais. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura/ União Gráfica Angrense. 19/20 : 38-40, 1961/1962.

MENEZES, Manuel de Souza. Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina. Angra do Heroísmo. Tip. Andrade, 1952. 65p. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, v.10, 1952.

MERELIM, Pedro de. Memória histórica da edificação dos Paços do Conselho de Angra do Heroísmo. Angra do Heroísmo, Tip. Minerva Comercial. 1972. 113p. il.

MIRA, Crispim. Terra Catharinense. Florianópolis, Moderna, 1920. 279p., il.

MUMFORD, Lewis. A cultura das cidades. Trad. de Neil R. da Silva. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961. 589p., il.

PINTO, Estevão. Muxarabis e Balcões. In: TELLES, Augusto C. da Silva et alii. Arquitetura Civil II. São Paulo, FAUUSP e MEC/IPHAN, 1975. p. 47-85., il.

REAL, Regina M. Dicionário de Belas Artes. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962. 2v., il (Biblioteca Fundo Univer-

sal de Cultura - estante de Arte).

REIS Filho, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1970. 214p., il (Debates, 18).

Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil; 1500/1720. São Paulo, Pioneira, 1968. 235p., il.

RIBEIRO, Luís da Silva. Indústrias Terceirenses de carácter artístico e sua valorização; inquérito. Angra do Heroísmo. Tip. Andrade, 1955. 40p., il. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, 1955. v.13, il.

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil antigo. In: VAUTHIER, L.L. et alii. Arquitetura Civil I. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 238-318, il.

RUDOFISKY, Bernard. Arquitectura sin arquitectos; breve introdución a la arquitectura sin genealogia. Trad. de Raul Greco. Buenos Aires, Ed. Universitária, 1976, n.p., il.

SAIA, Luís. Morada Paulista. São Paulo, Perspectiva, 1972. 315 p., il. (Debates, 63).

SEGUIER, Jayme de. dir. Diccionário Prático Ilustrado. Porto, Lello e Irmão, 1947. p. 1601., il.

SERPA, Caetano Valadão. A gente açoriana - migração e religiosidade; séculos XVI - XX. Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Edu-

cação e Cultura/União Gráfica Angrense. 34 : 7-74, 1976.

SEVERO, Ricardo. A Arte Tradicional no Brasil. In: - Conferências; 1914-1915. São Paulo, Typ. Levi, 1916 p. 37-82.

S.J.S. d'A. de. Corographia Açoriana, ou descrição Phizica, Política e Histórica dos Açores; por um cidadão açorense. Ponta Delgada, EGA, 1822, 133p.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do período colonial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. 17 : 27-125, 1969.

TAUNAY, Affonso de E. Cinco peças da Velha Iconografia Catarinense; 1815. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, 22p. Separata dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis, v.2, 1950.

_____. Santa Catharina nos annos primevos. São Paulo, Typ. "Diário Official", 1931, 180p. Separata dos Annaes do Museu Paulista. São Paulo, v.4, 1931.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras; estudo da construção residencial urbana. In: Arquitetura Civil II. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN. 1975, p. 115-247.

VARZEA, Virgílio. Santa Catharina; a Ilha. Rio de Janeiro. Cia. Typ. do Brasil. 1900, 336p., il.

VASCONCELOS, Flório de. História da Arte em Portugal. Lisboa, Verbo, 1972. 137p., il. (Biblioteca Básica Verbo, 65)

VAUTHIER, L.L. Casas de Residência no Brasil. In: - Arquitectura Civil I. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN. 1975, p. 1-94.

VELHO ARRUDA, Manuel Monteiro, comp. Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores. Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, 1932, 251p., il.

ZEVI, Bruno. Architectura in nuce; una definición de arquitectura. Madrid. Aguilar, 1969. 249p., il.

_____. Saber ver la Arquitectura; ensayo sobre la interpretación espacial de la arquitectura. Buenos Aires, Poseidon, 1951, 222p., il.

ANEXOS

ANEXO I

Parte do Relatório do Governador da Província de Santa Catarina, João Alberto de Miranda Ribeiro, apresentado ao Governo Português e datado de 14 de novembro de 1797. (da original que se encontra no Arquivo Ultramarino de Lisboa . Caixa 6, doc. nº 6.)

Relatório das Freguesias, Capelas, e Igrejas que ha na Ilha de Santa Catharina, e suas parochias. Anno de 1777.

Em 17 de Novembro de 1777.

Freguesias.	Origem das Freg. & Igreja das Capelas.	Freguesias Igrejas Capelas	Parochias de Capelas 
Villa Capital da Ilha de S. Catharina	S. S. de Antonio S. S. de Pedro S. S. de Joazeiro	1 2 1 1 1 1	1º de S. Antonio de S. Antonio 2º de S. Pedro de S. Antonio 3º de S. Joazeiro de S. Antonio
Luzia	S. S. de Conceicao	1	
S. Leopoldo	S. S. de S. Raphael S. S. de S. Joze	1 1	
S. Joze de S. Antonio	S. S. de S. Joze S. S. de S. Antonio	1 1 1	
S. Miguel	S. S. de S. Miguel S. S. de S. Antonio de S. Miguel S. S. de S. Joze de S. Miguel	1 1 1	
S. Joze	S. S. de S. Joze	1	
S. Joze de S. Antonio	S. S. de S. Joze S. S. de S. Antonio	1 1	
S. Joze de S. Antonio	S. S. de S. Joze	1	
S. Joze de S. Antonio	S. S. de S. Joze	1	
		1 1 1	

Antonio de S. Antonio

1. Au Village de Saint-Cyrille, le 20 Mars 1793.
Citoyen de Paris, j'ai l'honneur de t'adresser
ce Certificat en vertu duquel tu es inscrit sur
la Liste des Citoyens de la Commune de Saint-Cyrille.
Tu es inscrit sur la Liste des Citoyens de la Commune de
Saint-Cyrille, le 20 Mars 1793.



2. Citoyen de Paris, j'ai l'honneur de t'adresser ce
Certificat en vertu duquel tu es inscrit sur
la Liste des Citoyens de la Commune de Saint-Cyrille.
Tu es inscrit sur la Liste des Citoyens de la Commune de
Saint-Cyrille, le 20 Mars 1793.

3. Citoyen de Paris, j'ai l'honneur de t'adresser ce
Certificat en vertu duquel tu es inscrit sur
la Liste des Citoyens de la Commune de Saint-Cyrille.
Tu es inscrit sur la Liste des Citoyens de la Commune de
Saint-Cyrille, le 20 Mars 1793.

4. Citoyen de Paris, j'ai l'honneur de t'adresser ce
Certificat en vertu duquel tu es inscrit sur
la Liste des Citoyens de la Commune de Saint-Cyrille.
Tu es inscrit sur la Liste des Citoyens de la Commune de
Saint-Cyrille, le 20 Mars 1793.

5. Citoyen de Paris, j'ai l'honneur de t'adresser ce
Certificat en vertu duquel tu es inscrit sur
la Liste des Citoyens de la Commune de Saint-Cyrille.
Tu es inscrit sur la Liste des Citoyens de la Commune de
Saint-Cyrille, le 20 Mars 1793.

6- Et hinc tandem Summa Capella in Reges
de S. Francisco de Paula, usque in Casarum, que
in summa decubuit, et hinc multa bene fundat aliis
Societas pro beneficiis regales. Per, per hanc in hanc
hinc Instans de S. in Reges, inde per hanc.

ANEXO II

Ofício que encaminhava ao Conselho Ultramarino de Lisboa, a planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa. Enviado pelo Governador Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, em 22 de abril de 1751. (Original no Arquivo Ultramarino de Lisboa - Caixa 31 - documento 15-200/1).

Il. 1804/1805

Tratado de

1804/1805

1804/1805

1804/1805

Apresento a Real Magestade de V. Magestade
Planta da nova Igreja, como ch'el de Santa
Rosa da Coruña da Lapa, que no seu governo
diz de honras, como a Magestade. E para a
Edificação, e Bisco não estivesse no seu
mor, não há pra que eu não acesse, mas
mais não poder, a falta de quem
ferr.

A muito Alta Magestade de V. Magestade
de V. Magestade q. Por m. anno para
comendas de seu feitor, e para a
det. em a de 1804/1805

1804/1805

ANEXO III

*Histórico do Palácio de Vendas Novas, Portugal,
hoje Escola Prática de Artilharia.*

ORIGEM DA E.P.A.*

O "Palácio de Vendas Novas", onde atualmente se encontra a EPA, foi apressadamente construído em 1729 por ordem de D. João V, quando dos casamentos do Príncipe do Brasil com a Infanta de Espanha, D. Maria Ana de Bourbon e do Príncipe das Astúrias com a Infanta D. Maria Barbara de Portugal. Serviu então o Palácio para pernoite da Família Real na sua viagem de Lisboa para Caia, onde se realizou a troca das Princesas. O Palácio pertenceu desde então à Casa do Infantado, passando, após as lutas liberais, a usufruto da Coroa.

Em 1853, a Rainha D. Maria II ordenou a entrega do edifício ao Ministério da Fazenda, passando nos fins de 1857, ao Ministério da Guerra. Em 29 de dezembro de 1857 começam os primeiros trabalhos para instalação, em Vendas Novas, da Escola Prática de Artilharia, iniciados nessa data pelo então Coronel Carlos Maria de Caula, que recebera ordens do Comando Geral de Artilharia para estudar e escolher nos arredores da aldeia de Santo Antonio de Vendas Novas, o terreno que melhor lhe conviesse para um campo de instrução de Artilharia. Realizados esses estudos em Agosto de 1858 é enviado de novo a Vendas Novas o então já Brigadeiro Caula, acompanhado do Major de Artilharia César Nunes. Como consequência destes trabalhos, terminados em 25 de novembro de 1859, o novo estabelecimento de instrução de Artilharia inicia em 1860 seu funcionamento, ainda em embrião, tendo como seu primeiro Comandante o Major Luis Augusto Rosiêres. Sô porêem em 18 de Março de 1861, no reinado de El-Rei D. Pedro V, é assinada pelo Ministro da Guerra, Visconde de Sã da Bandeira, uma portaria que vem a ser publicada na O.E. nº 6 de 30 de Março de 1861, criando a Escola Prática de Artilharia. Ao Rei D. Pedro V ficou a EPA devendo o impulso e a concretização de sua criação, pelo que foi dado o seu nome à Parada principal do Quartel.

* Escola Prática de Artilharia.

Em 23 de Abril de 1861 foi publicado o primeiro regulamento da EPA, começando desde então, o funcionamento regular da Escola, sucessivamente remodelada pelos regulamentos de 1867, 1874, 1881, 1893 e 1911, em que passa a chamar-se Escola de Tiro de Artilharia de Campanha e, em 1926 é que volta a tomar a sua anterior e atual designação, mas abrangendo as instalações de Vendas Novas e Alcochete. Finalmente a sua organização, em 1932, fixou o seu funcionamento nos moldes atuais.**

** *Dados coletados pela autora desse trabalho quando de sua visita à Escola Prática de Artilharia, na Cidade de Vendas Novas, Portugal, em janeiro de 1979.*

ANEXO IV

*Biografia do Marechal de Campo. Patrício
Antônio de Sepúlveda Everard.*

PATRÍCIO ANTÔNIO DE SEPÚLVEDA EVERARD

Biografia

Nasceu em Lisboa a 23 de Julho do ano de, filho de Raimundo Máximo Miranda Everard e de D. Luciana Peregrina de Souza Sepúlveda Everard.

Dedicou-se à carreira das armas, sendo oficial de Engenheiros.

Em 1812 era Praça, chegando a 2º Tenente a 6 de fevereiro de 1818 e 1º Tenente a 4 de Julho do mesmo ano.

Em 1826, Everard já era Capitão Major, sendo que, em 1831 comandava, no Desterro, o 4º Corpo de Artilharia de Posição.

No ano de 1842, Sepúlveda Everard é Tenente Coronel e, a partir de 1844, Coronel, servindo ao Corpo de Engenheiros, sendo considerado o primeiro urbanista a quem ficou, a cidade do Desterro, a dever as melhores iniciativas executadas na época.

Em 1860, Everard servia, em Comissão, no Arquivo Militar.

Sepúlveda Everard foi também membro da Sociedade Patriótica.

Recebeu, como condecorações, a Ordem da Rosa, no grau de Oficial e a Ordem de São Bento de Aviz, no grau de Cavaleiro.

Everard casou no Desterro a 18 de fevereiro de 1824 com D. Jacinta Bernardina da Costa, filha do Capitão José da Costa Pereira e de D. Maria Perpétua Rosa de Andrade.

Teve como descendentes:

João, falecido em 1844;

Henrique Augusto, nascido no Desterro em 1834, casado com Maria Salomê, filha do Dr. Tomaz Silveira de Souza. Participou da Guerra do Paraguai como Capitão do Exército. Reformou-se em 1869, sendo depois, em 1870, Comandante de Terras em Laguna e Tubarão;

Patrício, morto, como tenente do Exército, na Guerra do Paraguai;

Raimundo Máximo, capitão do Exército e também participante da Guerra do Paraguai.

Dentre as principais obras de Sepúlveda Everard na Cidade de Nossa Senhora do Desterro destacamos as seguintes:

Restaurações nas diversas fortalezas da Ilha de Santa Catarina; restauração do teto de estuque da igreja Matriz; planta da Matriz de São José e do Armazém de Artigos Bélicos; planta e alçado para a nova Casa de Correção a ser construída a direita da continuação da rua da Tronqueira (1840); reconstrução de vários edifícios destruídos por temporal em 1838.

Faleceu Patrício Antônio de Sepúlveda Everard como Marechal de Campo a 22 de abril de 1876, no Rio de Janeiro.

ANEXO V

*Algumas obras realizadas pela equipe do Sr.
Gervásio Cúneo em Florianópolis, além das
citadas no capítulo 4.2.*

Outras construções realizadas pela equipe de GERVÁSIO CÚNEO em Florianópolis.

Como já mencionamos, anteriormente, neste trabalho, o Governador Hercílio Pedro da Luz resolveu realizar a reforma do Palácio do Governo depois que tomou conhecimento da existência de operários e artistas que trabalhavam numa construção na Pedra Grande, um dos bairros da capital.

O comerciante Joaquim Manuel da Silva, homem abastado da cidade do Desterro, dono de grande extensão de terras no citado bairro, contratou, em Montevideu, na última década do século passado, uma equipe de operários uruguaio e italianos para construir sua mansão.*

Chegando a equipe à Ilha de Santa Catarina, deu logo início aos trabalhos, usando material importado através do porto de Montevideu.

A residência do Sr. Quinca Manuel, como era conhecido, foi construída nos moldes ecléticos do final do século, onde se mesclavam as tendências do neo-clássico, do "art-nouveau" e do rococô.

Ao terminarem os trabalhos na Pedra Grande, os operários foram para o Palácio, dar início à sua reforma.

Nesse ínterim, o Sr. Joaquim Manuel resolveu fazer um acréscimo em sua casa para receber um filho casado que vinha da França, onde residia. Novamente a equipe uruguaia, após finalizar o trabalho no Palácio, foi contratada pelo Sr. Joaquim Manuel.

Um fato trágico acontecido com o filho do contratante, fez com que seu pai perdesse quase todo o capital que

* Atual sede do Santacatarina Country Club.

havia adquirido como comerciante.

A bela mansão foi a leilão, tendo sido arrematada pelo Sr. Luiz Carvalho, amigo do proprietário.

O Sr. Carvalho realizou, posteriormente, mais algumas reformas na casa, mas conservando seu estilo original, além de dar especial atenção a seus jardins, composto de espécies raras.

Para facilitar a passagem dos trilhos do bonde, que, bem defronte à residência de Luiz Carvalho, sofriam um ligeiro desnível, foi levantado o leito da estrada, motivo pelo qual a fachada da mansão teve sua altura diminuída, ficando as sacadas mais próximas da calçada. Isso desvirtuou, em parte, a estética da construção que primava por uma fachada de porão alto e sacadas avançando sobre as calçadas.

Os descendentes de Luiz Carvalho venderam posteriormente a casa para um grupo que lá instalou o Santacatarina Country Club, que lá se encontra até a presente data.

O prédio foi recentemente tombado como patrimônio artístico do Município de Florianópolis. Tal fato provocou imensas controvérsias por parte dos sócios proprietários do Clube, que viram, no tombamento, não uma medida consciente e com fins de preservação, mas apenas a futura desvalorização do imóvel.

Outras obras foram realizadas, na capital, pela equipe de Gervásio Cúneo: na rua dos Ilhéus, a casa que pertenceu ao Sr. Francisco Tolentino; na rua Jerônimo Coelho, esquina com Tenente Silveira, casa do Sr. Joaquim Madeira Neves (demolida); na Praça Pereira Oliveira, antiga casa do Sr. Eduardo Horn, ex-sede da AABB. Sua demolição foi um verdadeiro crime contra o patrimônio artístico da cidade; na rua Almirante Alvim 16, casa do Sr. Júlio Nicolau de Moura, atualmente propriedade da viúva Dr. Aujor Ávila da Luz; na Praça XV, reforma da fachada da atual Delegacia Fiscal; obras no prédio da antiga Assembléia Legislativa do Estado (destruída por um in-

cêndio), no Grupo Escolar Lauro Müller e outras tantas que não conseguimos localizar.

ANEXO VI

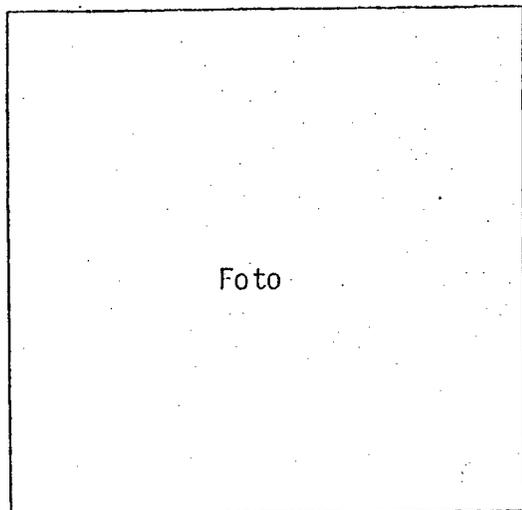
*Modelo de formulário e ficha usados para a
pesquisa de campo.*

Local _____ Época _____

Rua _____ Número _____

Nome do Proprietário _____

Características Particulares



Tipo de Arquitetura: Civil

— Casa Térrea
Sobrado
Chácara
Edifício Público

Religiosa — Igreja
Convento
Mosteiro

Militar — Forte
Fortaleza
Quartel

Restauro: Sim
Não

Ano _____ Arquiteto _____

Data da Pesquisa _____

Responsável

ARQUITETURA ANTIGA DA ILHA DE SANTA CATARINA

FICHA INDIVIDUAL - Nº

TIPO DE ARQUITETURA

CIVIL: CASA TERREA IGREJA FORTE
 SOBRADO RELIGIOSA: CONVENTO MILITAR: FORTALEZA
 CHÁCARA MOSTEIRO QUARTEL
 ED. PÚBLICO

LOCAL..... ÉPOCA.....

RUA..... Nº.....

PROPRIETÁRIO.....

RESTAURO: SIM ANO..... RESPONSÁVEL.....
 NÃO

CARACTERÍSTICAS

MUROS: TAIPA ADOBE ESTUQUE OUTRO
 CONTORNO ABERTURA: CANTARIA ENSILHARIA MADEIRA
 USO DE BANDEIRA EM PORTAS E JANELAS: SIM NÃO
 VERGAS DE PORTAS E JANELAS: RETAS ALÉM OMBREIRA
 ARCO EM CÍRCULO A. PLENO A. OGIVAL TRIANGULAR
 ALMOFADAS EM JANELAS: SIM NÃO
 ALMOFADAS EM PORTAS: SIM NÃO
 DOBRADIÇAS EM CACHIMBO: SIM NÃO
 ALDRABA: SIM NÃO
 SACADA: ISOLADA CORRIDA
 PLATIBANDA: BALAUSTRADA LISA
 COBERTURA: 1/2 ÁGUA 2 ÁGUAS 4 ÁGUAS VÁRIAS
 BEIRAIS: CACHORRO LAMBREQUIM CANTARIA
 SIMPLES MISTO PEITO DE POMBA BEIRA-SEVEIRA
 COMPARTIMENTOS SUPERIORES: TRAPEIRA A. FURTADA
 GRIMPA: SIM NÃO
 FORROS: TABUADO SALA/CAMISA PAINÉIS AUSÊNCIA
 PISOS: LADRILHOS BARRO TABUADO CORRIDO SEIXO
 PARQUET TERRA BATIDA
 ESCADA INTERNA: CARACOL MADEIRA PEDRA
 CUNHAIS: SIM NÃO
 FRONTÃO: LISO
 VOLUTAS RAMPANIES
 CAPRICHOSO

OUTROS DADOS:

DATA DA PESQUISA.....

RESPONSÁVEL.....

